



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Sociais**  
**Instituto de História**

**A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de  
construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e  
civilização no Brasil Imperial.**

**Wagner Luiz Bueno dos Santos**

**RIO DE JANEIRO**

**2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Sociais**  
**Instituto de História**

**A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial.**

**Wagner Luiz Bueno dos Santos**

Dissertação a ser apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.  
Linha de pesquisa: Sociedade e Política

Orientador: Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

RIO DE JANEIRO

2016

**A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial.**

**Wagner Luiz Bueno dos Santos**

**Orientador: Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos**

**Aprovada por:**

---

**Presidente: Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ)**

---

**Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (UNIRIO)**

---

**Profa. Dr.a Sonia Regina de Mendonça (UFF)**

**Rio de Janeiro**

**Janeiro 2016**

Santos, Wagner Luiz Bueno.

A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial / Wagner Luiz Bueno dos Santos, 2016.

x, 227 f.; 30 cm.

Orientador: Renato Luís do Couto Neto e Lemos.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ / IH / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.

Referências Bibliográficas: f. 233-242.

1. Companhias de Aprendizes-Marinheiros. 2. Marinha Imperial. 3. Recrutamento e formação militar – Dissertação. I. Lemos, Renato Luís do Couto Neto e. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

## Resumo

A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial

Wagner Luiz Bueno dos Santos

Orientador: Prof. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de Mestre em História Social.

A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio de Janeiro, em 1840, foi a primeira iniciativa da Marinha brasileira em organizar um espaço dedicado à preparação, instrução e educação de menores para formação de praças para a Armada Imperial. Elaborada no final dos anos de 1830, a iniciativa integrou-se ao projeto de Estado que estava sendo forjado pela classe dirigente durante a segunda metade do século XIX. Com a ascensão conservadora, tornou-se um projeto de envergadura nacional. Até 1874 foram criadas 18 unidades pelo território nacional; de norte a sul do litoral brasileiro e na província de Mato Grosso, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros estavam presentes. Nesse processo, houve uma combinação de interesses: enquanto a Marinha buscava uma alternativa ao recrutamento forçado, prática que a instituição acreditava não contribuir para a manutenção da disciplina e da ordem em seus vasos de guerra, os construtores do Estado brasileiro viram nas Companhias de Aprendizes um espaço para promover uma das vertentes do projeto de Estado, a educação como mecanismo de difusão da civilização.

Palavras-chaves: Marinha Imperial, Companhia de Aprendizes-Marinheiros, ensino militar.

Rio de Janeiro

Maior de 2016

## Abstract

The creation of Companhia de Aprendizes-Marinheiros in the construction process of the Brazilian National State: military training, education and civilization in Brazil Imperial.

Wagner Luiz Bueno dos Santos

Orientador: Prof. Renato Neto Luís do Couto Lemos

Master's Thesis Summary submitted to the Graduate Program in Social History, History Institute, Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ, as part of the requirements for obtaining Master's degree in Social History.

The creation of the Companhia de Aprendizes-Marinheiros in 1840, was the first initiative of the Brazilian Navy to organize a space dedicated to preparation, instruction and education of minors to form squares for Imperial Navy. The project developed in the late 1830s, he joined the State project that was being forged by the ruling class, with the conservative rise during the second half of the nineteenth century became a national scale project. Until 1874 were created 18 units throughout the country, all provinces of the Brazilian coast and the province of Mato Grosso, opened its Companies Apprentices-Sailors. There was a combination of interest, while the Navy was looking for an alternative to forced recruitment, a practice that the institution believed not contribute to the maintenance of discipline and order in the war vessels, the modern Brazilian state builders saw in the institution a space to promote education and exercise control of the subaltern classes.

Key - words: Marinha Imperial, Companhia de Aprendizes-Marinheiros, ensino militar.

Rio de Janeiro

Maio de 2016

Àqueles que meu esforço será sempre dedicado,  
Juliana, João Pedro, Pedro Henrique e Maria Paula.

Um marinheiro nunca será o bastante,  
o mar será sempre um lugar, distante.

À praia, o refúgio.

Náufrago!

*w/bs.*

## Agradecimentos

À minha amada e querida mãe, Oneida Bueno, lugar de proteção, orientação, carinho, compreensão e amizade. Sua precoce ausência impediu que pudesse assistir ao resultado de todo seu esforço dedicado a mim. Ao meu pai, Wiulon Couto, que nos momentos finais de sua estada entre nós conseguiu, assim como eu, reconhecer a importância que representávamos um para o outro. À minha irmã, Regina Bueno, não só pelos momentos em que mais precisei de sua ajuda como amiga, companheira e parceira, mas por toda nossa trajetória, construída com uma base sólida de amizade, companheirismo, dedicação e compreensão – os créditos são da Dona Oneida. Não poderia me esquecer das três mulheres de minha vida, Mericie Gusmão Bueno, Almerentina Rosa Bueno e Celina Bueno, avó e tias, que contribuíram muito para minha formação e educação.

Agradeço à pessoa que presenciou a execução deste trabalho e que mais esteve ao meu lado, nos melhores e piores momentos, nos risos e choros, nos dias de insônia, de desabafo, de desespero, das alegrias, compartilhando ideias, seja por aqui ou pelo mundo afora, nos dias de sol, de chuva, e até de neve... no cotidiano. Ela que esteve aqui, todo esse tempo. A Juliana Bueno, minha esposa, companheira e amiga, que participou de todo este esforço com dedicação

O trabalho de um pesquisador é demasiado solitário, mas este não seria possível sem a ajuda de pessoas que tornaram esta empreitada um pouco mais fácil. Primeiramente, gostaria de agradecer ao Professor Renato Lemos, que, desde a graduação, acreditou neste projeto e em suas poucas, porém profícuas e precisas, palavras, me orientou com muito profissionalismo e dedicação, me permitindo trabalhar com liberdade, demonstrando seu crédito ao iniciante pesquisador.

À Professora Virgínia Fontes, que, com suas aulas e conversas na Escola Politécnica Joaquim Venâncio – Fiocruz, muito contribuiu para a elaboração do método desenvolvido neste projeto. À generosidade do professor Ricardo Sales e da Professora Sonia Mendonça. Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Sônia, que gentilmente me recebeu em sua casa sem nunca ter me visto antes, proporcionando com suas palavras cirúrgicas, naquela tarde em Niterói, a abertura de caminhos que foram fundamentais para o balizamento teórico e metodológico durante o processo de investigação. Agradeço ao Prof. Ricardo, cujas orientações e questionamentos foram fundamentais para a inserção do nosso objeto no processo histórico de formação do Brasil Imperial e na dinâmica daquela sociedade.

Ao Professor Pedro Marinho, por gentilmente disponibilizar e encaminhar pelos Correios sua tese, cuja leitura abriu alguns caminhos importantes no desenvolvimento da dissertação. Ao Professor Théo Lombarinhas, que, infelizmente, não tive e não terei a honra de conhecer pessoalmente, por sua generosidade, gentileza e simpatia ao enviar sua tese, que me foi de grande utilidade. À Professora Cida Motta, sempre cordial, solícita e, sobretudo, detentora de um caráter profissional inigualável, que sempre esteve pronta em me receber; a ela devo por ter me introduzido a preocupação fundamental com o conhecimento teórico e metodológico no processo de construção do conhecimento histórico. A Rozenilda Castro, amiga que compartilha o mesmo objeto de investigação, um tipo de amizade que o ofício de pesquisador nos proporciona e que vai além da simples troca de informações, pois acreditamos que o conhecimento deve ser compartilhado. Aos colegas do Departamento de História, Carlos André Lopes, Renato Restier, Fabíola Chagas e Pierre Paulo Castro, que compartilharam comigo algumas das discussões que balizaram o tema. À Deolinda Oliveira, a quem confiei a leitura e correções deste trabalho que, com muita competência e profissionalismo, executou com primor a tarefa de não me deixar cair nas armadilhas de nossa tão rica língua, o meu muito obrigado.

## SUMÁRIO

	Pg
<b>Introdução</b> .....	01
 <b>Capítulo I</b>	
<b>A construção do Estado Imperial: abordagens e interpretações sobre as relações políticas no Império do Brasil</b>	
<b>1.1 - Por uma Marinha nacional: a reforma administrativa da Marinha</b> .....	09
<b>1.2 - O Estado Imperial: matrizes explicativas e perspectivas teóricas sobre a formação do Estado Nacional brasileiro</b> .....	14
<b>1.3 - A ação política na modernização da Armada: A alternativa teórico-metodológica de Gramsci</b> .....	26
<b>1.4 - A “hipótese erradicadora”: a Marinha Imperial como laboratório</b> .....	40
<b>1.5. Os caminhos da História Naval brasileira e os estudos sobre a Marinha Imperial: novas abordagens</b> .....	49
 <b>Capítulo II</b>	
<b>Combinando interesses, apropriando ideias: aproximações entre políticos e militares na transição para o Estado moderno brasileiro e a expansão burocrática da administração naval no Império</b>	
<b>Introdução</b> .....	57
<b>2.1 - Os Militares na política: breve olhar sobre as trajetórias, carreiras e histórias sobre a participação de militares na política Imperial</b> .....	64
<b>2.1.1 - Os Militares na política, um olhar conceitual</b> .....	64
<b>2.1.2 - Os Militares no Governo, breves trajetórias militares e carreiras políticas</b> .....	70

<b>2.2 - Salvador José Maciel e Joaquim José Rodrigues Torres e a aproximação entre políticos e militares: apropriação de ideias e a criação de um espaço para educação militar para praças da Armada Imperial.....</b>	<b>81</b>
<b>2.2.1 - A reforma Conservadora na Administração Naval: a estruturação e expansão da burocracia e da administração naval pelo litoral do Império.....</b>	<b>92</b>

### **Capítulo III**

#### **O processo de organização das praças para Marinha Imperial brasileira na formação do Estado Nacional.**

Introdução.....	108
<b>3.1 - Fixando forças, “subvertendo as instituições”: o debate acerca das propostas de fixação de forças navais na Câmara.....</b>	<b>110</b>
<b>3.2 - Jogando os laços, refazendo o nó: alternativas aos mecanismos de recrutamento para a Armada Imperial.....</b>	<b>127</b>
<b>3.3 - As Companhias Fixas de Marinheiros: alternativas ao recrutamento e por uma maruja instruída, educada e organizada.....</b>	<b>138</b>

### **Capítulo IV**

#### **A Companhia de Aprendizes-Marinheiros: recrutamento, instrução, educação e formação de praças para Marinha Imperial.**

Introdução.....	147
<b>4.1 - O recrutamento para Companhias de Aprendizes-Marinheiros: joga-se a rede, cumpra-se a Lei.....</b>	<b>155</b>
<b>4.2 - Extra, extra, envie seus filhos para Marinha! O recrutamento de menores na província de Pernambuco e Santa Catarina.....</b>	<b>166</b>
<b>4.2.1 - Pelas mãos da polícia: das ruas de Pernambuco para a Companhia de Aprendizes-Marinheiros.....</b>	<b>166</b>
<b>4.2.2 - Por cem mil réis: dos braços das mães à Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina.....</b>	<b>175</b>

<b>4.3 - O cotidiano nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros: Quem eram esses aprendizes?.....</b>	<b>188</b>
<b>4.3.1 - As fugas e os pedidos de desligamento nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros.....</b>	<b>188</b>
<b>4.3.2 - Brancos, pretos, pardos, caboclos, morenos e outros cabras: Cor, educação no recrutamento para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros da Armada Imperial.....</b>	<b>200</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>211</b>
<b>Bibliografía.....</b>	<b>217</b>
<b>Fontes</b>	
<b>Biblioteca Nacional.....</b>	<b>222</b>
<b>Arquivo da Marinha.....</b>	<b>222</b>
<b>Arquivo Nacional.....</b>	<b>222</b>
<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....</b>	<b>223</b>
<b>Relatório Ministério da Marinha.....</b>	<b>223</b>
<b>Proposta de Fixação de Forças Navais.....</b>	<b>224</b>
<b>Anais do Senado.....</b>	<b>225</b>
<b>Anais da Câmara dos Deputados.....</b>	<b>226</b>
<b>Periódicos.....</b>	<b>226</b>

**Tabelas**

	Pg
Tabela I	Evolução do Efetivo do Exército.....32
Tabela II	Força Naval 1830-1850.....41
Tabela III	Proporção dos Corpos de Praças em relação à Força Naval.....48
Tabela IV	Companhias de Aprendizes-Marinheiros.....153
Tabela V	Formas de apresentação dos menores na Companhia de Aprendizes de Pernambuco, DEZ/1858 a JAN/1859.....175
Tabela VI	Formas de apresentação dos menores na Companhia de Aprendizes de Pernambuco, DEZ/1858 a JAN/1859.....185
Tabela VII	Rotina dos aprendizes na Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará.....191
Tabela VIII	Formas de entradas, fugas e capturados na Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará.....195
Tabela IX	População de homens livres da província de Pernambuco por cor da pele, em números e porcentagem.....204
Tabela XI	População de homens livres na faixa etária entre 6 anos e 15 anos de idade. Província de Pernambuco.....205
Tabela XII	Menores voluntários e recrutados por cor da pele na Província de Pernambuco em 1858/1859.....206
Tabela XIII	População de homens livres da província de Santa Catarina, de indivíduos por cor da pele em números e porcentagem.....207
Tabela XIV	População de homens livres na faixa etária entre 6 e 15 anos. Província de Santa Catarina.....208
Tabela XVI	Número de indivíduos em relação com a cor da pele e o tipo de cabelo.....209
Tabela XVII	Tabela XVII – Menores voluntários e recrutados por cor da pele na Província de Santa Catarina em 1858/1859.....209

**Gráficos**

	Pg
Gráfico I	Orçamento Governo destinado ao Exército entre 1820-1880.....33
Gráfico II	Evolução do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844.....46
Gráfico III	Efetivo do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844.....47

## Introdução

Este trabalho pretende analisar uma instituição de ensino e instrução militar para formação de praças para Marinha Imperial. Alertamos que não trataremos aqui da história de uma instituição; nossa proposta transborda e ultrapassa seus muros e vai buscar, no processo que resultou na sua criação em meados do século XIX e em sua atuação como parte dos mecanismos de recrutamento para a Marinha brasileira, as razões que levaram à criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros. O objetivo da instituição era recrutar, para formar marinheiros, jovens e crianças que, depois de um tempo de formação ou com idade e robustez corporal para o serviço, passariam ao Corpo de Imperiais Marinheiros e embarcariam nos vasos de guerra da Armada Imperial. Ao longo da segunda metade do século XIX foram estabelecidas 18 Companhias instaladas pelo litoral do Império e uma em Mato Grosso, formando um grande aparato de recrutamento militar.

As primeiras questões acerca da instituição surgiram ainda quando me preocupava com o recrutamento para Marinha de uma forma geral e então percebi que havia nas Companhias de Aprendizes algo ainda pouco explorado pela historiografia sobre o recrutamento, no caso o recrutamento de menores para o serviço militar. As primeiras questões surgiram a partir de leituras muito sumárias, e as reflexões eram no sentido de saber quem eram aqueles que a Marinha queria tornar marinheiros, quais eram suas origens, onde e como eram recrutados, se havia uma seleção, se tinham famílias e como viviam. Depois vieram outras: como viviam nas Companhias, o que comiam, quais eram os tipos de treinamentos, como trabalhavam, quais as relações que estabeleciam no trabalho, como era o trabalho. Foi então que percebi que havia uma lacuna sobre a história desses marinheiros.

Os principais trabalhos sobre o recrutamento para Marinha concentraram suas análises a partir da perspectiva da Revolta dos Marinheiros de 1910<sup>1</sup>, e neles a Companhia é tratada como parte integrante dos mecanismos de recrutamento, sem análises verticalizadas. Algumas

---

<sup>1</sup> Ver em: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; *Cor e Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2008; MARTINS, Helio Leoncio. *A Revolta dos Marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/ Ed. Nacional, 1988; MAESTRI FILHO, Mario. *1910: a revolta dos marinheiros*. São Paulo: Global, 1982; MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba*. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

teses e dissertações<sup>2</sup>, seja no campo da História ou da Pedagogia, se debruçaram sobre as Companhias de Aprendizes tentando entender sua especificidade enquanto espaço de educação e instrução, menos como resultado de um projeto de Estado. Portanto alguns aspectos fugiram à análise daqueles trabalhos, como, por exemplo, o debate político sobre a questão militar, a formação e organização das praças, a participação de militares nas questões decisórias da política Imperial, a visão social acerca do recrutamento militar de menores e em que medida esse tipo de recrutamento era praticado nas províncias, questões que buscamos manter constantemente, dialogando com o nosso objeto. Foi então que as lacunas se mostraram maiores e mais espaçosas.

Em nossa trajetória de pesquisa, em consultas a arquivos, levantamento documental e discussões em fórum e congressos<sup>3</sup>, as questões tornaram-se mais complexas e passamos a pensar em escala mais ampla, sem perder de vista nossos primeiros questionamentos. Foi então que surgiram questões que relacionavam a iniciativa de educar e instruir menores para o serviço da Armada Imperial ao processo de formação do Estado nacional brasileiro, que suscitaram as seguintes indagações: Quais foram as intenções da Marinha Imperial ao criar as Companhias? Em que medida sua concepção foi interesse do Estado? Quais foram as medidas que o Governo tomou para viabilizar sua criação? Essas questões juntaram-se às primeiras e, a partir delas, à medida que construíamos nosso objeto de análise, vimos que tínhamos uma grande tarefa pela frente: partir de uma estrutura de análise ampla e, aos poucos, reduzi-la até as camadas mais singulares do recrutamento de menores, os recrutas.

Portanto, ao longo desse trabalho, pretendemos compreender em que medida a Companhia de Aprendizes Marinheiros atendeu, ao mesmo tempo, à demanda por marinheiros e ao projeto de Estado em construção em meados do século XIX. Pois, ao recrutar a infância, a

---

<sup>2</sup> Ver em: ARIAS NETO, J.M. *Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001; MACHADO, Gisele Terezinha. *“Escreveu não leu o pau comeu”*: A escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930). Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Educação. Florianópolis, 2007. LIMA, Solyane Silveira. *“Recrutá-los Jovens”*: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social Belo Horizonte/MG, 2013; ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território. 2011.

<sup>3</sup> Resultados de pesquisa foram apresentados em Simpósios Temáticos nos encontros regionais e nacionais da ANPUH - XXVII Simpósio Nacional de História, Natal - RN; XVI Encontro Regional de História, Rio de Janeiro; XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis - SC; XVII Encontro Regional de História, Rio de Janeiro.

Companhia de Aprendizes forneceria à Esquadra jovens instruídos na profissão de marinheiro e, a partir de sua atuação, atenderia a uma das vertentes do projeto de Estado que se forjava em meados do século XIX: a educação e a instrução das classes subalternas.

Nosso ponto de partida é a formação do Estado Nacional brasileiro, por entendermos que foi no decorrer daquele processo de reformulação burocrática e administrativa forjado em meados do século XIX que o Governo, ao promover a revisão da administração naval, criou a Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Para analisar o processo, lançamos mão de um quadro analítico a partir da apropriação dos conceitos de hegemonia e de intelectual orgânico de Gramsci<sup>4</sup>, porém foi necessário recorrer também às formulações de Nico Poulantzans sobre o conceito de Estado<sup>5</sup>. A combinação nos ajudou a entender o Estado Imperial brasileiro como um espaço político-ideológico, em que uma fração da classe dominante exerceu uma dominação moral e intelectual sobre as demais frações de classe, tornando-se hegemônica. Ao alcançar o Governo, os interesses desse bloco passaram a ser identificados como gerais e nacionais. E, por fim, o conceito de classe senhorial cunhado por Ilmar de Mattos<sup>6</sup> nos ofereceu a chave para a compreensão das disputas políticas no interior da classe dominante, uma vez que a identificação da ação dos proprietários de terra e escravos junto à Coroa, sobretudo a partir de 1831<sup>7</sup>, foi fundamental para entendermos o processo político que resultou no Regresso conservador<sup>8</sup>, sob a liderança saquarema, que colocou em prática a reforma da administração naval e criou as Companhias de Aprendizes.

No primeiro capítulo, ao trilharmos pelas interpretações oferecidas pela historiografia acerca da formação do Estado Imperial brasileiro<sup>9</sup>, indicamos o caminho que iríamos tomar

---

<sup>4</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cartas do Cárcere*. Tradução de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

<sup>5</sup> POULANTZANS, Nicos. *O Estado o poder, o socialismo*. Traduzido do Original *L' état, le pouvoir, le socialisme*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Ed. 1985; e *Poder político e classe sociais*. Tradução de Francisco Silva e revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

<sup>6</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC. 1987.

<sup>7</sup> Ver em: PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Classes Sociais na construção do Império do Brasil*. In Estado e Historiografia no Brasil. Niterói. EdUFF. 2006. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro/Dumará. 2013

<sup>8</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. 1987. Op. Cit.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sobras: a política imperial*. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC. 1987; GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (orgs). Et alii. *O Brasil Imperial*. Vol. II 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008; SALLES, Ricardo. 2013. Op. Cit.

para a análise de nosso objeto. A formação do Estado e reformulação da administração naval foram o centro de nossos objetivos neste capítulo. Embora o reconhecimento da independência e a promulgação da Constituição, foi necessário ao Império brasileiro, como uma nova nação, formar um aparato coercitivo para garantir a legitimação da Coroa que estava em formação e manter a unidade territorial, a Constituição e a ordem. Nesse processo, foi necessária a formação de uma Esquadra. Por outro lado, e à medida que se consolidava a nova nação e se conformava uma Marinha nacional, organizavam-se, sob o “manto” da Coroa, grupos de proprietários de terras e de escravos que viam na formação do novo Estado a garantia de manutenção de seus privilégios durante o processo de emancipação política: a grande propriedade e a manutenção das relações de produção e da escravidão<sup>10</sup>.

Após um período de contestações, o Império assistiu a uma série de revoltas incendiar o cenário político, ameaçando a estabilidade do regime. Os anos de 1830 presenciaram o enfraquecimento da política liberal, e a queda do gabinete de Diogo Feijó foi o ápice desse conflito. No mesmo período, percebe-se a ascensão do Partido Conservador no cenário político imperial. Ao alcançar o Governo, a fração de classe dos proprietários de terra e de escravos, liderada pelo núcleo dirigente conservador, a direção saquarema<sup>11</sup>, ao reformular a política militar, inclui a reformulação da administração naval, que ampliou seu aparato burocrático e administrativo pelo território do Império. A partir de 1840, foi estabelecida a Intendência da Corte, com os setores de Fazenda, Contadoria e Pagadoria, e na segunda metade daquela década foram criadas agências como as Capitânicas do Porto, instaladas em diversas partes do litoral e áreas de navegação pluvial, ampliando os mecanismos de controle e coerção do Estado.<sup>12</sup> Neste ponto foi importante propormos uma discussão com a tese clássica de que durante o período imperial, sobretudo durante a Regência, foi praticada uma política agressiva de redução das Forças Armadas<sup>13</sup>. Em contraposição à tese, apresentamos dados e análises em que foi possível apontar que, embora houvesse redução no Corpo de Praças da Armada, ela significou mais uma

---

<sup>10</sup> Ver em: PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. 2006. Op. Cit.

<sup>11</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. 1987. Op. Cit

<sup>12</sup> CAMINHA, Henrick Marques. *Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império*. Serviço de Documentação da Marinha, 1986.

<sup>13</sup> Ver em COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro Record, 2000.

tentativa de promover uma modernização na organização no Corpo de Marinheiros da Esquadra do que uma simples redução de seu efetivo.

No segundo capítulo, analisamos a aproximação entre políticos civis e o setor militar. Nossa análise consistiu em verificar em que medida o debate entre esses dois setores contribuiu para a elaboração do projeto de expansão burocrática e administrativa da Marinha pelo território nacional. Ao traçar a trajetória de alguns militares e o curso de suas carreiras, percebemos que, ao ingressarem na política, alguns desses militares, alcançando o Governo como ministros, participaram efetivamente de decisões e alianças políticas, um aspecto dessa aproximação que lança um pouco de luz sobre um suposto controle civil sobre os militares no período<sup>14</sup>. Verificamos que esses militares, ao se colocarem diante das disputas políticas travadas pelas principais correntes partidárias no período imperial, não só participavam das acaloradas discussões, mas também se posicionavam politicamente. A participação de alguns deles resultou em contribuições significativas nos rumos da política administrativa, burocrática e militar nos períodos de sua atuação. Homens como Tristão Pio do Santos, Jacinto Roque de Sena Pereira e Salvador José Maciel, cujas experiências políticas não eram menores que suas experiências nos campos de batalha, protagonizaram disputas políticas diante das clivagens entre conservadores e liberais, inclusive costurando alianças. A aproximação do político conservador fluminense Rodrigues Torres com as ideias do liberal Brigadeiro do Exército Salvador Maciel sobre a organização das praças da Marinha em corpos fixos será fundamental para a criação do espaço de educação e instrução militar na Marinha Imperial. A Companhia de Aprendizes-Marinheiros nasce da apropriação das ideias de Salvador Maciel por Rodrigues Torres. Quando o brigadeiro esteve à frente do ministro da Marinha, foi dele a ideia de criar um corpo militar organizado em companhias.

No terceiro capítulo, propomos discutir o processo de organização das praças da Armada Imperial. A criação de mecanismos alternativos ao recrutamento e à manutenção da disciplina é analisada como fundamental para a compressão da inserção das Companhias de Aprendizes na dinâmica do recrutamento. O objetivo é acompanhar a trajetória da institucionalização, normatização e organização das praças, iniciando pelas práticas e pelos mecanismos de recrutamento e seu impacto na formação das fileiras da Armada Imperial. À

---

<sup>14</sup> Ver a tese sobre o controle civil em HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

medida que as autoridades navais começaram a perceber que as velhas formas de recrutar herdadas do antigo regime português eram responsáveis por colocar a bordo indivíduos que ameaçavam a disciplina, passaram a repensar as práticas utilizadas para arregimentar seu contingente de praças. Para subsidiar nossa análise, nos debruçamos sobre a legislação específica sobre recrutamento e organização do Corpo de Praças, os Relatórios de Ministros e as discussões na Câmara que votavam as propostas de Fixação de Forças Navais. A operação será fundamental para remontar todo o processo que pretendeu reformular e organizar o Corpo de Praças da Marinha.

Uma das principais questões levantadas pelos ministros e pelos congressistas era o tamanho das fileiras de praças da Armada Imperial. Veremos que não se tratava simplesmente de aumentar ou diminuir o número das guarnições, mas que isso dependia muito dos objetivos do Governo e da conformação política da Câmara e sua relação com o próprio Governo. Um dos momentos mais críticos foi o pós-Abdicação<sup>15</sup>, sobretudo após o Ato Adicional, quando houve uma grande desconfiança por parte do Congresso de que o Governo liberal de Feijó pretendia aumentar a força naval, porém, no final daquela década, a ala conservadora já se articulava tentando se lançar como grupo preponderante. Esse embate pode ser percebido a partir da polarização entre o grupo de políticos conservadores e o Governo durante as discussões das Propostas de Fixação de Forças Navais na Câmara. Portanto, ao passo que o Governo pretendia elevar a força naval, como veremos durante a segunda metade década de 1830, enfrentava barreiras nas desconfianças dos deputados. Porém, na verdade, ele encontrava pela frente uma bancada parlamentar conservadora que não estava disposta a colaborar com suas pretensões, e na qual já articulavam homens como Bernardo Pereira de Vasconcellos e Joaquim José Rodrigues Torres, que, junto a Pedro de Araújo Lima, irão compor o Gabinete da Reação Conservadora de 19 de setembro de 1837.<sup>16</sup>

No quarto e último capítulo, aproximaremos nossas lentes do nosso objeto e voltaremos àquelas questões que surgiram no início da pesquisa. Nesta parte final do trabalho, tentamos demonstrar como a Companhia de Aprendizes-Marinheiros foi inserida nos mecanismos de recrutamento para a Armada Imperial e como as políticas elaboradas pelo poder

---

<sup>15</sup> Período logo após a abdicação de D. Pedro I, marcado por forte ebulição política e revoltas contra o Governo Central nas principais províncias do Império. Foi o início do período das Regências, durante 1831 e 1841, instituídas por motivo da impossibilidade de o príncipe regente assumir o trono devido a sua menoridade. No primeiro momento, foi adotada a Regência Trina, em que o gabinete do Governo era formado por três regentes; no segundo momento, em 1834, com o Ato Adicional, instaurou-se a Regência Uma, eleita por votação nacional.

<sup>16</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. 1987. Op. Cit.

central atingiram a vida e a dinâmica social das províncias, das vilas e dos vilarejos, com a disseminação e promoção do recrutamento da infância. Depois de um período de 15 anos após a criação da Companhia de Aprendizes da Corte, o Governo buscou consolidar o projeto criando mais duas unidades em 1855, e com elas baixou o decreto com seu Regulamento, definindo que cada unidade teria um comandante, conferindo certa autonomia à instituição dentro da cadeia de subordinação e comando da Marinha. Estipulou, entre outras coisas, o número de aprendizes em cada unidade, a rotina dentro da instituição, as punições e os castigos e estabeleceu um prêmio em dinheiro para pais ou responsáveis que entregassem seus filhos e protegidos à Marinha.

Com a criação e consolidação das Companhias de Aprendizes, o recrutamento de menores foi regulamentado, ampliando o universo de recrutáveis. Porém o sucesso do projeto dependeu do esforço das instâncias de poder local e regional debaixo de muita pressão do Governo Central. Esses impulsos acabaram por formar uma rede de agentes públicos com auxílio de setores privados na promoção do recrutamento da infância. Veremos que todo esse mecanismo contou com a participação e colaboração da imprensa local, exercendo papel importante na difusão e circulação do discurso do Governo para atrair e convencer pais, parentes, tutores e responsáveis a entregarem seus menores à Marinha. Os jornais contribuíram significativamente para a manutenção da rede que se formou em torno da prática do recrutamento, uma vez que, além de aguçarem a população para o pagamento de um prêmio em dinheiro, conclamavam e mobilizavam toda a sociedade para aproximação com as Companhias de Aprendizes, com a promessa de que seus filhos seriam educados e instruídos profissionalmente pela Marinha Imperial.

Descendo mais nossa lente, debruçamo-nos sobre o funcionamento das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Analisamos com mais proximidade o recrutamento nas províncias de Pernambuco e de Santa Catarina. As opções que se mostraram viáveis, não só pela disponibilidade de documentos, mas também pela localização geográfica, pelas características regionais e pela formação cultural, social e econômica das duas províncias. Nossa intenção foi analisar a ação dos agentes públicos – como juízes, polícia, Guarda Nacional, capitães do Porto e inspetores dos Arsenais de Marinha – e dos particulares – os familiares e aqueles que viram no recrutamento da infância uma forma de obter uma renda extra

com o recebimento de um prêmio em dinheiro<sup>17</sup>. Aproximando mais ainda a lente, partimos em busca das histórias do recrutamento de alguns meninos que ingressaram na Companhia e tentamos reconstruir o caminho que os levou até a Instituição, por meio das histórias e das trajetórias de alguns deles, suas origens e idades, cor da pele, tipos de cabelo, forma de entrada, quem os entregava aos recrutadores e as fugas e deserções. Debruçamos-nos, ainda, sobre a rotina de uma Companhia, buscando saber como era o ambiente que reunia ou que pretendia reunir duas centenas de meninos e quais a preocupação e os cuidados, como saúde e alimentação, que a Marinha dispensava a eles. Por fim, esperamos contribuir, com este estudo, para um melhor entendimento acerca do marinheiro, que, ao longo do século XIX, provocou e sofreu transformações ao ponto de uma instituição reorientar suas práticas e mecanismos de recrutamento e que, ao fim e ao cabo, tornou o *ser marinheiro* uma profissão.

---

<sup>17</sup> Foi estipulado o prêmio de 100\$000 reis para aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer. Ver em: Decreto 1.591, de 14 de abril de 1855. Manda observar as Instruções pelas quais deve ser feito o alistamento de voluntários e recrutas para o serviço da Armada. Coleções de Leis do Império. Acesso: <http://www2.camara.leg.br/>

## Capítulo I

### **A construção do Estado Imperial: abordagens e interpretações sobre as relações políticas no Império do Brasil**

#### **1.1 Por uma Marinha nacional: a reforma administrativa da Marinha**

O processo de construção do Estado Nacional brasileiro<sup>18</sup>, em meados do século XIX, impôs aos seus construtores, além de um enorme esforço político e considerável capacidade de formular estratégias burocráticas e administrativas, a necessidade de combinar variações de forças disponíveis no campo político e partidário. A elaboração de uma agenda arquitetônica que viabilizasse a obra foi possível na medida em que se conseguiu reunir em torno de um projeto nacional as forças políticas antagônicas em nome de um desejo comum. Nessas disputas, configuravam-se projetos que combinavam correntes ideológicas modernizantes, destaque para o pensamento liberal europeu que já havia alcançado a América Anglo-Saxônica, disputando o espaço político com as ideias conservadoras associadas aos antigos proprietários de terras e escravos das lavouras tradicionais. Combinaram-se as mais variadas correntes do liberalismo europeu e suas variantes nacionais, e à medida que seguiam elaborando e reelaborando suas estratégias no campo das possibilidades políticas no cenário nacional, colocavam-se em disputas projetos políticos modernizadores para o Império, e, ao longo do processo, um deles foi capaz de reunir, no seu entorno, uma força capaz de colocá-lo em prática.

Segundo Weber, o processo de formação do Estado Nacional<sup>19</sup> baseia-se fundamentalmente nas prerrogativas de racionalização e ampliação de sua rede administrativa

---

<sup>18</sup> Sobre a formação do Estado Nacional brasileiro, ver em: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sobras: a política imperial*. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC. 1987; GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (org.). Et alii. *O Brasil Imperial*. Vol. II 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008; SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro/Dumará. 2013.

<sup>19</sup> Lançamos mão da concepção de Estado Moderno que surge durante o século XVI, que se opõe ao Estado Feudal; o Estado pensado aqui é formado por estruturas política, administrativa, burocrática e econômica complexas, cuja característica principal é centrada nas relações de produção capitalista. Nossa concepção ficará mais clara quando discutirmos, mais à frente, as críticas sofridas pelas análises que se apoiam na matriz gramsciana para analisar o

e burocrática. A formação de forças militares regulares por meio da promoção dos mecanismos de recrutamento<sup>20</sup> seria uma dessas prerrogativas pelas quais o Estado passa a exercer o monopólio da violência.<sup>21</sup> Nesse sentido, a força de um Estado pode ser medida por sua capacidade de arregimentar homens para formação de forças militares nacionais. À medida que se encaminhava o processo de formação do Estado Imperial brasileiro, as frações de classe da classe dirigente forjavam seus projetos e lutavam pela construção de uma hegemonia sobre as demais frações de classe, e, na esteira desse processo estava em curso, durante a reformulação administrativa e burocrática do Estado, a reformulação das Forças Armadas no conjunto das reformas promovidas por projetos políticos concorrentes. Porém alguns trabalhos compreendem que, ao longo dessa trajetória, houve uma bifurcação. Se, por um lado, as reformas do setor militar eram vistas como aparato de fortalecimento do Estado contra ameaças, inclusive internas, por outro constituíam o fortalecimento do governo. Como parte da estrutura burocrática administrativa do Estado, um governo centralizado poderia contar com uma força militar organizada e numerosa.<sup>22</sup> Portanto, faz sentido pensarmos em que medida a capacidade de organização de mecanismos de recrutamento para formação de forças regulares contribuiu para a ideia de um Estado moderno no Brasil em meados do século XIX. Portanto, nos parece bastante profícuo o estudo da formação dos Estados Nacionais modernos a partir da formação e constituição de suas forças militares regulares e das instituições militares e de seu campo de atuação, sobretudo de seu espaço de ação.

Nesta perspectiva, este trabalho propõe analisar a criação de uma instituição de ensino militar criada em 1840, que se tornou uma das principais portas de entrada para o processo de

---

Estado Imperial brasileiro. Destacaremos a noção de processo por meio da qual o pensador italiano sugere como categorias analíticas os conceitos de sociedades ocidentais tardias e ocidente periférico para explicar a complexidade do processo dessas sociedades, as quais passariam por similaridades, combinando características orientais e ocidentais.

<sup>20</sup> Para Charles Tilly, a criação de Forças Armadas colaborou para a formação de uma estrutura de Estado duradoura; sua criação e manutenção induziram à instalação de organizações complementares, entre elas tesouros, serviços de abastecimento, órgão de coleta de impostos e mecanismos de recrutamento. (Charles Tilly: 1996, pg. 127). Veremos neste trabalho que a reforma promovida na Administração Naval introduziu uma série de serviços que, por sua vez, contribuiu para reorganização e ampliação da administração pública do Estado.

<sup>21</sup> WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

<sup>22</sup> Nesta perspectiva, foram formulados modelos explicativos e teses na tentativa de dar conta dos processos políticos que envolveram a participação das Forças Armadas, como as teses de Erradicação, de Edmundo Campos Coelho, e de Controle Civil sobre os Militares, de Samuel P. Huntington, para ficarmos com as mais citadas em trabalhos sobre o envolvimento dos militares na política. Vale chamar atenção neste ponto que, durante o Império, o contingente das Forças Armadas era decidido por votação no Plenário da Câmara por meio das Propostas de Fixação de Forças encaminhadas pelos ministros da Guerra e da Marinha.

formação de praças para a Marinha Imperial após a segunda metade do século XIX. Neste sentido, nossa proposta é investigar o processo de criação da primeira Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Império, processo que se verificou no momento de construção do Estado Nacional brasileiro e da reforma administrativa da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, que, por sua vez, estava inserida no bojo do projeto modernizador.

As Companhias de Aprendizes-Marinheiros surgiram na segunda metade do século XIX. Essas agências tentaram cumprir o expediente do recrutamento e da formação e, sobretudo, de fixar um corpo de praças para a Marinha Imperial brasileira, que até então era formado exclusivamente pela marinhagem<sup>23</sup>, homens provenientes, em quase sua maioria, do recrutamento forçado<sup>24</sup> e com alguma experiência marítima, porém pouca ou nenhuma experiência militar.

No final do período da Regência, sobretudo a partir de meados do século XIX, percebem-se significativas alterações na administração naval a Marinha Imperial começaria a promover reformas administrativas, ampliando e reformulando suas agências militares. A partir de 1840, a Intendência da Corte congregaria o setor de fazenda, de contadoria e de pagadoria, e, no decorrer da segunda metade do século XIX, percebe-se uma estrutura administrativa mais complexa comparada à da época da emancipação política, em 1822. No bojo das mudanças de ordem burocráticas, percebem-se também reformas e a ampliação das estruturas físicas, na tentativa de viabilizar a ação militar nas províncias, sobretudo no extenso litoral do Império.

Em 1843 foram criadas as Estações Navais Permanentes no litoral brasileiro: Estação do Norte, com sede no Pará; Estação do Centro, com sede na Bahia e Estação do Sul, com sede no Rio de Janeiro. Essas agências tinham a função de inspecionar e fiscalizar a navegação mercante, ação que se estendia ao tráfico negreiro. A partir de 1846, foram criadas sucessivamente as Capitânicas de Porto. As primeiras foram: Capitania da Corte no Rio de Janeiro, do Pará, de Pernambuco, da Bahia, de Santa Catarina e a de São Pedro do Rio Grande

---

<sup>23</sup> O termo marinhagem, proveniente da Marinha portuguesa, designava todo aquele que realizava fainas em um navio. Porém, no decorrer do desenvolvimento das especializações e da divisão do trabalho em um navio, marinhagem passa a ser o indivíduo que, embora não tenha capacidade de desenvolver trabalhos para movimentação de uma embarcação, é designado para outras funções comuns a outras atividades que possam ser desenvolvidas sem um determinado conhecimento técnico de navegação. Ver em CASTRO:2013. Pg. 55-59.

<sup>24</sup> A palavra recrutamento, no século XIX, em detrimento ao voluntariado, não vinha acompanhada do adjetivo forçado; por si só encerrava seu significado, dando conta de sua natureza e de seu sentido social, ser recrutado era ser pego “no laço” para o serviço militar. Uma imagem das formas e maneiras utilizadas pelas autoridades locais para executar o recrutamento durante o século XIX se encontra na peça *O Juiz de Paz na Roça*, de 1838, de autoria de Martins Pena.

do Sul. Instaladas, essas agências tinham a competência de regulamentar, fiscalizar e controlar as atividades de navegação nos portos e ainda tinham a função de representar o poder público. No exercício do poder de polícia, eram incumbidas de manter o domínio público nas questões marítimo e fluvial.<sup>25</sup>

As mudanças e alterações na estrutura e na administração naval são oriundas das discussões acerca da ampliação das agências navais pelo território do Império; elas se intensificaram no declínio do gabinete liberal de Antônio Diego Feijó e, já no primeiro gabinete liderado por Araújo Lima, partiam do gabinete da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, por meio de relatórios ministeriais e propostas de fixação de forças, e chegavam à Assembleia Legislativa, onde ganharam força, juntamente com outras matérias que visavam à reestruturação administrativa e burocrática do Estado. Esse processo discutiremos no Capítulo II, quando forem analisados o processo de aproximação entre políticos e militares na transição para o Estado moderno brasileiro e a expansão burocrática da administração naval, e no Capítulo III, ao analisarmos a organização das praças para a Marinha Imperial.

No centro das discussões, havia grupos contrários e defensores da causa militar, porém as rédeas do jogo estavam nas mãos da elite política, que disputava acirradamente modelos e projetos para a reformulação do Estado. O cenário de reivindicações, muitas vezes, tomava contornos conflituosos, mas por vezes surgiam conformações políticas amistosas que tornavam os projetos e as ações políticas viáveis.<sup>26</sup> As questões que levantamos são no sentido de compreender como foi possível, no ambiente de disputas políticas e a partir da reforma administrativa promovida pela Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, criar na província do Rio de Janeiro uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Em que medida a instituição atenderia tanto ao recrutamento quanto à formação de marinheiros para a fixação de um corpo de praças? Quem deveria compor o quadro de alunos daquela instituição? Em que se fundamentava essa formação; havia um modelo educacional a ser seguido pela instituição? Em que medida a instituição atenderia à demandada da Marinha Imperial por homens? São questões que tentaremos responder nesta análise. Entretanto deveremos, antes de entrar propriamente nas questões centrais deste estudo, levantar as discussões acerca da formação do Estado brasileiro.

---

<sup>25</sup> CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília – Rio de Janeiro. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989. p. 51-52.

<sup>26</sup> Ver: MATOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987. p. 112 e SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Pg. 30.

Embora o período que compreende o processo de formação do Estado Nacional brasileiro seja privilegiado por interpretações historiográficas densas, de conteúdo teórico-metodológico bem diversificado, poucos são os trabalhos que se debruçaram sobre a temática militar para compreensão da construção do Estado nacional brasileiro. Circunscrevendo o tema à Marinha, são poucos os que abordam a instituição.<sup>27</sup> Assim como as demais agências do Estado Imperial brasileiro, a Marinha esteve envolvida na construção da Nação desde o processo de emancipação. Protagonizou episódios desde a chegada da Corte e sua fixação na então colônia, escoltando a transmigração da Corte portuguesa e na tomada de Caiena, ao norte das possessões portuguesas, contra os franceses em 1808; passando pelos conflitos contra os núcleos aliados à causa portuguesa no contexto da emancipação da metrópole em 1822 e nos conflitos ao sul das possessões do Império do Brasil; até as lutas pela defesa das fronteiras da Região do Prata, que culminaram na guerra contra a República paraguaia, em 1865.<sup>28</sup> Esses episódios marcam a presença da Marinha não só na garantia do território nacional e de sua integridade, mas também na construção de uma identidade nacional, ao longo de sua trajetória enquanto força militar nacional.

A criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros pode ter contribuído nesse sentido, pois, ao longo da segunda metade do século XIX, o projeto ganhou força até se constituir em um projeto de envergadura nacional. De 1840, ano da criação da primeira Companhia, instalada na Corte, até 1874, quando foi criada a Companhia de Aprendizes-Marinheiros em Maceió, Alagoas, foram criadas 18 Companhias pelo território do Império. Nos recantos mais longínquos foram instaladas agências militares, indicando não somente a ampliação e a intensificação da ação do Estado naquelas áreas, mas também a presença de sua face armada. Por outro lado, a presença de uma instituição de Ensino de caráter militar, que recruta crianças e jovens, provavelmente alterou a dinâmica local e a vida de seus moradores e tinha a intenção de mudar a percepção sobre a vida militar. Embora sem abordar uma perspectiva de relação com a formação do Estado Nacional, alguns dos poucos trabalhos tentaram dar conta de alguns aspectos das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Solyane Silveira Lima, abordando o caráter educacional em uma perspectiva comparativa entre a Escola

---

<sup>27</sup> Faremos mais à frente um breve levantamento sobre autores que se debruçaram sobre a história naval brasileira.

<sup>28</sup> Trabalhos sobre a história da participação da Marinha Imperial no processo de formação do Estado nacional brasileiro, desde a chegada da Família Real, passando pela independência política de 1822, a guerra contra os núcleos remanescentes contrários a essa emancipação e o período das revoltas regenciais, até os conflitos no extremo sul, como a Guerra da Cisplatina e guerra contra o Paraguai, são encontrados na Coleção História Marítima Brasileira. 10 Volumes. Vários autores. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.

de Aprendizes-Marinheiros de Sergipe e a Escola de Alunos Marinheiros de Lisboa, ambas criadas na segunda metade do século XIX, sugere que a formação do jovem que ingressava na instituição não visava somente à formação profissional para atender à demandada da Marinha, mas também buscou orientar uma educação moral de crianças e jovens como requisito de inserção social.<sup>29</sup>

A dimensão nacional da Companhia de Aprendizes-Marinheiros só foi possível após seu período de experimentação na província do Rio de Janeiro. Foram 15 anos de experiência entre a primeira Companhia e a criação das Companhias do Pará e da Bahia, em 1855. Ainda não foi possível saber o que levou a Marinha a aguardar esse espaço de tempo para a retomada do projeto. Sugerimos que, tendo em vista que a província do Rio de Janeiro constitui-se em um laboratório,<sup>30</sup> a Companhia de Aprendizes-Marinheiros foi mais um projeto que teve a Corte como espaço de experimentação. Na medida em que compunha a reestruturação da Marinha Imperial na esteira das reformas do Estado em meados do século XIX, a Companhia de Aprendizes fez parte de um conjunto de medidas do projeto nacional em curso, forjado por uma fração do partido conservador, a liderança saquarema.

## 1.2 O Estado Imperial: matrizes explicativas e perspectivas teóricas sobre a formação do Estado Nacional brasileiro

Marcado por continuidades e descontinuidades, o processo de construção Estado brasileiro, embora tenha demonstrado fôlego e certa identidade política, manteve muito da matriz metropolitana, seja na estrutura administrativa, seja pela opção monárquica após a falência do Antigo Sistema Colonial. Se por um lado as continuidades possam ser explicadas pelo fato dos homens que almejaram sua emancipação estarem ligados a uma ideia reformista metropolitana, por outro, as descontinuidades nos parecem mais atraentes para uma análise do que fugiu à regra durante o processo de construção do Estado brasileiro, pois, para Ilmar de Mattos,

---

<sup>29</sup> LIMA, Solyane Silveira. “Recrutá-los Jovens”: A Formação de Aprendizes-Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). 2013. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte/MG 2005.

<sup>30</sup> A Corte como espaço de experiências, ver em MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit.

Os homens que realizaram a emancipação política do Brasil representariam o elo de ligação entre os elementos portugueses, engajados num projeto reformista, do qual faria parte, de modo ativo, a alta burocracia, e os políticos Imperiais forjadores de uma unidade e uma centralização. Uma proposição que sublinha unicamente a continuidade, num processo no qual as descontinuidades é que constituem o pano de fundo que possibilita perceber o que permanece.<sup>31</sup>

Embora houvesse uma estreita ligação entre a burocracia que se formava na ex-colônia e os elementos portugueses do outro lado do Atlântico, a formação administrativa do Império foi resultado das lutas e disputas políticas internas, que muitas vezes se distanciavam de sua origem portuguesa. Na medida em que as instituições herdadas pelo novo Império eram matizadas de acordo com sua antiga metrópole, houve a necessidade de fomentar a produção de uma cultura imperial, construir um ideário de nação independente e de um Estado nacional moderno. A construção de uma identidade nacional foi fundamental para o sucesso da empreitada. Por outro lado, os construtores do Estado Imperial brasileiro não abriram mão das conquistas alcançadas durante o processo de emancipação, muito menos das instituições forjadas no período colonial. Segundo Ilmar de Mattos,

Podemos dizer, por um lado, que este sentimento aristocrático – síntese da visão política e da sociedade prevalece à época da maioria – expressava um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de emancipação política não objetivaram alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Idem. Ibidem. Pg. 112.

<sup>32</sup> Idem. Op.Cit. Pg.114.

Na colocação do autor, a sociedade imperial foi construída nos pilares da sua congênere colonial. Neste aspecto, a contribuição de Ricardo Salles é fundamental para verificarmos de que tipo de sociedade está falando Ilmar. Para Salles,

O desenvolvimento da sociedade escravista imperial implicou um deslocamento crescente do nível de realização dos interesses da classe dominante escravista do plano imediato da produção e manutenção direta das relações de produção para o da consolidação e expansão de um Estado e de uma sociedade específica, a sociedade imperial.<sup>33</sup>

Para o autor, a transição entre a colônia e o Estado Imperial consistiu na manutenção de um de seus grandes pilares, a escravidão, a manutenção de uma relação de produção que excluiu o trabalhador que não dispunha de qualquer meio de produção – a condição do cativo o reduzia a mercadoria dentro de um sistema capitalista de produção. Para Ricardo Salles, só é possível verificar o caráter efetivo da sociedade escravista analisando a capacidade de uma classe de senhores de escravos organizar a dominação sobre o conjunto de uma formação social. Em sua análise sobre o processo de construção do Estado Nacional brasileiro, o autor chama atenção para o fato da incorporação de uma relação de produção que constituiria uma de suas contradições fundamentais. A discussão sobre a escravidão mobilizou tanto a classe política quanto a dos proprietários de terra, embora não houvesse consenso entre elas sobre liberação dos escravos; é necessário que se faça a distinção na raiz do sistema de produção, tendo em vista que o discurso atravessará o ambiente privado e alcançará as esferas do poder público.

O campo de discussões acerca do escravismo era mais amplo que a polarização entre os defensores e os contrários à manutenção da escravidão: ramificava-se de acordo com os interesses políticos, sociais e econômicos. Os discursos tinham origem, direção e objetivos bem claros, como analisou Miriam Dolnikoff. A autora aponta que uma fração da elite ligada ao liberalismo brasileiro via na manutenção da escravidão um mal para o País; entretanto, as frações de proprietários de terras e escravos tinham na escravidão a garantia da expansão da

---

<sup>33</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro/Dumará. 2013.

economia de sua região. Essa parte da elite agrária criticava aqueles que defendiam o fim imediato da escravidão, argumentando que deveria ser gradual a liberação da mão de obra escrava. A autora coloca, ainda, que esse discurso atravessava as questões materiais e ancorava na defesa da contribuição identitária que a escravidão fornecia à construção da Nação.<sup>34</sup> As discussões fomentadas pelo tratado com a Inglaterra, em 1827, sobre o fim do tráfico de africanos, que resultou na Lei de 7 de novembro de 1831, ameaçavam o modo de produção escravista, sobretudo a garantia ao direito de propriedade.<sup>35</sup>

Para Ilmar de Mattos, era fundamental compreender as esferas públicas e privadas como espaços de poder. Na passagem a seguir, de *O Tempo Saquarema*, o autor, ao distinguir entre governar a casa e governar o Estado, aponta que, por exemplo, governar a escravaria significa manter inscrita a ordem escravista vivenciada e interiorizada tanto por dominadores quanto por dominados, e que, por outro lado, o governo do Estado, exercido pela “boa sociedade”, deve propor que

tal tarefa se propunha numa conjuntura que se distinguia tanto pela sua ascensão à direção daquilo que a historiografia convencionou denominar de poder público, quanto pela pressão inglesa visando à extinção do tráfico negreiro intercontinental e pelas insurreições crescente dos escravos, em diferentes pontos do Império. Governar o Estado consistia, pois, em não só coibir as exagerações daqueles que governavam a casa, tanto no que diz respeito ao mundo do governo quanto no que tange ao mundo do trabalho, mas em sobretudo empreender as tarefas que eram entendidas como transcendentais às possibilidades daqueles, entre as quais avultavam a classe. Governar o Estado era, no fundo e no essencial, elevar cada um dos governantes da Casa à concepção da vida estatal.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005. Pg. 35.

<sup>35</sup> BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*, Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

<sup>36</sup> MATOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987. Pg.120.

Seja no processo de construção da identidade nacional ou da manutenção das relações de produção, o Estado era a garantia e o lugar privilegiado para a dominação de classe, que, por meio da reformulação de seu aparato coercitivo, seguia a marcha da renovação. Os conflitos das diferentes classes e setores sociais alcançavam o Estado e, no seu interior, as frações de classes das classes dominantes levavam a cabo seus projetos. A organização de tropas militares constituía um dos pilares para conquista e manutenção da ordem. Desde o momento da emancipação política no Império do Brasil, a organização de tropas militares foi um fator indispensável para sua manutenção; logo após a independência, o movimento que buscou juntar uma força militar disposta a lutar pela causa do Império constituiu um esforço da coroa que se formava. Constituída de elementos portugueses e de nascidos no Brasil, a força militar da nova Coroa lançou-se contra os núcleos de resistência defensores da causa portuguesa. Garantiu-se, assim, a implementação do projeto da fração de classe dos proprietários de terras e escravos. A resistência de alguns centros que apoiavam a causa portuguesa fez com que as tropas do Império brasileiro agissem mais energicamente. A atuação da Marinha nesses conflitos foi intensa, e embora boa parte da Esquadra se mantivera do lado brasileiro, ela foi formada por alguns navios da antiga Esquadra portuguesa. Alguns oficiais permaneceram fiéis às Cortes portuguesas, e alguns se aliaram à nova Esquadra, entretanto o novo Império independente necessitou contratar militares estrangeiros para o quadro de oficiais da Marinha brasileira. Contudo, foi possível dissolver todos os centros de resistência e expulsar aqueles que não se aliaram à causa do Império brasileiro. O passo seguinte era colocar em prática o projeto de nação em curso e criar para ela uma Constituição.

A historiografia sobre a construção e formação do Estado Nacional brasileiro é bastante rica em interpretações, sobretudo no campo da História Política. As análises se orientam em dois grandes eixos interpretativos: as de orientação weberiana e os trabalhos da vertente marxista. Fortemente influenciada pelas análises da sociologia política, a chave de entrada da grande maioria dessas interpretações se dá pela disputa de projetos políticos. Ramificam-se metodologicamente em análises macro-analíticas, privilegiando o poder central como a esfera das relações de poder, e em análises que se dedicam ao papel das províncias no jogo político. Entretanto, nessas análises, destaca-se sobremaneira o papel da elite na articulação de projetos em disputa. A investigação de boa parte dos trabalhos se debruça nos debates na esfera das agências do Estado, isto é, na esfera da sociedade política, deixando de

fora as agências na sociedade civil, espaços fundamentais no jogo político na formação do Estado Nacional brasileiro. Por outro lado, é muito significativa a contribuição de boa parte desses trabalhos para a compreensão do processo político de formação do Estado brasileiro e de seus construtores.

Grande parte dos construtores do Estado Nacional brasileiro é identificada como uma elite letrada, formada nos centros acadêmicos europeus, sobretudo em Coimbra. Seria essa elite que iria conformar, em meados do século XIX, uma nação moldada nos ideais da civilização europeia. Coimbra teria sido o apogeu de formação de uma constelação de intelectuais que, embora recrutada entre setores sociais dominantes heterogêneos, alcançou certa homogeneidade ideológica por ter frequentado os círculos acadêmicos portugueses e, ao retornar ao Brasil, ter seu treinamento finalizado por meio do exercício nos cargos da burocracia estatal do Império. Seria essa a fundamental característica da elite imperial que favoreceu a construção e a manutenção da unidade nacional. Para José Murilo de Carvalho, a característica essencial para essa homogeneidade era a educação superior; segundo ele, essa formação era um fator de distinção.

Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos só a formação jurídica.<sup>37</sup>

As formulações de José Murilo de Carvalho estão centradas na apropriação da teoria geral das elites. Baseando-se em Mosca e Pareto<sup>38</sup>, o autor opera com as características gerais

---

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das Sobras: a política imperial. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013. Pg.21.

<sup>38</sup> O argumento central da tese de Mosca e Pareto consiste em: “Em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, sua competência e seus recursos,

de Estado moderno na perspectiva weberiana, em que a ordem legal, a burocracia, a jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso da força são características essenciais desse Estado. Ainda na perspectiva weberiana, o autor trabalha com a concepção patrimonialista de Estado, uma vez que, no Estado brasileiro, a dominação patrimonial passou ao desenvolvimento da dominação patriarcal, isto é, seu desenvolvimento é pautado no grau de organização e na existência de um corpo de funcionários treinados burocraticamente.

Em suas formulações, o autor, ao destacar a formação jurídica da elite, afirma que teria sido essa elite que, ao chegar nos altos cargos das esferas do governo, conduziu toda a trajetória do projeto de formação do Estado brasileiro. Muitos dos filhos dos setores sociais dominantes partiram para Coimbra almejando o curso de Direito, porém regressaram com outra formação. Foi o caso de Joaquim José Rodrigues Torres, que seguiu para Coimbra para cursar a cadeira de Direito e voltou com a formação em Matemática. Retornando algum tempo depois ao Velho Continente para uma especialização acadêmica na sua área de atuação, Torres foi lente da Academia Militar na cadeira de Matemática. Atuou em vários cargos públicos, corroborando a trajetória traçada por José Murilo de Carvalho para os intelectuais da elite Imperial: de treinamento burocrático, circulando em vários espaços da burocracia estatal de poder e alcançando os níveis mais altos da administração pública. Tornou-se um político influente na província do Rio de Janeiro, onde conseguiu destaque como seu primeiro presidente, passando de convicções liberais às conservadoras em meados dos anos de 1830. O político fluminense foi uma das peças do grupo que mais tarde será denominado de “A Trindade Saquarema”.

Nas disputas entre os projetos liberais e conservadores nas décadas de 1830 e 1840, período que culminou no Regresso conservador até a década de 1860, foi o grupo político fluminense que se destacou no cenário político imperial. Os saquaremas, grupo de políticos integrantes e defensores dos interesses dos proprietários de terras e escravos do sul fluminense, tomaram as rédeas do jogo político, se posicionando à frente das disputas políticas entre projetos de nação idealizados pelos dois principais partidos do Império, liberais e conservadores. Oriunda do Partido Conservador, a direção saquarema orquestrou a ação política junto à Coroa, implementando os interesses de seu grupo, a classe senhorial. Para Ilmar de Mattos, a liderança fluminense era o centro do partido. Segundo o autor,

---

se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria” (GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999).

A “trindade saquarema” constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do período regencial e o nascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos da “ação”, mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado Imperial”.<sup>39</sup>

À medida que se projetavam enquanto classe sobre os demais grupos políticos, os saquaremas seguiam sua arquitetura de dominação do Estado. Ilmar de Mattos chama atenção para esse processo que se confunde com o próprio processo de construção do Estado imperial. O apogeu do Império é justamente o ponto culminante da dominação do Executivo pela liderança saquarema e sobre as demais frações de classes e, sobretudo, foi a dominação do Estado pela classe senhorial escravista.

Alguns trabalhos deslocam suas lentes para atuação das províncias, concentram seus esforços analisando a atuação e os arranjos políticos promovidos pelas elites locais. Essas análises apontam para a sofisticação desses arranjos políticos que, junto à Corte, conseguem influenciar e implementar os interesses das províncias nas políticas de Estado. Um exemplo foi a discussão sobre o modelo administrativo a ser adotado pelo governo, se federalista ou unitário. Nesse embate, é possível verificar o papel atuante de uma elite detentora de poder local, sendo que uma fração considerável dessa elite apoiava o federalismo como forma de governo para o regime monárquico. O federalismo foi duramente combatido pelas forças em defesa de um modelo administrativo unitário, estas identificadas geralmente com a elite mais próxima à Coroa. O primeiro reinado foi o apogeu da política centralizadora, embora a Constituição de 1824 tenha retirado das províncias certa margem de autonomia, restando a elas pouco espaço de atuação nas decisões do poder central. Após a abdicação, as opções disponíveis aos construtores da Nação estavam nas disputas entre os projetos da reforma liberal dos anos de 1830, o projeto unitário e o projeto federalista, que sai vencedor. Segundo Dolhnikoff, no contra fluxo das matrizes explicativas que destacam o caráter centralizador do Estado brasileiro, em 1824 e 1840, no apogeu do centralismo, as províncias mantinham uma certa margem de autonomia. Miriam Dolhnikoff argumenta que

---

<sup>39</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. Pg. 108.

A unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização, mas graças à implementação de um arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram, ao contar com a autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos Deputados.<sup>40</sup>

Portanto, além dos espaços no governo e na Câmara de Deputados, as discussões passavam pelas instâncias municipais de poder ou até mesmo nestas se originavam. Outro estudo que destacou a importância dos poderes locais nas decisões do Governo Imperial foi realizado por Maria de Fátima Gouvêa, que chamou atenção para a importância das Assembleias Provinciais. Embora muito distantes do poder central, eram um

Espaço essencial para a consideração e a acomodação da extraordinária diversidade de interesses que pululavam nos espaços provinciais. Não apenas isso, mas também deputados provinciais capazes de inter-relacionar os vários grupos políticos, econômicos e sociais em apoio à definição e à implementação de um programa de defesa da agricultura de exportação baseada no uso da mão de obra escrava.<sup>41</sup>

A autora destaca que as relações ultrapassavam os espaços públicos de discussões políticas e reverberavam na esfera privada. A passagem parece indicar que os grupos econômicos e sociais defendiam seus interesses a partir das assembleias provinciais. Na obra

---

<sup>40</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Op. Cit. Pg. 14.

<sup>41</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. Pg.10.

de José Murilo, é apontada a existência de associações de classe como a Sociedade Auxiliadora da Indústria, que correspondia, na verdade, à atividade produtiva, na época a agrícola. Embora o autor não a identifique como um organismo de natureza política, ressalta que não tinha força para pressionar o governo em defesa de seus associados. Entretanto é curioso notar que o autor destaca que, além de existir entre seus membros uma gama considerável de políticos, a sociedade recebia dotações do orçamento geral.<sup>42</sup> Contudo, para sabermos como funcionaria uma relação entre a esfera pública e setores privados, associações e clubes, núcleos representativos de uma determinada classe, nos moldes da Sociedade Auxiliadora da Indústria, seria necessário um estudo analítico verticalizado de suas relações e seus integrantes com a esfera pública. Retornaremos a este ponto mais à frente, quando discutiremos os trabalhos de Pedro Marinho<sup>43</sup> e Théó Lobarinhas.<sup>44</sup>

As análises sobre a participação das províncias e das elites locais nos processos decisórios no governo central apresentam contribuições e alternativas àquelas que se pautam na análise da dinâmica política a partir do centro do poder. O trabalho de Ilmar de Mattos, embora tenha rompido com a historiografia que, desde Fernando Uricoechea, se apoia na concepção de estado burocrático-patrimonial, concentra-se na compreensão do Estado a partir da dinâmica política desenvolvida na Corte. O distanciamento de Ilmar de Mattos daquela historiografia foi seguido por Ricardo Salles. Diferentemente da posição de José Murilo de Carvalho, o autor aponta que

Havia as diversas sociedades que se formavam em torno de determinadas reivindicações e temas políticos como, por exemplo, a Sociedade dos Amigos de tendências anti-monarquistas do final do Primeiros Reinado, a Sociedade defensora da Liberdade e Independência Nacional dos primeiros momentos do período regencial, em caráter mais informal, a organização das facções políticas

---

<sup>42</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. Pg.21.

<sup>43</sup> MARINHO, Pedro Eduardo. Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói-RJ. 2008.

<sup>27</sup> PINHEIRO, Théó Lobarinhas. “Os Simples Comissários”: negociantes e política no Brasil Império. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói - RJ. 2002

em clubes como o da Joana e o da Imperatriz, nos primeiros anos do Segundo Reinado.<sup>45</sup>

Continuando seu raciocínio, Salles segue afirmando que

O resultado foi que tanto o Estado como a sociedade civil imperais constituíram-se em um aparato político-ideológico que gozou, durante um período prolongado de tempo, de grande margem de aceitação de identificação com os interesses gerais e nacionais...<sup>46</sup>

Concluindo, o autor define a posição da mão de obra escrava que, embora parte do processo produtivo, era composta por indivíduos excluídos daqueles interesses, pois

não faziam parte desses interesses (interesses gerais e nacionais): os escravos e a massa da população pobre e livre de *status* indefinido. De fato, boa parte do poder de persuasão do discurso dominante resultou de sua capacidade de excluir e subordinar efetivamente estes setores sociais. Na verdade, a constituição deste aparato foi, em grande parte, a história da formação destes interesses gerais e, principalmente, nacionais.<sup>47</sup>

Algumas matrizes de pensamento que abordam o conceito de Estado costumam identificá-lo com uma determinada agência burocrática e se detêm na ação deste com uma via de mão única. Assim, toda ação do Estado seria proveniente dos grupos políticos dele partícipes, e não haveria participação ativa do conjunto da sociedade ou de parte desta. O Estado, nessas interpretações, parece pairar sobre a cabeça da sociedade, se fazendo presente somente quando é solicitado. Tais matrizes descartam a possibilidade de relações dialéticas entre a sociedade

---

<sup>45</sup> SALLES. Ricardo. Op.Cit. 2013. Pg. 49.

<sup>46</sup> Idem, Op. Cit. 2003. Pg. 50.

<sup>47</sup> Idem, Op.Cit. 2003. Pg. 50.

política e a sociedade civil, cujo equilíbrio hegemônico se faz pela ação de uma fração de classe sobre as demais frações de classe da classe dominante, em que a noção de intelectual orgânico se amplia e opera nos aparelhos privados de hegemonia que formam a sociedade civil, como apontou Gramsci<sup>48</sup>. As análises discorrem sobre disputas e a atuação dos agentes políticos no interior das agências do Estado, instâncias tradicionais de poder, desconsiderando que a origem desses embates pode ter tomado o caminho inverso, de fora para dentro das agências do governo, por meio de agremiações, clubes e associações de classe, que constituem os aparelhos privados de hegemonia, espaços de interesses de classes ou de frações destas, que se relacionam, direta ou indiretamente, com o poder político central ou provincial.

É notória a peculiaridade da construção do Estado no caso brasileiro, desde o processo de transição da colônia, passando pela emancipação do Império e sua posterior consolidação. Comungaram forças nas quais verificou-se a participação de grupos que lutaram e cujo interesse foi não só a manutenção das conquistas durante o processo de independência, mas também o esforço na organização de uma vontade para torná-la coletiva. A transmutação proveniente da vontade desses grupos se conformou na organização de partidos políticos. Podemos considerar que, de forma sumária e em escala nacional, o Estado gestado no Brasil durante o século XIX foi a articulação entre posições e interesses divergentes, com suas referências pautadas no antigo sistema colonial, e a influência de ideias modernizantes provenientes do mundo europeu, que penetrou no processo durante sua construção. Em escala regional, na medida em que grupos dirigentes articulavam-se em defesa de seus interesses locais, compartilhavam e divergiam em pontos comuns, em destaque a questão da escravidão como forma de manutenção do modo de produção e acumulação de riqueza. Nesse sentido, consideramos bastante profícua em nossa abordagem a combinação entre as teses que se destacam tanto na percepção centralizadora quanto na descentralizadora do processo de construção do Estado, uma vez que será no espaço das províncias que serão estabelecidas as Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

---

<sup>48</sup> GRAMSCI. Antônio. *Cartas do Cárcere*. Tradução de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, pg. 224.

### 1.3 A ação política na modernização da Armada: A alternativa teórico-metodológica de Gramsci

Poucos trabalhos que se debruçaram sobre o Estado Imperial brasileiro recorreram à matriz gramsciana. Uma das principais críticas aos trabalhos tributários das formulações de Gramsci recai sobre a imprecisão dos conceitos acerca do Estado Imperial brasileiro. Tal acusação baseia-se nas características associadas à concepção de Estado Oriental formulada para explicar um determinado tipo de formação social, opondo-se a um modelo ocidental, em que estaria conjecturado o Estado Imperial brasileiro, segundo a crítica. Por outro lado, Gramsci oferece uma explicação para a dicotomia ocidente/oriente, levando em conta a historicidade de toda formação social. Destacando a noção de processo, ele sugere como categorias analíticas os conceitos de sociedades ocidentais tardias e ocidente periférico. Atento à complexidade do processo, o pensador italiano avalia que, à medida que essas sociedades passassem por transformações, em algum momento durante o processo, experimentariam similaridades, isto é, combinariam características orientais e ocidentais. Pedro Marinho nos oferece uma síntese, apoiando-se em Gramsci, sobre as concepções acerca do que estamos tentando compreender. Segundo o autor,

Para Gramsci, o que é universal é a exata capacidade de conhecer concretamente a história específica de uma formação social. Trata-se de assinalar, portanto, a possibilidade de existência de um processo de “ocidentalização” que tem a sua historicidade e complexidade, e que por sua vez, pode envolver a simultaneidade de “oriente” como processo e não apenas como um estágio.<sup>49</sup>

Superada a crítica, podemos prosseguir na matriz explicativa formulada por Antonio Gramsci. Sua concepção acerca da dominação exercida pelo Estado não se limita ao exercício de seus aparelhos coercitivos para se levar a cabo o processo de dominação. Gramsci chama

---

<sup>49</sup> MARINHO, Pedro Eduardo. Op. Cit. 2008. Pg. 72.

atenção para a capacidade dos grupos dirigentes atuantes nos aparelhos do Estado em produzir e reproduzir uma direção moral, intelectual, portanto é necessário perceber que essa dominação é também uma dominação cultural. Neste sentido, a formulação da concepção de intelectual orgânico formulada por Gramsci é fundamental para o exercício da dominação cultural. Para Gramsci,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.<sup>50</sup>

Portanto, os intelectuais exercem papel importante no interior da classe, cujo processo de dominação se desdobra em alcançar o consenso sobre as demais frações de classe. O caráter orgânico do Estado, à medida que uma fração da classe dominante se torna hegemônica, se dá pelo exercício de uma direção moral e intelectual nos aparelhos de Estado. Enquanto em Maquiavel homem e animal compunham a essência do Estado, em Gramsci a composição definidora consiste em força e consenso, dominação e hegemonia, violência e civilização – processo orgânico formado pela sociedade civil e pela sociedade política.

Embora a dominação de um grupo implique para os demais dominados compartilhar a visão de mundo da fração dominante, Gramsci chama atenção para a possibilidade da interferência de grupos sociais por meio de projetos contra-hegemônicos. A formulação crítica elaborada pelos intelectuais orgânicos desses projetos, com a finalidade de superação da situação política dominante, tem o objetivo de reverter a situação dominado/dominante. Aqui cabe ressaltar as considerações de Théó Lobarinhas. Ao destacar as reflexões de Sonia Mendonça sobre frações dominadas da classe dominante<sup>51</sup>, o autor discorre:

---

<sup>50</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

<sup>51</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo. Hucitec, 1997.

Entender ser o que normalmente se chama de classe dominante no Império formada por diferentes segmentos sociais, ou melhor, frações de classe, onde se deve considerar também a diferenciação regional, o que viria comprovar o seu caráter heterogêneo. Por outro lado, tal composição não significa que haja uma homogeneização no interior do bloco no poder. Pelo contrário, a diversidade de sua extração social explicaria o seu conflito, na medida em que existem também diferentes interesses – e posições – em seu interior. O processo de construção de uma hegemonia por uma delas transforma as outras em frações dominadas da classe dominante.<sup>52</sup>

Como indica Théo Lobarinhas, embora a classe dirigente possa parecer um bloco homogêneo, sua formação e sua origem regional revelam sua natureza heterogênea, o que implica dizer que o processo para construção de uma hegemonia precisa absorver e capturar as frações de classes das diversas regiões do Império, uma vez que seus representantes regionais estarão reunidos nas sessões da Câmara na Corte. Ao analisar a ação da liderança saquarema, Ilmar de Mattos define que a dominação exercida de uma classe sobre as demais frações de classe foi uma ação estatal, destacando sua atuação intelectual e moral:

Quando operamos com o conceito de Estado Imperial não estamos considerando nem única nem exclusivamente os aparelhos de coerção possibilitadores e garantidores de uma dominação, e sim operando com um conceito de Estado que tem como um dos elementos fundamentais o fato de ser o *locus* dos dirigentes saquaremas, isto é, daqueles que por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> PIÑEIRO. Théo Lobarinhas. Op. Cit. 2002. Pg 6.

<sup>53</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. Pg. 120.

Para Ilmar de Mattos, a ação intelectual foi exercida por um grupo de políticos fluminense, a direção saquarema, que se lançou à frente das outras frações de classe, submetendo sua visão de mundo ao conjunto da sociedade civil, isto é, seus interesses enquanto classe dirigente. A partir desta perspectiva, propomos analisar o processo que culminou na criação de uma instituição militar de ensino, em 1840, no momento de reformulação administrativa do Estado Imperial brasileiro e da reforma e reestruturação da administração naval.

A questão militar durante os anos da Regência pode ser entendida por meio das tensões entre o governo central e os poderes locais. A criação da Guarda Nacional, um aparato militar de natureza liberal, foi fundamental para a compreensão desse embate. Porém até as tropas de linha fornecem conflitos que revelam uma tensa dinâmica entre o governo central e as autoridades locais no que dizia respeito ao comando das tropas. Um relato bastante curioso, que ilustra esse conflito, foi exposto na sessão na Câmara no dia 20 de maio de 1831. O Conselho Geral da Província da Bahia, depois de expor os gravíssimos prejuízos que sofria a tropa da 2ª Linha toda vez que precisava marchar para fora de sua área de atuação sob os desmandos e o arbítrio do comandante militar e do presidente da província, abriu representação contra as duas autoridades. Nos termos, pede que

Decrete que nenhum soldado de 2ª linha dos distritos de fora da cidade seja coagido a marchar para fazer o serviço na mesma cidade sem nenhuma causa urgente, que seja avaliada pelo presidente do Conselho [de Guerra e Marinha], e não como presentemente pelo mero arbítrio do comandante militar e do presidente.<sup>54</sup>

Diante do embate, o Conselho de Guerra e Marinha pediu providências ao governo central para que o caso fosse resolvido. Foi então instaurada a Comissão de Investigação, convocada para apurar os fatos. Porém o conselheiro Bento Barroso Pereira, Marquês de Barbacena e Conde Lages, informou aos suplicantes que, como não havia encontrado

---

<sup>54</sup> Anais do Senado do Império do Brasil. 2ª Sessão da 1ª Legislatura de 7 de abril a 21 de junho de 1831. Pg. 183-184.

documentação comprobatória que confirmasse a acusação, não tinha como punir o comandante e o presidente da província. Procurando logo finalizar a discussão, sugeriu a revisão da Lei de 20 de outubro de 1823<sup>55</sup>, dizendo acreditar que, até julho próximo, seria aprovada a lei que criaria a Guarda Nacional, em tramitação na Assembleia, e que resolveria o que se reclamava. Embora a referida Lei tenha patenteado o papel de poder central exercido pela Corte em relação às Províncias, a discussão remonta à pressão sobre a Corte para estabelecer uma milícia cujo comando estivesse nas mãos do poder local.

O debate em torno da questão militar no Império remete-nos aos princípios teóricos que balizam o tema. Proveniente da sociologia militar norte-americana liderada por Samuel P. Huntington, um modelo analítico foi desenvolvido na tentativa de explicar a profissão militar, destacando a perspectiva da relação entre militares e civis. Para Huntington, uma forma de estudar tal relação seria se debruçando sobre o envolvimento dos militares na política. O sociólogo elaborou um quadro analítico pelo qual se poderia perceber o grau de tal envolvimento. O nível de profissionalização alcançado pelas Forças Armadas, para ele, seria o fator definidor que afastariam os militares das questões políticas - quanto maior o nível de profissionalismo, menor seria o envolvimento dos militares com a política. Porém a história recente da América Latina não corroborou a tese de Huntington, renovada em publicação posterior em que o autor abarca a transformação do militarismo no continente atribuindo certa especificidade à questão militar na região.

Mesmo com certa fragilidade, a tese de Huntington deu frutos. Edmundo Campos Coelho<sup>56</sup> apoia-se no sociólogo norte-americano para elaborar e defender a tese de que o Exército foi submetido a uma política de erradicação que se estendeu por vários períodos da trajetória histórica da instituição. Precisamente, essa política foi conduzida pela elite política imperial e teria acontecido entre os anos subsequentes ao Primeiro e Segundo Império e durante a República Velha, um período demasiado longo em que o Exército sofreu reduções no seu efetivo de forma incisiva. O fluxo do efetivo do Exército e as oscilações no orçamento do Ministério da Guerra durante o período, segundo Edmundo Campos, corroboram a ação contra a “existência de uma força armada permanente e profissional”<sup>57</sup>. Outro fator preponderante

---

<sup>55</sup> Coleções de Leis do Império. Ver em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>, acessado em 12/05/2016.

<sup>56</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2000.

<sup>57</sup> Idem. Pg. 49.

nessa política, segundo o autor, foi a criação da Guarda Nacional, que, com seu caráter liberal, agiria como força auxiliadora junto às forças militares de linha a partir de 1831, substituindo as milícias e ordenanças regionais e as guardas municipais, cujo objetivo era manter a ordem, defendendo a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do território.<sup>58</sup>

Para Edmundo Campos, a política de erradicação foi uma prática agressiva contra o Exército durante o Império, fomentada por fatores diversos. Além da repulsa alimentada desde o processo de independência em relação às tropas da colônia portuguesa e do repúdio promovido pela prática do recrutamento, havia o receio de manter uma força militar profissional organizada à disposição do Poder Executivo. Essa prerrogativa foi estabelecida no bojo das discussões acerca do tipo de governo a ser implementado na nova nação, após o processo de emancipação política. A monarquia venceu, e com ela, como previu o texto do Projeto Constitucional de 1823, o controle sobre as forças militares ficaria a cargo da Assembleia, que decidiria tanto a questão orçamentária quanto a de fixação de força militar.

Iremos nos deter em dois pontos centrais dos argumentos desenvolvidos pelo autor,<sup>59</sup> que estão baseados na interpretação de dados quantitativos e estatísticos colhidos de fontes do Ministério da Guerra e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo Edmundo Campos Coelho, estava em curso uma política antimilitar. As reduções do efetivo do corpo do Exército, assim como no seu orçamento, traduziam a ação da classe política contra a instituição. A análise do autor a partir dos números do Ministério da Guerra aponta que o efetivo do Exército sofreu significativas reduções em alguns momentos ao longo do Primeiro Reinado, durante a Regência e no Segundo Reinado, para ficarmos em nosso recorte temporal, pois suas análises vão até o período republicano. Conforme tabela abaixo, podemos verificar os dados analisados por Campos Coelho.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> Art. 1º da Lei de 18 de agosto de 1831. Coleção de Leis do Império.

<sup>59</sup> Para Edmundo Campos Coelho, o processo de emancipação do Império e a opção monárquica, embora de caráter constitucionalista, levaram a classe política, insatisfeita com a adoção do regime, a incluir no Projeto Constitucional de 1823 efetivo controle sobre as forças militares. O objetivo era “desarmar o quanto possível o executivo”. Ver em COELHO: 2000. Pg. 51.

<sup>60</sup> Idem. Pg.55.

Tabela I – Evolução do Efetivo do Exército\*

ANO	EFETIVO	ÍNDICE DE CRESCIMENTO (1830=100)
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7
1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,66
1863	16.000	53,33
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
1907	30.066	100,2
1920	45.405	151,3

Relatório do Ministro da Guerra, Mapas da Força do Exército, \*Efetivos Legais. *Apud* COELHO. Edmundo Campos. Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro Record, 2000.

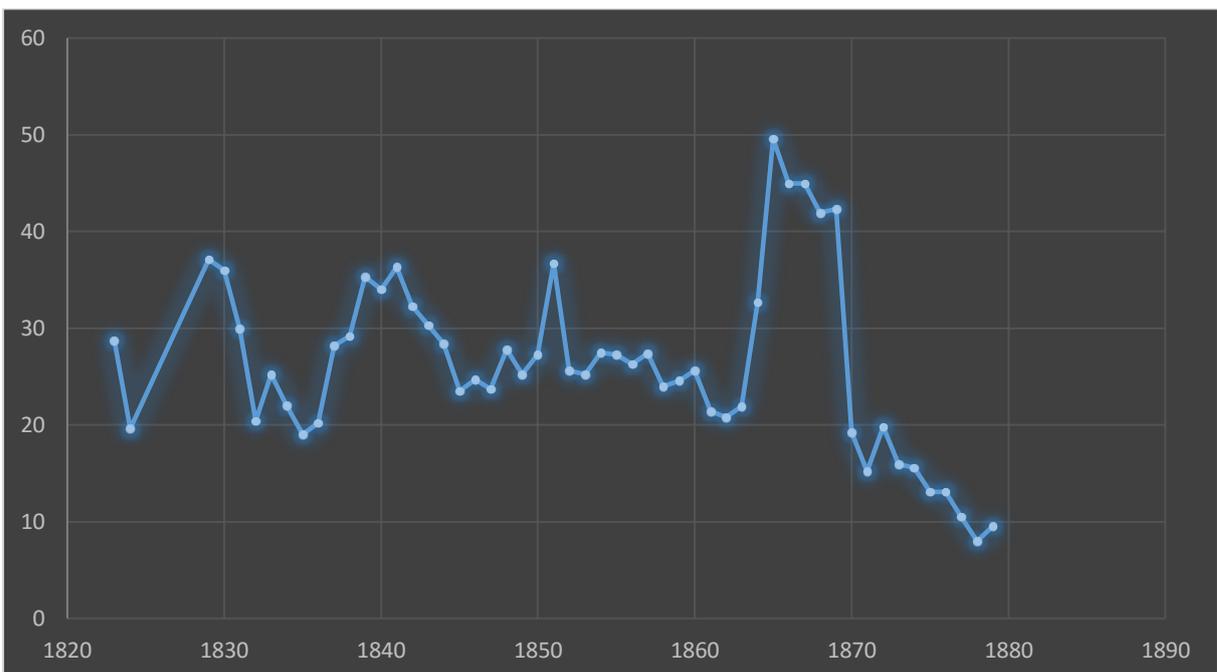
Diante dos argumentos do autor, analisaremos alguns pontos que sustentam sua tese. Em relação ao efetivo, Campos Coelho se baseia em dados retirados dos Relatórios dos Ministro da Guerra. Embora não haja nenhuma razão para não depositarmos confiança neles, o autor não lança mão de outras fontes para cruzamento dos dados que viabilizasse sua confirmação. Supondo que não foi possível encontrar fontes e levantar dados para operação, e que as informações dos Relatórios foram as únicas disponíveis, os dados apontados pelo autor para afirmar a hipótese erradicadora sugerem que Edmundo Campos compreende o Exército como uma força homogênea e à margem das variações impostas pelos processos históricos mais complexos.

No quadro acima, o maior índice de declínio no efetivo do Exército foi em 1831. O que explica esse comportamento foi a grande desmobilização devido à participação de tropas no processo que resultou na Abdicação. No mesmo período, a criação da Guarda Nacional, ao contrapor as forças de linha e constituir o elemento progressista das políticas liberais, foi a expressão da política militar liberal contra as tropas de 1ª linha tidas como ameaça à ordem civil, segundo o autor. E depois da grande mobilização durante os conflitos com o Paraguai, houve uma segunda desmobilização da tropa com o término dos conflitos, o que reduziu de

maneira significativa os quadros do Exército. Ao fazer essas associações entre o declínio do número de efetivo e os acontecimentos durante o período, Edmundo Campos sugere que tais eventos embasaram os principais argumentos para a elite política promover a prática erradicadora. Por outro lado, o autor não considera, em sua análise, a dinâmica política entre os grupos políticos, deixando de fora os conflitos entre as principais correntes conservadoras e liberais no desfecho do 7 de Abril.<sup>61</sup>

Para analisar o orçamento do Governo destinado ao Exército, o autor elabora quatro gráficos com dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio entre os anos de 1820 e 1898. Para melhor visualização e análise, reunimos os dados entre os anos de 1820 e 1880 em um único gráfico, que disponibilizamos abaixo. Nele estão demonstradas as curvas das despesas do Ministério da Guerra durante o período, em porcentagem do total de gastos do Governo.

Gráfico I – Orçamento Governo destinado ao Exército entre 1820-1880.



Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística. Finanças da União e dos Estados: 1822-1913 (Rio de Janeiro: Topografia Nacional, 1914. *Apud* COELHO, Edmundo Campos. Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro Record, 2000.

<sup>61</sup> Por exemplo, Nelson Werneck Sodré considera que a redução do Exército no pós-Abdicação foi parte do processo político que se desencadeou e que culminou na associação entre conservadores direitistas e centristas, grupo que reuniu elite agrícola, isolando a ala radical de esquerda; e como a maioria dos componentes do Exército participava daquela ala, foi promovida a redução de seu efetivo.

No gráfico, é importante notar que as variações estão associadas a uma série de acontecimentos em que os gastos do Governo com o Exército correspondem exatamente à ação daquela força militar em uma dada conjuntura. O primeiro declínio das despesas encontra-se no momento dos conflitos no pós-Independência, quando as tropas do Exército que garantiram o arrefecimento de núcleos favoráveis às Cortes portuguesas foram desmobilizadas. Podemos perceber uma queda nas despesas de cerca de 9% de seus gastos entre os anos de 1823 e 1824. Porém, após o ano de 1829, houve um aumento de mais de 17% dos gastos do Ministério em relação aos gastos do Governo. Após um período em que o Império atravessava momentos de tranquilidade, a despesa torna a cair vertiginosamente, entre os anos de 1829 e 1832, nos mesmo patamares de aumento do período anterior, uma queda de pouco menos de 17%. O gráfico apresenta ainda um aumento das despesas entre os anos de 1835 e 1841, cujo percentual foi em torno dos mesmos 17%, num período em que o Império vivia em grande efervescência devido às rebeliões e revoltas regenciais. Após esse período, associada ao arrefecimento dos movimentos rebeldes nas províncias, houve uma queda nas despesas de 12,8%. Ao analisarmos os dados que compreendem o período que antecedeu o conflito contra o Paraguai, os anos que se prolongaram com a guerra e os anos posteriores, a hipótese erradicadora de Edmundo Campos Coelho perde sua força, corroborando o que salientou Adriana Barreto. Segundo a autora,

A análise sequenciada dos gráficos orçamentários por ele [Edmundo Campos Coelho] apresentada permite situar com precisão a queda na curva de despesas do Ministério da Guerra no momento seguinte às operações militares no Paraguai. Ao contrário de conformar uma trajetória uniforme que atravessa todo o período imperial, os baixos investimentos no Exército têm lugar em uma conjuntura histórica específica.<sup>62</sup>

Portanto, o que Edmundo chama de política de erradicação na verdade corresponde a momentos específicos em que o Governo reduziu seus gastos com a tropa, tendo em vista que a manutenção de um exército volumoso implicava dispender gastos que a Coroa não tinha como

---

<sup>62</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1999. Pg. 23.

cobrir. Por outro lado, se considerarmos os gastos do governo em outras áreas, o que não se verifica no trabalho de Edmundo Campos Coelho, veremos que as Forças Armadas, de 1831 a 1850, receberam uma fatia de mais de 40% do orçamento do Governo, como aponta José Murilo de Carvalho.<sup>63</sup>

Assim como Edmundo Campos Coelho, Nelson Werneck Sodré aponta o modelo de recrutamento praticado pelas Forças Armadas e o peso e a importância que a Guarda Nacional foi ganhando à medida que se colocava como principal força militar atuante nas províncias, ao ponto de sugerir que os principais fatores e indícios que demonstravam o descrédito dispensado às Forças Militares de linha eram a própria condição em que se encontravam seu contingente. Segundo o autor, a tropa de linha estava em situação social precária:

A sociedade do período áureo do Império, entretanto, não concede ao militar nenhum lugar de destaque. Daí ser comum que as tropas permanecessem longos meses à mercê da sorte, sem perceber vencimentos, fardamento ou quaisquer recursos. Ao longo de toda essa época de vários quadrantes, de todos os lugares em que havia força militar de linha, a queixa é a mesma, e dela não estão ainda isentos os que vivem na fronteira sulina, sempre mobilizada ou conflagrada: o descaso com a tropa constituía regra inflexível.<sup>64</sup>

Entretanto, Werneck Sodré, operando com outra perspectiva teórica, se apropria da mesma fonte estatística analisada por Edmundo Campos Coelho e aponta para outro entendimento sobre aqueles dados apresentados pelo Ministério da Guerra. Enquanto Edmundo identifica a retomada da reorganização do Exército após a proclamação da República, para Werneck Sodré essa reorganização se dá durante o processo de consolidação da classe senhorial, ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo quando se verifica o desenvolvimento das atividades relacionadas ao café. Naquele processo, uma nova classe

---

<sup>63</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op.Cit. 2013. Pg.274.

<sup>64</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979. Pg. 137.

ascende enquanto a classe dominante de zonas em declínio perde influência. Com isso, percebe-se uma pequena reorganização militar. Para o autor, a nova classe média buscará no Exército sua composição, construindo uma identificação entre esses dois estratos sociais quando se verifica o surgimento de um novo poder, o poder militar. A aproximação se dá pelo recrutamento. Werneck Sodré identifica que foi a partir do ingresso de seus filhos que a nova classe média construiu um elo com o Exército. O encontro se deu na Escola Militar, em contraposição à trajetória dos filhos da aristocracia agrária às escolas jurídicas, de onde saíam aqueles que tomariam os quadros dos altos cargos públicos, formando a burocracia estatal, como apontou José Murilo de Carvalho.

Com a guerra contra o Paraguai, percebem-se significativas mudanças na formação das tropas. Segundo Werneck Sodré, os estancieiros chefes militares, com suas tropas de cavalaria irregular, são substituídos por um instrumento organizado, em que o soldado disciplinado foi a peça fundamental no emprego de técnicas de combate. Nesse momento, elementos da classe média galgaram o oficialato, derrubando algumas barreiras que impediam a ascensão nas fileiras do Exército. E não só isso: para o autor, a instituição saiu da guerra como uma “força nova na vida do País, não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com o papel subalterno na vida nacional”.<sup>65</sup>

Para Werneck Sodré, algumas questões impeliram mudanças no formato das Forças Armadas, sobretudo as de caráter tecnológico, que, por sua vez, podem explicar o declínio no efetivo militar durante os anos de 1871 a 1889. O que Edmundo Campos entendeu como continuação da política de erradicação, Werneck Sodré entendeu as sucessivas reduções do efetivo do Exército entre 1871 a 1889 como um processo que resultou em uma “Divisão Moderna”. Se, por um lado, o Brasil não reunia condições para ingressar, naquele momento, no processo de industrialização, o que implicou o atraso no aparelhamento das Forças Armadas, por outro, a guerra contra o governo do Paraguai imprimiu uma nova mentalidade militar. Essa mudança no modo de pensar introduziu novas perspectivas ao Exército, por meio de iniciativas promotoras de avanços significativos que contribuíram para o seu desenvolvimento, como, por exemplo, o contato com outras forças militares europeias, com o envio de militares à Europa para acompanhar os avanços da indústria armamentista. Alguns dos resultados foram o envio de oficiais para cursos na Europa; compras de equipamentos e armas militares; implementação,

---

<sup>65</sup> SODRÉ. Nelson Werneck. Op. Cit. 1979. Pg. 141.

na Escola Militar, de cursos de formação especializada e mudanças nos regulamentos de promoção de oficiais e de recrutamento de praças. Essas inovações, segundo o autor, promoveram a valorização das Forças Armadas.

Em outra perspectiva, Adriana Barreto aponta que tanto Edmundo Campos Coelho quanto Nelson Werneck Sodré concebem a trajetória das Forças Armadas balizada em uma política erradicadora e tentam buscar na história brasileira uma tradição política progressista ao lançar mão do argumento de que a Guarda Nacional seria o “emblema da aversão civil pelas forças de linha. A autora destaca que

A particularidade que [esses autores] buscam infundir no Exército inspira-se diretamente nos modelos norte-americanos e francês de concepção das forças militares, que caracterizam milícias como instituições democráticas, representativas das aspirações do *self-government* e capazes de impulsionar o processo civilizatório e o movimento de construção da cidadania.<sup>66</sup>

Contrapondo Edmundo Campos Coelho, a autora faz uma leitura da tese do autor remontando à trajetória histórica feita por ele na análise dos dados numéricos. Adriana Barreto aponta que o medo de uma restauração promovida pelos generais portugueses ameaçava a sociedade política nos pós-Abdicação. Tal desconfiança, defende ela, teria sido o motivo para a criação da Guarda Nacional e para uma aversão às forças de linha. Segundo a autora,

Somente a Guerra do Paraguai desequilibraria, anos mais tarde, essa relação, ainda assim, as alterações ocorreriam devido à pressão imposta por determinados setores do Exército. A recepção pouco calorosa que teria recebido do governo, após arriscar a vida nos pampas paraguaios, produziria grandes descontentamentos entre a

---

<sup>66</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1999. Pg. 22.

oficialidade, inaugurando uma nova fase da história militar do país que culminaria no golpe de 1889.<sup>67</sup>

Ao verificar a escassa produção historiográfica acerca da instituição, a autora conclui que o Exército foi retratado, em maior escala, com um fundo memorialista; poucos são os trabalhos de fôlego dispensados à corporação. Salienta, ainda, a historiadora que somente a partir de 1964, sobretudo após os resultados do processo político nos anos posteriores, a instituição passou a ser alvo de investigação histórica. Entretanto, recorrendo a Edmundo Campos Coelho, chama atenção que uma “determinada geração”<sup>68</sup> concebeu o Exército como um instrumento de grupos políticos. Segundo a autora,

Esse tipo de inserção política soma ao mencionado desnível regional lacunas cronológicas e teórica. O olhar que informa essas abordagens torna recorrente a opção por um recorte histórico de longo alcance temporal que pouco recua ao século XIX e menos ainda se detém na corporação. Imerso numa certa ingenuidade, o Exército é concebido enquanto instrumento dos desígnios de determinados grupos políticos, fossem eles compostos por integrantes da oligarquia ou dos setores médios, podendo ainda fundamentar a versão moderadora pela qual assumirá uma função arbitral entre as classes e os grupos dominantes.<sup>69</sup>

Entretanto, Adriana Barreto chama atenção que, para que as análises não esvaziem de sentido a instituição militar, é necessário considerar sua particularidade singular sua atuação não deve ser vista somente como intervencionista pelas armas; é preciso dar atenção e interpretar suas intervenções na política como algo particular e específico. Concluindo, a autora afirma que os trabalhos científicos,

---

<sup>67</sup> SOUZA. Adriana Barreto de. Op. Cit. 1999. Pg. 17.

<sup>68</sup> A autora refere-se à crítica cunhada por Edmundo Campos Coelho sobre as abordagens conceituais das quais Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Otavio Ianni se apropriam em suas operações analíticas acerca da participação das Forças Armadas na política. Ver em COELHO: 200, pg. 34-38.

<sup>69</sup> SOUZA. Adriana Barreto de. Op. Cit. Pg. 18.

Comprometidos com a definição de um modelo explicativo da conduta do Exército ao longo da história [...] segue-se a valorização das intervenções armadas em detrimento dos movimentos sensíveis à dinâmica própria desenvolvida pela instituição nas mais variadas situações históricas.<sup>70</sup>

Para Adriana Barreto, converge em dois pontos o problema na análise de Edmundo Campos. O primeiro consiste na redução a um único esquema analítico todo o processo de formação do Estado Imperial e os primeiros 40 anos do regime republicano. O segundo ponto é que o autor imprimiu ao liberalismo uma força explicativa que transplantou para a realidade brasileira o modelo norte-americano sem seus devidos cuidados. Com isso segundo a autora, Edmundo Campos

Promove um desenraizamento conceitual que homogeneiza por completo noções-chaves para a compreensão da trama política que dá sustentação às relações desenvolvidas entre elite civil e Exército no Império. Sua abordagem acaba por ratificar posturas como aquela prescrita em um famoso provérbio imperial. Se este não distingue liberais de conservadores, Coelho aproxima práticas e doutrinas políticas de mais de cem anos sob o termo “política de erradicação”.<sup>71</sup>

Ao demonstrar que a Guarda Nacional, como filha do pensamento liberal difundido durante a Regência, reunia, além das atribuições na manutenção da ordem, problemas estruturais, assim como as fileiras do Exército, a autora contrapõe a ideia de que a Guarda seria a materialização da aversão civil à tropa de linha. Analisando as correspondências entre os presidentes das províncias e o ministro da Guerra, Adriana Barreto verificou que a dicotomia

---

<sup>70</sup> Idem. Pg. 18-19.

<sup>71</sup> Idem, Ibidem. Op, Cit . Pg. 22.

entre o Exército e a Guarda Nacional encontrava-se para além da simples correlação entre as duas instituições enquanto forças coercitivas com formação distintas de suas fileiras. As clivagens, tanto nas esferas das concepções políticas quanto nas relações mais íntimas – reveladas nas cartas – e sofisticadas de poder, inclusive a respeito de sua manutenção após o regresso conservador, são reveladoras dos principais aspectos da relação entre as duas forças militares.

Ao aproximar Edmundo Campos Coelho de Nelson Werneck Sodré, sobretudo em relação à tese de erradicação, a autora deixa de mencionar a contribuição do historiador marxista, que, ao verificar a aproximação do Exército brasileiro ao modelo europeu de modernização, apontou mudanças na mentalidade militar que contribuíram para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Na mesma medida em que Adriana Barreto salienta a necessidade de observarmos “os movimentos sensíveis à dinâmica própria desenvolvida pela instituição nas mais variadas situações históricas”, também deixa de verificar em Werneck Sodré sua contribuição sobre o estágio profissionalizante que o Exército teria alcançado no pós-guerra contra o Paraguai. Para a autora, esse estágio não foi alcançado, em termos modernos, como prometera a ação modernizadora promovida pelo Partido Conservador quando tomou a frente da política imperial em meados do século XIX.

#### **1.4 A “hipótese erradicadora”: a Marinha Imperial como laboratório**

A Marinha Imperial era numericamente inferior ao Exército em relação ao efetivo; formada por dois grandes corpos militares, o Corpo de Artilharia<sup>72</sup> e o Corpo de Marinheiros da Armada<sup>73</sup>, a força naval, em 1830, contava apenas com 4.975<sup>74</sup> homens. Podemos ver abaixo a tabela que remonta à evolução e às transformações do quadro de efetivo da Marinha até 1849. Sem pretender análises aprofundadas, iremos apontar algumas relações entre as transformações do seu contingente e o processo político no período. Nosso objetivo é verificar e testar em que

---

<sup>72</sup> Tratava-se de uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o corpo de praças da Armada Imperial. Falaremos desse Corpo Militar no capítulo 3.

<sup>73</sup> Pertencia a esse Corpo a marinhagem, todo o conjunto de marinheiros embarcados. Mais tarde, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros, em 1840, partes deles serão identificados como Imperiais Marinheiros, ou por serem oriundos das Companhias de Aprendizes Marinheiros ou por terem bom comportamento, embora a entrada tenha sido pelos mecanismos do recrutamento ou voluntariado.

<sup>74</sup> Força Naval de 1830, declara no Relatório do Ministro da Marinha enviado à Assembleia em 1831.

medida a hipótese erradicadora, difundida por Edmundo Campos Coelho, pode ser aplicada às transformações sofridas no efetivo do Corpo da Armada.

Tabela II - Força Naval 1830-1850

ANO	OFICIAIS	CORPO DE ARTILHARIA	MARINHAGEM	IMPERIAIS MARINHEIROS	TOTAL
1830	139	2.784	2.052	X	4.975
1831	139	2784	2.052	X	4.975
1832	139	600 <sup>75</sup>	1.771	X	2.510
1833	262	600	1.648	X	2.510
1835	262	Não informado	1.934	X	2.198
1836	274	574	Não informado	X	Idem
1839	252	Não informado	3.256	X	3.830
1840	272	Não informado	Idem	X	3.925
1841	275	502	2.289	774*	3.840
1842	221	510	2.139	844	3.714
1843	234	458	1.252	758	2702
1844	237	470	1.644	873	3.224
1845	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.933
1846	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.730
1847	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.725
1848	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620
1849	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620

Fontes: Relatórios Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. \* O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

Um dos primeiros pontos que destacamos na tabela é o significativo aumento do número de oficiais. Depois de três anos com o mesmo efetivo, o quadro de oficiais é elevado a mais de 88% entre os anos de 1832 a 1833. Nos primeiros anos da década de 1830, a formação dos oficiais, tanto do Exército quanto da Marinha, esteve no centro das discussões sobre o modelo de ensino que deveria ser adotado nas Academias de Formação de Oficiais das duas

<sup>75</sup> O Corpo de Artilharia foi reduzido tendo em vista as prisões e os expurgos pela participação de parte de sua tropa nos acontecimentos que resultaram no 7 de Abril de 1831. Ver no Relatório do Ministério da Marinha de 1832, pg. 1-3. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2047/000004.html>, acessado em 05/05/2016.

forças. Chegou-se a unificar a Academia Militar do Exército com a Academia de Guardas-Marinha<sup>76</sup>, responsável em formar oficiais para a Armada Imperial. Com o argumento de tornar público e simplificar a formação daqueles que pretendiam chegar ao oficialato das Forças Armadas, a unificação acabou, no caso da Academia de Guardas-Marinha, por afastar a formação dos oficiais da própria Marinha; a medida foi desfeita um ano após a unificação. Esse processo foi analisado por Carlos André Lopes da Silva ao confrontar os resultados com a recente historiografia brasileira, que toma os atos regenciais em relação à estrutura das forças armadas como parte da “política de erradicação” O autor aponta que,

se a criação de uma escola conjunta para oficiais das armas do Exército e para a Marinha fosse parte de um projeto maior para enfraquecer ambas as instituições militares, ou um produto de uma retração dos investimentos do Estado causado pela crise econômica, seria difícil explicar a completa reversão daquele cenário pouco mais de um ano e meio depois.<sup>77</sup>

E, ainda, se considerarmos as transformações ocorridas na administração naval durante os anos finais daquela década e as que se seguiram durante os anos de 1840, como vimos anteriormente, não só ficaria difícil explicar como também seria um ponto a considerar em relação à possível aplicação da tese de Edmundo Campos no que diz respeito a transformações na estrutura da Marinha Imperial. Mas, seguindo nossa análise, partiremos para outro ponto na tabela: as praças.

Embora não dispondo de um quadro completo da evolução da força militar de praças, as informações compiladas das fontes encontradas já nos dão uma imagem muito próxima da realidade do que seria o quantitativo da força de mar no período. Na tabela, as praças estão representadas pelos dois corpos, o Corpo de Artilharia e o Corpo de Marinheiros da Armada, este representado na tabela pela Marinhagem. Depois de 1840, quando o Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado, os imperiais marinheiros passaram a ser contabilizados

---

<sup>76</sup> Decreto de 9 de março de 1832. “Reforma a Academia Militar da Corte incorporando nela a dos Guardas Marinhas; e dá-lhe novos estatutos.” Ver em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>, acessado em 20/05/2016.

<sup>77</sup> SILVA, Carlos André Lopes da. Real Companhia e Academia dos Guardas Marinhas: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ. 2012.

separadamente da marinhagem<sup>78</sup>. Tomando como ponto de partida a década de 1830, vejamos um ponto que nos chama muita atenção: o número do efetivo dos dois Corpos, o de Artilharia sendo um pouco maior que o da Marinhagem, e, logo em seguida, em 1832, o Corpo de Artilharia é reduzido de 2.784 para 600 homens. Cabe aqui discorrer um pouco sobre o Corpo de Artilharia da Marinha e sua historicidade; assim podemos ter uma compreensão mais ampla sobre do que se trata esse corpo para depois seguirmos adiante.

O Corpo de Artilharia era uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o corpo de praças da Armada Imperial. Sua trajetória histórica remonta à origem do que é hoje o Corpo de Fuzileiros Navais. Entre as instituições que atravessaram o Atlântico com a Corte portuguesa estava a Brigada Real da Marinha. Criada em Portugal, em 1797, pelo Alvará de 28 de agosto, a Brigada sofreu sua primeira alteração normativa no Brasil dois meses após a chegada da Coroa portuguesa, por meio do Alvará de 13 de maio de 1808, que forneceu um regulamento comum à Brigada e aos Regimentos de Artilharia do Exército português sediados no Brasil. A primeira alteração após o 7 de Setembro foi promovida pelo Decreto de 24 de outubro de 1822, alterando apenas sua denominação para Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro.

Foi após o início da Guerra Cisplatina (1825-1828), por meio do Decreto de 31 de janeiro de 1826, que se promoveu a primeira alteração na organização da novamente renomeada Imperial Brigada de Artilharia de Marinha. Seu corpo militar foi dividido em dois batalhões com seis companhias cada um. Em 1827, o Decreto de 15 novembro alterou a denominação da Brigada para Corpo de Artilharia da Marinha e aumentou o número de suas companhias para oito. Em 1847, por meio do Decreto nº 535, de 11 de novembro, em execução da determinação contida no Decreto nº 451A, de 31 de agosto de 1847, é criado o Corpo de Fuzileiros Navais como um corpo de Infantaria.

O Corpo de Artilharia da Marinha foi extinto pelo mesmo ato legal, e seu quadro de oficiais foi transferido, como quadro de 2ª classe, para o Exército Imperial, sendo suas praças aproveitadas no novo Corpo de Fuzileiros Navais, que passaria a ser mobiliado por oficiais dos demais corpos e quadros da Marinha Imperial, conforme suas especialidades. Em 1852, com o Decreto 1067-A de 24 de novembro, o Corpo de Fuzileiros, agora renomeado Batalhão Naval,

---

<sup>78</sup> A partir de 1840, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, a marinhagem passou a ser aqueles marinheiros provenientes do recrutamento ou voluntariado e que não passavam pela formação nas Companhias de Aprendizes, isto é, todos aqueles que não pertenciam ao Corpo de Imperiais Marinheiros.

ganhou uma estrutura organizacional mais complexa, com atribuições mais amplas no conjunto operativo da Marinha Imperial. Com oito companhias, seis de fuzileiros e duas de artilheiros, segundo o Decreto.<sup>79</sup>

O Corpo de Artilharia foi subitamente reduzido em 1831. As razões, segundo o Ministro Rodrigues Torres, foram,

Em consequência das baixas numerosas dadas aqueles indivíduos que estavam para isso legalmente habilitados, e ainda assim entraram nestes números de praças que estão presas pelos acontecimentos de 7 de outubro do ano passado [...] o governo não tem julgado conveniente leva-las ao número fixado da Lei de 31 de agosto [Lei de Fixação de Forças<sup>80</sup>], porque o espírito de rebeldia e sedição, manifestado entre os soldados daquele corpo, é um foco de infecção, que pagaria o contágio a todos os que se lhes reunisse. Quando, pois, se não julgue conveniente desfazê-lo de todo esses indivíduos, cujo espírito inquieto, e de insubordinação tem concorrido para romper os laços da disciplina militar, e fazer da maior parte dos nossos soldados o flagelo da sociedade em vez de defensores, que dela deviam ser.<sup>81</sup>

Mais que um foco de sedição e rebeldia que provocaria “infecção” na tropa, o Corpo de Artilharia era uma ameaça de possíveis levantes e rebeliões, inclusive contra o próprio Governo, pois parte do Corpo de Artilharia havia participado nas ruas contra o Governo no processo que levou à Abdicação de D. Pedro I, em 1831, e depois havia se rebelado em outubro daquele ano, rebelião que foi citada pelo ministro. Era essa a preocupação do ainda moderado Ministro Joaquim Rodrigues Torres. Porém, já em 1832, depois da prisão de mais de 300 soldados após a rebelião de outubro de 1831, o ministro parecia ter mudado de ideia. Dizia ele

---

<sup>79</sup> Toda legislação citada sobre o Corpo de Artilharia pode ser encontrada por meio do portal da Câmara dos Deputados <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio> acessado em 09/05/2016.

<sup>80</sup> A Lei de Fixação de Força Naval de 31/08/1831, que regulamentou a força naval para 1832-1833, fixou o número de 1.200 homens para o Corpo de Artilharia da Marinha. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio> acessado em 09/05/2016.

<sup>81</sup> Relatório do Ministro da Marinha. 1831. Ver em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2045/000005.html> acessado em 09/05/2016.

que “se torna preciso ficar o governo autorizado a aumentar por tal modo o Corpo de Artilharia da Marinha”. Como a Lei de 29 de agosto de 1832<sup>82</sup> fixava para 600 o número de homens, com as prisões, o ministro reclamou que restaram menos de 300 soldados, segundo ele número insuficiente para manter os navios da Esquadra devidamente guarnecidos. Desde então, o governo tentou aumentar seu efetivo, entretanto atribuía ao recrutamento uma das maiores dificuldades para completar o Corpo de Artilharia. Porém havia uma outra dificuldade: a Câmara dos Deputados.

Na sessão da Câmara dos Deputados no dia 18/07/1836<sup>83</sup>, o então Ministro Salvador José Maciel, ao apresentar sua proposta de Fixação de Forças de Mar para o biênio 1837-1838, foi instado a esclarecer a desproporção, apontada por alguns deputados, entre o número de marinheiros do Corpo da Armada e o de soldados do Corpo de Artilharia da Marinha contido na proposta. O Ministro pedia 1.800 de marinheiros e 1.200 de artilheiros.<sup>84</sup> Baseava-se o corpo de deputados, para negar o aumento, nas nações “mais avançadas” onde eram adotadas formas diferentes de composição da força de mar. Na Inglaterra, por exemplo, a proporção era de um para seis, assegurou o então Deputado Rodrigues Torres. Disse ele que na Esquadra Inglesa, caso fosse formada de 1.200 soldados de Artilharia de Marinha, como queria o Ministro Salvador Maciel, a força naval seria de 7.200 homens, e na França era de quatro para um, apontando Rodrigues Torres que este seria o exemplo que o Brasil deveria seguir. Logo em seguida, o então deputado Bernardo Vasconcellos salienta que “o artilheiro é fruto de uma larga experiência, e fruto de muita pólvora e balas gastas pelo Estado”. Parece sugerir o deputado que a Marinha se preocupasse mais com o treinamento de seus homens do que com o aumento do seu número, e que o Estado estaria disposto a dispensar recursos para tal.

No caso do Corpo de Marinheiros da Armada, houve uma pequena redução, porém é necessário que se faça uma análise sobre os momentos em que esse corpo sofre alterações. No ano de 1831, quando a força naval contava com 4.975 homens, o Corpo de Marinheiros era composto de um efetivo de 2.052 marinheiros; em 1832 ele foi reduzido em pouco mais de 15%, porém a força naval era de 2.510 homens, isto devido à redução do Corpo de Artilharia como vimos. O gráfico abaixo demonstra essa evolução no Corpo de Marinheiros no período,

---

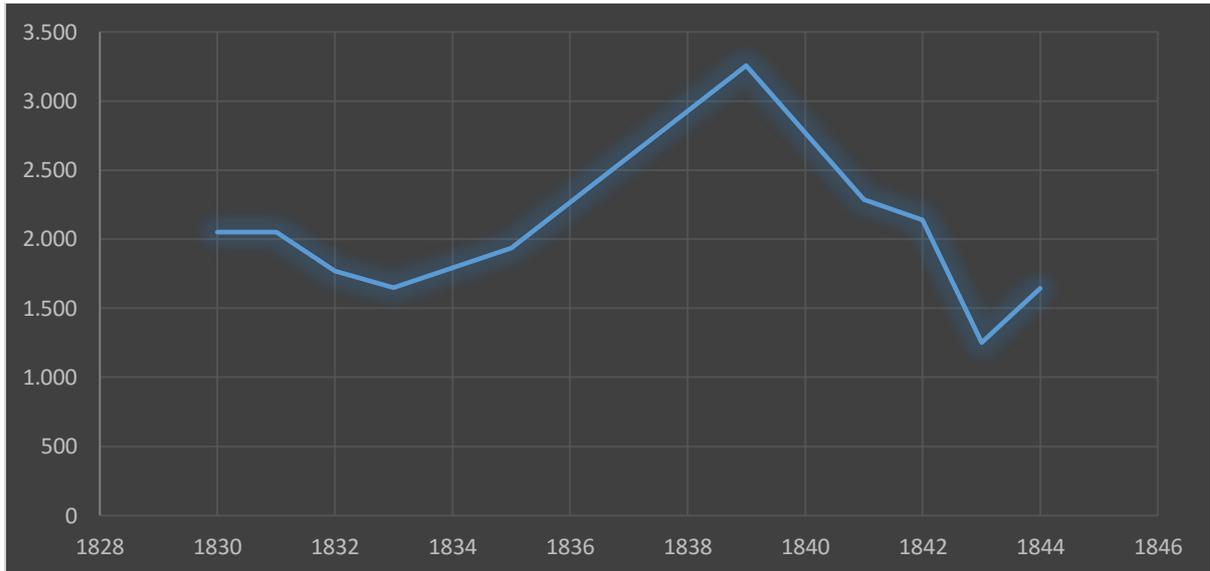
<sup>82</sup> Lei de 29/8/1832, Fixa a Força de Mar para 1833-1834. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio> acessado em 09/05/2016

<sup>83</sup> Câmara dos Deputados 3º ano da 3ª Legislatura. Sessão dia 6/6/1836. Discussão e votação do Art. 2º da Proposta de Fixação de Forças de Mar para o exercício 1837-1838.

<sup>84</sup> Proposta de Fixação de Forças Navais para 1837-1838. Ver em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2051/000004.html> acessado em 09/05/2016.

apesar de se alongar até 1844, não estão contabilizados nele os Imperiais Marinheiros, que surgem somente a partir de 1840, como um Corpo à parte dentro do Corpo de Marinheiros da Armada.

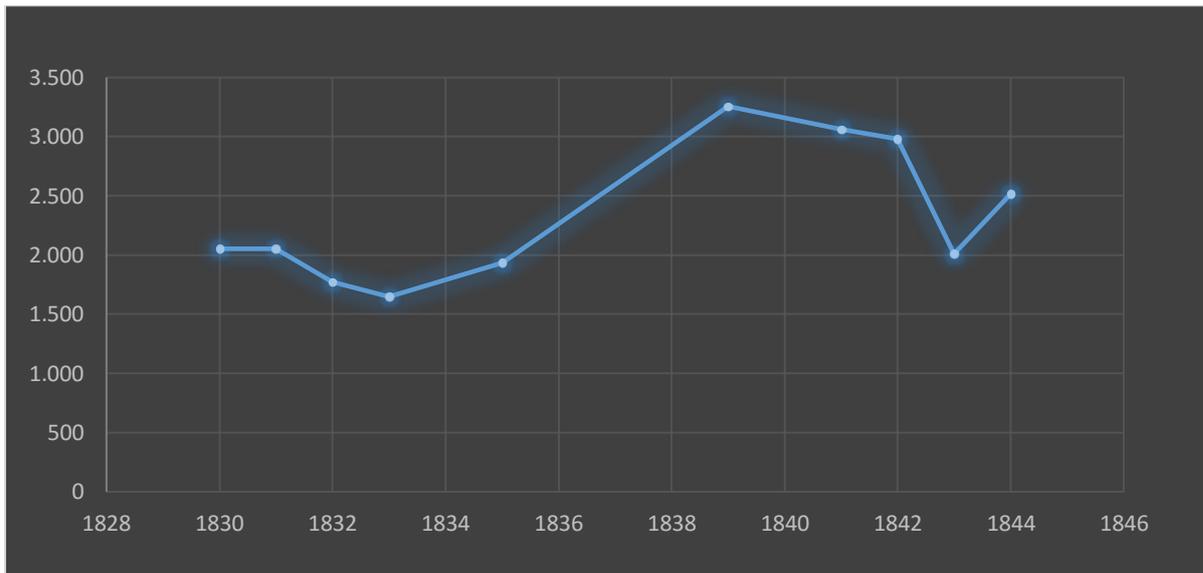
Gráfico II – Evolução do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844



Fontes: Relatórios Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. \* O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

Se comparado com a tabela nº 2, percebemos um expressivo aumento no efetivo de praças entre 1835 e 1839, e no momento em que entraram em funcionamento as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, houve um declínio no quadro da Marinhagem a partir de 1841. À medida que as Companhias começaram a enviar marinheiros para o Corpo de Marinheiros da Armada, esses passaram a ingressar no Corpo de Imperiais Marinheiros, sendo contabilizados à parte dos demais, como já ressaltado. O gráfico abaixo demonstra o comportamento do efetivo do Corpo de Marinheiros já com o Corpo de Imperiais Marinheiros; percebe-se que a curva não se mostra tão acentuada. Embora a Marinha tenha perdido parte de seu corpo de guarda com a redução do Corpo de Artilharia, ela viu seu corpo de marinheiros aumentar, sobretudo com um contingente proveniente das Companhias de Aprendizes.

Gráfico III – Efetivo do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844



Fontes: Relatórios Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. \* O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

A partir de 1835 até 1839, houve um aumento significativo do efetivo do Corpo de Marinheiros de quase 70%. A partir de então, percebe-se declínio contínuo que em 1842 se acentua, para depois sofrer uma pequena elevação em 1844. Embora o expressivo aumento do Corpo na segunda metade da década de 1830, gostaríamos de destacar o que ocorreu depois de 1840. Nos chama atenção que, embora se perceba o declínio no efetivo do Corpo de Marinheiros, no novo Corpo Imperiais Marinheiros houve uma pequena elevação já no segundo ano de sua criação e das Companhias de Aprendizes. Percebe-se ainda uma proporção muito próxima aos “princípios adotados nos países mais cultos”<sup>85</sup> - para usar a expressão de Bernardo Vasconcellos - e ao que Rodrigues Torres propôs tendo como exemplos as Marinhas da Inglaterra e da França. A tabela abaixo demonstra a evoluções dos Corpos de Marinheiros e da proporção dos Corpos em relação à força naval.

<sup>85</sup> Câmara dos Deputados 3º ano da 3ª Legislatura. Sessão dia 6/6/1836. Discussão e votação do Art. 2º da Proposta de Fixação de Forças de Mar para o exercício 1837-1838.

Tabela III – Proporção dos Corpos de Praças em relação à Força Naval

Ano	Corpo de Artilharia	Marinhagem	Imperiais Marinheiros	Força Naval	Proporção	
					Artilharia x Marinheiros*	Marinheiros x Força Naval
1830	2.784	2.052	X	4.975	1 x 1	1 x 2
1831	2784	2.052	X	4.975	1 x 1	1 x 2
1832	600	1.771	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1833	600	1.648	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1841	502	2.289	774*	3.840	1 x 6	1 x 7
1842	510	2.139	844	3.714	1 x 5	1 x 7
1843	458	1.252	758	2702	1 x 4	1 x 5
1844	470	1.644	873	3.224	1 x 5	1 x 6

Fonte: Relatório de Ministro da Marinha. \* A partir de 1841 é o resultado da soma de marinhagem com Imperiais Marinheiros.

Verificarmos na tabela acima que a proporção entre o Corpo de Artilharia e a força naval, depois de sua redução, chegou a 1 para 3, e depois ficou em torno de 1 para 5, na média. E que o Corpo de Marinheiros, que sustentava uma proporção de 1 para 2 com a força naval, depois da redução em 1832 manteve a proporção de 1 para 4, e depois se manteve, em média, a proporção de 1 para 6. Portanto, se tomarmos esses números e analisá-los tendo como ponto de partida as discussões entre Governo e a Câmara, tudo indica que o que se pretendia não era somente a redução da força de mar. Portanto, como apontou Werneck Sodré para o caso do Exército, com a aproximação dos modelos europeus de modernização pretendeu-se organizar os corpos de praças da Marinha Imperial, a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, além de promover a disciplina e a manutenção da hierarquia. Isso pode indicar que havia começado um processo de profissionalização dos corpos de praças da Marinha, liderado, sobretudo, pela direção saquarema.

### 1.5. Os caminhos da História Naval brasileira e os estudos sobre a Marinha Imperial: novas abordagens

Apesar dos recentes estudos sobre a Marinha, destacando aqueles que se debruçaram sobre a formação militar<sup>86</sup>, a falta de estudos acerca do contingente de militares da Armada Imperial nos limita a um monólogo e a continuarmos tendo como referência os estudos sobre o Exército. A historiografia naval<sup>87</sup> tradicional, por exemplo, produzida nos corredores da caserna ou em centros como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, se ocupou mais em construir uma identidade para a Marinha Imperial vinculada à identidade nacional. Mais recentemente, os historiadores preocupados com a história naval brasileira têm contribuído significativamente para o debate em torno dos temas e assuntos afetos à Marinha.

Em um breve levantamento sobre a historiografia naval, ou sobre autores que se ocuparam com a história marítima e naval brasileira, de onde surgiu a História Naval brasileira como campo historiográfico, esboça-se um quadro de autores que recentes estudos apontam como precursores do gênero no Brasil. Embora alguns textos possam ser encontrados em períodos anteriores e, segundo Francisco Alves de Almeida, sua produção não possa ser atribuída somente ao círculo militar, no final do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, boa parte de seus autores são ou estão ligados de alguma forma à Marinha, marcando uma ausência completa de autores civis. Coube a esse grupo de autores, além de realçar o passado da Marinha brasileira, a construção de uma identidade para a instituição. Ao revisitar a produção desses autores do final do século XIX, Alves de Almeida sugere uma divisão em três gerações os grupos de historiadores navais. Assim como Paloma Siqueira Fonseca, o autor

---

<sup>86</sup> Os trabalhos de Carlos André Lopes e Luana de Amorim Donim se debruçaram sobre a formação do oficialato na Marinha Imperial. Lopes concentrou sua análise sobre a trajetória da Instituição de Formação de Oficiais, que, ao transmigrar para o Império brasileiro, sofreu transformações e se ocupou da formação do oficialato de Marinha, em que se congregavam dois grupos sociais distintos com habilitações diferentes e que contribuíram para a gênese de um profissionalismo militar. Já Donim se preocupou com as transformações tecnológicas de meados do século XIX que imprimiram na Marinha a necessidade de reformular o processo de formação do seu oficialato. A discussão para formular um projeto reformista promoveu e viabilizou uma direção ao profissionalismo. Ver em SILVA, Carlos André Lopes da. 2012. Op. Cit. E DONIM, Luana de Amorim. Academia de Marinha: Normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. 2014.

<sup>87</sup> Por definição, Herbert Richmond salienta que a História Naval, como campo específico de estudo, se ocupa dos assuntos afetos à estratégia na esfera política, desde a pequena estratégia às táticas da guerra no mar, e se debruça sobre os elementos das relações internacionais, da economia e comércio, do direito internacional, do posicionamento estratégico, dos princípios da guerra, da administração, da natureza das armas e das personalidades. Ver em RICHMOND, Herbert. “The Importance of the Study of Naval History”. *Naval Review*. London: Naval Society. Nº 27, Pg. 21. Mar./1939. Tradução Francisco Alves de Almeida.

compreende que foram três grandes grupos de autores<sup>88</sup> que, durante o final do século XIX até meados do século XX, produziram trabalhos identificados ou debruçados sobre as temáticas da história naval. Embora o escasso número de trabalhos e estudos sobre esses autores, Paloma afirma que o primeiro grupo inspirou mais tarde outras gerações de autores. Esse aspecto demonstra o quanto foi significativa a contribuição desse grupo, seja para compreensão da trajetória da Marinha enquanto instituição ou a para construção de sua identidade institucional, uma vez que estava em operação a própria construção da identidade nacional brasileira em centros como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, onde muitos desses autores se encontravam.

Seguindo a proposta de Paloma Siqueira e Alves de Almeida, a primeira geração teve como núcleo os autores Theotônio Meirelles da Silva (1879-1887), Manuel Pereira Pinto Bravo (1849-1885) e José Egídio Garcez Palha (1859-1898).<sup>89</sup> Eles formavam os primeiros de uma linha de escritores que, embora sua produção se alinhasse a uma história factualista, memorialista e heroizante, buscavam nos arquivos subsídios para elaboração de suas pesquisas, indício de uma certa preocupação em legitimar seus trabalhos diante do estatuto científico. Apesar dos limites geográficos da produção desses autores circunscrevendo temas brasileiros, a perspectiva que os norteava era proveniente da produção historiográfica norte-americana e inglesa, lideradas por Alfred Thayer Mahan<sup>90</sup> e John Knox Laughton<sup>91</sup>.

A segunda geração contava com Juvenal Greenhalgh (1881-1966), Lucas Boiteux (1881-1966), Henrique Boiteux (1863-1945), Dídio Costa (1881-1953) e João do Prado Maia

---

<sup>88</sup> Para uma visão mais ampla do que estamos chamando de geração de autores de história naval brasileira, ver em ALMEIDA, Francisco Alves de. “A Historiografia Naval Brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica”. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 8, p. 30-64, ago. 2012. E ainda no breve artigo FONSECA, Paloma Siqueira. Arquivos da Marinha e historiadores. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003.

<sup>89</sup> Principais obras desses autores: Teotônio Meirelles da Silva, *Apontamentos para a história da marinha de guerra brasileira*, Rio de Janeiro, 1881-1883, 3 v. e *História naval brasileira*, Rio de Janeiro, Garnier, 1884. M. Pinto Bravo, *Curso de história naval*, 2. ed., Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1959 [1878], 2 v., v. 1: *História da marinha militar*. José Egídio Garcez Palha, *Efemérides navais ou resumo dos fatos mais importantes da história naval brasileira desde 1 de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890*, Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1891.

<sup>90</sup> Algumas das principais obras de Alfred Thayer Mahan: *The Influence of the Sea Power Upon History 1660-1783*, publicada em 1890; *The Influence of the Sea Power Upon the French Revolution and Empire 1793-1812*, publicada em 1892; e *The Interest of American in Sea Power, Present and Future*, publicada em 1897.

<sup>91</sup> Algumas das principais obras de John Knox Laughton: *Studies in Naval History*, publicada em 1887; *States Papers Relating to the Defeat of the Spanish Armada*, publicada em 1894; e *Nelson and his Companions in Arms*, publicada em 1896.

(1897-1989).<sup>92</sup> Herdeiros da geração anterior, empenhavam-se na construção de um passado da história naval do Brasil como “sustentáculos da identidade da corporação”, afirma Paloma. Herdaram de seus antecessores o esforço em promover o valor documental como fundamental para subsidiar seus trabalhos; entretanto as obras ainda eram marcadas por fortes tendências historicizantes e valorativas. Se a geração anterior destacava as batalhas como os grandes feitos, a segunda enxergava nestas o resultado do esforço das transformações pelas quais a instituição havia passado durante o século XIX. À medida que a instituição passava por reformas, inserindo-se na estrutura administrativa do Estado, aos autores da segunda geração cabia construir uma identidade para a instituição associada à própria identidade nacional apoiada em sua trajetória administrativa e burocrática, em detrimento da geração anterior, que valorava a ação de grandes vultos e heróis navais.

Uma terceira geração de autores tinha como expoentes Arthur Oscar Saldanha da Gama, Hélio Leôncio Martins, João Carlos Gonçalves Caminha, Herick Marques Caminha e Armando Amorim Ferreira Vidigal.<sup>93</sup> Suas obras abordaram desde a análise sobre a estratégia naval até a atuação da força naval brasileira nas duas Grandes Guerras. Alves de Almeida chama a atenção para a contribuição desses autores, “pois apontaram caminho e alternativas para o poder naval nacional baseados em estudos detalhados de história [...] por discutirem o campo com propriedade”<sup>94</sup>.

Uma geração mais recente que se debruça sobre a história naval tem se esforçado para se distanciar daquelas gerações de historiadores tradicionais, promovendo diálogos e se

---

<sup>92</sup> Principais obras desses autores: Juvenal Greenhalgh, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822*, Rio de Janeiro, A Noite, 1951 e *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1822-1889*, Rio de Janeiro, IBGE, 1965; Lucas Alexandre Boiteux, *A Marinha imperial e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1954 e *Ministros da Marinha: notas biográficas*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1933-1959, 3 v.; Henrique Boiteux, *Os nossos almirantes*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1915-1941, 9 v.; João do Prado Maia, *Através da história naval brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936 e *A Marinha de guerra do Brasil na colônia e no império* (tentativa de reconstituição histórica), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1965.

<sup>93</sup> Algumas obras dos autores citados: GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982; GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982; MARTINS, Helio Leoncio. *A Revolta da Armada 1893*. Rio de Janeiro Biblioteca do Exército Editora, 1997 e *A Revolta dos Marinheiros 1910*. São Paulo Ed. Nacional, 1988; CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *História marítima*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, e CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamento da estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983; CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império v. I e História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha na República v. II*. Coord. Vicente Tapajós. Brasília – Rio de Janeiro. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986 e; VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1985.

<sup>94</sup> ALMEIDA, Francisco Alves de. Op. Cit. 2012. Pg. 51.

aproximando da academia. Embora ainda se concentre, em sua maioria, em instituições militares ou em centros de estudos ligados a elas<sup>95</sup>, esse grupo vem ampliando as perspectivas e buscando novas abordagens para estudos sobre o tema. Em relação aos historiadores acadêmicos, há um grupo que se dedicou, ou que ainda se dedica, aos temas navais. Álvaro Pereira do Nascimento, Mauro Maestri e Marco Morel<sup>96</sup> se debruçaram sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910, traçando a trajetória da revolta na perspectiva da história social, destacando o recrutamento, os castigos corporais e o enfileiramento entre praças e oficiais da Marinha. Nesse escopo podemos incluir a obra de João Roberto Martins Filho<sup>97</sup>, que analisou o processo que resultou na aquisição, pela Marinha brasileira, de um conjunto de navios de alto valor tecnológico, os encouraçados *Dreadnoughts*. Nesse grupo se encontram os trabalhos de José Miguel Arias Neto, talvez quem se dedique com mais profundidade aos temas relacionados à Marinha. O historiador tem se debruçado em investigar a trajetória da Marinha Imperial como parte integrante do processo histórico do Estado brasileiro. Em sua obra de referência, analisa a dinâmica em que os marinheiros lutam em busca do direito à cidadania e que se desdobrará na Revolta de 1910.<sup>98</sup> As discussões levantadas por Arias Neto chamam a atenção para as articulações entre os ministros e a Assembleia Geral ao traçar uma narrativa do jogo político envolvendo os defensores e opositores da “causa militar” na segunda metade do século XIX. O autor percorre e discute os embates envolvendo as bancadas constituídas por liberais e conservadores e a ação da direção saquarema na articulação de seu projeto político. Houve muito esforço, segundo o ele, para construção de uma nova Marinha, constituída a partir de parques navios e uma tripulação híbrida, com um número limitado de oficiais, formada por brasileiros de nascimento e portugueses que defenderam a causa do Império.

A reforma da Administração Naval iniciada no final da década de 1830, segundo Arias Neto, foi fruto de muito debate e discussões políticas. Ao alcançar a Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, o grupo de políticos conservadores se empenhou em promover o

---

<sup>95</sup> Junta-se a eles o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB, o Instituto Histórico e Geográfico Militar – IFGB, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e a Escola de Guerra Naval,

<sup>96</sup> Ver NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, e *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2008; MOREL, Marco. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; MAESTRI FILHO, Mario. *1910: a revolta dos marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.

<sup>97</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: Tecnologia, Forças Armadas e Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 210.

<sup>98</sup> ARIAS NETO, J.M. *Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001.

reaparelhamento e a reformulação do conjunto estrutural, material e de recursos humanos. À medida que avançavam as discussões e os conservadores, sobretudo a direção saquarema, conquistavam seu espaço junto à Coroa, consolidavam o projeto de reforma na administração naval na esteira da reforma administrativa e burocrática do Estado brasileiro.

Contudo, como já salientamos, compreendemos que a dominação do Estado se deu por meio da ação de uma fração de classe da classe dominante que, ao exercer uma direção moral e intelectual, construiu sua hegemonia sobre demais frações de classe. As discussões que Arias Neto encontra no Congresso, onde a Secretaria de Estado e Negócios da Marinha luta pela implementação de sua reforma administrativa, a hegemonia da fração de classe liderada pelo grupo saquarema já havia se estabelecido, como afirmou Ilmar de Mattos. O projeto gestado e liderado pelos saquaremas só foi possível pela ação hegemônica de uma fração de classe sobre as demais frações, em nome de um pacto entre as províncias cujo objetivo era promover um projeto nacional que reunisse as demais frações da classe dominante das demais províncias do Império, como apontou Miriam Dolhnikoff<sup>99</sup>. Nessa ação sobressaíram o protagonismo e a força política da província fluminense, como apontou Maria de Fátima Gouvêa.<sup>100</sup>

Segundo Arias Neto, o político conservador Joaquim José Rodrigues Torres desempenhou papel importante na articulação do projeto de reformulação administrativa da Marinha Imperial em suas passagens pela Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. No mesmo período em que o político fluminense passou pela Secretaria, assistiu-se também, após a queda do gabinete de Diogo Antônio Feijó, sobretudo entre o final da década de 1830 e a década de 1840, a presença ali de alguns políticos liberais, cuja participação foi fundamental na articulação para pôr em prática o projeto saquarema. Salvador José Maciel, brigadeiro do Exército, ministro da Marinha em dois momentos do gabinete de Feijó – em 5 de fevereiro de 1836 e 1 de novembro de 1836 –, foi quem lançou a ideia de criar um corpo fixo de marinheiros, tentando oferecer uma organização às praças da Armada. As Companhias Fixas de Marinheiros foram criadas em 1836. Mais tarde, Rodrigues Torres se apropriará da ideia de Salvador Maciel e irá rebatizar e ampliar aquele corpo como Corpo de Imperiais Marinheiros e criará, adida a ele, uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque, político pernambucano de inclinação

---

<sup>99</sup> Dolhnikoff, Miriam. Op. Cit. 2005. Ver capítulo II, no tópico “A revisão conservadora”. Pg. 125-154.

<sup>100</sup> Gouvêa, Maria de Fátima Silva. Op. Cit. 2008. Ver capítulo II, “Política e Administração na província do Rio de Janeiro no século XIX”. Pg. 73-124.

liberal, foi quem, durante sua passagem pela Secretaria da Marinha, tornou a ideia de Rodrigues Torres realidade: por ocasião de seu mandato foi criada a Companhia de Aprendizes-Marinheiros na Corte, durante o primeiro gabinete da Maioridade.

Segundo Ilmar de Mattos, a combinação entre liberais e conservadores e a trajetória dessas duas correntes políticas na reformulação do Estado Imperial obedeceram aos interesses dos dois partidos, sobretudo na manutenção das garantias e dos privilégios da classe senhorial – da hierarquia social, da escravidão e da propriedade rural –, conquistados durante o processo de emancipação política. Em um primeiro momento, restaria saber, portanto, quais seriam os interesses da fração da classe senhorial, liderada pelos saquaremas, em promover uma reforma na Marinha Imperial.

Nesse sentido é que pretendemos verificar em que medida a reforma administrativa da Marinha atendeu às expectativas do projeto conservador, e por outro lado, em que medida a reforma do Estado e a posterior expansão das agências da administração naval pelo território atenderam às expectativas das autoridades navais. É desta perspectiva que analisaremos a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, instituição que estava no bojo do projeto de reforma da Marinha Imperial que, por sua vez, estava inserida no projeto conservador de construção do Estado brasileiro. A Companhia tinha como objetivo central recrutar homens, ainda jovens, para instruir, educar e formá-los marinheiros. Acreditavam as autoridades navais que, dessa forma, promoveriam a manutenção da disciplina e da hierarquia a bordo dos vasos de guerra da Armada Imperial. Apropriando-nos da concepção de Ilmar de Mattos, trataremos a Corte como um laboratório da política fluminense. Ele definiu a Província do Rio de Janeiro como espaço de experimentação da política conservadora saquarema. É a partir dessa perspectiva que observaremos o espaço de 15 anos entre a criação da primeira Companhia e a das demais congêneres pelo litoral do Império.

Criada para atender a meninos de 10 a 17 anos, a Companhia tem sua origem 1836, como já mencionamos, com a criação das Companhias Fixas de Marinheiros pelo então Ministro da Marinha, o Brigadeiro Salvador José Maciel. Adotada por Rodrigues Torres, a ideia foi desenvolvida e em seu relatório em 1838, dirigido à Assembleia Legislativa, ao esboçar a necessidade de uma profunda reformulação na formação militar na Marinha, citou pela primeira vez a necessidade de criação de Companhias de Aprendizes-Marinheiros.<sup>101</sup> Ele estava

---

<sup>101</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1838. Pg. 29. Em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2056/000029.html>, acessado em 30/04/2016.

pensando em um espaço que, além de formar militares preparados para o serviço da Armada, proporcionaria os primeiros passos em direção à efetiva organização e profissionalização do Corpo de Marinheiros<sup>102</sup>. Por outro lado, as intenções de Torres estavam para além da formação de meninos em marujos.

Joaquim José Rodrigues Torres iniciou sua trajetória quando foi enviado a Coimbra, onde se formou em Ciências Matemáticas. Ao retornar ao Brasil foi nomeado lente do Colégio Militar e alçado ao posto de capitão. Passou por alguns cargos da administração pública e retornou à Europa para uma especialização na França. Na época do movimento restaurador, nos anos de 1820, teve contato com as ideias de François Guizot, pensador e idealizador do projeto de Instrução Pública implementado na França. Guizot foi ministro da Instrução Pública na época do processo de restauração monárquica francesa (1814-1830). Como homem ilustrado, é muito provável que, ao manter contato com o desenvolvimento do pensamento sobre a educação pública, tenha se apropriado das ideias de Guizot, pois Rodrigues Torres, enquanto presidente da província do Rio de Janeiro nos anos de 1834-1836, elaborou e colocou em prática o projeto da Escola Normal Fluminense, que passou a funcionar na Corte em caráter experimental.<sup>103</sup>

Conjecturarmos que a Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro foi outro espaço educacional onde repousaram as ideias de Guizot adaptadas por Rodrigues Torres para Corte e que se expandiram para boa parte do Império. Criada no momento em que o Rio de Janeiro se constituiu em um espaço de experimentação para a política saquarema, a Companhia, embora distante do modelo de uma Escola Pública tradicional, pode ter sido pensada também como parte de seu projeto educacional para educar todas as classes, promovendo assim uma das suas vertentes. A reforma na Marinha estava obedecendo ao outro pilar do projeto conservador: o processo civilizatório. A função educacional da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, conforme seu primeiro regulamento, era o ensino da leitura e da escrita e o reconhecimento da sequência numérica<sup>104</sup>. A reformulação do regulamento da Companhia de 1845 ratifica sua

---

<sup>102</sup> A ideia de organizar um quadro fixo e profissionalizar os marinheiros é compartilhada por ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2011.

<sup>103</sup> A trajetória de Rodrigues Torres e sua aproximação a François Guizot pode ser encontrada em: CONCEIÇÃO, Lívia Beatriz da. *Diálogos apropriativos em tempos de “funestas paixões”*: uma análise das relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim Rodrigues Torres e de François Guizot (1814-1840). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 2008.

<sup>104</sup> Decreto nº 148 de 27 de agosto de 1840, Coleção de Leis do Império, tinha finalidade fixar forças de mar para o biênio de 1841 e 1842 e cria as Escolas de Aprendizes Marinheiros anexas às Companhias de Imperiais Marinheiros.

função educacional passando a exigir o domínio da leitura e da escrita para o marujo ascender de posto no Corpo de Imperiais Marinheiros.<sup>105</sup> Havia uma grande preocupação com a formação militar dos indivíduos que ingressariam nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, porém não era uma preocupação menor a sua alfabetização, pois, para Rodrigues Torres, enquanto presidente da Província do Rio de Janeiro, a educação seria o remédio para formar membros e dar direção ao Estado que estava nascendo.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855, que cria uma Companhia na província do Pará e aprova seu novo regulamento, revogando o regulamento definido pelo Decreto nº 411 A, de 5 de junho de 1845, Coleção de Leis do Império.

<sup>106</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. “Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835”. Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850, p. 3. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/768/000005.html> Acessado em 20 de dezembro de 2014.

## Capítulo II

### **Combinando interesses, apropriando ideias: aproximações entre políticos e militares na transição para o Estado moderno brasileiro e a expansão burocrática da administração naval no Império**

#### **Introdução**

São poucos os trabalhos que se debruçaram sobre as relações entre civis e militares no Império, poucos também são aqueles que oferecem alguma atenção sobre a participação dos militares na política imperial. Não se trata de uma crítica nova. Adriana Barreto, ao chamar atenção para o fato de líderes militares desempenharem papel de destaque na composição da elite política, sugere que essa participação está mais ligada a uma combinação de origem social e atuação política do que a uma identidade profissional<sup>107</sup>. A proposição da autora surgiu a partir de sua crítica às interpretações de Edmundo Campos Coelho e John Schulz.

Edmundo Campos, ao analisar a participação do Duque de Caxias junto ao Governo, conclui que sua atuação foi disfuncional. Para o autor, o militar surge como um líder carismático, ao molde weberiano<sup>108</sup>, operando junto à tropa. Essa imagem de liderança não se configura naquele momento como um obstáculo à política de erradicação do Exército, pois este já havia sofrido considerável redução em seus quadros, vivendo de incertezas enquanto à Guarda Nacional alcançava o primeiro plano<sup>109</sup>, aponta Edmundo. Por outro lado, John Schulz viu na força da atuação de Caxias uma movimentação de vanguarda na luta travada contra a indiferença dos círculos políticos ao segmento militar. A bem da verdade, segundo o próprio autor, Caxias, juntamente com o ministro da Guerra Manuel Felizardo, lutou para reformar o Exército nos moldes europeus<sup>110</sup>. Contrária a essas interpretações, Adriana Barreto se debruçou sobre a trajetória de Luiz Alves de Lima e defende que, à medida que ele traçava sua carreira militar, trilhava uma carreira política. Teria Caxias continuado a trajetória da família em uma

---

<sup>107</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. 1999. Op. Cit. Pg. 43.

<sup>108</sup> WEBER, 1999, cap. 3.

<sup>109</sup> COELHO, Edmundo Campos. 2000. Op. Cit. Pg. 64-70.

<sup>110</sup> SCHOLZ, John. *O Exército na Política: origens das intervenções militar: 1850-1894*. 1994. Pg. 35.

“uma metamorfose social”<sup>111</sup>, iniciada por seu avô, José Joaquim de Lima da Silva, ao chegar ao Brasil e trilhada por seu pai, Francisco de Lima, nos corredores da aristocracia. Ao alcançar determinada posição social e política, foi possível à família Lima e Silva circular entre os dois mundos. Luiz Alves de Lima transitava entre os militares e os políticos.

José Murilo de Carvalho também chamou atenção para essa ausência de estudos. O sociólogo destaca que no longo período imperial brasileiro não houve crise política provocada pela interferência das forças militares; caso se perceba mudança desse comportamento, ele merece atenção<sup>112</sup>, alerta José Murilo. Entretanto, embora não se tenha presenciado intervenção militar, o mesmo não se pode dizer sobre crises políticas, e muito menos que não houve mobilização militar provocando ou contendo crises dessa natureza. José Murilo observa e analisa o espaço entre 1831 e 1889, período compreendido entre a Abdicação e a proclamação da República, marcado pelas revoltas e crises provinciais e por grande participação das forças militares, sem deixar de mencionar os movimentos que resultaram e desembocaram, em praça pública, no 7 de Abril, quando destacamentos militares se juntaram a populares contra o monarca. Contudo o autor, em sua obra, dedica dois únicos parágrafos à relação entre os militares e a política imperial. Segundo José Murilo,

Um dos notáveis aspectos da política imperial foi justamente ter conseguido manter a supremacia do poder civil. Pode se dizer que desde 1831 até o surgimento das questões militares no início dos anos 80 o Exército teve reduzida influência nas decisões da política nacional. Um dos melhores indicadores dessa situação é o fato de que frequentemente os ministérios militares eram ocupados por políticos civis. Generais e Almirantes eram na maioria das vezes indicados para posições políticas como membros de partidos ou como técnicos e não como representantes de suas corporações. [...] não há dúvida de que a tentativa que faziam os partidos de cooptar líderes militares para suas

---

<sup>111</sup> Expressão apropriada por Adriana Barreto para se referir à ascensão social da família Lima aos círculos da aristocracia na Corte do Império brasileiro. Ver em SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

<sup>112</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2005. Pg. 13.

fileiras indicava de alguma maneira que lhes atribuía importância.<sup>113</sup>

Entretanto, destaca o autor que somente depois da Guerra do Paraguai esse procedimento se acentua. Para ele, a manutenção de um governo civil era uma situação de que se orgulhavam os políticos. Diferente dos demais países latino-americanos, o regime mantinha essa característica tão forte que distanciava qualquer possibilidade de ameaça de uma possível oposição militar. Garante que essa relação somente se altera após a guerra contra o Paraguai, período apontado pelo autor como o de surgimento de uma contra-elite militar.

Em outra linha interpretativa, Nelson Werneck Sodré, seguindo a tradição marxista, propõe uma discussão que associa a trajetória da formação das forças militares aos segmentos e classes sociais, sobretudo aos grupos políticos, formados no pós-independência. Werneck Sodré chama atenção para o limiar dos conflitos internos enfrentados pelas forças militares, com um contingente híbrido de elementos portugueses e brasileiros de nascimento e, ainda, aqueles que, por interesses políticos e econômicos, se alinharam à causa brasileira. Embora parte do contingente português das tropas regulares tivesse permanecido em terras brasileiras, as forças militares tiveram que enfrentar dois problemas, como já mencionamos no capítulo anterior: a falta de oficiais para o comando das forças militares e a repulsa aos portugueses. O caso mais grave ocorreu na Marinha, e a solução imediata foi a contratação de militares estrangeiros, não portugueses. Logo em seguida ao arrefecimento dos conflitos em território do Império no pós-independência, acirravam-se as questões na fronteira ao sul do Império. Era a Questão Cisplatina, para a qual o Governo teve que dispor de homens e recursos financeiros. A região, fronteira com as Províncias Unidas do Rio da Prata, era área de constantes embates por disputas territoriais e delimitação de fronteiras. Com as limitações de uma força militar incapaz de atuar tão distante do centro administrativo, ao Governo, após a invasão de região da Cisplatina por forças militares das Províncias Unidas do Rio da Prata, restou contar com forças irregulares gaúchas ligadas a grandes proprietários de terras. Embora o Governo tenha enviado contingente da força regular para a região, outros problemas dificultavam a ação, como a falta de preparo das tropas não acostumadas com aquele tipo de enfrentamento e a própria situação em que se encontravam, desorganizadas e mal equipadas. Até o dia 28 de agosto de 1828,

---

<sup>113</sup> CARVALHO, José Murilo de. 2013. Pg. 55.

quando se deu a paz na região, destaca Werneck Sodré, as tropas foram acometidas por toda natureza de descasos por parte do poder central<sup>114</sup>.

Com a efervescência dos ânimos no cenário político, a situação nas províncias se agravava no decorrer dos anos de 1830. Alguns segmentos das tropas regulares se juntaram a movimentos insurgentes de rebeldes na contenção dessa ameaça. Segundo Werneck Sodré, o Governo foi auxiliado pelos senhores de terras e escravos, mobilizando sua gente e contingentes de mercenários. O 7 de Abril, além de ampliar as fissuras entre as tropas regulares e o Governo, reorientou e reorganizou o cenário e as relações políticas<sup>115</sup>. Nesse processo, as velhas lideranças se organizaram em novos partidos políticos. O primeiro grupo apontado por Werneck Sodré formou a direita radical e foi apelidado de *Caramuru*. Nele se agruparam aqueles que queriam o retorno de D. Pedro I. O segundo formou a ala centrista, conservadora, onde se aglutinavam os representantes da classe senhorial, apoiadora da manutenção dos privilégios e temerosa do aprofundamento do processo de independência. E, por fim, havia a ala radical de esquerda, que pretendia levar aos limites mais amplos o processo de independência<sup>116</sup>.

Segundo o autor, as duas primeiras alas se agrupavam operando para o isolamento da ala de esquerda, associação que culminará no domínio das forças conservadoras no contexto da repressão das revoltas regionais. Estas tinham a participação de militares, o que levou Werneck Sodré a considerar que a maioria dos componentes das tropas regulares participava da ala de esquerda, e que por isso a orientação conservadora teria conduzido a redução do poder da força militar<sup>117</sup> e, como contraponto, promovido a criação da Guarda Nacional, que, segundo o autor, era uma criação do regime dominado pela classe senhorial<sup>118</sup>.

Nos estudos aqui citados estão circunscritas as décadas de 1830 e 1840, período em que se concentra nossa análise. Operando com conceitos e modelos explicativos diferentes, os autores divergem sobre a supremacia civil exercida pelo regime de governo sobre os militares no período imperial. Guardados os devidos limites conceituais e modelos explicativos apropriados pelos autores, alguns concordam que no período foram exercidas pressões políticas no sentido de controlar o setor militar e até reduzir seu efetivo, porém por naturezas e motivos distintos. Queremos destacar a abordagem adotada por Werneck Sodré. Para o autor, o regime,

---

<sup>114</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 1979.Pgs. 94-105.

<sup>115</sup> Idem. Pg. 105.

<sup>116</sup> Idem, Pg. 105-106.

<sup>117</sup> Idem, Pg. 106-107.

<sup>118</sup> Idem. Pg. 120.

dominado pela classe senhorial, conduziu o processo de mobilização militar, tendo como base o interesse daquela classe. A consideração de Werneck Sodré é bastante interessante para o que iremos demonstrar mais adiante: a participação de um grupo de militares no Governo.

Como demonstrou Ilmar de Mattos, uma fração do Partido Conservador, representante da classe dominante, dirigida por um grupo de políticos fluminenses, exerceu domínio sobre as demais frações de classe. Para o exercício desse domínio, contou com a participação não só dos agentes do Governo, mas também da própria Coroa, forjando alianças no Congresso, isto é, contou com a participação da sociedade política. A ação da liderança fluminense definiu o tom, a marcha, a direção e o conteúdo do Estado Imperial, e para pôr em prática seu projeto, essa liderança contou com a participação dos militares. Desde o exercício de cargos políticos nas esferas locais de poder até a assunção dos mais diversos postos na administração pública do poder central, os militares participaram promovendo e forjando círculos e alianças políticas, pelas quais alcançaram o Governo, fazendo carreira no Congresso, como veremos mais adiante.

Há um consenso na historiografia sobre a supremacia civil em relação aos militares. Essa ideia tem sido apropriada para analisar a participação de militares em alguns períodos do processo histórico brasileiro. Na parca historiografia sobre o tema no período imperial, boa parte dos trabalhos e formulações recentes são baseadas nas discussões aventadas por Samuel P. Huntington<sup>119</sup>. O autor tem sido citado com frequência em boa parte dos trabalhos que se aventuram a analisar a dinâmica entre militares e os setores políticos civis. Nesses trabalhos, a formação das Forças Armadas é tratada como resultado dessa dinâmica, sendo a formação do Estado Nacional o objetivo central no processo.<sup>120</sup> Tentando nos distanciar desse consenso, neste capítulo iremos analisar a participação dos militares na política imperial, em meados do século XIX.

Os militares, neste trabalho, não serão observados exclusivamente como uma força regular que surge na dinâmica da formação do Estado Nacional. Entendemos que a participação dos militares como agentes atuantes na política durante o período está para além do entendimento de que se tratava de um setor a ser controlado. Entendemos que, na mesma

---

<sup>119</sup> HUNTINGTON, 1996. Op. Cit.

<sup>120</sup> Alguns autores, para citar os mais relevantes: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1999 e *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro Record, 2000; IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: A guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

medida em que havia participação política desses agentes históricos na dinâmica da formação do Estado moderno, essa participação estava associada com a função que exercia no conjunto que formava o aparato do Estado. Os militares propuseram reformas e reformulações de seus quadros burocráticos e administrativos, auxiliando a formação e a qualificação militar e reestruturando tempo de serviço, as carreiras e os soldos, medidas que contribuiriam para a formação de uma força regular que auxiliaria a arquitetura do projeto de Estado forjado pela classe dirigente, sobretudo atendendo aos interesses da liderança conservadora, na medida em que se colocava como garantidora da ordem.

Algumas análises têm reduzido as relações entre militares e política a uma relação militar-civil, proposta que mais escurece do que lança luz sobre a participação de alguns setores militares no jogo político no Império, pois, segundo Renato Lemos,

As relações militares-política, reduzidas ao seu aspecto militares-civis, são tratadas de um ponto de vista subordinado àquilo que deveriam ser segundo o pensamento liberal atualizado, isto é, modeladas pela forma democrática de Estado prevalecente, em linhas gerais, nos países do centro capitalista mundial. Nessa forma de Estado, os militares, por definição, não têm papel político, e não devem tê-lo. O raciocínio tende a ser circular: militares não devem ter papel político porque não o têm.<sup>121</sup>

Acreditamos que, ao abordarmos a reforma da Marinha Imperial como parte da reforma do conjunto de aparelhos de Estado, poderemos contribuir para o entendimento de que suas funções específicas como instrumento de coerção, assim como as funções administrativas e burocráticas, foram necessárias para o novo modelo de Estado que se forjava. Embora sua função de aparelho coercitivo lhe garantisse protagonismo na participação nos processos de formação dos Estados Nacionais, não se pode desconsiderar as instituições militares como parte integrante do próprio processo de sua reestruturação administrativa. E a participação de seus agentes foi fundamental, pois, para Cuéllar,

---

<sup>121</sup> LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: Chagas, Fabíola Maria da Silva; Lourero, Marcello José Gomes; Paula, Luiz Carlos Carneiro de; Restier Junior, Renato Jorge Paranhos. *A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Pela sua própria existência na vida dos Estados modernos, as Forças Armadas têm uma função e um papel essencialmente políticos, e sua posição na estrutura – pelo menos formal – de poder constitui uma expressão também formal dessa função. De maneira que essa suposição inicial é, antes de tudo, uma expressão de desejo. Porque, com efeito, o fato de admitir e montar um aparato dedicado ao manjo exclusivo dos instrumentos de coerção dentro da estrutura do Estado constitui um dado básico que permite falar de uma participação política típica dos militares enquanto instituição, na medida, está claro, em que o cumprimento de uma função política possa definir-se como participação política.<sup>122</sup>

Portanto iremos, neste capítulo, analisar a ação de um grupo de políticos e militares que, a partir da reforma da estrutura burocrática e administrativa do Estado brasileiro, promoveu a reformulação das Forças de Mar em meados do século XIX. Nosso objetivo é alcançar o processo que resultou na criação de um espaço de instrução, educação e formação militar que, por sua vez, atendeu tanto ao projeto de Estado quanto à demanda de recrutamento para a Marinha de Guerra. A Companhia de Aprendizes-Marinheiros deveria ser revestida dos ideais da modernidade, congregando em seu espaço a formação militar e a ação civilizatória. Para alcançar esse objetivo, a instituição deveria se contrapor aos mecanismos de recrutamento utilizados pela Marinha Imperial, objetivo muito caro à instituição naquele momento, tendo em vista que as forças de mar e de terra ainda dependiam das levadas forçadas para a formação de suas fileiras.

Se as formas de recrutamento de praças ainda estavam na contramão do processo de modernização das forças de mar, o recrutamento para o oficialato não estava longe daquele descompasso. Recrutada ainda nos moldes da tradição do antigo regime português, boa parte

---

<sup>122</sup> CUÉLLAR, Oscar. Notas sobre la participacion politica de los militares em América Latina, Aportes, Santiago de Chile, n.19, janeiro de 1971:Pg. 8. Tradução de Renato Luís do Couto Neto e Lemos. Op. Cit. 2013. Lemos, *Apud* LEMOS, LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. Op. Cit. 2013. Op. Cit. 2013.

do oficialato da Marinha Imperial era oriunda da aristocracia, detentora da tradição do berço e origem. Dois trabalhos recentes se debruçaram sobre o recrutamento e a formação dos oficiais para a Armada Imperial, e suas contribuições serão importantes em nossa análise, já que discorreremos acerca da carreira de alguns oficiais.

O trabalho de Carlos André Lopes acompanhou a trajetória da instituição de ensino e formação de oficiais para a Armada Imperial brasileira desde sua criação, no Portugal do antigo regime. O autor percorreu a esteira de uma instituição que atravessou o Atlântico junto com a família real portuguesa, no contexto das guerras napoleônicas, e foi ter em terras brasileiras as transformações que alcançaram, no período em que foi analisada, o caminho para a profissionalização do oficial de Marinha<sup>123</sup>. O trabalho de Luana Donim propõe uma análise das intervenções que a Academia de Marinha, já em terras do Império brasileiro, sofreu, impulsionada pelos avanços tecnológicos no período entre 1830 e 1850, com o objetivo de alcançar a consolidação de uma educação militar para o oficialato naval. Teria sido, segundo a autora, o processo que combinou a introdução de novas tecnologias com o modelo de Estado que se formava, proporcionando a consolidação das reformas implementadas na década de 1850, que teve como resultado o regulamento de 1858<sup>124</sup>.

## **2.1 Os Militares na política: breve olhar sobre as trajetórias, carreiras e histórias sobre a participação de militares na política imperial**

### **2.1.1 Os militares na política: um olhar conceitual**

Entre as décadas de 1830 e 1840, passou pelo Governo, nos ministérios militares, uma quantidade maior de civis se comparada com a de militares; entretanto, a ausência de militares não foi tão marcante após o 7 de Abril de 1831. O período foi de forte desconfiança na ala militar e de aversão aos lusitanos. O primeiro gabinete, formado por brasileiros, após a Abdicação contou com a presença de dois militares: o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e o Marechal José Manoel de Moraes no Ministério da Guerra. Formava-se o gabinete da

---

<sup>123</sup> SILVA, Carlos André Lopes da. Real Companhia e Academia dos Guardas Marinhas: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ. 2012.

<sup>124</sup> DONIM, Luana de Amorim. Academia de Marinha: Normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. 2014.

Regência Trina provisória <sup>125</sup>, comprometido em arrefecer a praça do Rio de Janeiro após a ebulição popular que contou com grande adesão das tropas.

A partir de então, revezaram-se civis e militares na administração dos ministérios militares. Entretanto, ao longo do período, a participação teve alguns momentos de ausência, como no gabinete de 3 de agosto de 1832, o segundo gabinete da Regência Permanente.<sup>126</sup> Também nenhum militar participou do segundo gabinete após a queda de Diogo Feijó, em 19 de setembro de 1837. Esse cenário iria se repetir nos gabinetes de 24 de julho de 1840 e no de 23 de março de 1841, os dois gabinetes logo após a maioria. Os militares voltam ao Governo somente em 20 de janeiro de 1843, quando o Marechal Salvador José Maciel assume o Ministério da Guerra e se reveza com Joaquim José Rodrigues Torres na administração do Ministério da Marinha. Daí por diante, percebe-se a participação de militares não só no Governo, mas também no Congresso. João Paulo dos Santos Barreto e Antônio Manoel de Melo, o primeiro marechal e o segundo general, assumiram, respectivamente, a administração do Ministério da Guerra no gabinete de 2 de maio de 1846 e 22 de maio de 1847. Os dois já haviam exercido o cargo de deputado, o primeiro pelo Rio de Janeiro e o segundo por São Paulo.

Embora a presença de militares no Governo tenha sido mais frequente, o grupo se mostrou bem reduzido. Porém a participação se torna mais efetiva sobretudo em meados dos anos de 1830, período em que foram dados os primeiros passos para a reforma da Marinha de Guerra. Os militares participaram de 17 gabinetes dos 18 formados entre o gabinete da Regência Provisória de 7 de abril de 1831 e o gabinete de 22 de maio de 1847. Alguns dados do período são interessantes. Apenas em dois momentos os dois ministérios militares foram administrados por militares: nos gabinetes formados em 16 de janeiro de 1835 e no gabinete de 18 de maio de 1840. Porém o dado que nos chama mais atenção, nesse grupo limitado de militares que exerceu participação no Governo no período, é que apenas dez se revezavam entre eles e políticos civis na administração dos ministérios militares. Alguns nomes, como o Brigadeiro Salvador José

---

<sup>125</sup> A Regência Trina Provisória, instituída após a Abdicação, abrangeu o curto período de abril a julho de 1831. Eleita em 7/4/1831, era composta pelo Senador José Joaquim Carneiro de Campos, pelo Brigadeiro Nicolau Pereira de Campos e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Fonte: Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de 03 de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894. Pg. 15-16

<sup>126</sup> A Regência Permanente abrangeu o período de 18/6/1831 a 12/10/1835, quando foi instituído o Ato Adicional, resultado da reforma da Constituição e que estabeleceu que a Regência seria exercida por uma única pessoa e por um mandato de quatro anos.

Maciel, o Chefe de Divisão Jacintho Roque de Senna Pereira e o Tenente-Coronel Manoel Felizardo de Souza e Mello, tiveram participação em mais de um gabinete; os dois militares estiveram presentes em três ministérios. Mas Salvador Maciel foi quem teve mais participações, sendo ministro em quatro gabinetes entre os anos de 1836 a 1843, período em que se verifica a hegemonia dos políticos fluminenses no Governo. Embora tenha participado somente uma vez do Governo, Tristão Pio dos Santos, que assumiu a administração do Ministério da Marinha no gabinete de 16 de maio de 1837, dissolvido pelo avanço conservador, protagonizou um dos mais longos e interessantes debates na Câmara em defesa do projeto de lei de fixação de forças de seu antecessor, Salvador Maciel, debate que veremos no capítulo III.

Muitos desses militares ingressaram na política nas esferas locais de poder. O passo inicial de muitos era o Comando das Armas ou auxiliando o presidente de província, e alguns alcançavam o próprio cargo de presidente. Ao remontarmos à trajetória desses personagens, embora fosse um reduzido grupo de militares, podemos verificar que suas participações foram significativas no processo de arquitetura do Estado, sobretudo no que diz respeito à formação das Forças Militares. Desde as questões que envolveram a luta pela emancipação política e que nesta resultaram e o posterior movimento que redundou no 7 de Abril e que se alongou com a efervescente relação entre o poder central e as províncias, o que iremos tentar destacar é que esses militares protagonizaram momentos decisivos no cenário político do Império. Como Caxias, trafegaram entre dois mundos, participando de conflitos militares tanto dentro e fora dos limites do Império quanto nos corredores do Congresso e no espaço de governo. Isto é, no mundo militar e no mundo da política.

Ou seja, não podemos deixar de considerar a trajetória e a carreira desse grupo de militares, embora estes fossem desprovidos de atributos necessários para alcançar o que Huntington chamou de militar profissional. As relações nos espaços do alto comando militar, de certa forma, dependiam da experiência e do exercício militar, sobretudo da experiência nas campanhas militares. De um lado, como sugere Adriana Barreto, os militares que se destacaram na composição da elite política se valeram da atuação na política e da posição social, alcançando inclusive aproximação com a Coroa. Por outro, sugerimos que, ao lançarem mão da experiência adquirida ao longo da carreira, fosse nas campanhas militares internas ou nos limites do Império, esses militares alcançaram posições não só no alto comando militar, mas também nos círculos políticos, uma vez que tinham conhecimentos específicos suficientes no comando e na formação de tropas, necessários no momento em que se pensou a reformulação administrativa

das forças militares, sobretudo na formação de um novo militar. O período entre as décadas de 1830 e 1840 foi marcado, além da desconfiança na ala militar, no Exército, como apontou Adriana Barreto, pela considerável redução da tropa. Para a autora, que se distancia das interpretações de John Schulz e Edmundo Coelho, a desmobilização do Exército tinha o “propósito de dissolver uma estrutura burocrática centralizada sob o cetro de uma Coroa estrangeira e absolutista”.<sup>127</sup>

Dessa forma, o componente militar tomou parte na formação de alianças políticas, ligando-se às classes dirigentes e contribuindo na construção e consolidação de seu projeto hegemônico. Embora nossa aproximação à perspectiva analítica de Werneck Sodré, que apontou para a aliança do componente militar com a política, via ala de esquerda, nos distanciamos da ideia de que foi esse envolvimento que motivou a desmobilização das forças militares<sup>128</sup>. Concordamos com sua visão de que a criação da Guarda Nacional foi um mecanismo que cumpriu uma agenda de interesse político local, entretanto, para associar a redução do Exército a uma agenda dos interesses de classe, é necessário analisar os interesses em jogo. Na verdade, houve uma reformulação da política militar, combinando reformulação e adoção de uma nova política<sup>129</sup>. Assim, pretendemos entender como foi promovida a desmobilização militar como parte da ação da fração de classe da classe dominante dentro de um conjunto de suas ações políticas, a liderança política fluminense. Pois, na medida em que se reformulava o aparato administrativo e burocrático, estava-se diante da necessidade de reformular o aparato coercitivo para atender ao seu projeto político. Talvez o que faltou em Werneck Sodré tenha sido a compreensão do ponto de partida. O segmento da força militar que participou do 7 de Abril não pode ser confundido com o todo; boa parte daqueles que estavam na Praça da Aclamação foi punida e desligada da tropa, e as altas patentes militares que não se alinharam ao movimento para ascensão do príncipe regente ao trono reviram suas posições e continuaram no cenário político, sobretudo associados à ala liberal. A simples suspeitas de suas intenções, quando ocupavam cargos no Governo à frente de algum ministério, eram combatidos ferozmente nas sessões da Câmara. Entretanto, em meados dos anos de 1830, percebe-se o alinhamento de alguns militares à causa conservadora.

---

<sup>127</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. Pg. 210.

<sup>128</sup> SODRÉ, Werneck. Op. Cit. Pg. 107-131.

<sup>129</sup> Nos inclinamos, embora não adotemos a perspectiva analítica teórica de Adriana Barreto, à sua ideia de que a desmobilização das forças armadas atendeu aos interesses de esvaziar os núcleos fiéis a D. Pedro, representante de “uma Coroa estrangeira e absolutista”. SOUZA, Adriana Barreto de. Op. Cit. Pg. 209-210.

Esses limites interpretativos na obra de Werneck Sodré podem ser reelaborados com o auxílio em Poulantzas. Primeiro, é necessário entender a visão do autor acerca do conceito de Estado. Embora para Poulantzas exista distinção entre Estado moderno e Estado pré-capitalista escravista<sup>130</sup>, suas considerações não deixam de atender à nossa análise. Gostaríamos de chamar atenção para o que já discutimos aqui, sob a ótica de Gramsci. Estamos analisando o Estado imperial brasileiro conforme o conceito de sociedades ocidentais tardias em transição, combinando características orientais e ocidentais, à medida que transcorria o processo de transição. O que não se distancia de Poulantzas, pois, para o autor, na transição entre o Estado feudal e o Estado capitalista, nasceu o Estado absolutista, centralizado com autonomia em relação à instância econômica e no qual os papéis do Exército e da burocracia foram fundamentais para a formação do seu aparelho<sup>131</sup>.

Em Poulantzas, o Estado é um espaço de natureza específica, e sua concepção moderna baseia-se na “separação relativa do político e do econômico, e a toda uma reorganização de seus espaços e respectivos campos”<sup>132</sup>. Nele se constituem as contradições da sociedade com ela própria e se estabelece a condição de ordem nos conflitos políticos de classe, sobretudo se funda “como organização para manter das condições da produção”<sup>133</sup>. Pois o Estado, ao exercer seu papel de coesão de uma formação social, abriga e concentra o conflito de classe. Nessa perspectiva, o Estado imperial brasileiro se constituiu em um espaço político-ideológico, onde uma fração da classe dominante exerceu a direção de um projeto hegemônico sobre as demais frações de classe, e na medida em que seu bloco alcançou o Governo, seus interesses passaram a ser identificados como gerais e nacionais<sup>134</sup>.

A chave interpretativa em Poulantzas nos permite compreender o Estado que estava sendo gestado no Brasil Imperial diante de uma sociedade específica, a sociedade Imperial, como chamou atenção Ricardo Salles<sup>135</sup>, cujos pilares erguiam-se fundados na relação de mão de obra escrava. No processo de transição do Estado brasileiro para um Estado Moderno, percebeu-se a reunião entre forças políticas e representantes dos setores da economia, porém não podemos perder de vista a participação do componente militar, ativa nessa transição. À medida que as forças políticas e econômicas se articulavam para a dominação do aparato estatal,

---

<sup>130</sup> POULANTZANS, Nicos. *O Estado o poder, o socialismo*. 1985. Pg.61.

<sup>131</sup> POULANTZANS, Nicos. *Poder político e classe sociais*. 1977. Pg. 157-163.

<sup>132</sup> POULANTZANS, Nicos. Op.Cit. 1985. Pg. 61.

<sup>133</sup> POULANTZANS, Nicos. Op. Cit. 1977. Pg. 47-49.

<sup>134</sup> SALLES, Ricardo. Op.Cit. 2013. Pg. 49.

<sup>135</sup> SALLES, Ricardo. Op. Cit. 2013.

as forças militares compunham o elemento fundamental no exercício de sua manutenção. Reformular o Exército e a Marinha foi passo fundamental para a formação do Estado Nacional brasileiro. Resta-nos saber como foi operacionalizada essa reunião de forças. A articulação entre forças políticas e os setores da economia já foi bem tratada e discutida por Ilmar de Mattos<sup>136</sup>. O que nos cabe aqui é entender como foi operacionalizada a aproximação do componente militar com setores políticos.

Recorremos às reflexões acerca do conceito de classe em Poulantzas. Para o autor, a definição de classe não se encerra no nível econômico, transpassa o “efeito do conjunto dos níveis de um modo de produção ou de uma formação social” e “reflete em práticas econômicas, política e ideológica”<sup>137</sup>. Isto é, há um deslocamento, no domínio das relações sociais, em que uma luta econômica de classe pode se encaminhar para outros níveis da luta de classes: a luta política e a luta ideológica. As relações em uma formação social constituem a base da sociedade e do Estado, em que se percebe a participação de vários modos de produção, mas somente um detém papel dominante, afirma o autor. Indo mais além, faz uma leitura a partir do problema apresentado por Marx, de que há distinção entre luta econômica e luta política de classe, não admitindo “a existência das classes plenamente constituídas, se não ao nível da luta política”<sup>138</sup>. Poulantzas sugere uma outra compreensão desse problema, pois “o conceito de classe não pode ser constituído unicamente a partir da relação entre as relações sociais e as estruturas econômicas: o conceito de classes recobre a unidade das práticas de classe”<sup>139</sup>.

O filósofo e teórico marxista chama atenção para uma outra operação, em que encontramos a chave para reelaborar e ultrapassar os limites encontrados por Werneck Sodré: “Marx isola ao mesmo tempo os níveis de luta de classe a fim de os examinar na sua especificidade [...] caracterizado por uma emancipação dos níveis de estruturas e dos níveis de práticas de classe”<sup>140</sup>. Pois, para Poulantzas,

É neste contexto que se deve situar a importância particular que Marx atribui à luta política de classe como nível particular das relações sociais, consistindo em luta

---

<sup>136</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Ver capítulo II, em que o autor discute a ação saquarema e a construção da hegemonia conservadora que definiu os rumos do Estado Imperial brasileiro.

<sup>137</sup> POULANTZANS, Nicos. Op. Cit. 1977.Pg. 67.

<sup>138</sup> Idem. Pg. 71.

<sup>139</sup> Idem. Pg. 72.

<sup>140</sup> Idem. Pg. 73.

econômica, política e ideológica de classe [...]. De fato, do mesmo modo que existe uma luta econômica ou uma ação econômica de classe – relações sociais econômicas –, também existem estruturas políticas e ideológicas.<sup>141</sup>

Nesse sentido, a fração de classe da classe dominante não só exerceu sua força político-econômica no conjunto da sociedade Imperial, mas o exercício de sua força ideológica cumpriu uma agenda de difusão de suas ideias e de sua visão de mundo particular. Essa operação, cujo objetivo foi atingir o conjunto da sociedade imperial, proporcionou à liderança saquarema alcançar sua hegemonia diante das outras frações de classe e se alinhar à Coroa, exercendo papel de partido, ao “ lidar com as fissuras e divergências no interior da classe”<sup>142</sup>. Na verdade, a reformulação das forças coercitivas, cujo projeto centralizador foi forjado durante o período do Regresso, atenderia à manutenção da ordem e das relações de produção, preservando a Coroa e a escravidão, esta como modo de produção. A promoção de uma estrutura burocrática centralizada na mão de uma Coroa absolutista passava pela reforma administrativa do Estado, incluídas aí reformulação administrativa e reforma das forças militares. Nesse sentido, foi fundamental a experiência de alguns militares, tanto a adquirida nas campanhas militares como no exercício na administração pública, na transição para o Estado moderno.

### **2.1.2 Os militares no Governo – breves trajetórias militares e carreiras políticas**

Quando Antero Brito alcançou o Governo, em setembro de 1832, acumulando os Ministérios da Guerra e da Marinha, já havia participado da campanha, ao lado da Coroa, contra os levantes rebeldes na Bahia e também contra os rebeldes de Pernambuco. Nas duas províncias, exerceu o cargo de comandante das armas – na primeira por duas vezes, em 1824 e 1831; na segunda participação, entre os anos de 1825 e 1830. Durante sua carreira na administração pública, esteve à frente do comando das armas também em Santa Catarina, em 1839, e na Corte por três vezes – 1831, 1833 e 1851. Em 1836 assumiu a presidência da província do Rio Grande do Sul, sua terra natal, e, em 1839, a presidência da província de Santa Catarina. Pelos seus bons serviços prestados tanto como militar quanto administrador, a Coroa reservaria-lhe um

---

<sup>141</sup> Idem, Pg. 73-74.

<sup>142</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. 1987. Pg. 93.

lugar como conselheiro, em 1841, certamente não só pelos bons serviços prestados, mas pelo sucesso nos combates aos núcleos rebeldes da Confederação do Equador, em 1817.

Outro militar a quem o destino reservou lugar privilegiado na esfera pública foi João Paulo dos Santos Barreto. Nascido no Rio de Janeiro, passou pela primeira vez pelo Governo no gabinete de 16 de janeiro de 1835, acumulando os dois ministérios militares. Lutou como comandante das tropas na província do Rio Grande do Sul em 1840. Só retornou ao Governo, como ministro da Guerra e revezando-se na pasta da Marinha com o então senador liberal pernambucano Holanda Cavalcante, no gabinete de 2 de maio de 1846. Embora fosse um militar de carreira, Santos Barreto estudou engenharia na França e era doutor em ciências físicas e matemática. Foi eleito deputado para sexta legislatura em 1845, e uma de suas maiores contribuições como parlamentar foi a participação na elaboração da reforma do Código Militar junto com o conservador Manoel Felizardo de Sousa e Melo. A comissão reformadora foi formada por Sebastião do Rego Barros, um político e militar experiente, cuja aproximação com a ala conservadora pode ser percebida desde sua participação no gabinete conservador de 1837. Embora liberal, João Paulo dos Santos Barreto aderiu à lógica administrativa conservadora, construindo a ordem por meio da instituição de um sistema de controle burocrático, afirma Adriana Barreto<sup>143</sup>. Portanto, João Paulo dos Santos Barreto transitou tanto no Governo quanto na arena parlamentar e não só esteve envolvido com os projetos conservadores como também participou da elaboração do projeto de reforma do Código Militar pensado pelo jurista Magalhães Castro.

Salvador José Maciel, que se aproximou do projeto conservador e a ele se alinhou, transitou no Governo desde da primeira Regência do Ato Adicional até o 3º gabinete da Maioridade. Era amigo e militar de confiança de Luiz Alves de Lima, futuro Duque de Caxias, e sua trajetória política começou como governador da província do Rio Grande do Sul, cargo do qual foi destituído em 2 de agosto de 1829, diante das denúncias do ministro do Império de que tinha ideias absolutistas<sup>144</sup>. Quando assumiu como ministro da Marinha, em 1836, aventou a ideia de criar um espaço onde poderia ser empregada educação e treinamento para as praças, visando a jovens que desejassem seguir a carreira militar. Essa proposta ganhará força e se

---

<sup>143</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. Um edifício gótico entre instituições modernas: o debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860). *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, V. 25, Nº 2, P. 59-77, jul./dez. 2012. Pg. 71.

<sup>144</sup> *Aurora Fluminense*: Jornal político e literário. Nº 249 Quarta-Feira 7 de outubro. Ano 1829. Rio de Janeiro. Hemeroteca da Biblioteca Nacional

tornará realidade com a criação das Companhias Fixas de Marinheiros, ideia que será apropriada pelo político fluminense Rodrigues Torres, ao consolidá-la como projeto de educação e formação militar. Apesar da carreira política de Salvador Maciel ser concentrada em participações no Governo, ela foi fundamental na sua formação como homem público, sobretudo com as questões e discussões que atravessaram o período, marcado pela disputa política entre projetos liberais e conservadores.

Diferente de seu amigo Luiz Alves de Lima, que era integrante do Partido Conservador, Maciel tinha inclinações liberais. Participou do Governo na época de Diogo Feijó, mas sua ausência no último gabinete do padre regente, de 16 de maio de 1837, formado às custas de muita disputa política e intriga partidária, sugere que Maciel já havia se distanciado da ala liberal. Mas não só essa ausência justifica a transição. Ele era muito próximo de Luiz Alves Lima, que vivia momento de indecisão em relação à posição política que deveriam tomar<sup>145</sup>, e acreditamos que os militares próximos a ele também viveram o mesmo impasse naquele momento. O período era delicado, na medida em que se mobilizava a ala conservadora. As disputas sacudiram o cenário político, até que, em 19 de setembro de 1837, a queda de Feijó e a ascensão de Araújo Lima foram o clímax desse conflito. Um novo gabinete foi formado, sob a liderança de Bernardo Vasconcelos, um antigo amigo de Diogo Feijó, mas que havia se transformado em seu principal inimigo político. Salvador Maciel aparecerá na conjunção política conservadora em 1840, quando, junto a Jacintho Roque de Senna Pereira e Rodrigues Torres, conduzirá os ministérios militares. É nesse momento que surge a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Corte<sup>146</sup>, cuja ideia original é de autoria de Salvador Maciel, apropriada e reelaborada por Rodrigues Torres e concretizada no gabinete de 24 de julho de 1840 pelo então ministro da Marinha, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

A sucessão de Salvador Maciel no Ministério da Marinha, no complicado gabinete de 16 de maio de 1837, marcado pela dificuldade em encontrar nomes para sua composição, contou com a presença do Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos. A trajetória deste militar antes de chegar aos quadros do Governo é bastante curiosa, sobretudo a sua entrada no cenário político imperial. Encontramos as trajetórias desses homens nos escritos de historiadores memorialistas

---

<sup>145</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. Op. Cit. 2008. Pg. 347.

<sup>146</sup> Lei nº 148 de 27 de agosto de 1840. Coleções de Leis do Império. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Acesso <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao4.html> em 30/12/2015.

do final do século XIX e início do século XX, com a preocupação de ser construir uma história oficial da formação do Brasil, uma narrativa valorosa dos feitos de grandes homens-heróis que, em suas visões, contribuíram para construção do País. A trajetória de muitos deles, como Tristão Pio dos Santos, pode ser encontrada nos escritos do Contra-Almirante Henrique Boiteux, publicados na primeira década do século XIX<sup>147</sup>. Também encontramos Tristão Pio dos Santos em relatos na obra do historiador memorialista Alexandre José Mello Moraes, que se dedicou a escrever sobre o Reino do Brasil e o Brasil Império<sup>148</sup>.

O Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos, um dos três oficiais da Marinha que participaram do Governo no período analisado<sup>149</sup>, era português de nascimento. Seu pai, Pio Antônio dos Santos, era um oficial da Marinha portuguesa que serviu na colônia na Armada do Sul, em 17 de dezembro de 1772, sendo promovido a capitão de mar e guerra pelo vice-rei do Brasil. Sua mãe era brasileira nascida na Colônia de Sacramento, ainda quando esta era possessão de Portugal. Tristão Pio dos Santos assentou praça de aspirante a guarda-marinha em 1791, período em que o ingresso na Companhia dos Guardas-Marinha em Lisboa, além dos bem-nascidos, era admitido a filhos de oficiais da Marinha portuguesa<sup>150</sup>. Sua carreira militar seguia o curso natural até a expansão napoleônica chegar a Portugal e fazer com o que tanto o monarca quanto sua corte se transferissem para a colônia. Foi assim que o até então Capitão-Tenente Tristão, como imediato da nau *Medusa*, transmigrou junto com a família real. Ao chegar no Rio de Janeiro, Tristão Pio dos Santos foi promovido a capitão de fragata, promoção que foi estendida a todos os militares que participaram da travessia. A partir de então, a relação de Tristão com o Brasil foi intensa. Do lado da Coroa portuguesa, lutou contra as insurreições de independência surgidas na Bahia em 1821, e quando a questão ficou por conta da Coroa que se formava durante o processo de emancipação, Tristão jurou, em carta aos seus superiores, sua adesão à causa brasileira.

---

<sup>147</sup> No primeiro capítulo, remontamos à trajetória dos autores que se debruçaram sobre a História Naval brasileira. Nela apreço Henrique Boiteux como um dos expoentes da segunda geração de historiadores navais. A trajetória de Tristão Pio dos Santos está em BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. V. 2 Rio de Janeiro. Imprensa Naval. 1917.

<sup>148</sup> MORAES, Alexandre José Mello. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typografia de Pinheiro, 1871.

<sup>149</sup> Além do Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos (16/05/1837 a 18/09/1837), passaram pelo Ministério o Capitão de Mar e Guerra José Pereira Pinto (17/03/1835 a 14/10/1835) e o Chefe de Divisão Jacintho Roque de Sena Pereira (16/04/1839 a 23/05/1840). Fonte: *Relação dos Cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de 03 de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894.

<sup>150</sup> SILVA, Carlos André Lopes da. Op. Cit. Pg. 80.

Essa adesão chamou a atenção de um determinado grupo de representantes que, segundo o historiador memorialista e deputado Alexandre José Mello Moraes, se aproximaram de Tristão com a ajuda de Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Este já havia ajudado a família de Tristão, a qual havia ficado na Bahia por ocasião de sua fuga. Drummond avistou no então capitão de mar e guerra “bastante inteligência, porém homem de pouco juízo”<sup>151</sup>, e teria sido ele quem tirou Tristão do “estado vacilante” em que se encontrava e o colocou em “um bom caminho”<sup>152</sup>. Drummond era amigo de José Bonifácio Andrada, Martin Francisco Andrada e Antônio Andrada, que se encontravam exilados na França por ordem de D. Pedro I, após o monarca dissolver a Constituinte de 1823, consequência dos episódios de acirramento entre o Executivo e o Legislativo. Os quatro trocavam correspondências sobre a situação do processo de emancipação política do Império do Brasil<sup>153</sup>. A aproximação teria ocorrido quando Drummond se propôs a orientar e iniciar Tristão Pio dos Santos na política, embora Alexandre de Melo Moraes já nos conte que o então oficial da Armada promovia encontros de natureza política no Arsenal da Bahia. Na interpretação de Melo Moraes, por lá se encontravam e se reuniam,

Entre os próprios portugueses ali empregados, formado certo partido, que reprovava tudo que se fazia em Lisboa, e tudo que se fazia no Rio de Janeiro. Era um partido que não queria nem a opressão portuguesa, e nem a independência do Brasil. O que desejava era a união dos dois reinos e tudo que pudesse concorrer para essa união. Era para ele não só o melhor, se não o mais justo<sup>154</sup>.

Nessa passagem, temos duas ideias centrais que levaram Drummond a pensar sobre Tristão ser um cidadão de “estado vacilante que precisava encontrar o bom caminho, ele não queria nem a opressão portuguesa e nem a independência do Brasil e o que desejava era a união dos dois reinos”. Aquele grupo de políticos transitava entre a manutenção dos privilégios

---

<sup>151</sup> MORAES, Alexandre José Mello. Op. Cit. Pg. 364-365.

<sup>152</sup> MORAES, Alexandre José Mello. Idem. Ibidem.

<sup>153</sup> Cartas Andradinas: correspondência particular de José Bonifácio, Martin Francisco e Antônio Carlos dirigidas a A. de M. Vasconcellos de Drummond. Rio de Janeiro. Typografia de G. Leuzinger e Filhos. 1890. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>154</sup> MORAES, Alexandre José Mello. Idem. Ibidem.

conquistados no processo de emancipação – o controle da relação da produção e da manutenção da escravidão como seu principal fator – e a formação da sociedade imperial em uma sociedade moderna. Os Andradas viram na Constituinte de 1823 o caminho para essa empreitada. No debate acalorado entre deputados constituintes, destaca-se o pessimismo de conservadores em transformar aquela sociedade em uma nação moderna, pessimismo transformado em um poder ideológico contra os princípios republicanos e de reformas liberais. Presos e exilados na França, os Andradas formaram uma das correntes de maior expressão do liberalismo de natureza republicana, orientada pelo modelo norte-americano. Embora os embates entre conservadores e os defensores do pensamento liberal – as classes dominantes se assim ameaçadas pelo perigo que uma ampla conotação da palavra liberdade pudesse trazer para suas posições políticas e econômicas –, a unidade nacional e a organização de um poder centralizado eram as preocupações políticas de ambos os grupos<sup>155</sup>.

Sua trajetória como oficial do alto comando naval até o Ministério da Marinha inicia-se com a promoção a chefe de Divisão; depois assumiu o cargo de inspetor do Arsenal da Corte e, quando promovido a chefe de Esquadra, foi designado para ser chefe do Quartel-General da Armada – órgão de comando na estrutura administrativa da Marinha –, cargo que deixou após o 7 de Abril. Depois de reformado, assumiu o Ministério da Marinha no último gabinete de Feijó, acuado em uma das mais acaloradas sessões na Câmara – teremos a chance de acompanhá-la e discuti-la no próximo capítulo –, quando o então Ministro Tristão tinha a missão de defender o projeto de Fixação de Forças de seu antecessor, Salvador Maciel. Em Boiteux, podemos ter uma ideia de como foi a passagem de Tristão pelo Governo: embora rápida, revela muito do quanto foi sua relação com a Câmara, sobretudo com aqueles que defendiam um regime de governo que estava com seus dias contados. Para o historiador naval,

Procuravam os opositores embarcar o vice-almirante com sua dialética, porém nele encontraram às vezes aspereza que bem demonstrava que ele não se deixava dominar. Por essa razão não escapava o vice-almirante aos

---

<sup>155</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo. Alameda, 2005. Pg. 134-137.

motejos e sátiras que dardejava o *Sete de Abril* que o apelidava por antítese, *Alegrão Ímpio dos Diabos*.<sup>156</sup>

Tristão deixou o cargo para que, pela terceira vez, assumisse o político fluminense saquarema Joaquim José Rodrigues Torres.

Da mesma forma que tentamos reconstruir a trajetória de Tristão Pio dos Santos, iremos recorrer aos escritos de Henrique Boiteux para falarmos um pouco de Jacinto Roque de Sena Pereira. Português de nascimento, iniciou sua carreira na Marinha de forma diferente de Tristão, que havia ingressado na Armada portuguesa por ser filho de um oficial. Sena Pereira foi aluno na Academia de Marinha de Lisboa, instituição que preparava não só para a carreira militar naval, mas também formava pilotos para a Marinha Mercante e engenheiros militares. As aulas na instituição eram frequentadas por indivíduos que não optavam previamente por nenhuma dessas carreiras, pois a opção era posterior ao término do curso<sup>157</sup>. Ao completar o curso de matemática, logo em seguida, embarcou como voluntário na Esquadra portuguesa, escolhendo a carreira militar. Com a transmigração da Corte portuguesa para a Colônia, Sena Pereira atravessou o Atlântico a bordo da Nau *Vasco da Gama*.

Enquanto Tristão Pio dos Santos enfrentava as lutas para garantir a independência do Império do Brasil na Região Norte, o então Capitão-Tenente Jacinto de Sena Pereira iria enfrentá-las no Sul e em condições um pouco mais complicadas do que as encontradas por Tristão. Enquanto o arrefecimento na região do Prata se mostrava incerto, as circunstâncias apresentadas nas províncias da Bahia, do Grão-Pará, do Maranhão e do Piauí, incluindo Montevideú, não eram favoráveis ao projeto articulado no Rio de Janeiro, embora essas regiões tenham contribuído para o fortalecimento dos movimentos emancipacionistas, como já foi mencionado aqui.

Jacinto Roque se declara aliado da causa brasileira, mas não sabemos o que levou o militar a tomar essa decisão. Talvez tenha sido influenciado pela proximidade com o General Carlos Frederico Lecór durante as lutas na fronteira cisplatina. Lecór era homem de grande capacidade de articulação, demonstrada quando da tomada e permanência na cidade de Montevideú, conciliando interesses políticos e econômicos da Coroa portuguesa e com

---

<sup>156</sup> BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. V. 2 Rio de Janeiro. Imprensa naval. 1917, Pg. 128.

<sup>157</sup> SILVA, Carlos André Lopes da. Op. Cit. Pg. 76.

interesses locais.<sup>158</sup> Talvez seja esta uma explicação plausível. Ao menos sugere que, diante da situação tão complexa que se desenhou no processo de emancipação, sobretudo em relação às questões de alteridade e identidade luso-brasileira, o militar tenha optado por lutar do lado da Coroa que se formava em terras que havia escolhido para prosseguir em sua carreira militar.

Em 10 de dezembro de 1825, no início da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, Senna Pereira assumiu o comando da 3ª Divisão, ficando a seu cargo defender a Colônia de Sacramento e Martins Garcia e policiar os rios Uruguai e Paraná. Nesse conflito lutou junto com o oficial inglês James Norton, comandante da 2ª Divisão, contratado para defender as causas brasileiras contra as Cortes portuguesas no processo de emancipação. Segundo Boiteux, os dois oficiais planejaram juntos o ataque à Esquadra de Buenos Ayres, comanda pelo então almirante inglês Brown. O desfecho do conflito, que ficou conhecido pela historiografia de Guerra da Cisplatina, proporcionou à região sua independência definitiva. A paz foi alcançada em 27 de agosto de 1828, e, sob a influência inglesa, formou-se a República Oriental do Uruguai.

Estava em curso o plano de estabelecer a paz e proporcionar a independência da Província da Cisplatina sem a intervenção direta dos ingleses. O monarca não contava mais com as habilidades políticas do General Lecór; precisava de outros personagens que reunissem as condições necessárias para promover um discurso homogêneo entre os cisplatinos ao ponto de consolidar a ideia do Governo brasileiro. O projeto pacificador consistia nos princípios de libertar a Província da Cisplatina, promovendo sua independência. Em ofício, o ministro responde a Diogo Jorge de Brito que o ministro da Inglaterra propôs ao Imperador a mediação da Grã-Bretanha e que ele havia aceitado.

O ofício de 16 de fevereiro, do vice-almirante, além do tom de denúncia, insere a questão da Cisplatina no conjunto dos acontecimentos que abalavam o Império desde o processo emancipatório, incluindo as insurreições no Norte e ampliando as questões para o contexto diplomático. Disse o vice-almirante que

As reclamações e Notas diplomáticas da  
Inglaterra, França e Estados Unidos contra o bloqueio do

---

<sup>158</sup> Ver em FERREIRA, Fábio. O General Lecor, os voluntários reais e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824). Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2012. Pg. 76-95.

Rio da Prata são de tal natureza imperiosas e arrogantes fundadas só no direito da força, que correspondem quase a uma declaração de guerra. A insolidéz do Império do Brasil por causas que V. Ex. bem conhece, o pouco ou nenhum espirito nacional que se observa, a indiferença para a glória ou desdouro das nossas Armas; a pouquíssima cooperação das Províncias do Norte, quer em gente, quer em dinheiro; finalmente a fraqueza, com que se foi progressivamente acendendo a todas as requisições dos neutros, porém o atual Governo em dura posição. No princípio de novembro próximo passado exigiu-se fiança a todos os navios estrangeiros de não entrarem nos portos da República de Buenos Ayres, porém deu causa a uma tempestade tão horrível da parte da França e Inglaterra que S. Majestade Imperial para evitar maiores desaguizados achou necessário mandar anular a ordem de exigências das fianças, e por essa mesma via o Ministro ao Império dirige a D. Thomaz Garcia, o competente aviso<sup>159</sup>.

O Vice-Almirante Diogo Jorge de Brito lembrou do então Capitão de Fragata Jacinto Roque de Senna Pereira, na ocasião já casado com uma oriental em Montevidéu. Esta tinha um tio que gozava de livre trânsito entre as cidades platinas, o que aproximava o vice-almirante dos habitantes da região. Essa lembrança rendeu a Senna Pereira a promoção a chefe da Divisão, partindo o vice-almirante para sua última missão para a pacificação da Cisplatina. A campanha, que iniciou no dia 27 de abril, foi narrada por Boiteux. O Governo brasileiro pretendia que fosse curta. Como relata Boiteux,

Acentuavam-se os desejos de dar fim à luta; estava o governo inglês o mais empenhado nisso para poder firmar seu predomínio comercial. Aceitavam-na nossos políticos

---

<sup>159</sup> BOITEUX, Henrique. 1917. Op. Cit. Pg. 239.

para mais facilmente prepararem dentro do país a luta que não sabiam manter no exterior”<sup>160</sup>.

Segundo Fábio Ferreira, as questões no extremo Sul eram menos importantes na agenda do Imperador, que se viu pressionado por insurreições provinciais que contestaram não só o poder central como também o regime administrativo, comprometendo sua unidade política e territorial.

Nos conflitos pela independência do Brasil, em que várias regiões tinham segmentos sociais que desejavam permanecer unidos a Portugal, a Cisplatina não era uma prioridade para D. Pedro I, pois o Imperador socorreu, primeiramente, seus aliados do norte (BA, PI, MA, PA) e teve a presteza em subjugar seus rivais nessas unidades políticas nortistas em detrimento da província sulina.<sup>161</sup>

Na narrativa de Boiteux, o desfecho na Cisplatina transcorreu em comum acordo entre as partes, porém Helio Leoncio Martins tem outra interpretação, que se alinha à de Fabio Ferreira. Para o historiador naval, o Uruguai

“representou os esforços e sacrifícios que o levaram a construir uma nação independente; para Argentina era a garantia da herança do Vice-Reinado do Prata, e com a Província que mais lhe interessava, dando-lhe o domínio de todo o Rio da Prata, além das vantagens climáticas e terras produtivas”.<sup>162</sup>

Já para o Império brasileiro, “não apresentava tanto significado. A ambição portuguesa estava quase esquecida, não tendo mais o mesmo significado, só herdada pelo entusiasmo juvenil de D. Pedro”.<sup>163</sup>

---

<sup>160</sup> BOITEUX, Henrique. 1917. Op. Cit. pg. 241.

<sup>161</sup> FERREIRA, Fábio. Op. Cit. 2012. Pg. 226.

<sup>162</sup> MARTINS, Helio Leoncio. “A Província Cisplatina do ponto de vista brasileiro”. *Estudos Históricos – CDHRP*. Año II, nº 4, marzo 2010. Uruguay.

<sup>163</sup> Idem.

Alcançada a paz na Província Cisplatina, em 1830, Senna Pereira, então capitão de mar e guerra, integrou a comissão do Ministério da Marinha que iria integrar a Convenção de Limites com o Uruguai, em um momento em que limites territoriais estavam em discussão e a própria integridade do território do Império estava ameaçada. Pelos serviços prestados em sua carreira militar, alcançou um posto no Governo. Depois que deixou a Convenção de Limites, foi nomeado ajudante de ordens do Ministro da Marinha. Era um período, segundo Boiteux, em que

Os sucessos que se desenvolveram no Brasil depois da abdicação de D. Pedro I perturbaram de tal forma a marcha dos negócios públicos que muitos deles pode-se dizer paralisaram completamente, outros se anarquizaram como os referentes ao Exército e Marinha. Debatiam-se as duas correntes nacionalistas e adesistas em acesa luta<sup>164</sup>.

Boiteux faz claras evidências que, nos movimentos que resultaram no 7 de Abril e nos embates entre liberais e conservadores, houve envolvimento de quadros militares da Marinha e do Exército no processo que levou à abdicação de D. Pedro I. Segundo o historiador naval, diante desse cenário, muitos militares pediram afastamento, como foi o caso de Senna Pereira. Com família no Uruguai, depois de solicitar licença médica buscou se manter distante das questões militares e políticas. Antes que expirasse a licença, solicitou reforma, que lhe foi concedida junto com a promoção ao posto de chefe de Divisão. Senna Pereira deixou a Marinha em 25 de setembro de 1832.

Em 1839, o velho Chefe de Divisão foi lembrado e chamado para ingressar no Governo. Assim, fez parte do gabinete conservador de 16 de abril de 1839, o segundo após a queda de Feijó. Só foi substituído em 23 de maio de 1840, para a posse do político fluminense Joaquim José Rodrigues Torres. Com a proclamação da maioria de D. Pedro II, houve uma retomada liberal por meio do gabinete formado em 18 julho de 1840, com a participação de políticos como Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Limpo de Abreu e Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Será neste gabinete que as ideias de Rodrigues Torres, originais de Salvador José Maciel, irão se consolidar por meio da Lei nº 148 de 27 de

---

<sup>164</sup> BOITEUX, Henrique. 1917. Op. Cit. pg. 247.

agosto de 1840, uma legislação que fixava as forças navais para o ano de 1841, indícios de aproximação entre as ideias liberais e as conservadoras, como veremos mais adiante.

Algumas questões se colocam diante desse panorama. A primeira consiste em saber em que medida a participação desses militares no Governo compromete a proposição e afirmação da supremacia civil em relação aos militares. Tiveram os militares participação efetiva na reforma burocrática e administrativa do Estado, assim como adoção de uma nova política militar, cujo objetivo foi a reformulação das forças militares? Como, em 1840, após o golpe da maioria orquestrado pela ala liberal, que promoveu seu retorno ao Governo, foi possível colocar em prática um projeto de educação militar, pensado originalmente por um militar que aderiu ao projeto conservador? Acreditamos que respondendo a esta última questão estaremos apontando para possíveis respostas às primeiras, uma vez que, como já mencionamos aqui, o projeto de formação de praças para a Marinha Imperial integrou-se como parte do projeto conservador de Estado, na medida em que atendeu à demanda da Marinha por uma maruja treinada, disciplinada, educada e, sobretudo, civilizada, cumprindo um dos pilares do projeto conservador, a ação civilizatória.

## **2.2 Salvador José Maciel e Joaquim José Rodrigues Torres e a aproximação entre políticos e militares: apropriação de ideias e a criação de um espaço para educação militar para praças da Armada Imperial**

Em 1º de junho de 1836, o relatório do então ministro da Marinha chegava à Assembleia. Em anexo, encaminhava o ministro seu Projeto de Lei para fixar forças para o biênio 1837-1838 – era a primeira vez das quatro que Salvador Maciel exerceria o cargo na Administração da Marinha. Era um relatório sucinto de poucas linhas, porém um documento de grande interesse para o nosso estudo. O pequeno relatório, com pouco mais de seis páginas, nos leva a crer que muitas informações não chegaram ao ministro, uma vez que precisava reunir informações de toda a Administração Naval encaminhadas pelos comandantes e chefes das repartições da Marinha. Salvador Maciel havia assumido o Ministério em fevereiro de 1836, e seu relatório foi encaminhado em junho daquele mesmo ano, tempo suficiente para redigir o documento. O relatório precisava passar à Assembleia o que havia ocorrido na Administração Naval, desde os diversos gastos com material e pessoal até seu efetivo militar e de empregados civis. Para se ter uma ideia, embora a Marinha Imperial fosse, em número de homens, menor

que o Exército, naquela época contava com arsenais e agências desde as províncias do Norte até as do Sul do Império e, apesar de precária, com uma Esquadra. Além disso, ainda em 1836, a regência sofria agitações por conta dos levantes regionais, conflitos em que a Marinha estava diretamente envolvida.

Elaborar um relatório, o mais sucinto que fosse, exigia que os comandantes dos vários postos de comando da Marinha fornecessem os dados de toda essa estrutura, por meio de relatórios ao ministro. Foi o que fizeram os comandantes do Quartel-General da Marinha, Francisco Bibiano de Castro, e do Corpo de Artilharia, o Major João José da Costa Pimentel. Ambos enviaram seus dados no mês de abril daquele ano. Foi possível, por meios das informações dos comandantes, o ministro Salvador Maciel informar à Assembleia o número de navios armados e desarmados da Esquadra Imperial e como se encontravam o Corpo de Oficiais da Armada e o Corpo de Artilharia da Marinha.

Na época, segundo o relatório de José Maciel, a Marinha Imperial contava com 405 navios armados e 19 desarmados, um corpo de oficiais com 274 homens, subtraindo aqueles que se encontravam em licença, 17; os que estavam respondendo a processos no Conselho de Guerra, dois; os doentes que se encontravam em casa, 24; e os ausentes sem justificativa, sete. Portanto, a Marinha Imperial contava com 183 oficiais para comandar seus 405 navios armados, porque havia 24 oficiais empregados em terra. Se em meados dos anos de 1830 essa era a realidade da Armada, no pós-independência se justificava, entre outras dificuldades, a necessidade de contratação de oficiais estrangeiros para postos de comando na Marinha brasileira. O Corpo de Artilharia, segundo seu comandante, Major João José Costa Pimentel, contava com cerca de 562 praças, faltando para completar o Corpo 640 homens. Boa parte desse Corpo foi submetido a expurgos após o 7 de Abril – já mencionamos aqui a participação de militares do Corpo de Artilharia da Marinha, na Praça da Aclamação, no processo de abdicação de D. Pedro I, que levou o Comando Naval a prender e expulsar um bom número de soldados.

165

Naquelas poucas páginas e diante de todas essas dificuldades, Salvador Maciel inaugura uma ideia que não só irá propor uma nova modalidade para arregimentar homens ao mecanismo de recrutamento, como também se constituirá em um projeto de formação de praças

---

<sup>165</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1836. Pg. N3 - Mapa do Corpo de Artilharia da Marinha. Ver em <http://brazil.crl.edu/>. Acessado em 21/05/2016.

para a Marinha Imperial ao longo da segunda metade do século XIX. Pautada na disciplina, no treinamento e no ensino, com o objetivo de formar marujos, a ideia de Maciel é a gênese do processo de formação de praças para a Marinha Imperial. Embora já existisse a bordo dos navios da Esquadra uma forma bastante incipiente que promovia treinamento e ensino para marinheiros, foi a ideia de Salvador Maciel que criou, no formato de Companhia, um espaço específico para treinamento militar. Estava ali se configurando uma ideia de tropa regular de marinheiros em contrapartida à marinheiragem, recrutada no laço. As Companhias Fixas, como o ministro mesmo cunhou pela primeira vez, seria o “viveiro de marujos” para a Armada Imperial, pois reuniria ineditamente em um Corpo militar jovens em tenra idade com objetivo de preparar e formar praças para a Marinha de Guerra. A expressão será utilizada inclusive para fazer referência às Companhias de Aprendizes-Marinheiros por toda a segunda metade do século XIX e alcançará o período republicano.

Em meio a convulsões políticas e marcada pela disputada eleição para a Regência Una<sup>166</sup>, polarizada entre as lideranças liberais, personificadas na figura de Diogo Feijó, e o deputado pernambucano Holanda Cavalcanti, este com apoio de Carneiro Leão – que mais tarde se firmará como liderança conservadora –, chegava à Assembleia a proposta para formação de praças de Maciel. Talvez seria um momento oportuno, diante de uma grande desconfiança em relação aos militares e aos levantes no interior da tropa envolvendo o corpo de praças, pois toda essa agitação acabava afetando a disciplina e abalando a hierarquia, conceitos caros ao corpo militar. Na medida em que se pensava em desmobilizar a tropa fiel a D. Pedro I, Salvador Maciel talvez tenha percebido que aquele momento poderia ser uma boa oportunidade para introduzir como mecanismo de recrutamento uma nova modalidade. Entretanto, a ideia precisaria de adesão política na Assembleia para convencer os deputados que teria força suficiente para modificar uma prática herdada do antigo regime português. O recrutamento se estruturou como uma instituição na sociedade imperial e mantinha relações íntimas com todo o aparato burocrático do Estado brasileiro, afetando inclusive atividades produtivas. Bom, diante dessa hipótese, vejamos o que tem a nos falar Salvador Maciel em seu Relatório. Diante da

---

<sup>166</sup> A Regência Una foi instituída pelo Ato Adicional em 1834, que estabeleceu um mandato de quatro anos para ser exercido por um único regente. Assumiu o Senador Diogo Antônio Feijó, em 12/10/1835. Fonte: Relação dos Cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de 03 de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894. Pg.18.

escassez de homens, que a navegação costeira e a atividade pesqueira não conseguiam fornecer à Marinha de Guerra, o ministro sugere que

Cumprir, quanto antes, Companhias Fixas de Marinheiros, onde se obriguem servir, como aprendizes marinheiros todos os rapazes sem meios de subsistência, e os que se não aplicarem assiduamente a algum ofício ou ocupação. Estes corpos devem ser organizados de tal forma, que se tornem aptos para todo o serviço de mar, e aprendam conjuntamente o manejo de artilharia, de fuzil, e de todas as armas, que se usam nos combates navais, e nos de terra. Deste modo conseguiremos formar uma marinha numerosa, e respeitável pela qualidade das tripulações, e converter em hábeis navegadores, e bravos defensores da pátria, indivíduos, que pelas desgraçadas circunstâncias, em que se achavam na sociedade, seriam impelidos a viver na ociosidade, e no crime. Neste sentido se começou já um belo estabelecimento, que, a engrandecer-se em maior escala, pode dar os mais felizes resultados: consiste ele em recolher a bordo os meninos, que se obtém, para serem ali educados, ensinando-se lhes a ler, escrever, e contar assim como o manejo, e jogo das diferentes armas, à medida que vão crescendo em força, e aumentando em destreza. Empregando cuidadosamente todos os meios, que havemos exposto, se poderão conseguir com o andar do tempo numerosas e boas equipagens para a Marinha de Guerra e vasos mercantes, criando-se um viveiro de excelentes oficiais marinheiros e práticos instruídos.<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup> Relatório do Ministro da Marinha. 1836. Pg. 8.

Pedimos desculpas pela extensa citação, mas foi necessária para termos a dimensão e abrangência da ideia de Salvador Maciel. Nos deteremos agora em alguns pontos da passagem do relatório. A primeira frase, bastante clara e direta, definia quem a Companhia Fixa deveria abrigar: tudo indica que sua criação cumpre um primeiro propósito, o de recolher jovens, com a obrigatoriedade do serviço militar, para prestar serviço à Marinha de Guerra. Nesse trecho, o tom imperativo, diante a escassez de homens para a Marinha, verbaliza o cenário já conhecido daqueles que subiam a bordo dos vasos da Armada Imperial – não era nenhuma novidade o que dizia Maciel. Como já mencionamos aqui, eram as isenções que definiam o alvo das juntas de recrutamento: não era qualquer jovem que estava na mira dos agentes do recrutamento, mas aqueles sem ocupação, os vadios, os sem subsistência, sem uma ocupação assídua. Poderia ter dito o ministro: a vadiagem.

Na época, o recrutamento estava sob as orientações da Carta de Lei de 6 de outubro de 1835, assinada, dias antes do último gabinete da Regência Trina, pelo regente Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e por seu ministro da Guerra, José Felix Pereira de Burgos. O documento ratificava as Instruções de 10 de julho de 1822, que orientavam como deveria ser praticado o recrutamento. Este deveria

Compreender os indivíduos, que por nenhuma pública ocupação, ou legal indústria, viveiros de criminosa ociosidade, só lhes servem de impedimento; manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que [...] o Governador das Armas da Corte e Província, expeça logo a mais terminantes ordens ao Brigadeiro Comandante da Guarda da Polícia e Comandantes dos Distritos da Província, para procederem o Recrutamento.<sup>168</sup>

À frente do Governo estavam os liberais, nesse período consagrado pela historiografia como de fortes tendências descentralizadoras. O governador das Armas da Corte e Província, o brigadeiro comandante da Guarda da Polícia e os comandantes dos distritos da província

---

<sup>168</sup> Decisões do Governo. Decisão nº 67. Guerra. Define as Instruções para o Recrutamento na Corte. 10 de julho de 1822. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil. 1822. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1887. Acessado pelo portal da Câmara dos Deputados <http://www2.camara.leg.br>, acessado em 30/11/2015.

estavam submetidos à ordem da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, órgão administrativo do Ministério da Guerra. Junto a esse aparato para executar o recrutamento, contava-se com os delegados de polícia. Todos estavam sob o risco de punição de acordo com o Art. 2º da Carta de Lei de 6 de outubro de 1835, que previa pena de até três meses de prisão e multa de 200\$000 para quem não observasse o disposto na referida Carta. Embora houvesse a ratificação do documento de 1822, a Carta de Lei constituía uma indicação de descentralização administrativa, apesar da intenção do Governo central em submeter os poderes locais a uma legislação elaborada e imposta pelo poder central. Entretanto, Miriam Dolhnikoff, ao analisar os projetos políticos liberais e conservadores, sugere uma outra interpretação. Segundo a autora, é necessário submeter a uma análise criteriosa as divergências entre os dois grupos, sobretudo a respeito de suas posições em relação às ideias de centralização e descentralização, pois o que estava em jogo era a unidade e o Estado nacional. Os conservadores não abriram mão de uma revisão do que foi promovido pela reforma constitucional de 1832 e sua ratificação com a aprovação do Ato Adicional em 1834<sup>169</sup>, mas não pretendiam desfazer o pacto federativo promovido pelos liberais. O ponto central nessa aparente divergência pode ser verificado nos objetivos das propostas da reforma conservadora. Segundo análise de Miriam Dolhnikoff,

A chave da questão, neste ponto, a meu ver, está na ideia de “interesses comuns”. [...] o problema crucial estava em garantir um centro capaz de articular a unidade e garantir os interesses comuns. Mesma preocupação que antes [...] foi manifesta pelos liberais federalistas. Mas centralização política não precisava vir acompanhada por centralização administrativa [...]. Desse modo haveria na organização política brasileira uma espécie de descentralização que não era a mera delegação de poderes pelo governo central, mas a divisão de competência entre

---

<sup>169</sup> O Ato Adicional, promulgado pela Lei nº 16 de 12/08/1834, modificou a Constituição do Império, tendo em vista que visava reconciliar as forças políticas com a proposta de centralização do poder nas mãos de um regente, ao criar as Assembleias Legislativas Provinciais; suprimir o Conselho Gerais e estabelecer o município neutro na Corte. Foi visto como uma ação contraditória, ao conceder relativa autonomia aos municípios, foi interpretado como uma tentativa de descentralização política e administrativa.

centro e esferas regionais, de sorte que não prevalecia apenas uma vontade.<sup>170</sup>

Embora coubesse ao poder local, o recrutamento era monopólio do poder central garantido por Lei. Houve em algumas províncias tentativas de promover uma legislação própria para arregimentar homens para as forças policiais. Como cabia à Câmara decidir sobre a constitucionalidade das leis provinciais, esses projetos eram revogados e o próprio funcionamento do sistema legal impedia que muitos deles chegassem no plenário da Câmara.<sup>171</sup> Portanto, não se tratava somente de ratificar o conteúdo das Instruções de 1822; a Carta de Lei de 1835 cumpria uma agenda do projeto político liberal, que mais tarde não será abandonado pelos conservadores em nome dos “interesses comuns”. É neste contexto que se insere a proposta de Maciel.

Prosseguindo na análise do trecho destacado do relatório, nota-se o entusiasmo do ministro quando se refere ao treinamento militar dos jovens recrutas da Companhia “que se cumpre criar”. O treinamento deve seguir com rigor para que os marujos se tornem “aptos para todo o serviço de mar” – cabe dizer aqui que os serviços de mar são o que difere a vida de um marinheiro da de um soldado do Exército. Para alcançar conjuntamente as habilidades necessárias no manejo das armas, destaca o ministro, é preciso organizar a tropa. Embora sua experiência militar tenha sido na força de terra, servindo ao Exército, Salvador Maciel, quando se refere ao manejo das armas em combates navais e em terra, na verdade está sugerindo que o marujo precisa estar em plena coadunação de sua função, enquanto militar, com os serviços e a rotina de uma embarcação.

Apostando no bom resultado do recrutamento e do treinamento militar das Companhias Fixas, o brigadeiro não consegue conter seu entusiasmo. Acredita que sua ideia, além de proporcionar aumento no número de recrutados, formará uma tripulação respeitável de hábeis navegadores e bravos defensores da Pátria. A imagem da Pátria é bem representativa no texto do ministro; num momento de arquitetura do Estado nacional brasileiro, ela não está desprovida de sentido. Embora o conceito de Pátria ainda estivesse disperso pelo território, suas palavras soavam como um apelo àqueles que buscavam construí-la. Como apontou Miriam Dolhnikoff, o ministro parecia “articular a unidade”, para garantir os “interesses comuns”. Com

---

<sup>170</sup> Dolhnikoff, Miriam. 2005. Op. Cit. Ver capítulo II, no tópico “A revisão conservadora”. Pg. 125-154.

<sup>171</sup> Idem. Pg. 256.

isso, articulava para que o Congresso apoiasse sua iniciativa, como veremos nos debates na Câmara, no próximo capítulo.

Em seguida, Salvador Maciel delimita o universo dos recrutáveis para as Companhias Fixas, e mais uma vez não encontramos nada de diferente que não estivesse nas Instruções de 1822. Ratificava a ociosidade como crime, embora impelida pelas “desgraçadas circunstâncias”. As palavras de Maciel indicam que tal situação era vivida como se não fosse transitória. Na verdade, esse discurso compõe um conjunto identitário associado a uma parcela da sociedade imperial sem ocupação, fazendo com que os indivíduos desocupados transitassem no universo da ociosidade e do crime.

A sociedade imperial escravista definia o sujeito sem ocupação como improdutivo<sup>172</sup> – é o que podemos concluir após a análise das isenções, que protegiam do recrutamento aqueles que estavam ligados a alguma atividade produtiva. Portanto, para Maciel, o recrutamento era uma oportunidade de retirar o sujeito da ociosidade, da vida criminosa, oferecendo uma oportunidade não só de trabalho, mas também de “defender a Pátria”. Por outro lado, como afirma Maria de Fátima Silvia Gouvêa, citando Alberto Guerreiro Ramos,

A administração no Brasil do século XIX acabou por apresentar uma extraordinária habilidade de absorver uma parte considerável da força de trabalho disponível no país naquela época, isso foi crucial, dado que, sendo o Brasil economicamente constituído em termos da priorização da agricultura e de exportação e do trabalho escravo, era praticamente impossível absorver toda a força de trabalho disponível, particularmente em relação aos setores intermediários, situados entre os grandes proprietários de terras e os escravos.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> Lúcio Kowarick demonstrou que, seguindo as transformações acerca da expressão “marginalidade”, o trabalhador livre era visto pela sociedade escravista como vadio e preguiçoso. Kowarick, Lucio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Existe uma vasta historiografia sobre o tema. Ver em: Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974; Costa, Emília V. da. *Da senzala à Colônia*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982; Silva, Maria Beatriz N. da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Eisenberg, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

<sup>173</sup> Gouvêa, Maria de Fátima Silva. 2008. Pg. 74.

Tal característica, afirma a autora, contribuiu para congregar os diversos grupos das diferentes partes do Império na construção de um novo Império. Em relação ao recrutamento para as forças militares, na medida em que recaía sobre indivíduos economicamente improdutivos, sem afetar as principais atividades econômicas, evitava a mobilização de setores econômicos e de influência política para constituírem núcleos contrários e críticos ao projeto político da classe dominante. Dessa forma, acompanhando as reflexões de Maria de Fátima Silva Gouvêa, assim como a formação de uma máquina administrativa, a reformulação do aparato de coerção do Estado Imperial brasileiro “contribuiu para constituir uma base comum de ideias e atitudes em favor da priorização e da defesa dos interesses dos grandes proprietários de terra”.<sup>174</sup>

A novidade no relatório do Ministro Maciel está no trecho em que ele sugere “recolher a bordo os meninos” para compor as Companhias Fixas. Embora esta já fosse uma realidade nos vasos de guerra da Marinha Imperial, sua sugestão era organizar, institucionalizar e normatizar o que já ocorria na prática, de forma ainda incipiente e sem qualquer organização. Pretendia Maciel normatizar um espaço onde meninos receberiam treinamento militar e educação, aprenderiam a ler e escrever, formando um corpo militar organizado desde sua formação enquanto tropa. Percebe-se que, no início do fragmento de seu relatório, Maciel se refere a “rapazes sem meios de subsistência”, e que, ao longo do trecho, refere-se a “indivíduos” entregues a ociosidade. Para concluir, diante do que já “se começou como um belo estabelecimento” precisando ser ampliado, sugere que se recolha a bordo crianças e jovens que, após treinamento e educação, se formem marinheiros para a Marinha Imperial. Até então o recrutamento recaía sobre indivíduos a partir dos 18 anos, podendo chegar a ser recrutados homens com o limite de 40 anos de idade. Portanto, havia um universo pouco explorado pelo mecanismo de recrutamento para as forças militares, pelo menos de maneira legal e normatizada: a infância.

A proposta de Maciel parecia bastante atraente, tanto para conservadores quanto para liberais, na medida em que se formulava, ou ao menos introduzia, via mecanismo de recrutamento, um controle mais amplo e efetivo sobre o tecido social, lançando as redes do recrutamento sobre a infância desvalida, reforçando, assim, o objetivo de manutenção das

---

<sup>174</sup> Idem. *Ibidem*.

hierarquias sociais e controle das classes menos favorecidas. Por outro lado, enquanto se articulavam projetos para garantir a unidade territorial, a manutenção da Coroa e do modelo de produção escravista, a proposta de Maciel corroborava a reformulação do aparato de coerção do Estado, ao menos em relação ao recrutamento para os corpos de praças, em um momento em que se pensava na reforma administrativa e burocrática do Estado.

A aproximação de conservadores e liberais diante da proposta de Maciel pode ser percebida durante a aprovação da criação da Companhia Fixas, transformada em 1836 no Decreto de 22 de outubro, sob a Regência de Diogo Feijó. Rodrigues Torres foi um dos deputados que votaram a favor de sua criação. A proposta, com ampla adesão na Câmara, não teve resistência para sua aprovação, tanto pelos liberais quanto pelos conservadores. Foram criadas quatro Companhias, que funcionaram durante quatro anos até se tornarem o Corpo de Imperiais Marinheiros, em março de 1840, quando, junto àquele Corpo, foi criada a Companhia de Aprendizes-Marinheiros. A proposta de Maciel atraiu o núcleo conservador. Rodrigues Torres não só defenderá a ideia como irá ampliá-la, transformando-a em um projeto de projeção nacional.

Em maio de 1838, o relatório de Joaquim José Rodrigues Torres encaminhado ao Congresso, durante sua quarta passagem pelo Ministério da Marinha, sugere uma aproximação com as ideias do Brigadeiro Salvador José Maciel. Para Rodrigues Torres, as Companhias Fixas são

Uma vantagem real, que produziria a organização dos nossos marinheiros em corpos permanentes; outra, porém, talvez maior ainda, seria a de não sentirmos, quando fosse de mister armar qualquer navio, a falta de marinagem, que hoje experimentamos, o que sempre obriga a guarnecê-los com grande parte de homens, que nenhuma prática tem do serviço naval.<sup>175</sup>

A atenção de Rodrigues Torres em relação à falta de experiência daqueles que subiam a bordo dos vasos de guerra da Marinha Imperial revela a antiga preocupação do Governo em

---

<sup>175</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1838. Pg. 28-29.

reorganizar a tropa depois do 7 de Abril. Treinar e organizar a tropa eram pontos necessários para alcançar a obediência, fundamental às instituições baseadas em hierarquia e disciplina, as bases para manter a ordem. Embora pairasse a desconfiança na tropa, o debate em torno da reformulação da política militar prosseguiu no Congresso, promovendo uma acirrada discussão sobre a fixação de forças militares. Eram anos difíceis, e foi necessário aos líderes fluminenses conciliar e congregar boa parte das lideranças políticas no amplo e variado terreno da Assembleia Legislativa. Durante a construção da hegemonia conservadora e de seu projeto de Estado, e com a presença de Joaquim José Rodrigues Torre em vários momentos na administração naval, a Reforma da Administração Naval ganhou o tom e a direção da política saquarema.

Em 23 de março de 1841, após queda do gabinete liberal de 24 de julho de 1840, chega ao Governo o gabinete conservador. A participação de Rodrigues Torres, Honório Hermeto Carneiro Leão, José Clemente Pereira, Francisco Villela Barbosa, Miguel Calmon du Pin e Almeida e Paulino de Souza era a expressão dos “arautos da nova orientação regressista [...] visavam se não criar as condições parlamentares à efetivação desencadeada pelo Ministério de 1837”, nas palavras de Ilmar de Mattos.<sup>176</sup> A Rodrigues Torres coube a tarefa de articular a reforma da Administração Naval. Entre 1838 e 1843, foram três mandatos no Ministério da Marinha, e nesse período contou-se, ainda, com a participação do Chefe de Divisão – reformado – Jacintho Roque de Sena Pereira, de Francisco Villela Barbos e do Brigadeiro Salvador José Maciel. O período foi marcado por grandes mudanças e ampliação da estrutura administrativa da Marinha, com a criação de diversos órgãos por quase toda a extensão do litoral do Império, como vimos no primeiro capítulo.

É importante não perdermos de vista que o período foi marcado por forte ebulição política, provocada pela eclosão de revoltas em algumas províncias e de desconfiança nas forças militares. Fazia parte do repertório discursivo um certo alarmismo que não era privilégio da ala militar; o corpo de políticos civis se apropriou do mesmo alarmismo para acusar a ineficiência da política militar liberal, que fracassou nas tentativas de arrefecer os levantes. Na mesma medida, o mesmo discurso alarmista foi apropriado para aprovar as propostas da ala conservadora.

---

<sup>176</sup> Mattos, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. 1987. p. 138.

Portanto, é necessário verificar em que medida as ideias liberais foram consideradas e apropriadas pelos conservadores na arquitetura das reformas na Administração Naval. Fruto da política liberal, esta se encontrava, em meados dos anos de 1830, completamente descentralizada. A Intendência da Marinha, agência subordinada à Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, prestava contas de seus gastos diretamente ao Tesouro Público, processo que ignorava completamente a Secretaria de Estado. Caso esta necessitasse de qualquer informação a respeito de sua contabilidade, deveria recorrer ao Tesouro Público. Na Corte e nas principais províncias, havia, na estrutura dos Arsenais de Marinha, um corpo de funcionários responsáveis pela administração dos recursos financeiros e da estrutura fabril – construção e reparo de navios da Marinha de Guerra. A seguir, iremos nos deter na administração e na burocracia naval. Entender como funcionava a administração naval e as mudanças promovidas pelos projetos liberais e pela reforma conservadora é fundamental para compreendermos em que momento as Companhias de Aprendizes-Marinheiros foram criadas. Mas não é somente por esse motivo que iremos nos debruçar sobre a estrutura administrativa e burocrática da Marinha, mas também porque é necessário conhecer o terreno onde caminhamos. Essa estrutura foi amplamente utilizada para a prática do recrutamento durante o século XIX, e não será diferente para o caso das Companhias de Aprendizes. À medida que se estruturava e ampliava a burocracia naval, ampliavam-se também, pelo território do Império, os recursos para a prática do recrutamento. Em boa parte das províncias localizadas no litoral, foi estabelecida uma agência da Marinha, e além dos antigos Arsenais, foram criadas as Estações Navais e as Capitânicas dos Portos. O litoral do Império foi dividido em três seções. Com essas medidas, pretendeu-se exercer sobre uma grande parte do litoral um controle auxiliado por ações coercitivas da Marinha de Guerra.

### **2.2.1 A reforma conservadora na Administração Naval: a estruturação e expansão da burocracia e da administração naval pelo litoral do Império**

Em 1836, Salvador José Maciel chamava atenção para os acontecimentos no Pará e no Rio Grande do Sul, para a situação que obrigou o Governo a armar considerável número de navios e, em consequência, ampliar o número de praças para além das 2.000 previstas por Lei. Era um discurso para justificar o aumento nos gastos com pessoal e manutenção dos equipamentos, embora tenha em seu conteúdo um viés alarmista em relação às revoltas

regenciais, bem comum para a reivindicação de aumento de recursos. O ministro atenta para o fato de que a maior parte dos gastos foi para aquisição de ração para aqueles “infelizes que procuravam na Esquadra refúgio”<sup>177</sup>. A administração financeira foi uma das questões centrais da reforma conservadora na Administração Naval. O alvo eram os Decretos de 11 e 13 de janeiro de 1834, que definiam a estrutura administrativa dos Arsenais de Marinha e o regulamento que todos deveriam seguir. Era a reforma de Francisco de Lima e Silva<sup>178</sup>, promovida pelo então duradouro gabinete moderado de 3 de setembro de 1832. Após as reformas de 1834, verifica-se uma convergência de políticos liberais para o Partido Conservador, entre eles o político fluminense Joaquim José Rodrigues Torres. Após assinar o Decreto, Torres deixou o Ministério da Marinha alguns dias depois, para só retornar no gabinete conservador de 19 de setembro de 1837, liderado por Araújo Lima, após a renúncia de Diogo Feijó.<sup>179</sup>

Promovida pelas discussões reformadoras que resultariam no Ato Adicional, essa reforma definia que cada Arsenal teria um corpo de funcionários, cuja tarefa seria a administração da unidade industrial e de toda a parte administrativa financeira da Marinha. O Arsenal da Corte teria um corpo maior de funcionários. Não é preciso imaginar qual o motivo para isso, pois, devido ao fato de estar no centro do poder do Império e por concentrar quase todo o processo administrativo, a Corte era a sede da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. Todo controle administrativo e financeiro seria exercido pelo intendente de Marinha, cargo que seria ocupado por um oficial superior, assessorado por dois escrivães e contando ainda com um porteiro. Subordinado ao Intendente estariam a Pagadoria, com um tesoureiro, um fiel e um escrivão; a Contadoria, com um contador, nove escriturários, quatro praticantes, um cartorário e um porteiro; o Almojarifado, dividido em quatro seções, cada uma com um almoxarife, dois escrivães, dois ajudantes e um comprador; e a Inspeção do Arsenal, com um inspetor – cargo que deveria ser ocupado por um militar no posto de oficial superior –, dois

---

<sup>177</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1836. Pg. 8.

<sup>178</sup> O Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, integrava o Governo da Regência Trina Permanente eleita em 17/06/1831. Após seu apoio no processo que levou à abdicação de D. Pedro, o brigadeiro foi eleito por três vezes para compor o gabinete moderado, que contou ainda com a participação do ainda moderado Joaquim José Rodrigues Torres. Durante esse gabinete, foram promovidas reformas nas estruturas da Administração Naval; os Decretos de 11 e 13 de janeiro de 1834 formavam a expressão do governo de uma política administrativa militar para as forças de mar. Para a trajetória política dos Lima e Silva, ver em *Duque de Caxias: o Homem atrás do Monumento*, de Adriana Barreto de Souza, principalmente no Capítulo III.

<sup>179</sup> Para compreender melhor a conversão política de Rodrigues Torres e outros para o Partido Conservador, ver em *O pacto Imperial: Origens do federalismo no Brasil*, de Miriam Dolhnikoff, capítulo II, “A revisão Conservadora”.

ajudantes – que deveriam ser militares no posto de oficial –, um secretário de inspeção, três apontadores, dois construtores, um patrão-mor, um porteiro e seis guardas e cabos.<sup>180</sup>

Já o Arsenal da Bahia, segundo mais importante complexo industrial e administrativo da Marinha, tinha um corpo de funcionários menor. Apesar de sua estrutura ser parecida com a da Corte, a Intendência da Bahia contava com um intendente, um escrivão, um contínuo, um amanuense e um porteiro. Estavam também subordinados ao intendente a Pagadoria, com um tesoureiro, um pagador e um escrivão; a Contadoria, com um contador, dois escrivães e dois praticantes; o Almojarifado, com um almoxarife, dois escrivães, um ajudante e um comprador; e a Inspeção do Arsenal, com um ajudante, dois apontadores, dois construtores, um patrão-mor, um porteiro e seis guardas e cabos.

Nos demais arsenais, o corpo de funcionários era muito reduzido, chegando a ter somente uma pessoa, como era o caso dos arsenais das províncias de São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde havia somente um patrão-mor. Nas províncias do Pará e de Pernambuco, os arsenais contavam com um inspetor, um secretário, um almoxarife, um escrivão, um porteiro e um patrão-mor. Nas províncias do Maranhão, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, contava-se somente com a presença de um almoxarife e um patrão-mor. Com uma estrutura administrativa bastante reduzida, e organização descentralizada em relação ao centro da administração naval, a Secretaria de Estado, todo o serviço de fiscalização das contas públicas era prestado diretamente ao Tesouro Nacional.

O primeiro artigo do Decreto de 13 de janeiro de 1834 versava que ao intendente caberia dirigir e fiscalizar a receita e a despesa da repartição, por meio de inspeções na arrecadação e na contabilidade, e aplicar devidamente as verbas decretadas pela Lei do Orçamento, distribuídas pelo Governo. Da mesma forma, estava a cabo do intendente indicar ao Governo as pessoas aptas para exercerem os cargos de contador, escrivão da intendência,

---

<sup>180</sup> Ao porteiro da Intendência cabia a responsabilidade por todo o mobiliário e pelos utensílios utilizados no serviço; ao fiel da Pagadoria cabia auxiliar o tesoureiro pagador, que era por este escolhido; aos praticantes cabiam ajudar os escriturários na descrição dos livros fiscais; ao comprador cabia auxiliar o almoxarife na tomada de preços e nas compras; ao cartorário cabia a função de arquivo dos documentos; aos apontadores cabia a responsabilidade de matricular os funcionários dos Arsenais e todo serviço referente aos empregados, tais como organizar períodos de férias; ao patrão-mor cabia a responsabilidade de cuidar e manter todas embarcações em perfeito funcionamento; aos guardas e cabos da ponte cabia a guarda das entradas dos arsenais. Ver em Regulamento para os Arsenais da Marinha do Império do Brasil, Decreto de 13 de janeiro de 1834, Coleção de Leis do Império do Brasil de 1834, Op. Cit. 1866. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>. O amanuense, embora sua função não esteja descrita no Regulamento, era um funcionário que cuidava das correspondências e fazia cópias e registros. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss. Editora Objetiva. 2009. Versão eletrônica 2009.1.

tesoureiros e demais funcionários. Estaria sob sua responsabilidade a distribuição dos funcionários e nomeação dos substitutos interinos e, ainda, intervir nas propostas de promoção funcional.

Entretanto veremos que a descentralização promovida pela política liberal, na verdade, atendia a uma visão de centralização em relação à administração do Governo, tendo como órgão central o Tesouro Público. Como consequência, era descentralizada na esfera da administração naval, uma organização administrativa que desafiava a Intendência da Corte no exercício de um controle mais efetivo sobre os gastos nos arsenais das províncias. O intendente da Corte, por exemplo, só tomava conhecimento dos gastos nos arsenais depois que as contas passavam pelo Tesouro Nacional. Essa prática foi alvo de críticas do então ministro da Marinha, Francisco Vilella Barbosa. Embora concordasse que não havia recursos suficientes para uma reforma e ampliação da Armada, o ministro era defensor de uma Marinha forte para proteger os pilares da sociedade escravista imperial. Para ele, a Força Naval achava-se empregada para proteger o comércio nacional, a manutenção da ordem e a integridade do Império, e por isso era necessário conservar em bom estado os vasos de guerra. Para Vilella Barbosa, eram necessárias mudanças profundas na Administração Naval para gerência de tais recursos; o ministro visava “penetrar o labirinto da sua administração e descobrir os abusos que possam nelas haver-se introduzido”<sup>181</sup>. Na sua visão, os decretos que mencionamos acima “deixaram desmembradas do centro comum da repartição da Marinha as respectivas administrações filiais das províncias”<sup>182</sup>. Vilella foi ao centro do problema. Citando a Lei de 4 de outubro de 1831<sup>183</sup>, o ministro chamou atenção para a “desarmonia e perturbação em que ficava a fiscalização dos dinheiros dispendidos por esta repartição, pondo fora do alcance do Ministério a administração da fazenda dos arsenais das províncias”<sup>184</sup>, pois a Intendência da Marinha da Corte não teria conhecimento sobre a administração financeira ocorrida nos arsenais das províncias, pois a reforma do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva havia promovido, com base em uma lei de 1831, a descentralização da Administração Naval.

---

<sup>181</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1841. Pg. 4.

<sup>182</sup> Idem. Pg. 9.

<sup>183</sup> Ver na Lei de 4 de outubro de 1831, *Dá Organização ao Tesouro Público Nacional e às Tesourarias das Províncias*. Coleções de Leis do Império do Brasil de 1831. Parte I. Rio de Janeiro, RJ. Thipographia Nacional, 1875. Biblioteca Digital do Senado Federal. Precisamente em seu Capítulo II, inciso 1º, Art. 6º, que define a competência do Tribunal do Tesouro Nacional. Ver em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html> Acessado em 23/12/2015.

<sup>184</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1841. Pg.9.

Mas não foi Villela Barbosa quem dirigiu a primeira crítica à reforma liberal de Francisco de Lima e Silva. Rodrigues Torres, como já mencionamos aqui, participou de perto da reforma de 1834, inclusive assinando, juntamente com o brigadeiro, os decretos de 11 e 13 de janeiro. Para o político fluminense, a Marinha de Guerra tinha, além do papel fundamental de manter a integridade, a independência e a honra nacional, o dever de garantir os progressos da agricultura e da indústria, de proteger o comércio, de adiantar e enriquecer as ciências e de manter a ordem.<sup>185</sup> É necessário compreender as palavras de Rodrigues Torres no contexto em que a reforma conservadora penetra na Administração Naval, na medida em que o projeto conservador se estrutura enquanto projeto de nação. Suas palavras parecem promover o que Miriam Dolhnikoff chamou de “interesses comuns”: a manutenção das conquistas desde o processo de independência, da hierarquia social e do modo de produção escravista, pautados na construção de um consenso. Isto é, reunir em torno de um projeto para as forças de mar as frações de classes das classes dominantes, a fim de que pudessem ser promovidas as reformas necessárias para a Marinha de Guerra, como aparelho de coerção do Estado.

Rodrigues Torres, já como um dos líderes do Partido Conservador, voltou ao Ministério da Marinha em 1837. Em seu relatório de 1838, sugeriu a criação de uma Contadoria-Geral – era a indicação de que a ala conservadora pretendia corrigir as falhas da reforma liberal de Francisco de Lima e Silva. O novo órgão ficaria incumbido de administrar e fiscalizar “os dinheiros públicos despendidos pela Administração Naval”<sup>186</sup>, retirando essa competência das tesourarias das províncias. Essa nova agência reuniria a escrituração enviada pela administração dos arsenais das províncias, no âmbito da Intendência da Corte, e que seriam analisadas na Contadoria, na província do Rio de Janeiro. A Contadoria-Geral foi criada em 1840, por meio do Decreto de 13 de novembro. Seu corpo de funcionários contava com um contador, três oficiais, três amanuenses e um cartorário. Cabia ao contador, segundo o inciso primeiro, do Artigo 4º do Decreto, “tomar conta a todos os empregados e responsáveis por dinheiros públicos na repartição da Marinha”, uma tentativa em promover uma fiscalização mais efetiva em relação aos recursos financeiros que circulavam no âmbito do ministro e da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha.

Na mesma linha, o Ministro Jacinto Roque de Senna Pereira, em seu relatório de 1840, atribuía à força naval, além da missão de proteger o extenso litoral do Império, salvaguardar o

---

<sup>185</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1838. Pg. 28-29.

<sup>186</sup> Idem. Pg. 10.

comércio de cabotagem, segundo ele, “não podendo, portanto, a ação do Governo obrar com a necessária prontidão em tão longínquas distâncias se não por via de uma força naval respeitável”. Complementava o ministro, em seu relatório, conclamando o Congresso para o fato de que era “evidente a necessidade de elevarmos a Marinha de Guerra brasileira ao ponto de grandeza e força, que exigem as nossas peculiares circunstâncias”. Embora menos alarmista, o ministro estava preocupado com a efervescência nas províncias rebeladas, revoltas que seguiam impondo ao Governo um estado de “peculiar circunstância”. Além do aumento de número de praças e de funcionários nas repartições da Marinha, o ministro era favorável à reformulação da Administração Naval. Para ele,

A administração da fazenda dos arsenais de marinha era assaz viciosa por não haver uma repartição sujeita imediatamente ao respectivo Ministro, que tomasse as contas, e com especialidade as da Intendência da marinha da Corte, sendo aliás esta Repartição por onde se despende as maiores somas dos fundos consignados para as despesas de Marinha.<sup>187</sup>

Havia para Senna Pereira uma disfunção administrativa, pois, na medida em que a administração das fazendas dos arsenais prestava contas diretamente ao Tesouro e que este não sabia das disposições do ministro sobre o que estava sendo encaminhado, não se exercia a devida fiscalização do que ocorria nas administrações dos Arsenais das províncias. Por outro lado, havia no próprio interior da Administração Naval, nas províncias, outra disfunção, esta promovida pelo Decreto de 11 de janeiro de 1834, apontava Senna Pereira. Tentando buscar uma solução para a execução da fiscalização das contas, o ministro conclui que, pela hierarquia funcional e pelos poderes atribuídos aos funcionários das repartições da Administração Naval, os trabalhos de fiscalização estavam seriamente comprometidos. Sua impressão fica bastante evidente nesta passagem de seu relatório, na qual o ministro destaca a relação hierárquica entre o contador e o intendente:

---

<sup>187</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1838. Pg. 12.

O contador, Senhores [...] ainda quando a seu alcance estivesse todos os dados para com o acerto discriminar as despesas ilegais, afim de fazer-se efetiva a responsabilidade do Intendente, jamais, Senhores, que o contador por isso que não está à disposição do governo, não poder igualmente, ainda que se quisesse arriscar a desagradar seu superior, fazer o exame moral das referidas contas, e só se limitará ao exame aritmético, como ora se pratica, e por tanto é de toda evidência que tem no Tesouro, e menos na contadoria são devidamente examinados as contas da principal repartição da Marinha, por onde se despendem todos os anos grossa e importantes somas.<sup>188</sup>

No seu relatório de 1841, Francisco Vilela Barbosa demonstra uma forte disposição em tranquilizar os ânimos e garantir os interesses da classe senhorial e comercial. Suas palavras estavam carregadas de sentido e de força, e sua direção eram as lideranças políticas, na tentativa de alcançar o consenso para a reformulação das forças navais. Embora um dos papéis desempenhados pela Marinha de Guerra, entre outros, fosse a manutenção da ordem, existia nas palavras do ministro a garantia de que a Marinha de Guerra, apesar das dificuldades, estava “constantemente empregada em proteger o comércio nacional”, e que por isso necessitava de atenção dos senhores deputados. Apesar de seu emprego como força coercitiva em pleno exercício, inclusive “em fazer respeitar a Lei obstando ao tráfico ilícito de africanos”<sup>189</sup> e no “seu principal emprego, [...] a sustentação da integridade do Império, combatendo contra os rebeldes”<sup>190</sup>, para o bom funcionamento e manutenção da Marinha de Guerra eram necessárias algumas medidas, desde as já existentes, porém como mais “zelo”, como, por exemplo, a execução do recrutamento na conformidade da Lei.<sup>191</sup>

---

<sup>188</sup> Idem. Pg. 19.

<sup>189</sup> Vilela Barbosa refere-se à observação da lei promulgada em 7 de novembro de 1831, que tinha como objetivo a repressão do tráfico de africanos. O Governo brasileiro teria que se empenhar para que a Lei fosse cumprida, e a Esquadra Imperial, por sua vez, faria a fiscalização e o combate aos navios negreiros que porventura trafegassem na costa do Império.

<sup>190</sup> Relatório do Ministro da Marinha 1840. Pg. 4. Ver em <http://brazil.crl.edu/>, acessado em 21/05/2016.

<sup>191</sup> Idem. Ver em <http://brazil.crl.edu/>, acessado em 21/05/2016.

Uma de suas primeiras medidas foi a extinção da Contadoria-Geral. Embora a atitude pareça contrária, visava enraizar o que Rodrigues Torres havia pensado para reformular a Administração Naval quando sugeriu a criação daquela agência. Vilela Barbosa, seguindo na esteira da crítica de seus antecessores, sobretudo atento às considerações de Rodrigues Torres, aventa que a atual disposição administrativa da Marinha passava por uma “confusão as contas das despesas nos diferentes ramos de sua administração”<sup>192</sup>, situação que colocava o ministro em uma situação constrangedora ao ter que solicitar ao Tesouro Público informações sobre suas contas nas diversas províncias. Uma das consequências dessa concentração das contas da Administração Naval no Tesouro Público se via na junção das contas do Arsenal da Corte com as dos arsenais das províncias. Em suas prestações de contas, os arsenais se utilizavam dos recursos financeiros do Arsenal da Corte, uma vez que este não tinha acesso aos balancetes antes de chegarem ao Tesouro para justificar seus gastos, o que provocava a falta de recursos para cobrir as próprias despesas do Arsenal da Corte, denunciava o ministro.

À medida que Vilela Barbosa conduz suas críticas seguindo e penetrando pelo “labirinto da Administração Naval”, ele propõe medidas emergenciais, embora incipientes, no sentido de promover o controle sobre as contas e os gastos nos arsenais. Além de expedir ordens a todas as províncias para que não se excedessem os gastos provisionados e que, caso fosse necessário elevá-los, deveriam ser autorizados pelo Governo, o ministro informou que na mesma medida foram “expedidas ordens para que fossem enviados mensalmente os balanços de todas as operações feitas pelos arsenais e pelas administrações das províncias”<sup>193</sup> à Intendência da Corte. Ao invés de remeter a um órgão anexo a Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, como a Contadoria-Geral<sup>194</sup>, o ministro sugere, por ser muito menos dispendioso ao chefe da Administração Naval, o estabelecimento de uma Seção de Contabilidade, “onde fossem examinados os balanços explicativos de todas as repartições”<sup>195</sup>.

A criação da Seção de Contabilidade, na verdade, não contrariava a ideia original de Rodrigues Torres, muito pelo contrário. Para Vilela Barbosa, deveria existir um órgão que

---

<sup>192</sup> Relatório do Ministro da Marinha 1841. Pg. 10. Ver em <http://brazil.crl.edu/>, acessado em 21/05/2016.

<sup>193</sup> Idem. <http://brazil.crl.edu/>, acessado em 21/05/2016.

<sup>194</sup> O Art. 1º do Decreto de 13 de novembro de 1840 define a Contadoria-Geral como estação de fazenda anexa à Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. Coleções de Leis do Império do Brasil de 1843. Rio de Janeiro, RJ. Tipographia Nacional. Biblioteca Digital do Senado Federal. Ver em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=83921&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>, acessado em 23/02/2015.

<sup>195</sup> Relatório do Ministro da Marinha 1841. Pg. 12. <http://brazil.crl.edu/>, acessado em 21/05/2016.

ficasse responsável pela fiscalização e administração dos recursos financeiros da Administração Naval em sua própria estrutura. Não era o caso da Contadoria-Geral, pois esta se tratava de uma agência fazendária, anexa à Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, exercendo a função de fazenda, compondo o labirinto da Administração Naval. Em seu relatório de 1842, Vilela Barbosa irá ratificar os bons resultados obtidos pela Seção de Contabilidade, entretanto Rodrigues Torres, de volta ao Ministério em 1843, chama atenção para a incapacidade da Seção em dar conta de todo o serviço que lhe cabia, pelo número insuficiente de funcionários. Desejava Rodrigues Torres retomar a Contadoria-Geral, porém agora como órgão pertencente à estrutura organizacional e administrativa da Marinha, com um número maior de funcionários, e, ainda, expandir o modelo para as demais unidades da Administração Naval nas províncias. Segundo ele havia a necessidade de “manter a unidade e centralizar a administração da Marinha”. Assim, a nova Contadoria-Geral estaria

Sujeita imediatamente ao Ministro, a do Arsenal de marinha da Corte, e criando-se também nas províncias onde existem semelhantes estabelecimentos, as quais sejam independentes das respectivas Inspeções dos Arsenais.<sup>196</sup>

Rodrigues Torres enviou sua proposta à Câmara em 26 de maio de 1843<sup>197</sup>, porém sua criação só foi aprovada em 1845<sup>198</sup>, quando administrava a pasta da Marinha o então liberal pernambucano Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, por meio do Decreto de 12 de julho, o mesmo que assinou a Lei de Fixação de Forças que criou as Companhias de Aprendizes em 1840. Junto com Rodrigues Torres e Vilela Barbosa, Holanda Cavalcanti foi protagonista no que chamou José Miguel Arias Neto de consolidação do projeto da Marinha de Guerra no período entre 1841 e 1847.<sup>199</sup>

---

<sup>196</sup> Relatório do Ministro da Marinha, 1842. Pg. 04 <http://brazil.crl.edu/>, acessado em 21/05/2016.

<sup>197</sup> Proposta encaminhada à Assembleia Legislativa pelo Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em 26 de maio de 1843. Acesso pelo <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2068/000004.html>, em 27/12/2015

<sup>198</sup> Decreto de 17 de junho de 1845, extingue a Contadoria da Intendência da Marinha e a Seção de Contabilidade anexa a Secretaria de Estado e Negócios da Marinha e cria uma Contadoria-Geral da Marinha na Corte e Contadorias subordinadas nas Províncias. Ver em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao4.html>, acessado em 29/12/2015.

<sup>199</sup> Ver em José Miguel Arias Neto. 2001. Op.Cit. Capítulo II, “A administração saquarema e a organização da Armada Nacional”.

Na mesma medida em que a reforma conservadora reestruturava a Administração Naval, reorganizava e expandia as agências navais pelo litoral do Império. Uma das principais medidas foi a divisão do litoral. Apresentada por Rodrigues Torres e transformada em decreto pelo Imperador, a proposta dividia em três seções navais o litoral, e em cada uma estabelecia-se uma Estação Naval. A primeira seção compreendia o litoral desde os limites das fronteiras do sul do Império até a província do Espírito Santo, onde começava o limite da segunda seção, que terminava no Cabo de São Roque, na província do Rio Grande do Norte, onde se iniciavam os limites da terceira seção, que acabava nos limites da província do Amapá com a Guiana Francesa. O segundo artigo do Decreto definia que em cada uma destas estações haveria “uma Divisão composta de navios de guerra, *que o Governo designar*, sujeita imediatamente a um comandante em chefe”<sup>200</sup> (o grifo é nosso). Uma indicação que sobre essas unidades militares o Executivo tinha ampla liberdade, desde seu deslocamento pelo território do Império até a definição do número de seu contingente, sem a necessidade de aprovação prévia da Assembleia Legislativa, como foi o caso da própria proposta do Ministro Rodrigues Torres, decretada pelo Imperador.

Às Estações Navais cabia a defesa da integridade territorial do Império, a manutenção da ordem e garantir o livre comércio transatlântico e em águas brasileiras – não poderia ter outras atribuições uma proposta de um líder saquarema. O artigo 3º é bem claro em relação às atribuições no novo órgão que passou a compor o aparato coercitivo do Estado: as Estações Navais estavam incumbidas de “proteger e auxiliar o comércio e a navegação nacional; obstar o contrabando de gêneros de importação e exportação e ao tráfico ilícito de africanos”<sup>201</sup>. Esta passagem é bastante reveladora do conteúdo protecionista que a Marinha de Guerra deveria prestar à nova ordem conservadora. Embora já existisse a preocupação em proteger os navios que atravessavam o Atlântico e o comércio de cabotagem da atuação de piratas e corsários, a defesa do litoral ainda não tinha visto a estrutura proposta por Torres, a qual era uma novidade.

Cabia também às Estações Navais “vigiar pela segurança dos habitantes da costa, defendendo-os das hostilidades de corsários ou piratas, e auxiliando as autoridades na

---

<sup>200</sup> Art. 2º do Decreto de 2 de outubro de 1843. Coleções de Leis do Império do Brasil de 1843. Rio de Janeiro, RJ. Thipographia Nacional. Biblioteca Digital do Senado Federal. Em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>, acessado em 30/12/2015.

<sup>201</sup> Inciso 1º, do Art. 3º, do Decreto de 2 de outubro de 1843. Coleções de Leis do Império do Brasil de 1843. Rio de Janeiro, RJ. Thipographia Nacional. Biblioteca Digital do Senado Federal. Em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82622&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>, acessado em 30/12/2015.

sustentação da ordem e tranquilidade pública”<sup>202</sup>. Era parte do discurso das classes dirigentes manter a ordem e a tranquilidade nas províncias do Império. Nesta passagem há uma complementação do que foi tratado anteriormente sobre a proteção contra os piratas e corsários. Ela denota a preocupação da Coroa com a proteção do território contra invasões. Para o projeto conservador, a promoção da unidade territorial e sua proteção cabiam ao poder central, aos aparelhos coercitivos do Estado Imperial brasileiro. A preocupação de Rodrigues Torres com a segurança dos habitantes pode ser interpretada como proteção à atividade da pesca, de pequenas embarcações empregadas no transporte de cabotagem de pequenas distâncias, na dinâmica econômica de pequenas cidades e vilas, porém essa segurança irá se estender para além da proteção contra corsários. As unidades militares nas províncias serão agências importantes para o controle e a fiscalização da atividade econômica, mas fundamentais para executar o recrutamento para a Armada Imperial, como veremos mais adiante. Os agentes navais irão se apropriar do discurso da ordem – uma vez que perturbá-la significava ameaçar a tranquilidade pública – para recrutar homens, jovens e crianças que chegarão aos vasos de guerras e às unidades das Companhias de Aprendizes-Marinheiros pelas mãos das autoridades policiais locais e serão entregues aos agentes e militares da Marinha de Guerra, por terem “perturbado a ordem e a tranquilidade pública”.

Havia ainda uma função curiosa que as Estações tinham que exercer. Rodrigues Torres, como um homem ilustrado, atribuiu às Estações Navais, de maneira bastante incipiente, concordamos, a função de um observatório científico. Cabiam a elas “fazer observações para determinar ou retificar a posição geográfica dos portos da costa, das ilhas e de baixos. Levantar planos dos portos, baías, enseadas e ancoradouros; notar as ondas, as correntes, marés e ventos dominantes; e fazer quaisquer observações tendentes ao aperfeiçoamento da navegação e conhecimento da costa”<sup>203</sup>. Compreendemos que a observação a que se referiu Rodrigues Torres é bem próxima àquela que Thomas Kuhn definiu para as formulações científicas. Segundo o físico, filósofo e historiador da ciência, “a observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não

---

<sup>202</sup> Inciso 3º, do Art. 3º, do Decreto de 2 de outubro de 1843. Rio de Janeiro, RJ. Thipographia Nacional. Biblioteca Digital do Senado Federal. Em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82622&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>, acessado em 30/12/2015.

<sup>203</sup> Inciso 5º, do Art. 3º, do Decreto de 2 de outubro de 1843. Op. Cit.

haverá ciência”<sup>204</sup>. Ele conclui que, “para que elas tenham conteúdo mais do que puras abstrações, esse conteúdo precisa ser descoberto através da observação”<sup>205</sup>. Podemos perceber que o controle que a reforma conservadora pretendia exercer sobre o território, ao menos no litoral, era bastante ampliado, uma vez que, controlando o regime das marés e dos ventos, a posição geográfica dos portos em relação as ilhas, continentes e baías, portanto, alcançaria conhecimentos necessários à boa navegação sobre a costa brasileira, fundamental para o comércio e a proteção do Império.

Complementando as Estações Navais de Rodrigues Torres, foram criadas mais duas agências militares no Ministério de Holanda Cavalcanti, em 1845: a do serviço de praticagem e pilotagem nos portos do Império e, posteriormente, a das Capitânicas dos Portos. Com essas agências, o Governo tinha a intenção de fiscalizar todo e qualquer tipo de embarcação que estivesse navegando pela costa do Império. À primeira agência cabia a segurança dos navios e prestação de serviço de pilotagem nos portos, cuja remuneração, paga pelos navios, não deveria passar de quantia suficiente para manutenção dos serviços, e todas as despesas e receitas deveriam ser encaminhadas ao Corpo Legislativo. Já as atribuições das Capitânicas, que “deveriam ser estabelecidas em cada província marítima do Império, onde semelhante estabelecimento parecer necessário”<sup>206</sup>, eram mais complexas, e a chefia da agência deveria ser assumida por um oficial superior da Armada Imperial, que, conforme o Decreto de criação, seria o capitão do Porto:

1. A polícia naval do porto e seus ancoradouros, na forma dos regulamentos que organizar o governo e bem assim o melhoramento e conservação do mesmo porto;
2. A inspeção e administração dos faróis, barcas, boias, e barcas de escavação;

---

<sup>204</sup> KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998, pg. 23.

<sup>205</sup> Idem. pg. 28.

<sup>206</sup> Art. 1º do Decreto de 14 de agosto de 1845. Estabelece Capitânicas de Portos nas Províncias Marítimas do Império. Coleções de Leis do Império. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Acesso <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao4.html>, em 30/12/2015.

3. Matrícula da gente do mar, das tripulações empregadas na navegação, e tráfico do porto.<sup>207</sup>

Embora possa parecer clara a intenção do Governo em criar essas agências, corroborando a ideia da ampliação da teia burocrática e administrativa do Estado pelo território do Império, elas não se limitaram à fiscalização dos portos e das embarcações. Na verdade, visavam à manutenção e ao controle político do território à medida que atuavam para arrefecer os núcleos de revoltas em algumas províncias e garantir as ações políticas do centro nas esferas locais. Os agentes que ficariam responsáveis por exercer as funções atribuídas a elas formavam, junto com os demais agentes do poder local, um verdadeiro aparato de controle do Estado, por isso as esferas de atuações foram redefinidas pela reforma conservadora. Miriam Dolhnikoff afirma que,

Para não permitir que os poderes provinciais invadissem a esfera exclusiva do governo central, os conservadores empenharam-se em garantir que os empregados criados por esse último para cumprir funções relativas a objetos de competência do centro não sofressem a interferência do governo provisional.<sup>208</sup>

As agências da Marinha de Guerra acabavam fortalecendo a atuação dos agentes locais, pois havia uma combinação no exercício das funções, sobretudo no que diz respeito ao controle exercido em determinada área; por exemplo, o delegado de polícia, o juiz de paz, o capitão dos portos e o inspetor do Arsenal formavam um conjunto de autoridades de repressão, inclusive para executar e fortalecer os mecanismos para executar o recrutamento. Para o caso das Companhias de Aprendizes, muitos menores eram encaminhados por delegados de polícia, juízes de paz e outras autoridades locais aos capitães de Portos e a inspetores de Arsenais. Essa verdadeira “rede de recrutamento” para as Companhias foi muito eficaz em algumas províncias, como poderemos constatar no capítulo IV.

---

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> Dolhnikoff, Miriam. 2005. Op. Cit. Ver capítulo II, no tópico “A revisão conservadora”. Pg. 132.

A aproximação entre liberais e conservadores, como apontou Miriam Dolhnikoff, no nosso caso específico, a reforma e a reestruturação da força de mar, podem ser analisadas nas discussões das propostas de fixação de forças para a Marinha Imperial na Câmara Legislativa. Para além das propostas que sustentam que houve uma política de erradicação, é necessário verificar em que medida essa política foi colocada a cabo nas forças de mar, e se realmente ela aconteceu, tendo em vista que a reforma administrativa naval, promovida pelos liberais e depois revista pelos gabinetes conservadores, possa explicar que, na verdade, o que se pretendia era uma reforma não muito distante da pretendida pelos liberais e, para isso, foi necessário promover uma desmobilização das tropas, por uma série de fatores – o mais evidente foi o processo que resultou nas ações do 7 de Abril de 1831. A ideia de desmobilização, que foi colocada por Adriana Barreto, nos parece ter força explicativa para o entendimento desse processo que reorganizou a estrutura da força militar e que irá se consolidar no Segundo Reinado, com a ampliação da estrutura administrativa da Marinha promovida pela reforma conservadora, como vimos acima, e a criação de agências do poder naval pelo litoral do Império durante o Segundo Reinado.

Como já foi discutido neste capítulo, para Adriana Barreto houve uma desmobilização das forças militares, pois, segundo a autora, havia um interesse em dissolver a estrutura burocrática centralizada na Coroa, sobretudo nas propostas da ala liberal, o que nos parece muito semelhante às críticas promovidas pelos ministros Villela Barbosa, Senna Pereira e Rodrigues Torres à reforma promovida por Francisco de Lima da Silva. Mas percebam que, quando Rodrigues Torres propõe a criação da Contadoria-Geral, órgão que ficaria subordinado à Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, ele tem a intenção de retirar do Tesouro Nacional, órgão da administração central, a responsabilidade de fiscalizar as contas da Administração Naval e colocá-las sob a fiscalização direta de um órgão anexo ao ministro. Porém a reforma conservadora não pode ser compreendida como uma ruptura com as propostas liberais. Desde suas origens, os dois grupos políticos mantinham pontos de encontro, como apontou Wlamir Silva. Para o autor,

Convém observar, entretanto, que a crença na ilustração e na razão como instrumento do bom governo não se quer exclusividade liberal, estando presente no reformismo ilustrado ibérico e, em especial, no português,

e posteriormente no projeto saquarema, numa concepção centralizadora e autoritária.<sup>209</sup>

Esses pontos de encontro promoveram aproximações importantes entre setores da ala liberal. Com a liderança do Partido Conservador no final dos anos de 1830, o que era uma hegemonia liberal construída desde a independência, e que teve na imagem do monarca sua sustentação, foi perdendo força à medida que pretendeu ampliar seu ideal de liberdade e se distanciou da Coroa. Nesse processo em que se verifica a escalada do Partido Conservador, tendo à frente a liderança saquarema, um de seus protagonistas, Joaquim José Rodrigues Torres, combinando e apropriando ideias, deu o tom e a direção da reforma da Administração Naval, como vimos na atuação de Holanda Cavalcante nos gabinetes de que participou, assinando propostas conservadoras.

Vimos que a reforma da estrutura administrativa e burocrática da Administração Naval foi um processo acompanhado pelas mudanças que o Estado brasileiro estava sofrendo. À medida que a liderança do Partido Conservador se articulava e colocava em curso seu projeto de nação, a estrutura administrativa da Marinha de Guerra era reformulada. O esforço demonstra a importância da força de mar para o projeto conservador, em sua função enquanto aparato coercitivo do Estado para manutenção da ordem e integridade do Império, corroborando a garantia dos “interesses comuns” da classe dirigente e a manutenção das hierarquias sociais, da propriedade e do modo de produção.

No próximo capítulo, analisaremos as alternativas ao recrutamento, procuraremos abordar e balizar nossa análise a partir das discussões sobre as propostas de fixação de força naval nas sessões da Câmara Legislativa. *A priori*, sugerimos que houve, na atuação do Executivo e do Legislativo, a promoção de uma política militar para as forças de mar. Tentaremos verificar em que medida e quais foram os resultados dessa política. A principal preocupação do Governo pairava sob alguns pontos centrais para formação e manutenção de uma força regular. Em um primeiro momento, se concentrou nos mecanismos de recrutamento, preocupação que atravessará todo o século XIX<sup>210</sup>, na manutenção da disciplina e,

---

<sup>209</sup> SILVA, Wlamir. Liberalismo e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). 2009. Pg. 181.

<sup>210</sup> Para uma análise mais detalhada sobre o recrutamento para Armada Imperial, ver em: Álvaro Pereira do Nascimento, “A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial; Entre o Convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso.(Org.). *Nova História*

posteriormente, na formação de suas praças. Nessa perspectiva, nosso objetivo é analisar o processo que levou à organização das praças da Armada Imperial, desde as propostas para reformular os mecanismos de recrutamento até a criação da Companhia Fixa de Marinheiros.

---

*Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; e *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2008. As teses e dissertações de José Miguel Arias Neto, *Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*, e para o caso específico do recrutamento para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros ver em Rosângela Maria da Silva, *O recrutamento para a marinha de guerra do Brasil (1822-1824): entre dois extremos*; Solyane Silveira Lima, “Recrutá-los Jovens”: a formação de aprendizes Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905); Edna Fernandes Antunes, *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870)*; e Silvana Cassab Jeha, *A galera heterogênea: naturalidades, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c. 1822-c.1854*.

### Capítulo III

## O processo de organização das praças para a Marinha Imperial brasileira e a criação das Companhias Fixas de Marinheiros

### Introdução

Neste capítulo abordaremos e discutiremos a criação de mecanismos alternativos ao recrutamento e para a manutenção da disciplina na Armada Imperial. Remontaremos à trajetória institucional que possibilitou a organização das praças, iniciando pelas práticas de recrutamento e seu impacto na formação das fileiras da Armada Imperial. À medida que as práticas utilizadas pelo mecanismo do recrutamento começaram a ser percebidas como responsáveis por colocar a bordo sujeitos indesejáveis à disciplina no serviço militar, a visão sobre elas começou a suscitar mudanças sobre seu entendimento enquanto forma de arregimentar homens para o serviço militar da Esquadra Imperial. Na tentativa de identificarmos tais mudanças, em uma perspectiva analítica, nos debruçaremos sobre os Relatórios de Ministros e as propostas de Fixação de Forças Navais. Como estes eram encaminhados e discutidos na Assembleia Legislativa, nos debruçaremos também sobre as sessões da Câmara dos Deputados.

O Relatório Ministerial era o documento pelo qual os ministros comunicavam ao Congresso a situação da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha e seus aspectos operativo-militar e administrativo. O documento relatava como se encontravam, em termos administrativos e físicos, as Organizações Militares da Marinha. Constavam nele o estado de seu pessoal em termos qualitativo e quantitativo e o estado da aparelhagem (armamentos e navios), assim como sugestões que, em certa medida, poderiam contribuir para o desenvolvimento daquela Secretaria de Estado e para a atuação da Marinha enquanto força militar.

As propostas de Fixação de Forças Navais eram projetos elaborados pelos ministros com o objetivo de definir a força naval a ser empregada para o ano financeiro seguinte. O ponto principal do documento era a proposta do número de homens que se pretendia para compor a Força Naval durante o ano, assunto que suscitava discussões bastantes acaloradas nas sessões da Câmara. As propostas eram levadas ao Congresso, onde eram submetidas à Comissão de Guerra e Marinha da Casa, que as analisava e, por vezes, fazia intervenções por meio de

emendas. Só depois as propostas eram submetidas à plenária da Câmara para discussão no formato de Projeto de Lei. A sessão de votação contava, ainda, com a participação do ministro para defender a proposta, que, depois de discutida, caso aprovada, muitas vezes com vetos e emendas, era publicada na forma de Lei.

A análise dessas discussões não só permitirá acompanharmos os debates acerca da fixação de forças navais no Congresso, mas também possibilitará termos uma visão de como eram tratadas, no âmbito do Legislativo, as questões sobre a formação de forças militares regulares para a Marinha Imperial. Com isso, verificaremos, ao longo do período, como as questões acerca do recrutamento e suas causas, a indisciplina e a insubordinação, foram tratadas e como as medidas para solucioná-las foram tomadas.

Veremos que, num primeiro momento, a solução às causas do recrutamento seguia no sentido de reformular os códigos disciplinares e intensificar sua aplicação na tripulação de praças, porém, na medida em que não se alcançaram as soluções desejadas, foram tomados outros rumos. Embora fossem questões estritamente militares, a passagem de políticos civis, como Rodrigues Torres, pelo Ministério implicou a inserção de tais questões na agenda política que se estruturava no período das Regências. Essa inserção, traduzindo, refere-se ao processo que resultou na formulação de um projeto de modernização das forças de mar, que ganhou vulto durante da arquitetura política nos anos de 1830 e se consolidou com o Regresso conservador.

A Companhia de Aprendizes-Marinheiros nasceu sob o signo desse projeto, um espaço para a formação de jovens para o serviço da Armada Imperial, que nos coloca diante de uma questão no mínimo intrigante. Como foi possível, em um momento tão delicado da política nacional, quando havia certo desconforto da elite política com as Forças Armadas, sobretudo no pós-7 de Abril, a Marinha promover reformulações em seus quadros militares de praças ao ponto de criar um espaço de educação e instrução militar visando organizá-las, enquanto corpo fixo de militares, e que ganhou dimensão nacional e que, em certa medida, não só integrou o mecanismo de recrutamento militar, como também pretendeu modificá-lo?

### 3.1 Fixando forças, “subvertendo as instituições”<sup>211</sup>: o debate acerca das propostas de fixação de forças navais na Câmara

...Posso assegurar, e é o mais a que mais meu espírito alcança, que o presente ministério não faz se não o voto, não tem se não desejo, e é de unir a esta câmara para sustentar a constituição, a integridade do Império e o trono augusto do Sr. D. Pedro II, isto posso afirmar e nada mais...”<sup>212</sup>

Com essas palavras, o então ministro, Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos, iniciou sua participação em uma das mais acaloradas discussões na Câmara dos Deputados em defesa da proposta de Fixação de Forças Navais para o ano financeiro de 1838 a 1839. Era o início das discussões na sessão da Câmara do dia 1º de junho de 1837. Tristão havia tomado posse do cargo após a saída do Ministro Salvador José Maciel, autor da proposta, e a dissolução do gabinete de 1º de novembro de 1836. O gabinete de 16 de maio de 1837, liderado pelo Senador Pedro Araújo Lima, era o último suspiro da enfraquecida Regência de Diogo Antônio Feijó. O novo gabinete ainda tinha a participação do Senador Alves Branco como ministro do Império, do Deputado Francisco Gê Acayaba de Montezuma na pasta da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, do Senador José Saturnino da Costa Pereira na pasta da Guerra e do Senador Manoel Alves Branco na pasta da Fazenda.

As eleições de 22 abril de 1837 confirmaram Araújo Lima na Regência. Seu primeiro gabinete foi formado de 19 de setembro de 1837 e contou com o Deputado Bernardo de Vasconcellos como ministro do Império e da Justiça, com o Deputado Antônio Peregrino Maciel Monteiro nos Negócios Estrangeiros e com o Deputado Miguel Calmon Du Pin e Almeida na pasta da Fazenda. Alternaram-se na pasta da Guerra e da Marinha os deputados

---

<sup>211</sup> Referência às acusações que o ministro da Marinha Tristão Pio dos Santos recebeu na Câmara dos Deputados, na sessão do 4º ano da 3ª Legislatura, em 1º de junho de 1837. Ao se pronunciar pela defesa da Proposta de Fixação de Força Naval encaminha pelo seu antecessor, Salvador de Sá Maciel, o ministro, diante das discussões e da desconfiança de alguns deputados em relação às suas intenções, foi acusado de tentar “subverter as instituições” por apoiar a elevação do efetivo da Marinha para o período de 1838-1839.

<sup>212</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 4º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 1º de junho de 1837. <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>

Sebastião do Rego Bastos e Joaquim José Rodrigues Torres.<sup>213</sup> Foi o resultado, no Parlamento, do que já havia se iniciado anos antes com o processo de alterações na conjugação de alianças, o fortalecimento das ideias conservadoras e o progressivo enfraquecimento da Regência de Feijó. Marcello Basile chamou atenção para a historicidade desse processo. Segundo o autor,

o arranjo Parlamentar do Regresso não se fez de uma hora para outra; foi processo que se estendeu de 1835 a 1837, de modo que as adesões não foram imediatas e sim conquistadas aos poucos, a partir do desgastes dos moderados e do novo governo. Até então, a tendência política que prevalecia na Câmara era a crescente oposição à regência, sem que isso necessariamente implicasse incorporação ao bloco regressista ou a qualquer outro.<sup>214</sup>

O último gabinete da Regência de Feijó já demonstrava a expressão daquele arranjo. À medida que as novas lideranças ocupavam o governo, marcavam suas posições em relação às forças políticas que surgiam num momento de declínio da política de Feijó, das antigas facções e suas frágeis alianças. Caramurus, moderados e exaltados abriam espaço no cenário político para novos arranjos, novas clivagens, protagonizadas por figuras políticas como o ex-moderado Joaquim José Rodrigues Torres e o antigo caramuru Pedro Araújo Lima, constituindo novas alianças e conformações políticas que reuniam, no entorno de projetos políticos, as mais diversas e variadas disposições políticas. Segundo Basile, essas configurações têm início após as eleições de 1833, quando a maioria dos deputados eleitos se ligava à facção política dos moderados, porém esse arranjo, por ser frágil, durou apenas até a promulgação do Ato Adicional, em agosto de 1834. Foi quando, segundo o autor, teve início o Regresso, uma aliança que reuniu ex-moderados e antigos caramurus; porém o autor afirma que, entre 1834-1837, tais disposições políticas ainda eram bastante indefinidas.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> Relação dos Cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de 03 de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. M.A.G. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894.

<sup>214</sup> Basile, Marcelo. “O laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840)”, In Grimberg, Keila. Salles, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*. Vol. II 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011. Pg. 64.

<sup>215</sup> Basile, Marcelo. *et alii*. 2011. Op. Cit. Pg. 66.

Visto isso, achamos conveniente retornarmos um pouco em nossa temporalidade, até 1836, precisamente a 1º de julho daquele ano, quando se iniciaram as discussões acerca da Fixação de Forças Navais para o ano financeiro de 1837 e 1838. Retomaremos nossa trajetória mais adiante. Esse recuo se faz necessário, pois precisamos verificar algumas linhas discursivas nos debates em que foi submetida a proposta na Assembleia, que serão fundamentais para seguirmos adiante. O principal ponto a ser verificado é como o processo que resultou no arranjo que aponta Basile se comportou em relação à Proposta de Fixação de Forças para a Marinha. Outro ponto, este com mais precisão na direção que queremos tomar neste ponto do trabalho, na verdade se subdivide em dois pontos, sendo que o primeiro consiste em verificarmos e analisarmos as decisões tomadas acerca da Fixação de Forças Navais para aquele ano financeiro, e o segundo é em que medida podemos estabelecer conexões entre o processo descrito por Basile e as propostas de Fixação de Forças para a Marinha Imperial.

Sob a égide do gabinete de 5 de fevereiro de 1836, o antepenúltimo da Regência de Feijó, o então ministro da Marinha, Salvador José Maciel, apresentou sua Proposta de Fixação de Forças Navais à Assembleia-Geral.

Art. 1º As Forças Navais ativas *ordinárias* do Império para o serviço do ano, que há de correr do 1º de julho de 1837 a 30 de junho de 1838, constarão das embarcações que o governo julgar indispensáveis, não devendo exceder o total de suas respectivas tripulações a 1.800 praças de todas as classes.

Art. 2º A força do Corpo de Artilharia da Marinha em efetividade de serviço, será de 1.200 praças.

Art. 3º Em circunstâncias extraordinárias as forças descritas no Art. 1º, poderão ser elevadas a 3.000 praças.<sup>216</sup>

As discussões acerca do projeto começaram no dia 1º de junho, e, como de praxe, por ordem, entrava na pauta o primeiro artigo da proposta. Entre a deputação que participaria das discussões estavam os moderados Bernardo Pereira de Vasconcellos e Joaquim José Rodrigues Torres, o caramuru Holanda Cavalcanti e Antônio Peregrino Maciel Monteiro, que ocupará a

---

<sup>216</sup> Proposta de Fixação de Forças Navais apresentada à Assembleia Legislativa, para o ano financeiro de 1837-1838, em 1836. Disponível em <http://www.crl.edu>. Acessada em 24/04/2015.

pasta dos Negócios Estrangeiros no primeiro gabinete da Regência de Araújo Lima. Em pauta, o Artigo 1º, que propunha uma força ordinária de 1.800 praças de todas as classes<sup>217</sup>, e que tinha a seguinte redação:

Art. 1º As Forças Navais ativas ordinárias do Império para o serviço do ano, que há de correr do 1º de julho de 1837 a 30 de junho de 1838, constarão das embarcações que o governo julgar indispensáveis, não devendo exceder o total de suas respectivas tripulações a 1.800 praças de todas as classes.<sup>218</sup>

A primeira crítica que o ministro recebeu foi sobre seu relatório. Apresentada por Bernardo de Vasconcellos, consistia na acusação de que não havia ilustrações precisas no relatório para poder dar seu voto.<sup>219</sup> O deputado tinha razão: o relatório de Salvador Maciel era bastante sucinto, continha apenas cinco páginas de texto, quatro páginas com uma tabela dos empregados da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha e dos navios da Armada Imperial e dois mapas como anexo, com informações sobre o Corpo de Oficiais da Armada e outro com informações do estado do Corpo de Artilharia da Marinha. Aqui nos cabe informar ao leitor sobre o Corpo de Artilharia da Marinha.

Tratava-se de uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o corpo de praças da Armada Imperial. Sua trajetória histórica remonta à origem do que é hoje o Corpo de Fuzileiros Navais. Entre as instituições que atravessaram o Atlântico com a Corte portuguesa estava a Brigada Real da Marinha. Criada em Portugal em 1797, pelo Alvará de 28 de agosto, a Brigada sofreu sua primeira alteração normativa no Brasil dois meses após a

---

<sup>217</sup> O Decreto nº 1.466, de 25 de outubro de 1854, que define o soldo da Marinhagem, dá a seguinte classificação: marinheiros de classe superior; marinheiros de 1ª classe; marinheiros de 2ª Classe e grumetes. Distinguindo daqueles, ainda havia o Corpo de Oficiais Marinheiros. As definições de suas respectivas classes podem ser encontradas no Decreto nº 2.019, de 20 de fevereiro de 1858: eram mestres de 1ª classe, mestres de 2ª e guardiões. O Decreto previa ainda ao marinheiro de 1ª Classe, reformados depois de 30 anos de serviço, a promoção à graduação de segundo-tenente. Coleção de Leis do Império. Ver em, <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>. Acessado em 04/05/2015.

<sup>218</sup> Proposta de Fixação de Forças Navais apresentada a Assembleia Legislativa, para o ano financeiro de 1837-1838, em 1836. Disponível em <http://www.crl.edu>. URL <http://migre.me/pBVnt>, acessada em 24/04/2015.

<sup>219</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 3º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 1º de junho de 1836. Ver em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acessado em 21/01/2016.

chegada da Coroa portuguesa, por meio do Alvará de 13 de maio de 1808, que forneceu um regulamento comum à Brigada e aos Regimentos de Artilharia do Exército português sediados no Brasil. A primeira alteração após o 7 de Setembro foi promovida pelo Decreto de 24 de outubro de 1822, mudando apenas sua denominação para Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro.

Foi após o início da Guerra Cisplatina (1825-1828), por meio do Decreto de 31 de janeiro de 1826, que se promoveu a primeira alteração na organização na novamente renomeada Imperial Brigada de Artilharia de Marinha. Seu corpo militar foi dividido em dois batalhões com seis companhias cada um. Em 1827, o decreto de 15 novembro alterou a denominação da Brigada para Corpo de Artilharia da Marinha e aumentou o número de suas companhias para oito. Em 1847, por meio do Decreto nº 535, de 11 de novembro, em execução da determinação contida no Decreto nº 451A, de 31 de agosto de 1847, é criado o Corpo de Fuzileiros Navais como um corpo de Infantaria.

O Corpo de Artilharia da Marinha foi extinto pelo mesmo ato legal, seu quadro de oficiais foi transferido, como quadro de 2ª classe, para o Exército Imperial e suas praças foram aproveitadas no novo Corpo de Fuzileiros Navais, que passaria a ser mobiliado por oficiais dos demais corpos e quadros da Marinha Imperial, conforme suas especialidades. Foi em 1852, com o Decreto 1.067-A, de 24 de novembro, que o Corpo de Fuzileiros, agora renomeado Batalhão Naval, ganhou uma estrutura organizacional mais complexa, com atribuições mais amplas no conjunto operativo da Marinha Imperial. Eram oito companhias, seis de fuzileiros e duas de artilheiros, segundo o Decreto.<sup>220</sup>

Voltando ao relatório de Maciel, nos mapas dos Corpos de Oficiais e de Artilharia da Armada só constavam informações quantitativas em relação ao pessoal. Embora o relatório não fornecesse informações precisas e detalhadas da repartição da Marinha, como desejava Vasconcellos, ele ofereceu apenas uma emenda ao primeiro artigo, sugerindo a supressão da palavra *ordinárias*. Porém uma voz saiu em defesa do ministro: a do Deputado Holanda Cavalcanti. Ele acusou a Câmara de tratar com indiferença os negócios públicos e de votar as leis de fixação de forças sem informações necessárias. Disse, ainda, que o ministro estava seguindo o sistema de seus antecessores e que para ele era necessária certa homogeneidade na repartição, pois talvez assim aquele tipo de situação não se repetisse.

---

<sup>220</sup> Toda legislação citada pode ser encontrada no portal da Câmara dos Deputados, em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

Rodrigues Torres, por ter passado pelo Ministério entre outubro de 1831 e agosto de 1832, compreendeu muito bem o que poderia representar a supressão da palavra *ordinárias* do texto da proposta. Quando o deputado assumiu a Administração Naval, o Corpo de Artilharia havia sofrido considerável baixa no seu efetivo por ocasião dos acontecimentos do 7 de Abril.

Rodrigues Torres, quando ministro, relatou que, em 1831, parte do efetivo do Corpo de Artilharia<sup>221</sup>, que havia participado ativamente dos movimentos que derrubaram D. Pedro I, foi reduzido por conta de prisões e expurgos que o Corpo sofreu. Desde então, pairava sobre os batalhões do Corpo de Artilharia certa desconfiança das inclinações e orientações políticas de seus soldados, o que gerava o medo de novas sedições. Embora os ânimos estivessem exaltados, com muita movimentação nas ruas da Corte, foi em uma ocasião ordinária que se desgarneceu a Armada Imperial de seu principal contingente de guarda. Tais acontecimentos devem ter ensinado ao nobre deputado que, embora certa tranquilidade pairasse sob signo do pós-independência, o Império ainda estava longe de ver os ânimos arrefecidos<sup>222</sup>. Tratando de aproveitar da sugestão de seu colega, indicou a seguinte emenda: “no caso de que se passe a emenda do Sr. Vasconcellos, desejo que em lugar de 1.800 praças se diga 2.000”<sup>223</sup>. Com a emenda de Torres, o Governo poderia aumentar o número de praças de todas as classes até 2 mil, pois não contaria com o recurso de forças extraordinárias, que se costumava prever nas leis de fixação de forças. Entretanto ele sabia das dificuldades de se completar as fileiras da Marinha, pois o voluntariado era quase escasso e o recrutamento forçado não oferecia o número suficiente de homens ao serviço da Armada, mas também não deixou de perceber que a realidade política entre o Congresso e o Governo, em relação às Forças Armadas, não se mostrava nada favorável para a aprovação de aumento do contingente nas fileiras da Marinha.

Em respostas aos rumos da política imperial, iniciam-se nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1830, movimentos de contestação ao Governo Imperial. Na fala do Ministro Salvador Maciel percebe-se que o Governo não acreditava na força daqueles movimentos. Segundo ele, “a ordem há de em breve ser restabelecida nas duas províncias onde se acha alterada”<sup>224</sup>. Mas, para isso, o ministro defendia a necessidade de

---

<sup>221</sup> A Lei de 31 de agosto de 1831, que fixou as Forças Navais para o ano financeiro de 1832-1833, previa 1.200 praças para o Corpo de Artilharia da Marinha. Acesso por meio do portal da Câmara dos Deputados.

<sup>222</sup> Marcello Basile lista 29 revoltas por várias províncias do Império entre os anos de 1831 e 1841. Basile, Marcelo. *et alii*. 2011. Op. Cit. Pg. 69.

<sup>223</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 3º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 1º de junho de 1836. Ver em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acessado em 21/05/2016.

<sup>224</sup> Idem. Ver em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acessado em 21/05/2016.

considerar tais circunstâncias como extraordinárias; assim ele ensaiava a defesa de sua proposta de Fixação de Forças. Apropriando-se das circunstâncias em que se encontravam as duas províncias, argumentou que as 2 mil praças (número sugerido por Torres), nas condições extraordinárias em que se encontrava o Império, seria insuficiente.

Salvador Maciel defendia a ideia da necessidade de se fixarem forças ordinárias e extraordinárias, contestada por alguns deputados pelo fato de o ministro não ter apresentado argumentos suficientes para aprovação do artigo. Um arranjo entre os que defendiam a proposta acabou por integrá-la ao primeiro artigo. Porém optou-se, por outros motivos que não a fixação do contingente militar de praças, pela publicação da força naval para aquele ano financeiro na forma de decreto, mantendo-se o que estava estabelecido na Lei de Fixação de Forças Navais de 1835, porém alterando o número de praças. Ficou o artigo 1º do Decreto com a seguinte redação:

Art. 1º As Forças de mar para o serviço do ano que há de correr do primeiro de julho de mil oitocentos E trinta e sete a trinta de junho de mil oitocentos trinta e oito, são as mesmas fixadas pela Lei de vinte sete de agosto de mil oitocentos trinta e cinco para o corrente ano financeiro, com as seguintes alterações:

§ 1º As Forças navais poderão, desde já, ser elevadas a três mil praças, e as de Artilharia de Marinha a mil e duzentas em efetividade de serviço.<sup>225</sup>

O Decreto aumentou o efetivo da força naval consideravelmente, passando-a para 3 mil, que, somadas às 1.200 do Corpo de Artilharia da Marinha, significaram aumento superior a 60% em relação à legislação anterior<sup>226</sup>. Entretanto, cabe esclarecer que, por motivos não muitos claros, não se tem informações precisas sobre o número de marujos na ativa em serviço

---

<sup>225</sup> Decreto nº 42, de 15 de outubro de 1836. Disponível no portal da Senado Federal, <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=78876&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>, acessado em 25/04/2015.

<sup>226</sup> A Lei nº 22 de 22 de agosto de 1834, que previa a Força Naval para o exercício de 1835, estabelecia 2 mil praças de marinheiros e 600 praças para a Artilharia da Marinha. Disponível do site Senado Federal, <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=80838&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB> Acessado em 26/04/2015.

na Armada Imperial. Contá-los pareceria tarefa complicada. Alguns ministros relatam essa dificuldade e atribuem aos comandantes de navios a falta dessa informação nos relatórios que seguiam por meio de mapas com a distribuição da tripulação por agências e navios da Marinha. Embora a legislação fixasse o número de homens que a Armada poderia empregar, a dificuldade de preencher os claros da força naval era endêmica, o voluntariado era escasso e recrutamento forçado esbarrava nas astúcias dos recrutáveis e das isenções previstas em Lei. Somavam-se a essas dificuldades as deserções e as baixas por tempo de serviço, que tornavam a tarefa um grande esforço na tentativa de elevar ao seu estado completo os corpos de praças da Armada.

As condições extraordinárias por que estava passando o Império brasileiro, com a eclosão de revoltas e rebeliões em algumas províncias<sup>227</sup>, sozinhas não explicam o aumento do efetivo da Armada. Vejamos porquê. As conexões entre a política Imperial e a composição da Câmara, sobretudo pelo corpo de deputados que participou das discussões do Projeto de Lei, nos oferecem um caminho possível para tentarmos explicar esse aumento. Leva-se em conta ainda nesse cenário o rearranjo das forças políticas no Parlamento, que implicou o declínio da política exercida pela Regência de Diogo Antônio Feijó, selada pela Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1837. A presença dos moderados Bernardo Pereira de Vasconcellos e Joaquim José Rodrigues Torres, do caramuru Holanda Cavalcanti e do futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, nas discussões que nortearam a votação do projeto foi a expressão do arranjo parlamentar que se formava na Câmara, e que possibilitou o aumento de mais de 60% do efetivo das Forças Navais. Esses atores proporcionaram à Coroa não somente uma arena favorável no Congresso, mas sobretudo um ambiente político que se desenhava e se colocava diante das lideranças políticas, que, por sua vez, buscavam conformações ao ponto de garantir a abertura dos caminhos a seus projetos que, por seu turno, incluíam a Coroa. Nesse jogo, a classe senhorial<sup>228</sup> se articulava ao redesenhar um novo cenário

---

<sup>227</sup> José Murilo de Carvalho expõe um quadro das principais revoltas e as divide em dois grupos. O primeiro grupo de revoltas está localizado entre 1831-1835 e o outro entre 1835-1848. O segundo grupo, que nos interessa, tendo em vista nosso recorte temporal, foi marcado, segundo o autor, pelo seu caráter descentralizado, acompanhando o processo descentralizador promovido pelo Ato Adicional, deslocando para o interior, onde remexeu profundamente as camadas sociais revelando perigos mais graves à ordem pública. O Regresso conservador e sua obra centralizadora com a interpretação do Ato Adicional devolveram ao governo central os poderes que este havia perdido no período em que os liberais se mantiveram à frente do Governo. Uma série de medidas foi executada no sentido de transferir para o poder central as decisões na esfera das províncias, retirando, por exemplo, das assembleias locais a jurisdição sobre os funcionários do governo central.

<sup>228</sup> O conceito de “classe senhorial” foi cunhado por Ilmar Rohloff de Mattos na obra *O tempo Saquarema*, em que o autor identificou um grupo de políticos conservadores que deu direção moral e intelectual, e na organização de um projeto político de Estado.

na política Imperial. Processo que para José Murilo de Carvalho foi o resultado da geração mútua entre o Estado a elite, fortalecendo a monarquia, a unidade, a centralização do Império e a baixa representatividade como produto do próprio Estado, o que foi capaz de fortalecê-lo e promover a ordem, processo que autor denominou de “acumulação primitiva de poder”, cuja historicidade, segundo ele,

tem origem no Regresso conservador de 1837, quando as incertezas e turbulências da Regência começaram a dar lugar a um esboço de sistema de dominação mais sólido, centrando na aliança entre, de um lado, o rei e alta magistratura, e, de outro o grande comércio e a grande propriedade, sobretudo a cafeicultura fluminense.<sup>229</sup>

Porém, para Ilmar de Mattos, a natureza desse processo consiste na “tênue linha que limitava a liberdade”<sup>230</sup>, limites onde a relação entre o “Governo da casa” (liberdade) e o “Governo do Estado” (ordem) se colocam como dialética não dicotômica. Se por outro lado a liberdade conflitava com momentos de ebulição e revoltas, por outro quem alcançasse o “Governo do Estado” deveria combinar liberdade e ordem, pois, segundo o autor,

A distância entre o discurso e a ação dos propugnadores da Liberdade ampliou-se progressivamente, como uma decorrência direta dos interesses que não só como procuravam como deveriam preservar.<sup>231</sup>

Na medida em que os Liberais não conseguiram alinhar seu discurso com a realidade de um Império abalado por revoltas e rebeliões, os Conservadores, além de absorver parte do discurso liberal e combinaram liberdade e ordem, ampliaram a visibilidade da Coroa e a ação do Executivo. Segundo Ilmar de Mattos,

---

<sup>229</sup> Carvalho, José Murilo de. 2013. Op. Cit. Pg.21. Pg 249.

<sup>230</sup> Mattos, Ilmar Rohloff de. 1987. Op. Cit. Pg. 137.

<sup>231</sup> Idem, ibidem. Pg. 138.

O contexto do Regresso (Conservador) não se distinguiria apenas pelo avanço do princípio da autoridade, o qual implicava a recuperação do prestígio da Coroa e o aumento das prerrogativas do Executivo.<sup>232</sup>

Entretanto, à medida que as articulações entre as lideranças políticas avançavam, fosse pela força do Regresso ou pelos propugnadores da liberdade, grupos dirigentes se conformavam em torno dos mesmos interesses, isto é, frações de classe da classe dominantes passaram a disputar e almejar a manutenção das conquistas alcançadas no pós-emancipação política do Império brasileiro. Proprietários de terra e de escravos ligados à produção de café movimentavam-se na direção da elaboração de um projeto de Estado que congregasse os interesses dos setores dominantes da economia imperial, como a manutenção da grande propriedade e dos meios de produção.<sup>233</sup>

Agora podemos retomar a fala do Ministro Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos na sessão de 1º de junho de 1837. O então Deputado Bernardo Pereira Vasconcellos impeliu o ministro a responder se a administração atual adotava todo o sistema e toda a política da anterior. Caso adotasse, Vasconcellos votaria contrário à proposta.

A Proposta de Fixação de Forças para o ano financeiro de 1838-1839 previa um contingente de 2.500 praças e, em condições extraordinárias, 4 mil. Para o Corpo de Artilharia da Marinha previa 800 e, em condições extraordinárias, 1.200 praças. O Artigo 1º foi submetido à Comissão de Marinha e Guerra, que sugeriu uma emenda que diminuiria o número para 800, em condições ordinárias.

Disse o ministro, em resposta ao deputado, que o “Gabinete deseja unir-se a esta Câmara para sustentar a Constituição, a integridade do Império e o trono augusto do Sr. D. Pedro II”.<sup>234</sup> Essa foi sua tentativa de convencer, logo no início dos debates, a Assembleia sobre suas convicções políticas e as de seus companheiros do gabinete de 16 de maio de 1837, o último gabinete da Regência de Feijó. Nessa mesma linha seguiu Rodrigues Torres, dizendo que

---

<sup>232</sup> Idem. Pg. 139.

<sup>233</sup> Ver em Salles, 2013. Op. Cit. Pg. 46-59.

<sup>234</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 4º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 1º de junho de 1837.

Também consagra grande respeito e consideração ao Sr. Ministro, e a de desejar sinceramente poder prestar o seu voto a favor da Fixação de Forças de mar, e todas as propostas que forem feitas pela atual administração, mas quer saber qual é a sua marcha na direção dos negócios públicos, pois que o Sr. Ministro não ignora que não é só a convicção da utilidade de uma medida que deve decidir a Câmara a votar por ela, e que quando a administração não marcha no sentido que um Sr. Deputado entende melhor para o bem do Estado, esse Deputado tem o direito a recusar essas medidas.<sup>235</sup>

A fala de Rodrigues Torres é bem representativa e coloca as cartas do jogo político na mesa e à frente do ministro. Se, por um lado, os dois grandes representantes do que será mais à frente o Regresso condicionaram seus votos à marcha e à direção dos negócios públicos que pretendia tomar o gabinete, por outro expõem as alianças políticas em construção e sua força diante ao sistema representativo. Antônio Pereira Barreto Pedroso foi outro nome que levantou a voz da desconfiança sobre o gabinete, na mesma perspectiva em que se articulam Vasconcellos e Rodrigues Torres. Em uma passagem da discussão, o deputado condiciona seu voto às intenções do gabinete, colocando que o ministro

Tem o dever de responder a todas as perguntas. Se ele se recusa, se o Ministro não quer que se conheçam as suas intenções, não temos nenhuma obrigação de dar-lhe o que pede só pelo conceito que fizemos de cada um dos indivíduos do Ministério, não devemos entregar-lhe em confiança os interesses nacionais. Temos de votar por dinheiro e saúde, temos de entregar o dinheiro e o sangue da nação nas mãos dos Srs. Ministros, é preciso, pois, que

---

<sup>235</sup> Idem.

eles façam conhecer que este tributo deve ser aplicado em vantagens da Nação.<sup>236</sup>

Se Bernardo Vasconcellos e Rodrigues Torres colocaram as cartas na mesa, Pereira Barreto definiu a direção do jogo. Os benefícios do conjunto da Nação, pelo qual todos devem sangrar, associam-se ao discurso da manutenção da Constituição, independência e integridade do Império e da defesa do trono do Imperador, desenhando a visão de mundo que todos deveriam compartilhar.

Não restou outra saída ao ministro a não ser se articular com as armas que tinha nas mãos: a experiência militar de um oficial general da Armada Imperial, do qual se esperava conhecimentos suficientes para argumentar acerca das necessidades pelas quais estava passando a Marinha do Império.

Havia, sobremaneira, uma declarada desconfiança da Câmara que atravessou toda a discussão e votação da proposta. E que recaía sobre as convicções políticas dos membros do recém-formado gabinete, ao ponto de as tensões chegarem a níveis elevados nos ânimos dos congressistas. Em qualquer matéria colocada em pauta, a direção tomada pelos discursos era única: a lealdade ao sistema representativo. Nesse sentido, o ataque ao ministro era orquestrado pelo Deputado Bernardo Pereira Vasconcellos e por Joaquim José Rodrigues Torres, este menos audaz que Vasconcellos, porém eloquente em suas colocações e questionamentos. Com o intuito de que fossem fornecidas informações sobre o posicionamento político do gabinete, os nobres deputados buscavam identificar algum contraste entre o Governo e o Congresso. O foco eram as medidas implementadas durante a Regência de Diogo Feijó, os decretos que permitiam a nomeação de juízes substitutos,<sup>237</sup> anulando a independência do Poder Judiciário, e o Decreto de 18 de março de 1837, que cerceou duramente a imprensa.<sup>238</sup> Vasconcellos expressou sua visão sobre o decreto, afirmando que era

---

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Decreto de 18 de fevereiro de 1837, derogando o Decreto de 3/10/1833 e 23/04/1835, na parte que diz respeito somente ao Município da Corte, e ordenando que, nos impedimentos dos juízes de Direito Civil dela, sirvam interinamente bacharéis nomeados pelo Governo.

<sup>238</sup> Decreto de 18 de março de 1837, dando instrução sobre o processo e sentenças nos crimes por abuso de liberdade de imprensa. Em seu Art. 2º, o Decreto definia como crime de abuso de liberdade, o de “exprimir os pensamentos forem distribuídos a mais de quinze pessoas”. Coleção de Leis do Império. [file:///C:/Users/Wagner/Downloads/collecao\\_leis\\_1837\\_parte2%20\(9\).pdf](file:///C:/Users/Wagner/Downloads/collecao_leis_1837_parte2%20(9).pdf). Acessado em 04/05/2016.

ofensivo, destruidor da principal das garantias do cidadão brasileiro, uma garantia que a Constituição assegurou nomeadamente a todos os brasileiros; esta garantia é a liberdade de exprimir os pensamentos.<sup>239</sup>

Entretanto a Câmara e, sobretudo, Vasconcellos e Rodrigues Torres não estavam convencidos de que o gabinete caminhava junto com o Congresso. O Deputado Vasconcellos não media palavras para colocar o ministro em situação delicada. Depois de uma resposta conduzida por generalizações, afirmando novamente que o Ministério presava pela manutenção das instituições que alicerçavam o Governo, Vasconcellos chama a atenção dizendo que “não tinha dúvida alguma, e parece que nenhum membro desta casa podia esperar que o Sr. Ministro respondesse que seu intento era subverter as instituições atuais”<sup>240</sup>, e salientando:

É preciso que o Ministro da Marinha se sujeite às condições do Governo representativo; elas são incômodas, na verdade, mas nos tempos em que vivemos não se governa sem que sejam muito cordialmente abraçadas, por isso, peço de novo ao Sr. Ministro declare se a administração atual pretende seguir o trilho, a carreira da administração passada.<sup>241</sup>

É necessário recuperar aqui a administração anterior, que tanto sublinha Vasconcellos. Como já mencionamos, o gabinete a que o deputado se refere foi formado em 1º de novembro de 1836. Além do Ministro da Marinha, o Brigadeiro Salvador José Maciel, responsável pela elaboração da proposta de Fixação de Forças Navais em discussão, participavam os deputados Antônio Paulino Limpo de Abreu e Manoel do Nascimento Castro e Silva, que posteriormente se tornaram progressistas. Embora boa parte da historiografia<sup>242</sup> considere o período de muita indefinição em relação às posições políticas, o debate e as discussões que se seguiram na

---

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Basile, Marcelo. Et Alii, 2011. Op Cit.; Carvalho, José Murilo de. 2013. Op. Cit; Dolhnikoff, Miriam, 2005. Op. Cit. Maria de Fátima Silva, 2008. Op. Cit; Mattos, Ilmar Rohloff de. 1987. Op. Cit; Gouvêa.

Câmara demonstram que, pelo menos naquele momento, houve claro enfrentamento entre duas correntes políticas.

Tristão demonstrava pouca habilidade política para defesa da proposta. Na Assembleia, chegou a dizer, no auge das discussões:

Pela primeira vez que tenho a fortuna de entrar aqui na câmara e logo os principais oradores, se levantaram para fazer interpelações!!! É muito exigir de um homem que vem aqui pela primeira vez!!! Não sei como me saí...não sei em frente do Sr. Vasconcellos que faz tremer a qualquer um.<sup>243</sup>

Além disso, afirmava não estar inteirado dos assuntos do Ministério que acabava de assumir. Ora diz não conhecer o conteúdo do relatório sobre o ano anterior que seu antecessor produziu e enviou à Assembleia; ora diz que havia lido, embora não houvesse estudado. Porém demonstrou que tinha conhecimentos profissionais necessários para ir adiante na defesa da proposta de seu antecessor. Em um de seus argumentos, garantia que estava atendendo à Constituição e que ela não impunha aos ministros que “façam credos políticos, mas que respondam por seus atos”<sup>244</sup>. Sua crítica à emenda oferecida pela Comissão de Marinha e Guerra, que fixaria um número de 2 mil homens ao serviço ativo da Armada, passava pela crítica a seu antecessor. Segundo Tristão, o Ministro Salvador José Maciel, ao propor uma força de 2.500 praças, solicitou uma força insuficiente para garantir que todos os navios da Armada fossem guarnecidos.

Depois de listar mais de 49 embarcações armadas, o ministro argumentou que seria necessária uma força de 2.553 praças. Tristão chama atenção, ainda, para o fato de que no Pará era necessário permanecer com 21 embarcações com um efetivo de 1.143 praças e no Rio Grande do Sul com 22, e efetivo de 483 praças, além de 120 praças embarcadas em lanchas e das 90 praças embarcadas no Brigue-Barca *Sete de Setembro*, que enviou também ao Rio Grande do Sul. Em uma conta rápida diante da Assembleia, o ministro contabilizou 1.846 praças no emprego contra os principais polos de contestação local à política imperial. Sobre

---

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> Idem.

esse argumento, reitera que 2.500 praças não atendiam às “atuais condições” que se apresentavam à Marinha Imperial, e propõe uma Força de 3 mil.

Rodrigues Torres, com muita habilidade, tenta convencer o ministro de que ele, na verdade, concordava com a emenda da Comissão, uma vez que, ao pedir 3 mil praças, não havia observado que, quando seu antecessor solicitou uma força de 4 mil para condições extraordinárias, a Comissão sugeriu, por emenda, 3 mil praças, número que o próprio ministro entendia como necessário para condições extraordinárias, como disse Rodrigues Torres. O deputado fazia referência à Proposta de Fixação de Forças para o ano financeiro de 1837-1838, votada em 1836. E como o Ministro Tristão não apresentou argumentos necessários que justificassem seu pedido de 3 mil praças em circunstâncias extraordinárias, o deputado diz que o ministro

Não deixará de concordar também que 3.800 praças são mais que suficientes em circunstâncias ordinárias. Basta considerar que grande número de embarcações existe no Pará e no Rio Grande do Sul, que se hão de reduzir à quinta parte talvez, logo que se consiga a completa pacificação dessas províncias.<sup>245</sup>

O Deputado Rodrigues Torres relembra que o Artigo 3º da proposta é o que trata das forças extraordinárias, e que nele estão previstas 4 mil praças. Contudo o ministro, apontando para um mapa em que está descrita a força atual, com os números das praças em serviço ativo, afirma que estão em pleno serviço na Armada 2.871 praças, em condições ordinárias, um número bem próximo ao que ele propõe à Assembleia. Tristão ainda chama atenção que, a partir de seus dados, os argumentos apresentados pelos deputados se reverterem contra eles. Complementa sua fala dizendo:

Quanto as respostas que querem que eu dê sobre atos dos outros Ministros, ...espero que venham à casa os outros membros da administração. Um oficial de Marinha

---

<sup>245</sup> Idem.

pouco pode responder além daqueles objetos, que são próprios da sua profissão.<sup>246</sup>

O ministro, embora não tenha conseguido as 3 mil praças para condições ordinárias, conseguiu ampliar para 4 mil o número de praças que o Governo poderia recrutar em situação extraordinária. E ainda, para o Corpo de Artilharia da Marinha, autorizou 600 praças em situação ordinária, e extraordinariamente 1.200 praças<sup>247</sup>. Dessa vez o Governo não conseguiu fazer passar sua proposta, porém não amargou derrota, pois se os números do ministro estão corretos – já mencionamos aqui a grande dificuldade que era mensurar marinheiros naquela época –, ele conseguiu que a Marinha Imperial pudesse elevar o número de praças a 4 mil em situação extraordinária – na lei anterior, o número fixado era de 3 mil<sup>248</sup>.

As propostas de Fixação de Forças Navais que foram submetidas a discussão e votação na Câmara para os anos financeiros de 1839-1840 e 1840-1841 não transformaram a Assembleia em palco de grandes confrontos políticos no que dizia respeito à fixação do número de homens para o recrutamento, como vimos até então. Os primeiros gabinetes da Regência de Araújo Lima – os de 19 de setembro de 1837, 16 de abril de 1839, 1º de novembro de 1839 e 18 de maio de 1840 – contaram com personagens como Joaquim José Rodrigues Torres, Sebastião do Rego Barros, Bernardo de Vasconcellos, Miguel Calmon e Paulino José Soares de Souza, alguns presentes nas discussões e na votação da Proposta de Fixação de Forças Navais na Câmara. Todos eram ligados à elite da terra, à nata letrada de José Murilo de Carvalho, mas sobretudo, pertencentes à classe senhorial de Ilmar de Mattos, lançaram-se à frente na condução e direção de um projeto que estava em curso em um tempo cuja natureza bem caracterizou o autor de *O Tempo Saquarema*, e que ao lado da Coroa, esta como,

um partido, lidando com as fissuras e divergências no interior da classe, com os afastamentos daqueles que se constituem em aliados, com os movimentos daqueles

---

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> Lei nº 83, de 10 de outubro de 1837. Disponível no portal da Senado Federal, <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=77997&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB> Acessado em 25/04/2015.

<sup>248</sup> Lei nº 16, de 27 de agosto de 1835. Disponível no portal da Senado Federal, <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79406&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>, acessado em 25/04/2015.

contingentes que se lhe opõem, dando-lhes o tratamento de divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, e, ao assim perceber, propicia a unificação e homogeneização dos representantes políticos da classe senhorial, habilitando-os para o exercício de uma direção e de uma dominação.<sup>249</sup>

Será sob o signo desse processo que se consolidará o Regresso – promovido pela dominação de uma fração classe, da classe dominante – e que se levará a cabo o projeto de Estado cunhado a partir de uma concepção moderna e cujo desenvolvimento passará pela modernização da Marinha Imperial, promovendo a organização de seus quadros militares e de suas agências administrativas e operativas. Nesta perspectiva, sua expansão pelo litoral do Império tornou-se fundamental para a manutenção da ordem, da unidade territorial e da manutenção da Coroa, cuja vertente norteadora do processo, a ação educacional e civilizadora, traduziu-se em espaços de educação e instrução militar na Marinha Imperial. Para colocar em curso esse projeto modernizador, foi necessário rever e abandonar algumas das antigas práticas, ainda do período remoto do antigo regime, como, por exemplo, o mecanismo de recrutamento.

Para verificarmos como essas questões foram tratadas no âmbito da Marinha Imperial, nos debruçaremos, a partir de agora, nos Relatórios Ministeriais da Marinha Imperial. Tentaremos perceber em que medida os assuntos acerca do recrutamento foram tratados pelos ministros e como essas informações chegavam e eram compartilhadas na Assembleia Legislativa. Para isso analisaremos os debates nas sessões na Câmara. Veremos também como a historiografia especializada cuidou do tema e em que medida podemos estabelecer uma discussão com suas interpretações. Por fim, observaremos as alternativas apresentadas pelos ministros em relação ao mecanismo de recrutamento, entendendo que a criação da Companhia Fixas de Marinheiros, como parte do processo, pode nos oferecer algumas respostas.

---

<sup>249</sup> Mattos, Ilmar Rohloff de. 1987. Op. Cit. Pg. 93.

### 3.2 Jogando os laços, refazendo o nó: alternativas aos mecanismos de recrutamento para a Armada Imperial

Preencher os claros das forças militares do Império era tarefa difícil. Para a Armada Imperial a tarefa se mostrava mais complexa e difícil ainda, pois as particularidades dos serviços que eram desenvolvidos no interior de um o navio exigiam conhecimentos específicos. Era necessário recrutar quem já tinha alguma experiência na vida do mar ou interesse em nela ingressar e a ela se dedicar. Por conta disso, geralmente o recrutamento para a Armada recaía sobre as gentes do mar, a população dos portos e, por vezes, sobre os habilidosos índios que se moviam pelos rios com suas canoas. Essas práticas eram muitas vezes criticadas por atingir uma das principais atividades econômicas, a navegação de cabotagem. Embora houvesse em grande disponibilidade, os negros africanos escravizados não eram alvos dos laços das juntas de recrutamento, pois eram propriedade privada de alto valor comercial e produtivo para seus senhores, donos das grandes lavouras ou comerciantes de grossa ventura dos grandes centros urbanos do Império. Por determinação legal, eles não poderiam subir a bordo dos navios de guerra, o que não significa dizer que não embarcavam. Esses elementos indicam a importância de considerarmos a natureza da sociedade na qual se insere a prática do recrutamento, uma sociedade cuja produção econômica baseava-se na relação de produção escravista, característica de uma civilização específica, a civilização imperial, como chamou atenção Ricardo Salles<sup>250</sup>.

Segundo as Instruções de 10 de julho de 1822, que entraram em vigor logo após a emancipação política, estavam sujeitos ao recrutamento no Império do Brasil “todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade de 18 a 35 anos, que não tiverem a seu favor as exceções, de que logo se tratará”<sup>251</sup>. Logo em seguida, o documento lista uma série de isenções que excluía dos laços do recrutamento, em uma análise sucinta, os indivíduos que estivessem envolvidos em alguma atividade econômica, estudantes, homens casados e arrimos de família. As isenções grifavam muito mais aqueles que não estariam sujeitos ao recrutamento.

Desde as lutas pela independência, houve participação de estrangeiros nas fileiras da Armada Imperial, tanto no quadro de oficiais quanto no universo das praças. Os oficiais, em

---

<sup>250</sup> Ver em Salle, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteio/Dumará. 2013.

<sup>251</sup> Decisões do Governo, nº 67. Em 10 de julho de 1822. Instruções. Marca o modo por que se deve fazer o Recrutamento. Coleção de Leis do Império. Disponível por meio do portal da Câmara Federal, <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>, acessado em 25/04/2015.

sua maioria ingleses<sup>252</sup>, foram contratados para liderar nas lutas contra os núcleos de defesa dos interesses portugueses, tendo em vista o escasso número de defensores da causa do Imperador, do Brasil independente, entre os oficiais da Armada. Boa parte desses estrangeiros foi dispensada<sup>253</sup>. As praças eram, em boa parte, degredados portugueses ou originários de nações em conflitos, muitos egressos do continente europeu, que buscavam alguma chance em terras estrangeiras. Houve um grande debate acerca do recrutamento de estrangeiros para completar os quadros de oficiais e praças. Segundo José Miguel Arias Neto,

No primeiro momento, a necessidade de contratação de estrangeiros criou distorções na Marinha em formação, em especial no que dizia respeito às promoções cujo critério era a antiguidade, visto que o corpo - que concentrava o comando naval - passou a ser formado parcialmente por portugueses adesistas e por oficiais contratados no exterior.<sup>254</sup>

Sobre a contratação das praças estrangeiras, apesar de alternativa para o recrutamento, havia certa preocupação com o comprometimento às causas nacionais. As discussões ganharam a Câmara, onde, durante a Regência, havia quem defendesse a entrada de estrangeiros para completar os claros da Esquadra, sobretudo durante as revoltas regenciais, dada a escassez do recrutamento. Na sessão de 1º de junho de 1837, o então Deputado Francisco do Rego Barros dirigiu a palavra ao então ministro da Marinha, Tristão Pio dos Santos, questionando acerca do engajamento de marinheiros provenientes da Europa, e que tais marinheiros só haviam chegado ao Pará depois de um ano, *quando os maiores perigos já haviam passado*.<sup>255</sup>

---

<sup>252</sup> Um dos mais lembrados é Thomas Cochrane, o Lorde Cochrane, oficial da Armada inglesa que lutou pela independência no Brasil e no Chile.

<sup>253</sup> Ver Lei de 25 de novembro de 1830, Coleção de Leis do Brasil. Coleção de Leis do Império. Disponível no portal do Senado Federal. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

<sup>254</sup> Arias Neto, J.M. Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001. Pg. 32.

<sup>255</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 4º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 1º de junho de 1837.

Outra presença nas fileiras de praças da Armada Imperial era a de indígenas. Assim como havia o argumento em favor do recrutamento das gentes do mar, do porto, acostumadas aos serviços nas embarcações do comércio de cabotagem, os indígenas despertaram o interesse das autoridades do recrutamento. Ágil em suas canoas, em regiões como o Norte e o Centro-Oeste do Império, o recruta indígena parecia uma opção ao escasso recrutamento. Assim como havia aqueles que compunham o grupo que defendia a expansão das atividades comerciais e que, conseqüentemente, não queria a migração de seus marinheiros para os navios de guerra, existiam aqueles que saíram em defesa dos indígenas e se posicionaram contra seu recrutamento, como os representantes daquelas regiões, em salvaguarda às suas atividades econômicas. O então Deputado Souza Franco, representante parlamentar da província do Pará, se dirige ao então ministro da Marinha, Rodrigues Torres, na sessão do dia 4 de julho de 1840, dizendo que apoiaria sua proposta de Fixação de Forças, porém somente se o ministro concordasse em não recrutar os índios no Pará, cuja participação na força produtiva da região era fundamental<sup>256</sup>.

A Constituição de 1824 ampliou o universo dos recrutáveis, levando Hendrik Kraay a sugerir que

O recrutamento em larga escala empreendido em 1822 e 1823 inevitavelmente provocou mudanças na composição social da fileira, da qual pretos e pardos eram oficialmente excluídos no final da época colonial.<sup>257</sup>

A Carta delegou a responsabilidade pelo recrutamento aos juizes de paz, eleitos por sua localidade, fonte de poder regional exercido por grandes produtores e donos de terras e escravos, que eram responsáveis também pelos contratos de trabalho. Essa situação, combinada com as Instruções de 1822, que ofereceram proteção aos indivíduos economicamente ativos, fez o recrutamento recair sobre os vadios e marginalizados. A formação social da civilização imperial era de brancos, mestiços e negros, e estes últimos se

---

<sup>256</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 4º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 1º de junho de 1837.

<sup>257</sup> Kraay, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, nº43, 2002. Pg.112.

concentravam predominantemente nas camadas sociais economicamente mais frágeis da sociedade. Para estes, os laços do recrutamento eram mais frequentes, pois, muitas das vezes, não podia contar com nenhuma das condições que os isentariam de ser recrutados. O que restava aos mecanismos de recrutamento, segundo Peter Beattie, eram os

Trabalhadores não especializados, desempregados ou subempregados, uma vez recrutado, o ônus de provar a isenção cabia ao recruta. Eles tinham que contar com seus patronos ou parentes que tivessem dinheiro para registrar uma petição oficial com o governador provincial atestando a isenção.<sup>258</sup>

A aversão social ao recrutamento tornou endêmica a falta de homens ao serviço militar durante todo o século XIX, não sendo diferente para a Armada Imperial. Por outro lado, o recrutamento provocou e exerceu, em certa medida, na civilização imperial, mecanismos e estratégias que, segundo Fábio Faria Mendes, fizeram com que o recrutamento militar se inserisse em

Um modelo clientelar de relações entre centro e periferia, sobreposto às redes hierárquicas formais, sustentado por um sistema de trocas cujas principais moedas serão fidelidades, serviços e mercês.<sup>259</sup>

Segundo Hendrik Kraay, houve uma expansão de uma rede de relações patrono-cliente, em que

O recrutamento era competência das autoridades civis [...] as Forças Armadas contavam com aparatos policial, judicial e de administração civil para efetuar o recrutamento, um sistema

---

<sup>258</sup> Beattie, Peter. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Pg. 59.

<sup>259</sup> Mendes, Fábio Faria. “A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo. V.13, nº 38, out./1998. Pg.85.

no qual contribuíram o Estado, a classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, e do qual cada participante tirou benefícios significativos.<sup>260</sup>

Uma edição do *Diário de Pernambuco* traz uma carta de leitor que assina como “Hum habitante do Limoeiro”, denunciando alguns fatos que faziam a desgraça e o desespero dos oprimidos habitantes daquela comarca. A carta denuncia os desmandos do prefeito da Comarca de Limoeiro, o Sr. João Maurício Cavalcante da Rocha Wanderley, da província de Pernambuco, que dirigiu a seus prefeitos a seguinte ordem, que deveria ser passada aos subprefeitos, como sugere a própria determinação. Diz ela que

Vigiados os malcasados, que mantêm prostitutas públicas, com gravo escândalo da boa moral, e ofensa da decência das famílias, além do mal exemplo; fará com que tais relaxados mudem o seu sistema torpe de vida; e do contrário os fará prender, e remeter ao Prefeito para os destinar a preencher o recrutamento, e Marinha.<sup>261</sup>

Embora fosse atribuição do juiz de paz, a mobilização dos mecanismos para o recrutamento em momentos como os das revoltas e sedições nas províncias se intensificava, o que aumentava a ação autorizada de agentes remunerados para executar o recrutamento<sup>262</sup>. Não sabemos ao certo se era o caso do Sr. João Cavalcante e de seus subprefeitos. O que se retém desse relato são os tipos de recrutados que a denúncia apresenta. “Malcasados” parecia a denominação daqueles que, embora casados, não estavam empregados ou mantinham suas famílias por meio de atividades que não eram bem vistas em nome da boa moral.

Portanto, para além do entendimento de que o recrutamento atendia aos claros das Forças Armadas, este encontrou na civilização imperial terreno fértil no exercício da manutenção das hierarquias. Na medida em que as isenções foram inseridas em um sistema de

---

<sup>260</sup> Kraay, Hendrik. “Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial”. In: *Diálogos*, v. 55, Julho, DHI/UEM, 1998. Pg. 119.

<sup>261</sup> *Diário de Pernambuco*, ano de 1839, nº 177. Sessão Correspondência. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ver em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 02/05/2015.

<sup>262</sup> Beatte. Peter. Idem. Pg. 59.

trocas, embora fossem estabelecidas, como apontou Fabio Farias Mendes, numa relação entre centro e periferia – como no caso do deputado pela província do Pará, cuja rede patrono-clientelar que sugere Hendrik Kraay proporcionou aos envolvidos benefícios significativos –, Victor Izecksohn, em outra perspectiva, relaciona as isenções com uma fraqueza do Estado Imperial brasileiro. Segundo o autor,

Durante boa parte do século XIX o recrutamento militar foi dificultado por forças locais e por um complexo sistema de isenções legais que impedia o alistamento de vários setores, o que se verifica a fraqueza estrutural da burocracia e ao caráter localista do recrutamento.<sup>263</sup>

A prática do recrutamento não pode ser deslocada da dinâmica da civilização imperial, uma vez que as relações sociais já estabelecidas passaram a enxergar nos mecanismos de recrutamento uma fonte para ampliação e exercício de poder. Em outra perspectiva, Peter Beattie tem uma proposição curiosa e que revela um outro lado dos mecanismos de recrutamento. O autor assegura que

Os exércitos da época moderna realizavam funções aparentemente contraditórias: ao mesmo tempo em que impunham a lei da Coroa, agrupavam, supervisionavam e empregavam homens considerados criminosos, ameaçadores ou no mínimo, improdutivos. Assim, alguns contraventores tornavam-se agentes de aplicação da lei.<sup>264</sup>

Em alguma medida, foi necessário ao Estado buscar soluções que não somente viabilizassem o funcionamento do mecanismo de recrutamento, mas que fizessem com que ele atendesse às necessidades das fileiras militares. Na década de 1830, na Armada Imperial, já

---

<sup>263</sup> Izecksohn, Vitor. “A Guerra do Paraguai”. In: Grimberg, Keila; Salles, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial* (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, p. 398.

<sup>264</sup> Baettie, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra e Nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Pg. 43.

havia uma certa preocupação sobre que tipo de marinheiro o mecanismo de recrutamento levava para os vasos de guerra. O então Ministro Joaquim José Rodrigues Torres chamou atenção:

Desleixo e insubordinação tem-se também desgraçadamente insinuando na nossa Marinha Militar; a causa disso ninguém ignora, assim como também não se ignora quando cumpre que esse espírito indicioso seja completamente extirpado de bordo de nossos navios, se quisermos evitar para sempre os opróbios que em uma época desgraçada sofreu o pavilhão brasileiro.<sup>265</sup>

O ministro, embora não mencione a causa que ninguém ignorava e que estaria provocando o desleixo e a insubordinação das praças, deixa fortes indicações e referências às práticas e aos mecanismos de recrutamento exercidos pela Marinha Imperial como causa do espírito sedicioso da tripulação. Reconhece ele que, embora não estivesse claro em suas palavras, não bastava, para extirpar aquele espírito indicioso, a aplicação dos códigos penais, medida que até então era vista como solução para a disciplina. Seu antecessor, o Ministro José Manoel D'Almeida, já chamava atenção para a necessidade de reformular o código de 20 de junho de 1796<sup>266</sup> e dar nova organização ao Corpo de Artilharia da Marinha, medidas, acreditava ele, que solucionariam a insubordinação nos navios da Armada.<sup>267</sup> Ao mencionar a desgraça que sofreu o pavilhão nacional, Torres está se referindo ao envolvimento do Corpo de Artilharia da Marinha nos acontecimentos e desdobramentos que culminaram no 7 de Abril de 1831. O Corpo de Artilharia da Marinha se envolveu nas manifestações e nos conflitos que agitaram as ruas da Corte até a abdicação de Pedro I, envolvimento que resultou na prisão, no julgamento e na expulsão de boa parte de seu contingente, reduzindo de forma considerável o número de praças daquele Corpo. A partir de então o Governo o manteve reduzido. As palavras do Ministro Rodrigues Torres definem exatamente o que levou o Governo a tomar tal atitude. Segundo o deputado,

---

<sup>265</sup>Relatório do Ministério da Marinha. 1831. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

<sup>266</sup> O ministro se refere ao Regimento Provisional, para o serviço e a disciplina das esquadras e navios da Armada Real, que, junto aos Artigos de Guerra, com as devidas adaptações para o serviço militar marítimo, formavam o Código Penal para julgamento de indisciplina nos vasos de guerra.

<sup>267</sup>Relatório do Ministério da Marinha. 1830. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

O governo não tem julgado conveniente levá-las ao número fixado da Lei de 31 de agosto, porque o espírito de rebeldia e sedição, manifestado entre os soldados daquele corpo, é um foco de infecção, que pagaria o contágio a todos os que lhes reunisse. Quando não, pois, não julgue conveniente desfazê-lo, e dar-lhe uma nova organização, tenciona o governo, antes de proceder a novo recrutamento, expurgá-lo de todo esses indivíduos, cujo espírito inquieto, e de insubordinação tem concorrido para romper os laços da disciplina militar, e fazer da maior parte dos nossos soldados o flagelo da sociedade em vez de defensores, que dela deviam ser.<sup>268</sup>

Embora a organização do Corpo de Artilharia da Marinha fosse regulada por legislação específica e à parte das que regiam as demais praças da Armada, esse quadro relatado pelo ministro, até certo ponto, nos serve como referência para o Corpo de Marinheiros. Elevá-los significava lançar mão dos mecanismos de recrutamento para completá-lo, e como o voluntariado para o serviço militar não supria a demanda por homens, era necessário recorrer ao recrutamento forçado, que levava aos quadros das praças os mais diversos tipos de homens, como já foi mencionado aqui. E, por outro lado, já existia no interior do Corpo, segundo o ministro, um espírito de rebeldia e sedição, e apesar do expurgo ter sido imediatamente após aos acontecimentos, o processo que retomou a confiança no Corpo foi gradual e lento.

As autoridades navais consideravam suas tripulações, por sua heterogeneidade, uma verdadeira colcha de retalhos, sem qualquer organização, ao ponto de Rodrigues Torres argumentar que *infelizmente não podemos ainda destruir, é talvez a causa de não pouco males que tenhamos sofrido.*<sup>269</sup> Na tentativa de manter a ordem e a disciplina, o então ministro sugere que

---

<sup>268</sup> Idem. Disponível em <http://www.crl.edu/>

<sup>269</sup> Idem. Disponível em <http://www.crl.edu/>

É mister manter ali a mais rigorosa disciplina, é mister que desde o mais graduado oficial até o mais simples grumete se conserve sempre a tensa cadeia da subordinação; sem isso as somas imensas, que com tantos sacrifícios paga a nação para manter uma Marinha Militar, só lhe servirão de comprar vergonhas, e ignomínia.<sup>270</sup>

Manter uma *tensa cadeia de subordinação* significava aplicar um duro, rigoroso e violento exercício de obediência. Nas letras do ministro, era necessário que se

Estabeleça uma legislação penal capaz de manter no Corpo da Armada a mais exata disciplina. O Regimento Provisional, que ora nos serve, por vago e incompleto, muito tem concorrido para a impunidade, e por consequência atear a insubordinação que tão funestos tem entre nós.<sup>271</sup>

Para José Miguel Arias Neto, os castigos cumpriam uma liturgia da qual participavam os marinheiros e os oficiais; eram uma demonstração de força e violência aplicada contra o corpo do marujo, que servia de exemplo no controle da tripulação. Segundo o autor,

Se de modo geral, os castigos corporais estavam vinculados à manutenção da ordem, a chibata era o instrumento específico para disciplinar os marinheiros e coagi-los ao trabalho. Na economia de castigos prevista pelo Regimento Provisional e pelos Artigos de Guerra, a chibata ocupava um lugar bastante especial, resultando daí seu emprego quotidiano. Mandados aplicar sempre diante

---

<sup>270</sup> Idem. Disponível em <http://www.crl.edu/>

<sup>271</sup> Idem. Disponível em <http://www.crl.edu/>

das guarnições nos navios ou nos portos, o castigo com chibata – assim como a pranchada de espada – possuía um caráter exemplar, regulador e ritmado: não se tratava de uma vingança do rei indiscriminadamente exercida, mas sim da manutenção do funcionamento do navio, que significava – devido às características da vida marítima – a condição de sobrevivência de todos.<sup>272</sup>

Em uma outra perspectiva, distanciando de José Miguel Arias Neto, Paulo Castro apresenta outro entendimento sobre os castigos corporais. Sua análise sobre os castigos aplicados na tripulação de um vaso de guerra nos anos de 1873-1879 demonstrou

como a “vigilância hierárquica” e a “sansão normalizadora” se estruturaram em consonância com a complexificação das atividades nos navios híbridos, atuando no estabelecimento das relações entre comandantes, oficiais, grupos intermediários e setores subalternos.<sup>273</sup>

O autor aponta que, embora a legislação em certa medida homogeneizasse as punições e castigos, o universo de sua aplicação definia seu caráter litúrgico, o que não correspondia a um caráter de suplício. O tipo de navio, a tripulação, os oficiais, isto é, a heterogeneidade do conjunto formado pela tripulação, influenciava as relações entre oficiais e marinheiros, e entre os próprios marinheiros, tendo em vista que eles eram os próprios agentes que aplicavam os castigos.

À medida que se pensava em uma solução para conter a insubordinação por meio dos mecanismos legais disponíveis e da aplicação de rigorosas penas contra os marujos,<sup>274</sup> o que

---

<sup>272</sup> Arias Neto, J.M. 2001. Pg. 66.

<sup>273</sup> Castro, Pierre Paulo da Cunha. *Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta Trajano: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873-1879*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio. Rio de Janeiro. 2013. Pg. 269-270.

<sup>274</sup> O Regimento Provisional e os Artigos de Guerra por três vezes foram reeditados, em 1825, 1835 e 1868. As três reedições foram publicadas na Corte e não sofreram nenhuma alteração. O Regimento Provisional pode ser

previa castigos corporais como pena exemplar à tripulação, começava-se a pensar em uma alternativa que viabilizasse uma tripulação que correspondesse a uma Esquadra moldada à perspectiva de uma civilização que se pretendia moderna, porém não foi de hora para outra que isso ocorreu. O início do processo pode ser identificado durante os anos de 1830, tendo o ano de 1836 como marco do início do processo que culminará com a organização do corpo de marinheiros da Armada Imperial. Período em que, efetivamente, se percebe uma mudança nos discursos acerca do modelo de recrutamento. As críticas aos mecanismos até então se baseavam na reformulação dos códigos penais, mas, sem abandoná-las, começam a surgir e se circunscreverem às alternativas ao recrutamento para acabar com o espírito de *rebeldia e sedição*.

No segundo ano de seu mandato, em seu segundo relatório, em 1832, Rodrigues Torres participa à Assembleia Legislativa a necessidade de elevar o número do contingente de soldados do Corpo de Artilharia da Marinha e o de marinheiros. Atribui, ainda, aos mecanismos de recrutamento a falta de disciplina e a insubordinação. Rodrigues Torres acredita que

As equipagens (tripulação) de nossos navios de guerra, parece que nada mais de defeituoso do que o método atualmente seguido em sua composição, dois são os meios entre nós promiscuamente praticados, para haver os marinheiros, que nos são precisos: o engajamento e o recrutamento, mas estes só é permitido quando o primeiro se torna ineficaz, como sempre acontece. Estes dois métodos, de princípios e índole inteiramente diferentes, por não dizer opostos, hão de necessariamente lançar em nossas embarcações um germe de desarmonia fatal para o serviço público.<sup>275</sup>

Nesta passagem, o Ministro Rodrigues Torres, diferentemente de seu relatório anterior, atribui aos mecanismos defeituosos e promíscuos de obtenção de praças não só a indisciplina e

---

acessado *online* na Biblioteca Nacional de Portugal, por meio do site <http://purl.pt/6479/1/index.html#/4/html>, acessado em 05/05/2016.

<sup>275</sup> Relatório do Ministério da Marinha. 1830. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

a insubordinação nos vasos de guerra; para ele, os mecanismos de recrutamento promovem a desarmonia do serviço público. Isso vem corroborar a colocação de Peter Beattie, quando afirmou que alguns contraventores se tornavam agentes de aplicação da lei, isto é, agentes do Estado. O engajamento a prêmio<sup>276</sup> e o recrutamento se apresentavam como os principais problemas na formação dos quadros de praças da Armada Imperial, porém ao segundo foi dada considerável atenção a partir de então. Associadas a esse quadro, as deserções também contribuíam para a preocupação em manter os quadros de praças completos. Segundo Torres, elas eram mais frequentes entre os recrutados à força. Punidas severamente pelos códigos disciplinares, na década de 1840 foram contempladas com legislações que previam perdão em alguns casos.<sup>277</sup>

### **3.3 As Companhias Fixas de Marinheiros: organização e instrução militar contra o “espírito sedicioso”**

Contudo, foi só em 1836, sob a administração do Ministro Salvador José Maciel, que uma medida foi ensaiada, porém de forma bastante incipiente. Tal medida visava dispor os marinheiros em Companhias, organizando assim os marinheiros da Armada. Inicialmente, em caráter de experimentação, seriam criadas quatro Companhias, com cem marinheiros cada. A proposta de Fixação de Forças Navais para o ano de 1837-1838, apresentada na Câmara durante a 3ª Legislatura, em 1836, versava, em seu Artigo 9º, que “o Governo fica autorizado desde já a formar sucessivamente quatro Companhias Fixas de Marinheiros, de 100 praças cada uma”.<sup>278</sup>

O Governo estava sob o segundo gabinete da Regência de Feijó, com a presença de homens como o Deputado Limpo de Abreu e o Deputado Castro e Silva, futuras lideranças que mais tarde representarão a ala política do Regresso. Era um gabinete conturbado, com uma grande movimentação nos ministérios, o que revela certa dificuldade de Feijó em constituí-lo. Participando das discussões na Câmara estavam o ex-ministro Deputado Rodrigues Torres; o Deputado Bernardo Vasconcellos, antigo aliado de Feijó – os dois da ala moderada; o

---

<sup>276</sup> Depois de cumprir o tempo de serviço militar, os marinheiros poderiam optar pelo engajamento a prêmio: além do soldo, eles recebiam um valor a mais no seu salário para permanecer na Armada por um período maior.

<sup>277</sup> Decretos nº 190 de 01/07/1842; nº 483 de 15/11/1846 e nº 534 de 07/09/1847. Coleção de Leis do Império. Disponível no portal do Senado Federal, <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html> Acessado em 02/05/2015.

<sup>278</sup> Proposta de Fixação de Forças Navais para o ano financeiro de 1837-1838, apresentada à Assembleia Legislativa no ano de 1836. Disponível em <http://www.crl.edu/>. Acessado em 02/05/2015.

pernambucano caramuru Holanda Cavalcanti e o Deputado Antônio Peregrino, que fará parte do primeiro gabinete de Araújo Lima. Todos irão se encontrar na administração do Governo sob a regência de Araújo Lima.

Como as discussões acerca da proposta estavam concentradas nos artigos 1º e 2º, que determinavam o número de praças que o Governo estaria autorizado a recrutar em caso de sua aprovação, o Artigo 9º não enfrentou muita dificuldade para ser aprovado, pois o número de praças que cada Companhia estava previsto no total de praças da força que seria fixada. Porém há uma das falas do ministro em defesa das Companhias Fixas que queremos analisar. Salvador Maciel esclarece que

Com essas Companhias procura-se aperfeiçoar o ensino que já se começou a fazer, e está se fazendo a bordo da Fragata *Príncipe Imperial*. São essas Companhias Fixas organizadas da nossa mocidade indigente, que, vagando pelas ruas das cidades e que vem a acabar desgraçada, ou fazer a desgraça dos outros; convida por essa ocasião a alguns senhores deputados a visitar esse estabelecimento, onde verão moços de pouca idade aprendendo, além de exercícios de marinheiro e artilheiro, outras doutrinas que os podem tornar homens inteligentes no serviço da nação e úteis a si; demais esta providência vai cortar o mal que já principia a sentir-se da falta de oficiais-marinheiros.<sup>279</sup>

A Câmara não ofereceu resistências; pelo contrário, foi a favor da criação das Companhias Fixas, embora a maioria dos deputados não tenha se pronunciado sobre a fala do Ministro Salvador Maciel. Rodrigues Torres, ao aprovar a matéria, além de achar vantajosa a iniciativa, sugeriu ao ministro que “o mais breve possível, apresente o regulamento destas Companhias”. Complementou chamando atenção para que, “vindo outro ministro e não havendo este documento, ele desfaça aquilo que você está fazendo, e que fique isso de uma maneira permanente”.<sup>280</sup>

---

<sup>279</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 4º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 3 de junho de 1836.

<sup>280</sup> Anais da Câmara dos Deputados. Idem.

Foi o que se fez. As Companhias Fixas de Marinheiros foram regulamentadas por meio do Decreto de 1º de julho de 1837, “que mandou observar, com força de regulamento, o plano da nova organização, serviço, disciplina e instrução que devem ter as quatro Companhias Fixas de Marinheiros”. Com as Companhias Fixas, combinaram-se organização e instrução militar com os antigos códigos disciplinares, na esperança de acabar com o “espírito sedicioso” a bordo dos vasos de guerra. Como os demais marinheiros, os que passariam a pertencer às Companhias Fixas seriam submetidos aos códigos disciplinares. Isso implica dizer que, além dos mais velhos, também se incluía aí a “mocidade indigente, que, vagando pelas ruas das cidades e que vem a acabar desgraçada, ou fazer a desgraça dos outros”.

Embora houvesse divergências entre a composição do gabinete e o Legislativo, havia na fala do ministro algo que, em certa medida, os aproximavam. Além de alternativa aos mecanismos defeituosos e promíscuos de obtenção de praças que levavam a bordo dos vasos de guerra da Armada Imperial o espírito de rebeldia e sedição, a proposta de Salvador Maciel despertou Rodrigues Torres por recrutar a mocidade, que passaria por um processo educacional que, apesar de ainda bastante incipiente, poderia oferecer frutos.

Criado o Corpo de Companhias Fixas de Marinheiros, cuja finalidade era formar uma escola de marinheiros nacionais próprios para todo o serviço da Esquadra brasileira, o próximo passo era compor o quadro de instrutores. Além de mestres para instruções militares e serviço de bordo, na Companhia deveria haver um mestre de primeiras letras. Duas questões chamam atenção no corpo da legislação. A primeira é a expressão “marinheiros nacionais”, levando a crer que havia interesses em abandonar o recrutamento de estrangeiros, que por muito tempo foi uma alternativa para arregimentar homens ao serviço da Armada. Outra é a figura do mestre em primeiras letras, o que nos leva a acreditar que, embora houvesse a preocupação, que era maior, sobre as alternativas de recrutamento como medidas para acabar com o elemento sedicioso nos navios, era o início da introdução da instrução primária no universo das praças.

As Companhias Fixas voltaram a aparecer na proposta de Fixação de Forças do ministro logo no ano seguinte de sua criação, levadas à discussão na Câmara em 1837. Na sessão do dia 12 de junho, o então Ministro Tristão Pio dos Santos defendia a proposta de Fixação de Forças Navais elaborada por seu antecessor, o ex-Ministro Salvador José Maciel, que havia deixado o Ministério depois da dissolução do gabinete de Limpo de Abreu, em maio de 1837. A proposta pretendia aumentar o número de Companhias Fixas de Marinheiros. Segundo Tristão Pio dos Santos, o governo, quando criou as Companhias, tinha a intenção de

oferecer instruções próprias de marinheiros, de artilharia e manejo das armas. Quando entrou para o Ministério,

Ordenou que essas Companhias tivessem o nome que lhes dera a Lei, que tivesse tão-somente escola de primeiras letras, e mais instruções de marinheiros e como acessório, de artilharia.<sup>281</sup>

O então Deputado Rodrigues Torres logo pronunciou que não se poderia votar pelo artigo. A crítica do deputado ao ministro foi no sentido de que as diretrizes apresentadas pelo atual ministro não eram as mesmas apresentadas pelo ex-Ministro Salvador Maciel. Considerando a oposição entre a Câmara e o Governo, representado pelo atual gabinete, e a longa discussão que se seguiu durante as sessões para votar a proposta de Fixação e Forças, eram muito mais as desconfianças na direção política do novo gabinete do que as propostas do projeto. Se a criação das Companhias Fixas de Marinheiros era uma alternativa para combater o mal que o mecanismo de recrutamento causava, na visão de Rodrigues Torres era necessário que as instruções oferecidas pelas Companhias atendessem a todos os Corpos das Praças, inclusive o da Artilharia de Marinha, tendo em vista que esse também se nutria das levas provenientes do recrutamento forçado para cobrir seus claros. Segundo o deputado, se as Companhias Fixas eram como foi apresentada pelo seu idealizador, o ex-Ministro Salvador Maciel, ele era a favor de aumentar seu número; caso contrário, era a favor de que permanecessem como estavam, em número de quatro. O argumento do ministro se baseia na despesa que o Governo deixará de ter com o engajamento a prêmio de marinheiros, inclusive de estrangeiros.<sup>282</sup> Embora Rodrigues Torres tenha se colocado contra o aumento das Companhias Fixas, sua atenção à educação como forma vantajosa para o desenvolvimento dos serviços da Armada pode ser verificada desde 1832.

Acreditamos que seu posicionamento em relação à proposta do Ministro Tristão tenha mais relação com a desconfiança dispensada pelo Legislativo em relação ao gabinete liberal de Diogo Feijó do que a proposta em si. Como vimos no capítulo anterior, Tristão foi um militar

---

<sup>281</sup> Anais da Câmara dos Deputados. 4º ano da 3ª Legislatura, sessão do dia 3 de junho de 1837.

<sup>282</sup> Como exemplo, Tristão Pio do Santos destacou a tripulação do Brigue *Três de Maio*, que era quase toda formada de marinheiros oriundos das Companhias Fixas de Marinheiros.

cuja iniciação e carreira política se deram ao lado dos liberais, ainda no processo de Independência, ao se aliar a líderes políticos como os irmãos Andrada<sup>283</sup>. Sua recepção na Assembleia pelo grupo de políticos que formariam mais tarde o Regresso conservador sugere que, além de ratificar a posição política de Tristão, confirmava a ação que pretendia derrubar o gabinete. Portanto, Rodrigues Torres, embora tenha ameaçado não votar pela proposta para aumentar o número de Companhias, não era contrário a elas, pois já havia votado pela sua criação e era um defensor da educação como instrumento fundamental para alcançar a civilização.

O líder saquarema acreditava que a educação era uma forma vantajosa para o desenvolvimento dos serviços da Armada. Direcionada aos mais jovens, a Marinha poderia expulsar o “espírito sedicioso” dos vasos de guerra. Ainda em 1831, por meio de seu relatório encaminhado à Assembleia, Rodrigues Torres chama atenção para os benefícios de uma iniciativa, embora muito singular, de educação promovida aos aprendizes de artes do Arsenal da Corte.<sup>284</sup> O Ministro relata que

Existe um pequeno estabelecimento no Arsenal de Marinha, do qual, se continuasse, poderia para o futuro resultar grandes vantagens; um moço filho de um empregado daquele Arsenal abriu ali por consentimento da respectiva autoridade uma escola para jovens artistas nele ocupados, onde lhes ensina a ler, escrever, aritmética, princípios de geometria e desenho e que tal sorte desempenha, que alguns meninos ali vi, sabem perfeitamente as principais teorias da ciência dos números. Com o tempo, assiduidade, e bons desejos de que é dotado seu zeloso professor, não duvido que os artistas do arsenal fariam um dia serviços assinalados à nossa Marinha. O corpo Legislativo, que conhece a influência poderosa, que

---

<sup>283</sup> Os irmãos José Bonifácio Andrada, Martin Francisco Andrada e Antônio Andrada, que se encontravam exilados na França por ordem de D. Pedro I, após o monarca dissolver a Constituinte de 1823.

<sup>284</sup> A arte a que se refere o ministro é a carpintaria para construção naval. Ainda se conservavam as figuras do mestre e do aprendiz, em que o segundo exercia as funções de instrutor quando se destacava no processo de aprendizagem.

exerce as ciências sobre o progresso das artes, não deixará de proteger este ensaio espontâneo de um jovem brasileiro que deseja ser útil ao seu país.<sup>285</sup>

Nesta passagem, destaca-se a importância que Rodrigues Torres atribui à educação e à ciência para o desenvolvimento e para o progresso. A educação irá compor, no bojo do projeto de Estado, o caminho para a ação civilizatória, em que repousará um modelo modernizante para a civilização imperial.<sup>286</sup> As Companhias Fixas de Marinheiros, embora fossem um espaço para instrução militar com relações diretas nas tarefas desenvolvidas no navio, irão compor a estrutura burocrática e institucional necessária para o desenvolvimento e a reformulação de espaços de educação, instrução e formação do Corpo de Marinheiros.

Entretanto, analisando o Livro de Socorros da Companhia de Marinheiros Agregados Fixos do Rio de Janeiro<sup>287</sup> – ao que tudo indica, trata-se do primeiro Livro de Socorros da Companhia Fixa do Rio de Janeiro, pois na descrição em sua contracapa consta a data de 26 de junho de 1837 –, obtemos informações interessantes que podem nos levar para uma outra realidade. O Decreto de 22 de outubro de 1836 definia que cada uma das quatro Companhias Fixas teria duas seções, e cada uma delas abrigaria 13 aprendizes-marinheiros. Nos lançamentos do Livro encontramos apenas quatro registros com a identificação “aprendiz” nos demais lançamentos; embora as idades dos indivíduos variem entre 15 e 22 anos, os registros os identificam como marinheiros, furriéis e grumetes. Já o Decreto de 1º de julho de 1837 deu nova organização e estabeleceu o primeiro regulamento para as Companhias Fixas. Isso ocorreu um mês depois que o primeiro livro da Companhia do Rio de Janeiro já havia começado a ser escriturado. O Artigo 3º do Decreto dizia que a Companhia deveria ser embarcada em um navio desarmado, que lhe serviria de quartel e depósito para a marinheiragem recrutada. Portanto, nos registros do livro não estão somente os aprendizes, mas todos os provenientes do recrutamento. No Livro estão registrados 86 militares, sendo que a maioria era de menores entre 11 e 15 anos de idade, oriundos de diversas províncias, como Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Pernambuco,

---

<sup>285</sup> Relatório do Ministro da Marinha 1831. Disponível em <http://www.crl.edu/>. Acessado em 02/05/2015.

<sup>286</sup> Para a liderança saquarema, a educação e a instrução pública cumpriam um papel fundamental para o Império alcançar a civilização; instruindo todas as classes e difundindo as luzes rompendo com as trevas, o passado colonial seria deixado para trás. Mattos, Ilmar Rohloff de. 1987. Op. Cit. Pg. 259.

<sup>287</sup> Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Arquivo Nacional - Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, código XVII M 5314.

Maranhão, Alagoas, Santa Catarina, Minas Gerais e Ceará, e de outras regiões, como Montevideú, Cabo da Boa Esperança e Lisboa.<sup>288</sup>

No Livro encontramos os aprendizes Francisco Pereira, um mulato de 16 anos de idade, natural do Ceará, de olhos e cabelos pretos; Graciliano Manoel do Nascimento, um caboclo de 15 anos de idade, cabelos e olhos pretos, cujo registro indica que é natural de Laguna – acreditamos ser Graciliano proveniente da região de Laguna, Santa Catarina, que abrigava um dos principais portos da região, com grande atividade de navegação; Geraldo Manoel Ferreira, um cabra de 16 anos de idade, cabelos pretos e olhos pardos, proveniente do Rio de Janeiro; e José Arcanjo – na sua folha de registro não foram identificadas suas características físicas e não há indícios do porquê não foram lançadas. Esses eram os moços de que falou Salvador Maciel, “de pouca idade que aprendem, além de exercícios de marinheiro e artilheiro, outras doutrinas que os podem tornar homens inteligentes no serviço da nação e úteis a si”, os filhos indesejáveis da nação que estava em construção, ou aqueles que nas oficinas dos arsenais encontrariam, com o tempo e assiduidade, a saída para se tornarem o que Rodrigues Torres chamou de jovem brasileiro que deseja ser “útil ao seu país”.

Além das características físicas, há outras informações comuns entre eles: todos são provenientes do mesmo navio, a *Corveta 7 de abril*, e todos foram encaminhados à Companhia após baixa de hospital. Outro fato curioso é que todos eles passaram pelo Hospital de Marinha no período entre abril e outubro de 1837. Francisco foi enviado para a Companhia após sua alta do hospital, em 31 de agosto de 1837; Graciliano e Geraldo foram enviados à Companhia após alta do hospital, em 1º de setembro de 1837; José Arcanjo baixou hospital em 5 de agosto de 1837, chegou na Companhia no dia 10 de setembro e, depois que obteve alta, iria ser hospitalizado novamente nos dias 19 de setembro e 29 de do mesmo mês. Nessa última, só obteve alta depois de 19 dias de internação. Cabe mencionar aqui que, além de permanecer hospitalizado para tratamento, o aprendiz era descontado de seu soldo os dias em que esteve afastado.

Ainda o Decreto de 1º de julho, em seu Artigo 4º, determinava que todo serviço de bordo deveria ser observado como em um navio armado, e que este deveria estar em conformidade com o Regimento Provisional e os Artigos de Guerra. Portanto, aqueles que

---

<sup>288</sup> As análises detalhadas das informações do livro estão em ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2011.

ingressavam nas Companhias Fixas de Marinheiros estavam submetidos ao mesmo regime aplicado aos demais marinheiros da Armada Imperial. No Livro de Socorros não encontramos nenhum registro de castigos corporais aplicados nos aprendizes ou menores que tripulavam a Companhia, porém as várias baixas hospitalares nos colocam dúvidas se a prática era utilizada naqueles aprendizes, embora não fosse nada salubre um navio da Armada Imperial, pois há registros de várias doenças e epidemias que acometiam tripulações inteiras.

Embora a ideia de Salvador Maciel tenha introduzido um novo pensamento acerca das praças da Armada Imperial, a Marinha ainda estava distante em oferecer um espaço para formação de praças, muito mais distante ainda em solucionar o problema do recrutamento. Portanto, as Companhias Fixas foram apenas uma tentativa de organizar as praças da Marinha de Guerra buscando alcançar a ordem pela disciplina. Oferecer uma formação em termos modernos de profissionalização militar ainda iria levar algum tempo.

O projeto liberal de reformulação administrativa não foi capaz de oferecer à administração naval força suficiente para transformá-la em uma força militar com capacidade de atuação no território nacional. A centralização administrativa concentrada em agências fora do escopo administrativo da Marinha, em certa medida, inviabilizou sua expansão pelo território do Império. Somente depois da reforma conservadora, com a criação de uma rede administrativa composta por agências e funcionários públicos, foi possível estruturar e ampliar sua presença pelo território do Império. Essa insuficiência ficou comprovada quando de sua ação no processo de independência, nas fronteiras do extremo sul e no arrefecimento de levantes e revoltas provinciais. Na mobilização da Marinha pelo litoral, a Marinha de Guerra era completamente dependente de sua estrutura centralizada na Corte, embora a existência de seus arsenais nas principais províncias marítimas.

Os arsenais eram unidades que concentravam atividades industriais e administrativas. Por exemplo, o inspetor do Arsenal e o intendente, além de darem conta dos serviços administrativos e do gerenciamento de todo o conjunto industrial, ainda agiam no recrutamento, recebendo recrutas e os enviando ao Quartel-General da Marinha, notadamente gerava uma deficiência administrativa que afetava diretamente a capacidade de recrutamento. Depois da reforma promovida a partir do final dos anos de 1830 e da reestruturação ao longo dos anos de 1840 até 1850, como vimos no capítulo anterior, a criação de agências e cargos públicos na estrutura administrativa da Marinha possibilitou uma reestruturação do mecanismo de recrutamento na Armada. Esta estrutura, em conjunto com as agências de repressão local nas

províncias, será amplamente utilizada para o recrutamento de menores para as Companhias de Aprendizes Marinheiros, como veremos no próximo capítulo.

## Capítulo IV

### **A Companhia de Aprendizes-Marinheiros: recrutamento, instrução, educação e formação de praças para a Marinha Imperial**

#### **Introdução**

A força de mar estava empenhada na manutenção da ordem e integridade do Império, garantindo os interesses políticos e econômicos da classe dirigente. Nessa perspectiva, a reforma conservadora não só pretendeu reformular, expandir e centralizar a Administração Naval, pautada no discurso para garantir e fortalecer a Coroa, mas também buscou expandir o poder militar naval pelo litoral do território do Império, ampliando assim seu aparato burocrático, administrativo e coercitivo. Uma de suas iniciativas foi a adoção de uma política de reforma na estrutura de formação militar, o que levou alguns trabalhos a interpretarem a reforma conservadora como um impulso para a profissionalização militar da Marinha de Guerra.<sup>289</sup>

Rodrigues Torres, em seu relatório à Assembleia em 1838, faz um chamado ao Congresso para que em conjunto promovam o interesse comum em reformular e organizar as forças militares e, em particular, transformar a proposta de Maciel em um projeto de formação de praças para a Marinha Imperial. Segundo ele, era necessário

Fazer nos dar a mão ao um desígnio, a que com o andar do tempo pode responder o sucesso, e por isso é minha opinião, que , em lugar de criarmos já Companhias de Marinheiros as formemos de Aprendizes Marinheiros, onde são admitidos moços de 10 a 18 anos, os quais recebendo desde tenra idade a educação, e instrução

---

<sup>289</sup> Para um debate em torno deste tema, propomos a leitura do trabalho de José Miguel Arias Neto, *Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*, Op. Cit. Embora tratem do universo da formação dos oficiais de Marinha, recomendamos também a leitura dos trabalhos de Luana de Amorim Donim, *Academia de Marinha: Normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)*. Op. Cit. e de Carlos André Lopes da Silva, *A Real Companhia e Academia dos Guardas Marinhas: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Op. Cit.

apropriada, poderão formar, chegando a idade viril, Companhias e Corpos permanentes de marinheiros conseguindo destarte não já só formar homens próprios para o serviço da nossa Marinha Militar, de que tanta mingua temos, se não também dar-lhes a organização mais conveniente ao fim, a que se ela destina. É, pois, por consideração ao que levo exposto, e porque mesmo entendo, que tal foi o espírito da instituição das Companhias Fixas.<sup>290</sup>

Com essas palavras, o líder saquarema, além de se apropriar da ideia de Maciel, dirigiu o projeto de formação de praças para a Marinha Imperial e deu a este o seu tom; o ministro define, inclusive, a faixa etária na qual recairá o recrutamento para a instituição. Ao fazer referência às Companhias Fixas, não esconde que se tratam da base de seu projeto de formação de praças e propõe que o Congresso “*dê a mão ao desígnio*”, que o tempo responderá com o sucesso. Rodrigues Torres já trazia em sua carreira política e intelectual experiência em relação à educação pública, adquirida em 1834, quando, à frente da presidência no Rio de Janeiro, idealizou e criou a primeira Escola de Formação de Professores no Império, que funcionaria como laboratório para as demais províncias.<sup>291</sup> Naquela ocasião, Torres havia se apropriado das ideias de François Guizot, político francês, ministro da Instrução Pública da França no início de 1832 e idealizador e criador de uma escola de formação de professores durante a restauração francesa.<sup>292</sup> A educação primária era parte de projeto mais amplo da classe senhorial dirigente; por meio dela se alcançariam os níveis de civilização desejados e se afastariam os vícios do crime e da ociosidade.

A atuação de Rodrigues Torres junto ao Congresso e em suas passagens pelo governo, sobretudo na articulação do projeto de reforma administrativa da Marinha como ministro, pode ser entendida a partir do grupo social que representava. Como pertencia à classe senhorial, sua

---

<sup>290</sup> Relatório do Ministério da Marinha. 1838. pg. 29. Ver em, <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acessado em 25/03/2016.

<sup>291</sup> Conceição, Livia Beatriz da. Op. Cit 2008. Ver Part I, Capítulo 1, item 1.2, em que a autora se apropria da ideia de laboratório e a desenvolve para analisar a criação da Escola de Formação de Professores na Província do Rio de Janeiro.

<sup>292</sup> Idem. Ver principalmente a Parte II.

atuação política atendia aos interesses dos proprietários de terras e escravos, e estes, ao mesmo tempo em que pensavam construir uma nação moderna e civilizada, nessa perspectiva, não abriam mão das conquistas alcançadas no pós-independência. O projeto de Estado que estava sendo gestado buscava garantir a manutenção das hierarquias sociais. Embora existissem divergências entre as duas principais correntes políticas, era esse um dos objetivos que as uniam. Esse ponto de convergência, para alguns, induz uma interpretação de que a estratégia adotada pelos liberais para retornar ao poder após o Golpe da Maioridade consistiu numa posição que estava além das questões partidárias.<sup>293</sup> Porém as conformações e alianças demonstravam, antes de uma homogeneidade, uma disputa de forças políticas inclusive no interior do próprio partido conservador, e foi nesse cenário que uma fração de classe, da classe dominante, a direção saquarema, impôs seu projeto de nação, em cuja participação o intelectual Joaquim José Rodrigues Torres foi fundamental, formulando o projeto de reforma administrativa da Marinha e, com ela, a criação do projeto de formação de praças.<sup>294</sup>

Entretanto, vimos que ao projeto se alinharam alguns representantes com histórico de participação na ala liberal, como Holanda Cavalcanti, Senna Pereira e o próprio Salvador Maciel. Tal conjunção foi importante para a defesa do projeto das Companhias de Aprendizes, tanto no Congresso quanto no Governo, e fundamental para sua realização. Desse modo, podemos considerar que o projeto das Companhias de Aprendizes nasceu em um momento em que se conformavam ideias liberais e conservadoras em nome de interesses comuns da classe dirigente, sobretudo no que diz respeito à centralização política e à descentralização administrativa, na medida em que se pretendia o fortalecimento de um centro capaz de articular a unidade do Império.<sup>295</sup>

Embora as Companhias de Aprendizes, em um primeiro momento, tenham se inserido no velho mecanismo de recrutamento para a Armada Imperial, ao longo da metade do século XIX elas ganharam certa autonomia em relação ao Corpo de Imperiais Marinheiros, quando foi originalmente criada como uma Companhia anexa. À medida que a instituição se estabelecia

---

<sup>293</sup> Ver em Adriana Barreto de Souza, Op. Cit. 2008. Pg. 347.

<sup>294</sup> GRAMSCI, Antônio. Op. Cit. 1986. Pg. 3.

<sup>295</sup> Ver em DOLHNIKOFF, Miriam. Op.Cit., capítulo 2, pg. 125-154. Para a autora, a reforma promovida pelos conservadores não almejava uma revisão total das reformas liberais ao ponto de comprometer o pacto federativo de 1832. Tal intenção indica, segundo Miriam Dolhnikoff, que havia interesses comuns que moviam as duas alas políticas, baseados na manutenção da coroa como ponto central e articulador do Império. Por exemplo, ao centralizar o aparelho judiciário, a ação conservadora, embora tenha limitado a autonomia provincial, não a neutralizou. Por outro lado, a autonomia dos governos das províncias, garantida pelo Ato Adicional, atendia às demandas das elites locais; conseguia-se, assim, sua participação na preservação do Estado.

pelo território do Império, com outras unidades, a administração naval se preocupou em formular uma legislação própria para elas. Isso fez com que a dinâmica de recrutamento para preenchimento de suas fileiras passasse a cumprir um expediente com regras específicas para o recrutamento da infância. Apesar de a Marinha recorrer ao recrutamento de menores desde suas origens portuguesas, com as Companhias de Aprendizes a prática ganhou um regulamento específico e, com ele, um aparato coercitivo para promovê-lo nas províncias, cidades e vilas.

A instituição iria compor, com outras instituições de Ensino, mais um espaço para educação e formação profissional. Por outro lado, com o aparato coercitivo que se formou para atender ao recrutamento, contribuiu para a manutenção da ordem. Cumpriam-se, dessa forma, as perspectivas do projeto de Estado em gestação, atendendo às demandas do projeto de reforma do Estado Imperial em curso, de ação civilizatória e da manutenção da ordem, em que a Instrução Pública, como apontou Ilmar de Mattos, teria papel

fundamental, que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das “Nações Civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das Luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a “barbárie” dos sertões e a “desordem” das Ruas.<sup>296</sup>

Ainda para Ilmar, a Instrução Pública era uma das formas de construir a relação para forjar a unidade do Império<sup>297</sup>. Dentro dessa perspectiva, Rodrigues Torres, em seu relatório à Assembleia, esclarece suas intenções para organizar e disciplinar o pessoal da Armada. O ministro tomou como ponto de partida a educação; segundo ele, era necessário que

Procuremos também criar e organizar, e disciplinar convenientemente o pessoal da nossa Armada. A ninguém é de desconhecido, que tenha a mais leve noção do serviço de marinha, quanto concorre para força real de

---

<sup>296</sup> MATTOS, Ilmar Rohlof de. OP.Cit. 1987. Pg. 259.

<sup>297</sup> Idem. Ver a discussão proposta pelo autor no Capítulo 3, Item 3. A formação do Povo. Pg. 252-279.

um navio de guerra a educação, a boa organização e disciplina do seu pessoal.<sup>298</sup>

Se a educação poderia oferecer civilização a “todas classes” para alcançar as “Nações Civilizadas”, na Armada Imperial ela poderia promover a ordem e a manutenção da disciplina a bordo dos vasos de guerra da Marinha e seria fundamental para o funcionamento do navio, acreditava Rodrigues Torres. Chamamos atenção para o momento em que o político fluminense encaminha seu discurso à Câmara, logo após a maioria de D. Pedro e depois do curto período do gabinete liberal de 24 de julho de 1840. Nos três gabinetes seguintes, após a queda dos liberais, a hegemonia conservadora, desenhada desde 1837, contou com a presença de liberais, como Salvador Maciel, no gabinete de 20 de janeiro de 1843, e Holanda Cavalcanti, no gabinete de 2 de fevereiro de 1844. A proposta para criação das Companhias foi encaminhada à Câmara em 1840, na administração de Holanda Cavalcanti, como parte do projeto de lei para fixação de forças para o biênio 1841-1842. Neste projeto, era proposto transformar as Companhias Fixas de Marinheiros em Companhias de Imperiais Marinheiros, com uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros adida a ela. Sem qualquer menção ou posição contrária por parte da Assembleia, a proposta foi aprovada, e com a Lei nº 148 de 27 de agosto de 1840 estava criada a Companhia de Aprendizes-Marinheiros, anexa ao Corpo de Imperiais Marinheiros do Rio de Janeiro.

Ao longo de meados do século XIX, depois de um espaço de tempo de 15 anos, foram criadas 18 Companhias. Compreendemos esse intervalo de tempo na perspectiva de laboratório, como apontou Ilmar de Mattos; da mesma forma que a Escola de Formação de Professores, criada na Corte por Rodrigues Torres, a Companhia de Aprendizes da Corte funcionou como espaço de experimentação. As Companhias de Aprendizes-Marinheiros foram distribuídas pelo território do Império conforme quadro a seguir:

---

<sup>298</sup> Relatório do Ministério da Marinha. 1842. Pg. 13. Ver em, <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acessado em 25/03/2016

Tabela IV Companhias de Aprendizes-Marinheiros

Província	Decreto de criação
Rio de Janeiro	Lei nº 148 de 27 de agosto de 1840
Pará	Decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855
Bahia	Decreto nº 1.543 de 27 de janeiro de 1855
Santa Catarina	Decreto nº 2.003 de 24 de outubro de 1857
Pernambuco	Decreto nº 2.003 de 24 de outubro de 1857
Mato Grosso	Decreto nº 1.987 de 7 de outubro de 1857
Rio Grande do Sul	Decreto nº 2.725 de 12 de janeiro de 1861
Maranhão	Decreto nº 2.725 de 12 de janeiro de 1861
Espírito Santo	Decreto nº 2.890 de 8 de fevereiro de 1862
Paraná	Decreto nº 3.347 de 26 de novembro de 1864
Ceará	Decreto nº 3.347 de 26 de novembro de 1864
Santos	Decreto nº 4.112 de 29 de fevereiro de 1868
Sergipe	Decreto nº 4.142 de 29 de fevereiro de 1868
Paraíba	Decreto nº 4.680 de 17 de janeiro de 1871
Amazonas	Decreto nº 4.680 de 17 de janeiro de 1871
Rio Grande do Norte	Decreto nº 5.181 de 16 de dezembro de 1872
Piauí	Decreto nº 5.309 de 18 junho de 1873
Alagoas	Decreto nº 5.847 de 2 janeiro de 1874

Coleções de Leis do Império, acesso: <http://www2.camara.leg.br/>; CAMINHA, Herick Marques. Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império. Serviço de Documentação da Marinha, 1986.

Para Rodrigues Torres, educação e disciplina eram o binômio que deveria reger as Companhias de Aprendizes, que, embora criadas em 1840, receberam seu primeiro regulamento só em 1855. Enquanto isso, a Companhia de Aprendizes, que era adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros, ficou subordinada ao regulamento daquele Corpo.<sup>299</sup> Nele estavam definidas algumas orientações básicas e, sumariamente, algumas diretrizes que deveriam seguir seus comandantes. O Decreto nº 411 A, de 5 de julho de 1845, estabeleceu um novo Regulamento e manteve a Companhia de Aprendizes adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros. O documento não propôs mudanças significativas para as Companhias, permanecendo basicamente o que estava estabelecido no documento anterior.

Contrariando o que estava previsto no Regulamento de 1845, a Companhia de Aprendizes da Corte não foi instalada na Fortaleza de Villegagnon, junto ao Corpo de Imperiais Marinheiros. Alguns documentos, como avisos e ofícios, comprovam que ela foi instalada na

<sup>299</sup> Decreto nº 304 de 2 de junho de 1843, Coleções de Leis do Império, acesso: <http://www2.camara.leg.br/>

Ilha de Boa Viagem, em Niterói. Optamos pelo relato de Thomas Ewbank, que, além de nos oferecer a localização da Companhia, nos traz uma imagem que é bastante significativa para ilustrar a atmosfera que iremos encontrar nas Companhia de Aprendizes:

Chegamos a uma porteira de pedra. Passar por ela sem asas era impossível: do lado de dentro ficava uma sentinela de mosquetão e baioneta. Era auxiliada por um companheiro de quepe, jaqueta azul, uma caixa de cartuchos ao lado, e uma espada à mão. Nenhum desses guerreiros ia além de quatro pés de altura nem dez anos de idade. Percebo que um deles era índio. O que tudo isso significa não concluí nem tive fôlego para perguntar. Deixaram-nos passar, e passamos os dois suando e palpitando, exaustos, em direção ao santuário. Tomando ora este, ora aquele caminho, paramos finalmente para descansar, quando H me disse que o lugar tinha sido ultimamente pouco visitado por devotos, e que o governo tinha estabelecido ali uma escola para uma centena de meninos serem educados como marinheiros. O comandante era seu velho companheiro de armas. [...] Junto a um mastro de bandeira perto da igreja, ostentava-se um par de sentinelas liliputianas. Outros varriam os caminhos. Numerosos índios estão entre eles, principalmente índios domesticados, dos estabelecimentos jesuíticos. As autoridades recolhem-nos onde possam encontrá-los e mandam-nos para as escolas navais daqui. Dizem que acabam dando bons marinheiros. Afirmou-me ainda que os aborígenes, os selvagens e os mansos, ligam pouco para os filhos, às vezes vendendo-os por um trago de cachaça, e que seus filhos não dão importância maior aos pais. Para ilustrar estes sentimentos, o comandante chamou, por sugestão minha, um rapazinho das proximidades do Amazonas.

Respondendo aos interrogatórios, disse-nos que o seu pai tinha morrido e que ele queria ir ver a sua mãe.<sup>300</sup>

Devemos ter cautela ao tomarmos seu relato como testemunho, uma vez que muitos desses relatos de viajantes estrangeiros contribuíram, durante o processo de formação da identidade nacional, para a construção de uma imagem equivocada do Brasil, baseada, sobretudo, em preconceitos. Porém mais adiante iremos demonstrar que o relato de Ewbank não foge muito da realidade de algumas Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Mas o que gostaríamos de reter, neste momento, das palavras do viajante inglês que era radicado nos Estados Unidos<sup>301</sup> é que, de certo modo, algo lhe pareceu estranho. A perplexidade de sua narrativa sugere que ele jamais havia visto algo parecido: um espaço destinado a formar marinheiros onde o governo abrigava crianças que, aos olhos, não chegavam a 10 anos de idade e não alcançavam 5 pés de altura, aproximadamente 1,50 m. Entre os *guerreiros* que manuseavam armas e guarneciam o local havia muitos índios, que, segundo Ewbank, eram provenientes das aldeias jesuíticas. Esses meninos estavam vivendo em um lugar, onde havia uma igreja destinada a culto e homenagem a Nossa Senhora da Boa Viagem, que já não era mais visitado nem por devotos. Portanto a visita do ilustre viajante pode ter alterado de alguma forma a rotina da Companhia, ao menos a do velho comandante, que o acompanhou durante a visita. Talvez a cena mais inusitada a que assistiu o viajante tenha sido a de um menino índio órfão de pai, não porque ouviu do pequeno aprendiz de marinheiro que gostaria de rever a mãe, mas por este ser tão jovem e estar tão distante de casa.

Daqui por diante, iremos analisar e verificar em que medida o processo de recrutamento de menores, pensado a partir da política militar desenvolvida pelo Estado Imperial em meados do século XIX, recaiu sobre os indivíduos das classes subalternas e como a Companhia de Aprendizes-Marinheiros foi introduzida nos mecanismos de recrutamento com o objetivo de arregimentar e transformar meninos em marinheiros. Como foram pensadas e desenvolvidas as formas e práticas para o recrutamento desses menores, e quem eram esses meninos, suas origens e que tipo de educação e instrução recebiam para que um dia se tornassem

---

<sup>300</sup> EWBank, Thomas. *Vida no Brasil: ou o diário de uma visita à terra do cacau e das palmeiras*. SP: EDUSP, 1990, p. 196-9. *Apud* ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit.

<sup>301</sup> PAULINO, Carla Viviane. Thomas Ewbank: um viajante norte-americano no Rio de Janeiro imperial (1846). *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Vitória. 2008.

marujos? Aqui, içaremos nossas velas, pois estamos prontos para navegar em um mar, embora já antes singrado, ainda por revelar nuances da vida a bordo de meninos que se tronavam marujos.

#### **4.1 O recrutamento para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros: jogue-se a rede, cumpra-se a Lei**

Não havia uma legislação específica para o recrutamento de menores, as Instruções de 10 julho de 1822 ainda eram a base para as orientações que definiam a prática do recrutamento no Império. O texto constitucional de 1824 delegou a responsabilidade pelo recrutamento aos juízes de paz, e embora tenha ampliado o universo das praças tornando negros e pardos recrutáveis, seu Art. 145 reforçava o texto das Instruções de 1822, sobretudo em relação às isenções. Em 1835, no caso do Exército, a Carta de Lei de 6 de outubro acabou, grosso modo, ratificando as Instruções de 1822 para o recrutamento de suas fileiras. Em 1855, o Decreto nº 1.591, de 14 de abril, ainda insistia com as isenções previstas nas Instruções de 1822, reforçando a lógica de recrutar “vagabundos, sem ocupação e desvalidos”. Porém trouxe uma novidade: um prêmio para aqueles que apresentassem voluntários ou recrutados à Armada Imperial, recompensas que, segundo Álvaro Pereira do Nascimento, “alimentavam a sanha de muitos agentes do alistamento e indivíduos que se ofereciam para captura de novos marinheiros”<sup>302</sup>. Segundo o autor, o sistema de alistamento militar partia dos gabinetes mais confortáveis da Corte até chegar ao simples policial e aos tais “indivíduos” das cidades mais distantes do País.<sup>303</sup>

Embora as redes do recrutamento já recaíssem sobre a infância<sup>304</sup>, a Armada Imperial precisou de um grande esforço para preencher as fileiras das Companhias de Aprendizes. Uma das primeiras medidas foi promover mudanças na legislação. Em 1841, logo após a criação das Companhias de Aprendizes, o Aviso de 30 de janeiro, do Ministro Holanda Cavalcanti, instruía como deveria ser praticado o recrutamento para a Marinha. O Aviso circulou na imprensa imperial, publicado em um jornal de grande circulação na Província de Pernambuco em 1845. Além de orientar sobre o recrutamento de menores, incentivava autoridades, agentes do

---

<sup>302</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Op. Cit. 1999. Pg. 70.

<sup>303</sup> Idem. Pg. 71.

<sup>304</sup> Beatte. Peter. *Tributo de Sangue: exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

recrutamento, pais e responsáveis a entregarem menores aos agentes do recrutamento com a promessa de uma gratificação. Dizia o Aviso que

Poderão ser recrutados todos e quaisquer indivíduos menores que viverem em estado de vagabundos, ou que estiverem abandonados por seus pais, ou tutores, [...] ou se vierem se apresentar voluntariamente, e sem serem previamente apreendidos, manifestarem espontaneidade de assentar praça [...] as autoridades locais, de com os pais e curadores, e com os agentes do recrutamento, procederão discricionariamente, a fim de não ficar inutilizado o direito à respectiva gratificação.<sup>305</sup>

Em 1843, o governo baixou o Decreto nº 304, de 2 de junho. Embora tenha estabelecido o Regulamento do recém-criado Corpo de Imperiais Marinheiros, não trouxe alterações para as práticas do recrutamento e para o voluntariado para Marinha. Para o caso das Companhias de Aprendizes, segundo o Regulamento,

Para ser admitido [...] é necessário: 1º, ter de dez até dezessete anos de idade; 2º, constituição robusta e própria para a vida do mar; 3º apresentar-se voluntariamente. Também poderão ser admitidos nestas Companhias os órfãos e desvalidos, que, além de satisfazerem às duas primeiras condições, sejam para isso remetidos ao Comandante Geral do Corpo pelos Tutores ou Curadores, e respectivas autoridades locais.<sup>306</sup>

---

<sup>305</sup> Art. 10 e 11 do Aviso Ministerial de 30 de janeiro de 1841, dando instruções acerca do recrutamento voluntário para os corpos d' Armada, arsenais e Marinha. Publicado no *Diário Novo de Pernambuco*, ano IV, nº 167, publicado no dia 1º de agosto de 1845. Parte Oficial, Pg. 2.

<sup>306</sup> Art. 28 do Decreto nº 304 de 2 de junho de 1843, Coleção de Leis do Império.

O decreto estabeleceu, ainda, que o soldo mensal dos aprendizes seria de 3 mil-réis e, ainda, que “os Aprendizes Marinheiros receberão a mesma instrução que as praças das outras Companhias; aprenderão a ler, escrever e contar, e farão todo o serviço de Marinheiro que for compatível com as suas forças”.<sup>307</sup> Como adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros, a Companhia de Aprendizes estava subordinada ao comandante daquele Corpo. Essa situação perdurou até 1855.

Foi quando o Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855, depois de 15 anos de criação da primeira Companhia de Aprendizes da Corte, criou uma unidade na Província do Pará e estabeleceu o primeiro Regulamento para a instituição, agora não mais adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros, introduzindo algumas mudanças fundamentais com o objetivo de aumentar o número de menores nas Companhias. A partir de então, estas passaram a contar com um comandante, que ficaria subordinado ao inspetor do Arsenal, ou ao capitão do Porto, caso a Província não contasse com um Arsenal. Esses dois funcionários, por suas vezes, ficariam responsáveis por receber os menores voluntários e os remetidos pelas autoridades locais, para depois remetê-los ao comandante das Companhias de Aprendizes.

O Regulamento determinava que, para ser matriculado na Companhia de Aprendizes, era necessário ter entre 10 e 17 anos, mas poderiam ser matriculados também menores de 10 anos, caso tivessem estatura física para iniciar o aprendizado. O decreto possibilitou ainda a divisão das Companhias em duas seções, medida que posteriormente será utilizada para estabelecer uma unidade fora da capital da província, a fim de facilitar a aquisição de menores nas comarcas e vilas mais afastadas da capital das Províncias. Estabelecia, ainda, o pagamento de um prêmio, cujo valor foi estabelecido em 100\$000 (cem mil-réis), “aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer”.<sup>308</sup> Apesar de acompanhar as diretrizes das legislações anteriores sobre o recrutamento, o decreto de 4 de janeiro é a primeira tentativa da Administração Naval em estabelecer uma legislação específica e exclusiva para o recrutamento de menores.

Vimos que, para recrutar a infância, o Império lançou mão da legislação de que dispunha para o recrutamento. Baseando-se nela, tentou formular orientações específicas para o recrutamento de menores; entretanto, para além das disposições legais, a Marinha ainda

---

<sup>307</sup> Art. 20 do Decreto nº 304, de 2 de junho de 1843, Coleção de Leis do Império.

<sup>308</sup> Decreto 1.591, de 14 de abril de 1855. Manda observar as Instruções pelas quais deve ser feito o alistamento de voluntários e recutas para o serviço da Armada. Coleções de Leis do Império. Acesso: <http://www2.camara.leg.br/>

encontrou dificuldades de outra natureza para arregimentar indivíduos para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Segundo Edna Fernandes Antunes, recrutar menores era tarefa difícil; para ela, uma das dificuldades era convencer os pais a encaminharem seus filhos para os cuidados da Marinha.<sup>309</sup> Na tentativa de não só atrair os menores para a instituição, mas também convencer os pais a entregarem seus filhos aos cuidados da Armada Imperial, a Marinha contou com a imprensa. Nas páginas dos jornais das capitais das Províncias, o esforço das autoridades navais podia ser percebido nas publicações de editais e chamadas para o recrutamento, e ainda nos elogios às Companhias de Aprendizes por parte de alguns editores. O jornal pernambucano *O Constitucional*, em sua edição do dia 7 de março de 1857, publicou que a Companhia de Aprendizes era de

Suma utilidade ao país, porquanto é um viveiro a fim de termos para o futuro uma marinhagem bastante moralizada, teórica e prática, porque ali os meninos aprendem a ler e a escrever, a terem uma educação regular, e a conhecerem perfeitamente os misteres da profissão a que os destinam, e se tornarem para o futuro úteis a si e às suas famílias com provento ao país. Em se em todas as demais províncias os comandantes das Companhias forem como cremos que são, iguais ao Sr. 1º Tenente José Francisco Pinto, por certo esses meninos ter em vez de comandante, um pai extremo. Temos por vezes observado o modo por que são os aprendizes tratados, pelo seu comandante e demais oficiais. O cuidado é extremo, quer no gozo de saúde quer quando doentes, nada lhes falta, a comida é abundante, bem feita e do melhor gênero, o vestuário é o que todo o público observa: sempre limpos e bem vestidos. E a alegria que se divulga no rosto desses

---

<sup>309</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870)*. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. São Gonçalo, 2011.

jovens, é o melhor atestado que se pode ter do bom tratamento que eles recebem.<sup>310</sup>

Para o editor, se apropriando do termo bastante utilizado pelos congressistas e autoridades navais na época, as Companhias de Aprendizes seriam um *viveiro*. Tinham elas duas funções fundamentais: formar marinheiros *moralizados* e oferecer uma boa educação, ensinando os menores a ler e escrever e os transformando, assim, em indivíduos úteis; isto é, não seriam mais desvalidos, *desprovidos de valor*. Ao deixarem suas casas e seus familiares, encontrariam na instituição um substituto para seus pais: o comandante da Companhia, que, com todo seu zelo e dos demais oficiais, despenderia aos aprendizes um tratamento com extremo cuidado, tanto no gozo da saúde quanto no tratamento de enfermidades. Pois nada faltaria ao futuro marinheiro, as crianças encontrariam nas Companhias boa alimentação, lugar limpo e higiênico e boas roupas.

Porém a intenção do editor, na verdade, era tecer uma crítica aos decretos que criaram as Companhias de Aprendizes. Para não parecer contrário à útil ideia, elaborou primeiro uma série de elogios, pois, segundo ele, “diferentemente escreveríamos se outro fosse o tratamento dado a esses meninos”. A crítica aparece no final de seu texto: diz ele que o prêmio oferecido àqueles que voluntariamente se apresentam às Companhias deveria ser entregue aos pais, mães e avós, seus verdadeiros herdeiros, e não aos tutores, padrinhos ou outros que, após seduzi-los, levavam os meninos para as autoridades do recrutamento. O editor denuncia ainda que,

Temos sabido que indivíduos sem eira nem beira que procuram haver tutelados para imediatamente mamarem o prêmio; padrinhos que andam à cata dos afilhados de quem nunca fizeram caso, seduzindo-os e levando à Companhia.<sup>311</sup>

A denúncia do editor do *O Constitucional* amplia o horizonte das práticas intensificadas pelo decreto de 14 de abril de 1855. Se, quando a Marinha ofereceu gratificações

---

<sup>310</sup> *O Constitucional*. Ano I. n° 13. Maranhão. 7 de março de 1863.

<sup>311</sup> *Idem*.

para os agentes do recrutamento por cada recrutado ou voluntário apresentado à Armada Imperial, alimentou uma caçada por indivíduos, o decreto de 4 de janeiro de 1855 intensificou a caçada por menores, órfãos, desvalidos e abandonados. E, à medida que a Administração Naval ampliava sua presença nas Províncias do Império durante a segunda metade do século XIX, capitães do Porto, inspetores de arsenais e comandantes das Companhias de Aprendizes constituíram, em conjunto com autoridades locais, chefes de polícia, juizes de órfãos e indivíduos em busca das “recompensas” oferecidas pela Marinha, uma rede de recrutamento que recaiu sobre a infância das classes subalternas.

Em 1878, por meio do aviso de 19 de junho,<sup>312</sup> a Marinha passou a exigir a apresentação de documentos comprobatórios para matrícula nas Companhias de Aprendizes. Esse novo procedimento na obtenção de voluntários pode indicar que, de alguma forma, as autoridades navais perceberam que estavam chegando, pelas mãos de particulares, menores que não tinham nenhuma relação paternal ou tutelar com aqueles indivíduos. Passou-se a exigir certidão de nascimento, batismo ou tutela para comprovação de nome, idade, filiação e naturalidade dos menores. Edna Fernandes Antunes chamou atenção para as dificuldades que estas exigências provocaram no processo de obtenção de menores voluntários para as Companhias de Aprendizes<sup>313</sup>. Por outro lado, tal medida talvez tenha sido tomada pensando-se em redução de gastos, pois a Marinha atravessava um momento de rigorosa fiscalização com objetivos de reduzir custos, intensificando a fiscalização das contas na Administração Naval, como vimos no capítulo 3. Combater falsos tutores que encaminhavam às autoridades navais menores cuja origem poderia ser as ruas, e que poderiam ser recolhidos pela polícia, poderia significar redução de custos para a Administração Naval com o recrutamento e preenchimento das fileiras das Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

Na província da Bahia<sup>314</sup>, em suas cidades e vilas, o recrutamento de menores para a Companhia de Aprendizes movimentou uma rede de indivíduos: ocupantes de cargos públicos, familiares e até particulares se empenharam na tarefa. O pagamento de prêmios intensificou essa rede e aguçou a ânsia de indivíduos que, ao se apropriarem na legislação, conseguiam, em

---

<sup>312</sup> Coleções de Leis do Império. Aviso de 19 de junho de 1878. Acesso: <http://www2.camara.leg.br/>

<sup>313</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit. Pg. 99.

<sup>314</sup> Na província baiana, precisamente na capital, Salvador, a economia, em grande medida, concentrava-se na atividade comercial que escoava pelo mar, devido à sua localização privilegiada, que favorecia a navegação marítima de longo e curto curso. Encontrava-se na Bahia o segundo maior centro administrativo da Marinha Imperial; na província estava instalado o segundo maior Arsenal da Marinha, unidade que concentrava o centro administrativo e industrial mais importante depois da unidade da Corte.

certa medida, tornar o recrutamento de menores um bom negócio. Os agentes públicos, empenhados na execução desse rentável negócio, aproveitaram a situação de pressionados pelas autoridades do governo e não mediram esforços para atendê-las.

A escuna *São Leopoldo* estava destinada a apoiar a Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Bahia para exercício e abrigar uma parte dos aprendizes<sup>315</sup>. A embarcação, em suas viagens, recebia menores para serem matriculados nas Companhias. A cidade de Cachoeira recebeu a visita da escuna e, na ocasião, o juiz de Órfãos, Francisco Gonçalves Matos, fez embarcar os menores órfãos de pais<sup>316</sup>, cujo destino era o intendente da Marinha na Capital da Província.<sup>317</sup> A Vila de São Francisco também recebeu a visita da *São Leopoldo*, porém o número de menores enviados não foi satisfatório. Ofício de 29 de outubro de 1857 do juiz de Órfãos e delegado Manoel Joaquim de Azevedo Pontes, responsável pelo envio dos meninos, nos oferece uma imagem do que estava em jogo. Por meio dele, podemos verificar os níveis em que se encontravam as relações entre as autoridades da Marinha e os representantes do poder local. Azevedo Pontes escreveu, em resposta ao ofício do intendente de 17 de outubro de 1857, que,

Não obstante os meios, que empreguei para aumento da Companhia de Aprendizes- Marinheiros, apenas pude conseguir os que foram entregues ao comandante da escuna São Leopoldo, e constam da relação junta, como desejava corresponder esperanças de V.S.<sup>a</sup> com as minhas em prol de tão útil e profícuo estabelecimento.<sup>318</sup>

O juiz deveria embarcar uma certa quantidade de menores. Quando o navio chegou e encaminhou ao comandante da Companhia os meninos da Vila de São Francisco, o intendente imediatamente expediu ofício ao juiz de Órfãos pedindo explicações sobre o número de

---

<sup>315</sup> Ofício da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha à Intendência da Marinha da Bahia. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-84 – subsérie Intendência da Bahia.

<sup>316</sup> Foram recrutados os menores Antônio Ignácio Albernaz, branco, 11 anos de idade; Anceto Cordolino, pardo, 11 anos; Procópio Coelho, cabra, 13 de idade, e Leopoldino de Deus Martins, branco, 16 anos de idade.

<sup>317</sup> Ofício do Juiz de Órfãos da Cidade de Cachoeira, na Bahia, ao Chefe de Divisão Intendente de Marinha Felipe José Vieira. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

<sup>318</sup> Ofício do Juiz de Órfãos e Delegado da Vila de São Francisco, Manoel Joaquim de Azevedo Pontes, ao Intendente de Marinha da Província da Bahia Diogo Ignácio Tavares. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

menores enviados por ele. Ao que tudo indica, o intendente não ficou satisfeito com a quantidade de meninos enviada por Azevedo Pontes.

Em outro ofício, datado de 5 de maio de 1855, ao intendente da Marinha da Bahia, o juiz de Órfãos da Capital, Casemiro de Sena Madureira, remete o menor João Ferreira, pardo, filho de mãe falecida, para matrícula na Companhia. Solicitou o juiz que o prêmio fosse entregue ao tesouro daquele juízo para depois ser remetido ao menor quando este completasse a idade de 18 anos.<sup>319</sup> Casemiro parecia legislar em causa dos menores órfãos, pois em outro ofício, encaminhando os órfãos desvalidos Sinfrânio e Marcelino por não terem meios de subsistência, solicita que o intendente de Marinha Diogo Inácio Tavares os matriculasse na Companhia de Aprendizes e, devido à renúncia de seu tutor, que o prêmio fosse depositado na tesouraria por empréstimo a juros e que fosse entregue aos menores assim que completassem a maioridade<sup>320</sup>. Disse o juiz que,

Embora pareça eles de pouca idade e falta desenvolvimento no crescimento, todavia assegura-se o [ex] tutor que ambos podem por equidade ser admitidos na dita Companhia, se V.S.<sup>a</sup> assim quiser favorecer sem prejuízo do serviço público.<sup>321</sup>

Aparentar pouca idade e não ter estatura física suficiente que atendesse ao Regulamento para ser matriculado nas Companhias de Aprendizes eram outras questões que a Marinha tentou dar conta. O argumento do juiz para que Sinfrânio e Marcelino fossem matriculados era parte do repertório, tanto de autoridades públicas quanto de pais, tutores e “indivíduos”, para que seus filhos e tutelados fossem aceitos pelas autoridades navais. Nesse

---

<sup>319</sup> Ofício do Juiz de Órfãos da Capital da Província da Bahia, em 05/05/1856, ao Intendente de Marinha da Província da Bahia Diogo Ignácio Tavares. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

<sup>320</sup> O pagamento do prêmio aos recrutas da Companhias de Aprendizes ao invés de serem entregues aos pais, responsáveis e tutores, também foi discutido por Álvaro Pereiro do Nascimento, A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Pg. 80-81. *llllll*

<sup>321</sup> Ofício do Juiz de Órfãos da Capital da Província da Bahia, em 28/01/1857, ao Intendente de Marinha da Província da Bahia Diogo Ignácio Tavares. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

sentido, o que tudo indica é que a preocupação do juiz era garantir a matrícula dos meninos sem prejuízo do serviço público.

Em alguns casos, embora a autoridade local determinasse que o prêmio deveria ser reservado ao menor, não havia nenhuma garantia que este iria recebê-lo após alcançar sua maioridade. O juiz de Direto da Cidade de Nazareth, na Bahia, Henrique Jorge Rabello, parecia compartilhar do mesmo entendimento de Casemiro de Sena Madureira quando encaminhou o menor Manoel, branco, de 12 anos, para ser matriculado na Companhia de Aprendizes da Bahia. O juiz solicitou ao intendente que,

Podendo V.S.<sup>a</sup> dignar-se de providenciar para que ao seu tutor [?] Gomes da Silva, portador deste [ofício], seja entregue a quantia de cem mil réis que a lei tem estabelecido como gratificação a fim de ser ela devidamente recolhida a algum estabelecimento bancário em favor do mesmo menor.<sup>322</sup>

Em outras ocasiões, os menores eram entregues sem menção ao prêmio, como fez o delegado Antônio Augusto, em 20 de abril de 1854. O delegado encaminhou o menor Romão Barbosa do Nascimento ao intendente Diogo Ignácio Tavares sem fazer qualquer referência ao prêmio.<sup>323</sup> Da mesma forma agiu o juiz de Órfãos da cidade Cachoeira, na Bahia, Ricardo Pinheiro, quando encaminhou os menores João Evangelista de Almeida e Apolinário João de Almeida, de 13 e 11 anos, respectivamente, filhos dos finados João Evangelista de Almeida e Mathilde dos Santos e Almeida, *vítimas de epidemia*,<sup>324</sup> e o órfão Vicente Mendes da Silva, de 10 anos de idade, em 18 de dezembro de 1856. No caso deste, o juiz solicitou ao intendente da Marinha apenas que cobrisse as despesas de transporte com o menor,<sup>325</sup> porém, assim como o

---

<sup>322</sup> Ofício do Juiz de Direto da Cidade de Nazareth, Bahia, ao Intendente de Marinha. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

<sup>323</sup> Ofício do Delegado da Província da Bahia ao Intendente de Marinha da Província da Bahia Diogo Ignácio Tavares. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

<sup>324</sup> Ofício do Juiz de Órfãos da Cidade de Cachoeira, Bahia, em 18/12/1856, ao Intendente de Marinha. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

<sup>325</sup> Ofício do Juiz de Órfãos da Cidade de Cachoeira, Bahia, em 08/10/1855, ao Intendente de Marinha. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

delegado Antônio Augusto, Ricardo Pinheiro, em nenhum dos dois casos, fez menção ao pagamento do prêmio.

Já o delegado João de Oliveira Junqueira não se fez de rogado quando encaminhou o menor órfão Leopoldino Lopes, “pardinho”, filho natural da finada Leopoldina de Souza Lopes, para ser alistado na Companhia de Aprendizes da Província da Bahia. Informa o delegado que,

Em outra ocasião irá o tutor deste, (de Leopoldino Lopes), e dos dois órfãos que remeti primeiro a V.S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> receber o prêmio concedido pelo Sr<sup>o</sup> aos voluntários, em cuja qualidade também este deve dá a ser recebido, e o dito prêmio será aplicado em benefícios deles [dos menores].<sup>326</sup>

No final de seu ofício, o delegado, demonstrando certa aproximação com o intendente, apresenta a este seu sincero protesto de muita estima e alta consideração.

Mas ainda havia aqueles encaminhados pela família, como os irmãos João e Ladislau, entregues por sua tia Maria Joaquina de Jesus ao delegado, que, por sua vez, encaminhou os meninos ao intendente de Marinha e solicitou o prêmio à tia.<sup>327</sup> Um outro ofício narra um caso bastante curioso: o Juiz de Órfãos Pedro Moraes, que acumulava o cargo de delegado, enviou um ofício ao intendente da Marinha informando que o valor depositado em favor do menor João Damasceno, aprendiz-marinheiro, deveria ser entregue ao seu tutor, o Major Manoel Rufino.<sup>328</sup>

Chegavam ainda ao intendente, pelas mãos das autoridades locais, menores indígenas. Manoel da Ora, de 12 anos de idade, cariboca, filho da índia Benta Josefa, já falecida, e de pai incógnito e Januário Fernandez, também de 12 anos, índio, filho legítimo de Luiz Fernando e de Victória, ambos índios, foram encaminhados pelo juiz de Direto da Vila de Ilhéus, Hermando Domingues do Couto, que, por ter dispendido quantias em dinheiro para transportar, alimentar, abrigar e vestir os meninos, requeria o prêmio prometido pelo governo.

Vimos que, para o recrutamento de menores para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, a Marinha Imperial contou com sua estrutura burocrática administrativa que havia

---

<sup>326</sup> Ofício do Delegado João José Oliveira Junqueira ao Intendente de Marinha da Província da Bahia. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia. Grifo nosso.

<sup>327</sup> Ofício do Delegado da [?] ao Chefe de Divisão e Intendente da Marinha. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice XVI M-5 – subsérie Capitania dos Portos.

<sup>328</sup> Ofício do Juiz de Órfãos e Delegado Pedro Moraes, em 29/05/1855, ao Intendente da Marinha da Bahia. Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-70 – subsérie Intendência da Bahia.

acabado de ampliar e estabelecer nas províncias. No primeiro momento, lançou mão da legislação disponível que já orientava o recrutamento para as fileiras da Armada. À medida que as Companhias de Aprendizes eram criadas e distribuídas pelas Províncias, o Governo e as autoridades navais buscavam desenvolver uma legislação específica. Foi quando surgiram as primeiras orientações sobre como deveria ser o recrutamento para completar as fileiras das Companhias. E, mais tarde, foi criado seu primeiro regulamento, orientando seu funcionamento, o comando e como e quem deveria ser recrutado. Todo esse esforço mobilizou autoridades subordinadas ao poder central da Administração Naval – intendentess da Marinha, capitães do Porto, os próprios comandantes das Companhias – e autoridades locais – juizes de Órfãos, juizes de Direto e delegados.

Ao estabelecer um prêmio aos responsáveis que apresentassem seus filhos e tutelados como voluntários às Companhias, a Marinha acabou garantindo a prática do recrutamento de menores como uma atividade rentável. Tal medida faz ganhar espaço, com muita força, a figura do tutor<sup>329</sup>, como agente ativo naquele tipo específico de recrutamento que, com as garantias do Estado, agia com respaldo da legislação. Como apontou Edna Fernandes Antunes, ao esclarecer que,

A tutela ampliava o conceito de orfandade, pois menores com pais ainda vivos, ficavam sujeitos a receberem este registro por parte do Estado através do juizado de órfãos como comprovado pela quantidade de menores presos por policiais nas ruas da Corte e enviados ao juizado para serem encaminhados a Marinha. Essa amplitude é reflexo das denominações adotadas pelos recenseadores e estatísticas de registro civil surgidas no século XIX, adotadas para designar dados ambíguos, preconceitos raciais, tradicionais e de classe.<sup>330</sup>

---

<sup>329</sup> A Lei de 28 de novembro de 1828 dava aos juizes de Órfãos o poder de nomear tutores aos casos marcados por lei aos expostos, aos filhos de quem se ausentar por muito tempo, filhos de pais bêbados por hábito e jogadores por ofício.

<sup>330</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit. Pg. 101.

Eram indivíduos que, por muitas das vezes, estavam ali para captura de novos marinheiros pela garantia de um retorno financeiro, porém essa mobilização não se encerrava na busca por delinquentes, futuros marginais e ladrões em troca de dinheiro. O que se estabeleceu foi uma estrutura para atender ao recrutamento de menores que, dos confortáveis gabinetes das autoridades na Corte, como apontou Álvaro Nascimento, alcançou as estruturas de poder local. E toda essa estrutura satisfaz as expectativas das classes dirigentes, fruto da política saquarema, que, ao forjar o Estado moderno e civilizado em meados do século XIX, pautou-se na manutenção da ordem. A criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros e a reorientação do recrutamento voltado para infância contribuíram para arregimentar os filhos das classes subalternas das cidades e vilas do Império, convencendo mães e pais a entregarem seus filhos aos cuidados da Marinha e recolhendo das ruas a infância pobre, desvalida e abandonada.

## **4.2 Extra, extra, envie seus filhos para Marinha! O recrutamento de menores nos periódicos das províncias de Pernambuco e Santa Catarina**

### **4.2.1. Pelas mãos da polícia: das ruas de Pernambuco para a Companhia de Aprendizes-Marinheiros**

As autoridades navais lançaram mão de alguns artifícios que buscavam ampliar o recrutamento de menores e assim aumentar o número de aprendizes nas Companhias. Um exemplo desse tipo de esforço estampava as páginas dos principais jornais das províncias, desde a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil. Os jornais tiveram papel protagonista no círculo social e político desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil.<sup>331</sup> Publicavam-se avisos e editais chamando pais e tutores para entregarem seus filhos e tutelados para matrícula nas Companhias de Aprendizes. Esses editais e avisos contribuíram significativamente na manutenção da rede que se formou no entorno da prática do recrutamento, uma vez que, além de aguçar a população para o pagamento de um prêmio em dinheiro, conclamavam e mobilizavam toda a sociedade no entorno das Companhias de Aprendizes. Esses editais eram enviados aos jornais pelas autoridades navais instaladas nas

---

<sup>331</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da Imprensa brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

províncias, fosse esta autoridade o capitão do Porto ou o inspetor do Arsenal, para que chegassem ao máximo número de pessoas. Embora a grande maioria da população fosse analfabeta, de boca em boca a informação alcançava os ouvidos de pais, tutores ou “indivíduos sem eira nem beira”<sup>332</sup> em busca de um ganho extra. O Capitão do Porto da Província de Pernambuco fez publicar que,

Em virtude das ordens recebidas do Exm. Sr. Presidente da Província [...] a todos os chefes de família que queiram alistar seus filhos, ou tutelados, menores, na companhia de Aprendizes marinheiros, a comparecerem na mesma capitania em todos os dias úteis nas horas de seu expediente.<sup>333</sup>

Ordens vinham da administração naval da Corte para que os presidentes de províncias se empenhassem na busca de menores para serem enviados e matriculados na Companhia da Corte. Por sua vez, aqueles faziam chegar tais ordens aos capitães do Porto, inspetores de Arsenais, juízes de Órfãos e delegados. Com a criação de unidades das Companhias nas províncias, as autoridades locais passaram a ter que enviar menores para compor suas fileiras de aprendizes, porém essa determinação por vezes não era cumprida por diversos motivos, o que obrigava os governadores das províncias a expedirem ofícios para autoridades locais. No expediente do dia 15 de dezembro de 1857, o governador da província pernambucana encaminhou o seguinte comunicado ao juiz municipal da região de Pau d’ Álho:

Tendo sido criada nesta província [...] uma companhia de aprendizes marinheiros, que deve ter 200 menores, cumpre que Vmc remeta ao inspetor do arsenal de

---

<sup>332</sup> Marco Morel, ao analisar as formas de circulação e transmissão da palavra impressa, sugere que há uma “invasão de palavras faladas sobre o espaço impresso”, constituindo uma “via de mão dupla”. Nesse sentido, o autor, ao apontar uma distinção entre público e audiência – o primeiro reservado ao leitor letrado e o segundo, que também inclui o público, porém, vai além dele, incorpora aqueles que ouvem e falam –, afirma que é possível compreender que as palavras (impressa e falada) circulavam em diferentes círculos sociais, rompendo barreiras hierárquicas, ao ponto de ameaçar ou transformar atitudes e consciências. MOREL, Marco. “Palavras além das letras: Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX”. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 1. p. 63-80.

<sup>333</sup> *Diário de Pernambuco*. Ano XXVI. Nº 160. 19 de julho de 1850. Pg. 2.

marinha, com destino a referida companhia, os menores desvalidos que puder enviar, tendo as condições seguintes exigidas no art. 8 do regulamento de 4 de janeiro de 1855: primeiro; ser brasileiro; segundo idade de 10 a 17 anos; terceiro, constituição robusta e própria para a vida do mar.

Solicitava o presidente que se intensificasse o recrutamento de desvalidos, mas na rede do recrutamento caíam abandonados, desocupados, órfãos. Simão Firmino da Silva e Joaquim Pereira foram apresentados pelo presidente da província, em 7 de outubro de 1857, à autoridade naval com recruta. Junto a eles estava o menor Francisco Xavier Camello Pessoa, a quem o capitão do porto remeteu para a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio de Janeiro<sup>334</sup>. Dias depois que Francisco partiu para Corte foi criada a companhia de Pernambuco<sup>335</sup>. Assim também foram embarcados no vapor de guerra *Amazonas* os menores Antônio Thomaz e José Manoel dos Santos Junior, com destino à companhia da Corte.<sup>336</sup> Os filhos da finada Maria Thereza de Jesus, Antônio e Thomaz, foram remetidos pelo juiz de Órfãos. O menor João Nepomuceno, pelo capitão do porto, e José Pereira de Lucena, pelo inspetor do Arsenal, tiveram o mesmo destino: a Companhia da Corte.<sup>337</sup> Portanto, em alguma medida, e em algumas províncias, o recrutamento de menores já havia se estabelecido, e este parece ser o caso de Pernambuco. O presidente, em seu comunicado ao juiz, prossegue informando que

Convém que Vmc faça publicar nesse termo que para a mesma companhia se recebem, como voluntários, menores que tenham as condições mencionadas, mediante contrato com seus pais e tutores, que deverão apresentá-los ao inspetor do arsenal de marinha. As despesas com a remessa dos menores, serão prontamente satisfeitas a vista das guias de Vmc.

---

<sup>334</sup> *Diário de Pernambuco* Ano XXXIII n° 246. 27/10/1857.

<sup>335</sup> A Companhia de Aprendizes de Pernambuco foi criada pelo Decreto n° 2003 de 24 de outubro de 1857. Ver em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>, acessado em 21/05/2016.

<sup>336</sup> Idem. Ano XXXII n° 289. 9/12/1856.

<sup>337</sup> Idem. Ano XXXII, n° 268; Ano XXXIII, n° 108 e n° 114.

No final, o presidente da província estende seu comunicado aos demais juízes municipais de Nazareth, Limoeiro, Santo Antônio, Escada, Bonito e aos do litoral, informando que deu ordem para que o transporte dos voluntários e recrutados fosse feito “nos vapores da companhia de navegação”; de fato, o recrutamento de menores tratava-se de um negócio bem rentável. A Marinha, além de pagar prêmio por cada voluntário, pagava pelo transporte dos menores até a autoridade naval. O baixo resultado no recrutamento de menores chamou a atenção do ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Em seu relatório de 1856, diz ele que

Alguns juízes de órfãos e outras autoridades locais não mostram mais empenho do que os particulares em auxiliar o governo na criação de elementos tão necessários ao futuro de nossa Marinha, muitos órfãos e desvalidos se perdem na ociosidade, ou são entregues ao serviço de particulares, em vez de serem aproveitados para o serviço do país.<sup>338</sup>

Tentando cumprir as ordens do presidente da província, o inspetor do Arsenal de Pernambuco, Elizário Antônio dos Santos, assim como o Capitão do Porto Theodoro, buscou publicar editais em jornais pernambucanos. Acreditavam eles que assim conseguiriam chamar a atenção de pais e tutores de Pernambuco no sentido de entregarem seus filhos e tutelados aos cuidados da Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Elizário se dirigia aos moradores da Província nos seguintes termos:

Achando-se criada nesta província, por decreto n. 2003 de 24 de outubro último, uma companhia de aprendizes marinheiros, sob as mesmas condições das do Rio de Janeiro e Bahia, pelo que se deve ser formada de

---

<sup>338</sup> Relatório do Ministro da Marinha. 1856. Ver em <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acessado em 21/05/2016.

menores de 10 a 17 anos, convida o inspetor do arsenal de marinha as pessoas que queiram apresentar seus filhos, bem como parentes na qualidade de únicos ascendentes ou tutores, para a mesma companhia, o fazerem com brevidade, certos de imediatamente entregar-se-lhes, caso exijam, a gratificação de 100\$ por cada um, autorizada no decreto n. 1591 de 14 de abril de 1855, sendo que a apresentação dos mencionados em segundo lugar deve preceder de competente licença do juiz de órfãos.

Inspeção do Arsenal de marinha de Pernambuco em 26 de dezembro de 1857.

O inspetor, Elizário Antônio dos Santos.<sup>339</sup>

O edital é bastante específico: buscava alcançar pais, parentes e tutores e convencê-los a entregar seus filhos, netos, sobrinhos e protegidos como voluntários à Marinha. O inspetor, ao frisar o valor do prêmio, informa que este precisava ser solicitado pelo responsável por cada menor apresentado; caso fosse um tutor, este deveria ser devidamente reconhecido pelo juiz de Órfãos por documentação comprobatória. Embora a figura do tutor causasse desconfiança da autoridade naval, como já foi demonstrado, esses editais comprovam que, além de pais e parentes, ele era uma figura fundamental no funcionamento da rede de recrutamento. Por outro lado, existiam casos, relatados pela autoridade naval, de meninos que se apresentavam sozinhos declarando que os pais eram falecidos ou que viviam em companhia de outrem, como veremos mais adiante. Portanto fica bastante claro que, tanto na legislação sobre o recrutamento de menores quanto na sua prática, ser voluntário significava ser entregue pelos pais, parentes ou tutor cancelado pela autoridade jurídica do juiz de Órfãos.

Mas o que nos chamou atenção na atitude de Elizário foi a quantidade do mesmo edital enviado por ele para publicação no *Diário de Pernambuco*. Talvez por ser o primeiro ano de funcionamento da companhia, o inspetor do Arsenal publicou, entre os meses de janeiro e maio de 1858, vinte vezes o mesmo edital datado de 26 de dezembro de 1858. Em janeiro foram 14 publicações, em fevereiro foram mais quatro, e a última que encontramos no *Diário de*

---

<sup>339</sup> *Diário de Pernambuco*. Ano XXXIIIV. Nº 2. 4 de janeiro de 1858. Pg. 2.

*Pernambuco* foi publicada no dia 18 de maio de 1858. Efetivamente, Elizário estava disposto a cumprir as ordens da Presidência da Província, assim como as ordens da administração naval na Corte.

O relatório do ministro do ano de 1858 relata que a Companhia de Aprendizes-Marinheiros pernambucana tinham matriculados 89 aprendizes.<sup>340</sup> No ano seguinte, eram 112 matriculados.<sup>341</sup> Cada companhia tinha capacidade de matricular e abrigar 200 aprendizes. Se comparada com as outras seis companhias criadas até então, em relação ao número de aprendizes matriculados, a pernambucana acompanhava os resultados da Corte, da Bahia, do Pará e de Santa Catarina. Somente a de Mato Grosso, criada no mesmo ano em que a pernambucana, tinha o número de aprendizes inferior ao das demais unidades. Já a de Santa Catarina, no primeiro ano de seu funcionamento, só contava com uma seção das duas que estavam previstas – cada uma abrigaria 100 aprendizes.

Se houve algum resultado no esforço de Elizário, ele pode ser associado à elevação no número de matrículas entre o primeiro ano de funcionamento da companhia pernambucana e o segundo, pois no primeiro ano permaneceram ociosas 111 vagas, o que pode comprovar as dificuldades já apontadas para arregimentar menores para as fileiras da companhia; porém, no segundo ano, seus resultados não foram ruins. Talvez uma investigação mais profunda, analisando a relação entre a companhia e a cidade onde se estabeleceu, possa nos revelar o quanto é necessário considerar características específicas nessa relação. Uma análise das práticas utilizadas para tentar completar as fileiras da Companhia de Pernambuco pode nos oferecer algumas pistas de como, por meio da prática do recrutamento, as autoridades locais percebiam a instituição e em que medida essa percepção foi reproduzida na comunidade.

Em um levantamento sumário feito nas páginas do *Diário de Pernambuco* entre os meses de dezembro de 1857 e maio de 1858, encontramos, em expedientes do governo da Província encaminhados ao capitão do porto, 21 menores, todos remetidos por juízes de Órfãos, comandante das Armas, Guarda Nacional, juiz municipal, chefe de polícia, inspetor do Arsenal, pelo próprio presidente da Província e até por casas de caridade.<sup>342</sup> Entre tantos expedientes,

---

<sup>340</sup> Relatório do Ministério da Marinha. 1858. Tabela nº 9. Ver em, <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acessado em 25/03/2016.

<sup>341</sup> Relatório do Ministério da Marinha. 1859. Tabela nº 11. Ver em, <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acessado em 25/03/2016..

<sup>342</sup> *Diário de Pernambuco*. Ano XXXII, nº 292 e Ano XXXIV nº 12, nº 16, nº 39, nº 59, nº 65, nº 80, nº 103, nº 113, nº 116, nº 127, nº 132, nº 138, nº 166.

um é bem interessante e ilustra como as autoridades tratavam seus órfãos e como os destinos destes já pareciam trilhados. No dia 9 de julho de 1857, o presidente da província informa ao juiz de Órfãos que os três menores que estavam em sua custódia já tinham destinos certos – tratava-se dos “filhos da crioula Ignez, falecida na freguesia de San José”. André deveria ser encaminhado ao Arsenal de Marinha para ser matriculado na Companhia de Aprendizes; já sua irmã, Francisca, deveria ir para o colégio das órfãs e a pequena Ângela, “que em razão de sua pouca idade, precisa de criação e não pode ser recebida na casa dos expostos, [o juiz] providenciará do modo mais conveniente”, frisou o presidente ao juiz de Órfãos.<sup>343</sup>

Assim que os menores eram matriculados nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, eram registrados no Livro de Socorros.<sup>344</sup> Filiação, idade, naturalidade, altura, cor, tipo e cor de cabelos e cor dos olhos são informações que podemos encontrar nesses livros, assim como as origens, quem os entregavam, as internações e altas hospitalares e suas respectivas datas, o soldo e os descontos e recebimento de fardas e material que um aprendiz deveria carregar consigo. Por fim, podemos encontrar os destacamentos para unidades militares e navios para instrução e aula com atividades práticas que compunham o rol para o aprendizado. No único Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes de Pernambuco que localizamos, estão lançados 44 menores que ingressaram entre o ano de 1858 e meados de 1859. Como a companhia foi criada em outubro 1857 e em dezembro de 1857 já haviam meninos matriculados, supomos que existiam mais Livros de Socorros, uma vez que três registros de menores vieram transportados de outros livros, porém, até o levantamento das fontes para este estudo, os demais não foram encontrados.

Para os anos anteriores, o levantamento feito no *Diário de Pernambuco*, apesar das informações apresentarem aspectos um tanto ou quanto difusos, podem subsidiar nossa investigação e nos ajudar a entender, juntamente com as informações dos Livros de Socorros, um pouco sobre a prática do recrutamento na província de Pernambuco. Um aspecto seria o fato de que, por meio dos expedientes da Presidência da província publicados no *Diário de Pernambuco*, só teríamos acesso aos casos que envolviam o recrutamento de órfãos, desvalidos e abandonados, uma vez que eram remetidos pela Presidência da província, pela polícia, por juízes e demais órgãos de controle e manutenção da ordem urbana e pelas autoridades navais.

---

<sup>343</sup> Idem. Ano XXXIV nº 166. 23/07/1858.

<sup>344</sup> O Art. 24 do Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855, definia que, nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, constaria um Livro de Socorros para cada Divisão, ou Secção filial, conforme o modelo anexo ao decreto.

Já em relação aos voluntários, como estes chegavam diretamente às autoridades navais pelas mãos de pais, parentes e tutores, esse expediente não era publicado em jornais, pois não os encontramos. Por outro lado, as informações desse levantamento podem nos ajudar a verificar a imagem que se construiu acerca do recrutamento de menores e da percepção da sociedade pernambucana, sobretudo das classes subalternas, do espaço da Companhia como lugar de punição e coerção, fazendo com que pais e mães não confiassem seus filhos aos cuidados da Marinha, percepção que os editais não conseguiram reverter, como veremos a seguir.

No Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco<sup>345</sup>, encontramos poucos que chegaram voluntariamente para serem matriculados na companhia. Modesto Joaquim da Piedade, negro, de cabelos grunhos, 10 anos de idade, natural de Pernambuco, foi remetido pelo capitão do Porto ao inspetor do Arsenal de Marinha em 4 de março de 1859. Segundo o escrevente da Companhia de Aprendizes, o menor ali chegou com declaração “de ter sido apresentado voluntariamente por sua mãe”. Outro que chegou como voluntário pelos braços da mãe foi Belarmino Francisco das Chagas, pardo, 15 anos de idade, também natural de Pernambuco; filho de Francisco das Chagas, foi entregue ao capitão do Porto e depois encaminhado pelo inspetor do Arsenal à Companhia. Modesto e Belarmino faziam parte de um grupo muito pequeno de menores que ingressaram na companhia pernambucana sem ter passado pelas mãos do delegado. Talvez a mãe de Modesto e a de Belarmino tivessem ouvido falar que o inspetor do Arsenal estava convidando pais a entregarem seus filhos aos cuidados da Marinha e, na esperança de ver os filhos em uma situação melhor, não se importando com a imagem de ser um espaço punitivo que recaía sobre a Companhia, procuraram o capitão do Porto e entregaram seus filhos.

Silvério Pereira Barbosa, negro, 12 anos de idade, natural de Pernambuco, também chegou à Companhia de Aprendizes como voluntário, sendo remetido pelo inspetor do Arsenal em 13 de maio de 1859. O menor foi entregue ao inspetor por Demétrio de Castro, dizendo este ser seu tio. Se não fosse pelo ofício redigido pelo inspetor e encaminhado ao comandante da Companhia informando que foi o próprio Silvério quem declarou o nome do menino, desconfiaríamos que Demétrio era mais um daqueles que faziam do recrutamento uma atividade rentável, pois Silvério tinha pai, era filho de Cornélio. Assim também chegou Camilo José dos

---

<sup>345</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

Santos, cabra, 10 anos de idade, natural de Pernambuco, remetido pelo inspetor do Arsenal em 23 de agosto de 1859. Ele foi entregue por João Maria de Mendonça; segundo o escrevente da Companhia, Camilo estava sob seu domínio. Como vimos, poucos foram os meninos voluntários – a grande maioria que foi matriculada na Companhia pernambucana era oriunda do recrutamento. O quadro abaixo nos permite uma imagem do resultado do recrutamento de menores para a Companhia pernambucana naquele período e de quem os entregava.

Tabela V - Formas de apresentação dos menores na Companhia de Aprendizes de Pernambuco, DEZ/1858 a JAN/1859<sup>346</sup>

Forma de apresentação	Nº menores
Polícia	30
Pai/avô/parentes	4
Voluntários	1
Autoridades navais e presidente da Província	7
Transportados do 2º Livro	2
Total	44

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

Até aqui, podemos concluir que os editais do inspetor do Arsenal, Elizario Antônio dos Santos, não surtiram o efeito desejado, pois pouquíssimos foram aqueles que se voluntariaram para se matricular na companhia pernambucana. Nem mesmo o prêmio de 100\$000 mil-réis atraía pais, mães e responsáveis a entregarem seus filhos e protegidos para matrícula na Companhia de Pernambuco<sup>347</sup>, e também não consta nos lançamentos do Livro

<sup>346</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

<sup>347</sup> Para uma comparação, os jornais na época anunciavam a venda de escravos de idade entre 9 e 16 anos por 350\$000 a 450\$000 mil-réis em média. O prêmio pago por um escravo fugitivo poderia ser de 100\$000 a 200\$000

menores entregues por tutores. O caso de Antônio Tenório da Silva, que optou pelo prêmio ao descobrir que seu filho Joaquim Tenório da Silva Faria<sup>348</sup> havia sido entregue pelas autoridades navais à Companhia e que seria pouco provável reavê-lo, revela que outros pais preferiam tomar o mesmo caminho a ter que enfrentar a Marinha Imperial para ter de volta seus filhos. Todos esses casos nos levam a crer que a percepção que a sociedade pernambucana tinha sobre a Marinha, como espaço de coerção, punição e castigo, não se alterou com a instalação de uma unidade da Companhia de Aprendizes; na verdade, ela pode ter contribuído para reforçá-la. Os esforços das autoridades navais, desde dos gabinetes do Governo até os órgãos da administração naval na província, não foram capazes de reverter esse quadro.

Portanto, todos estes dados nos apontam que, para compreender a dinâmica do recrutamento de menores para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, se faz necessária uma análise criteriosa e precisa de como ele foi estabelecido e praticado em cada província. Vimos que o artifício utilizado pelas autoridades locais, por determinação da Corte, a fim de que tornassem público o convite para que pais, mães e tutores entregassem seus filhos e tutelados aos cuidados da Marinha não surtiu o efeito que esperavam. Por outro lado, a determinação para que elas se empenhassem no recrutamento de menores desvalidos, órfãos e abandonados encontrou ressonância em uma sociedade que já praticava o recrutamento de menores para a Armada Imperial.

#### **4.2.2. Por cem mil-réis: o recrutamento de menores e a construção de uma nova imagem da Marinha Imperial por meio da Companhia de Aprendizes-Marinheiros em Santa Catarina**

No dia 8 de janeiro de 1858, *O Argos da Província de Santa Catarina* noticiava que, em 5 de janeiro, na Capitania do Porto, havia ocorrido a entrega de menores para a Companhia de Aprendizes. Em uma cerimônia pública assistida por parte da população local, o Capitão do Porto, Sr. José Eduardo Wandenkolk<sup>349</sup>, entregou 15 menores voluntários ao comandante da

---

mil-réis. O *Correio Mercantil* de 6 de junho de 1857 anunciava uma libra de carne bovina, aproximadamente 500 g, por 160\$00 a 180\$000 mil-réis em média.

<sup>348</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

<sup>349</sup> Pai de Eduardo Wandenkolk, que também fazia carreira militar, tendo chegado ao posto de almirante e exercido o cargo de ministro da Marinha de 1889 a 1891, durante o governo de Deodoro da Fonseca. Participante ativo da política brasileira republicana, foi senador de 1890 a 1900, ano em que foi nomeado chefe do Estado-Maior da

Companhia, o Primeiro-Tenente Thomaz Pedro de Bittencourt Cotrim. Acreditava o jornal, ou tentava fazer acreditar, que aquela cena poderia contribuir para o sucesso da instituição, “facilitando assim a aquisição de muitos outros que dê certo se apresentarão, logo que os pais conheçam praticamente as vantagens e educação que aqueles vão receber”<sup>350</sup>. Diante do presidente da Província, que assistia à cerimônia, o Capitão do Porto pronunciou as seguintes palavras:

Meus Filhos, O amparo que hoje tendes o deve ao Exmo. Presidente: sim foi por meio de suas sabias informações que o Governo criou esta companhia nesta Província, e a mim como executor de ordens, só tenho a grande satisfação, de na presença do mesmo Exmo. Sr., entregar-vos ao vosso digno comandante.<sup>351</sup>

O pequeno cerimonial foi encerrado com entusiasmados vivas ao Imperador, ao Governo Imperial e ao presidente da província, e a resposta dos menores e demais expectadores não foi menos calorosa. Ao final, solicita-se ao redator “que dê à notícia a maior publicidade, pois antevejo os bens que dessa instituição devem provir a juventude desvalida da minha pátria natal”.<sup>352</sup> Oito meses antes, anteriormente à criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, o mesmo *O Argos* publicou um artigo, com o título “Aprendizes Marinheiros”, abordando algumas questões sobre a vida na Armada Imperial e a visão que a sociedade brasileira tinha sobre a instituição. No texto o autor critica a visão que os brasileiros tinham sobre a vida dos marinheiros e salienta que os pais deveriam entregar seus filhos aos cuidados das Companhias de Aprendizes, pois lá teriam um futuro melhor. Logo no início, o autor, que assina pelo nome de Mariano de Azevedo, comenta que o Ministro da Marinha mandava pôr à disposição do Sr. Chefe de Divisão Comandante de Mar e Guerra Jesuíno

---

Armada. É considerado um pioneiro na estruturação do ensino especializado na Marinha. <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EduaWand.html>. Acesso em 31 de março de 2016.

<sup>350</sup> *O Argos da Província de Santa Catarina*. Ano III. Nº 232 em 08/01/1858. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>351</sup> *Idem*.

<sup>352</sup> *Idem*.

Lamego Costa, futuro Barão de Laguna,<sup>353</sup> “uma quantia especialmente destinada ao engajamento de voluntários menores que nesta província queiram se alistar-se no serviço da armada imperial”. Mariano informa que, diante da verba do Governo Imperial, o Chefe de Divisão Lamego “solicita que pais e tutores que quiserem engajar seus filhos ou pupilos podem dirigir-se ao vapor de guerra *Recife*.”<sup>354</sup> O autor, chamando atenção para a boa e rentável recompensa, diz que seria uma

excelente ocasião que se lhes oferece de trocarem a atual vida de forçada ignorância e invencível miséria de seus filhos, por uma profissão honesta e honrosa, que lhes garantirá um futuro seguro, e quiçá brilhante [...] aproveitem todas tão paternais e patrióticas disposições do governo imperial.<sup>355</sup>

A abordagem que o artigo faz do engajamento de menores para companhias alinha-se ao discurso que permeava os relatórios ministeriais e as sessões da Câmara. O viveiro de marinheiros, lugar em que a infância seria salva da invencível miséria, é muito parecido com o defendido por Rodrigues Torres pela primeira vez em 1838, quando, apropriando-se da ideia de Salvador Maciel, propôs a criação de uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros. A visão que as autoridades ofereciam da instituição era oposta à condição de miséria em que viviam os pais e seus filhos. Estes, por sua vez, como ignorantes pertencentes das classes menos ilustradas do País, segundo Mariano, tinham uma imagem equivocada sobre aqueles que assentam praças na Marinha Imperial, pois, segundo ele,

Vem-lhes logo a imaginação um quartel ou navio com aspecto de masmorra, a chibata, as surras as descomposturas e pontapés de um comandante e de oficiais, e a para sempre perdida liberdade. Parece incrível que tal

---

<sup>353</sup> O Capitão de Mar e Guerra Jesuíno Lamego da Costa se filiará ao Partido Conservador em 1859, se elegendendo deputado e depois senador por Santa Catarina.

<sup>354</sup> *O Argos da Província de Santa Catarina*. Ano II. Nº 130, de 7 de abril de 1857. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>355</sup> *Idem*.

respeito ninguém ainda dissesse a verdade ao povo! [...], vendem-se todos os dias navios de guerra e marinheiros, lidando-se, acotovelando-se, com estes, ainda se conservem intactas estas revoltantes tradições coloniais e nelas se cifre o juízo que se faz do marinheiro brasileiro de nossos dias! Não, mil vezes não! O marinheiro brasileiro não é esse ente envilecido e escravizado.<sup>356</sup>

Não era a tentativa em defender a ideia de que a Marinha havia abandonado as práticas e tradições coloniais, da chibata, das surras e descomposturas de seus oficiais em relação às praças, porque não havia abandonado. Pelo contrário, as punições, incluindo a chibata, eram formas das quais os comandantes dos navios da Armada se utilizavam para manutenção da disciplina a bordo dos vasos de guerra. Os castigos corporais permaneceram na Armada Imperial e alcançaram o período republicano, sendo um dos motivos que levaram as guarnições de alguns vasos de guerra a se rebelarem em novembro de 1910, no movimento que ficaria conhecido como Revolta da Chibata<sup>357</sup>. Se por um lado as punições eram aplicadas sobre uma tripulação que muitas vezes era recrutada entre a criminalidade, por outro obedeciam à dinâmica de trabalho e fainas do interior do navio.<sup>358</sup> O que pretendeu Mariano com seu artigo foi de outra natureza. Ele mesmo confirma no seu texto que os castigos corporais na Marinha não foram revogados – ele se faz a pergunta “Os artigos de guerra de 1799! Foram eles revogados?” e a responde, “não, ainda não foram! ”; sua argumentação é que, embora a legislação permitisse a chibata, a moral havia banido os açoites e as surras dos navios da Marinha. A ideia de Mariano, ao que parece, foi tentar passar a impressão de um lugar que havia sofrido mudanças ao ponto de ter abandonado os velhos costumes e uma legislação anacrônica, do antigo regime português, já que se estava no lumiar de uma nação moderna. Outra questão de que se ocupará o autor é a da acusação que recaía sobre a Marinha de obrigar seus marujos a um longo tempo de serviço militar de regime intensivo, e de que, quando estes recebiam baixa, já se encontram velhos, cansados e sem condições de se empregar em outra atividade. O autor argumenta que o tempo de serviço é determinado por Lei – como já vimos, o Regulamento do Corpo de Imperiais

---

<sup>356</sup> Idem.

<sup>357</sup> Ver em Álvaro Pereira do Nascimento, Op. Cit. 2008. Pg. 192-218.

<sup>358</sup> Ver em CASTRO, Pierre Paulo Castro. Op.Cit. 2013.

Marinheiros sofreu duas alterações depois de sua criação, em 1840<sup>359</sup> –, e a Lei a que o autor se refere é do decreto de 25 de outubro de 1854, cuja disposição sobre o tempo da prestação de serviço militar diz:

Art. 1º As praças do Corpo de Imperiais Marinheiros, que ou forem recrutadas ou para ele passarem das Companhias adidas de Aprendizes, terão direito:

§ 1º No fim de dez anos de serviço, além do soldo correspondente às suas respectivas classes, a uma gratificação igual a terça parte do mesmo soldo.

§ 2º No fim de dezesseis anos de serviço, a uma gratificação igual à metade do soldo.

§ 3º Tendo completado vinte anos de serviço, a reforma com o soldo inteiro correspondente à classe em que se acharem.

Art. 2º Os Imperiais Marinheiros que assentarem praça voluntariamente, e não procederem das Companhias de Aprendizes, somente serão obrigados a servir por tempo de seis anos, se entrarem para o Corpo em alguma das praças de Marinheiro, ou a obtiverem dentro do primeiro ano; e por tempo de dez anos, se entrarem na praça de Grumete, e não passarem a de Marinheiro dentro do primeiro ano.<sup>360</sup>

---

<sup>359</sup> No caso de marinheiros do Corpo de Imperiais Marinheiros, o Art. 30 do Decreto Nº 411 A, de 5 de junho de 1845, define que, àqueles que assentarem praça voluntariamente e que forem classificados em qualquer das praças de marinheiros, ou inferiores, só serão obrigados a servir por tempo de seis anos; querendo, porém, continuar, gozarão das vantagens que oferece o artigo antecedente, começando a vencer a gratificação da terça parte do soldo desde o dia em que completarem nove anos de serviço. E, para o caso dos aprendizes-marinheiros, só será contado como tempo de serviço [...] o decorrido desde a data em que passarem a ser praças do Corpo de Imperiais Marinheiros.

<sup>360</sup> Decreto nº 1.465, de 25 de outubro de 1854. Coleção de Leis do Império.

Portanto, um marinheiro, voluntário e proveniente das Companhias de Aprendizes, que quisesse garantir o soldo inteiro quando deixasse o serviço ativo, deveria permanecer na Marinha por vinte anos. Essa suposta vantagem estava relacionada, além do tempo de serviço, com o posto em que se encontrava ao deixar a Marinha, pois as praças poderiam, na mesma medida em que ascendiam na carreira, sofrer rebaixamento, o que significaria perda no soldo. Além disso, os dias de prisão eram descontados na contagem de tempo de serviço, como no caso do marujo Alexandre Menezes, citado por Edna Fernandes Antunes, o qual teve todo o tempo de prisão descontado do seu tempo de serviço<sup>361</sup>. A autora chama atenção, ainda, para o fato de que a frequente mudança no regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros causava confusão na hora do pedido da baixa. Outro ponto a considerar eram as condições de trabalho, sanitárias e de alimentação dentro de um navio, o que, combinado com a perspectiva de vida em meados do século XIX<sup>362</sup>, poderia significar que um aprendiz de 17 anos de idade recém-egresso da Companhia de Aprendizes, depois de passar vinte anos servindo à Marinha Imperial, estaria à beira da faixa etária do limite da expectativa de vida de um indivíduo da sociedade imperial. Foram essas condições que levaram 268 marinheiros a apresentarem um requerimento coletivo ao governo imperial reivindicando, entre outras coisas, a redução do tempo de serviço para 12 anos.<sup>363</sup> Segundo Mariano, a alimentação dos marinheiros era de boa qualidade – se as famílias dos brasileiros precisavam das “canoas do Sul e das jangadas do Norte” para conseguir seu alimento diário, os marujos viviam com o “ventre cheio” com alimentos de melhores procedências que os comandantes adquirem para suas guarnições nos melhores fornecedores de gêneros do mercado. E se caso, ainda assim, um marinheiro sofresse com alguma enfermidade, encontraria “casa, leite, médico, botica, enfermeiros e dietas”, os quais não teriam fora da Marinha. Com tantas vantagens, não havia por que pais, parentes e tutores não confiarem seus filhos, netos, sobrinhos e tutelados aos cuidados dos comandantes das Companhias de

---

<sup>361</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit. Pg. 131.

<sup>362</sup> Conforme o censo de 1872, a população do Império era relativamente nova, e não havia oscilações significativas entre aqueles cuja a idade estava na faixa entre os 6 a 10 anos de idade e aqueles entre os 31 a 40 anos. Ela começa a decrescer a partir da faixa etária entre 41 a 50 anos. Daí por diante a queda se acentua à medida que avança para as faixas etárias seguintes. Esses dados compõem uma pirâmide etária que ilustra uma população majoritariamente nova, de poucos idosos, portanto com uma expectativa de vida baixa. Ver em Recenseamento do Brasil em 1872. Tipografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477>, acessado em 29/02/2016.

<sup>363</sup> O Ministro da Marinha, João Francisco Wanderley, o Barão de Cotegipe, cita em seu Relatório de 1868. Ver em <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acessado em 25/02/2016. O requerimento foi analisado por José Miguel Arias Neto, ver em NETO, José Miguel Arias. Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910). Universidade de São Paulo-USP. Departamento de História. Tese de Doutorado, 2001.

Aprendizes. Se não o fizessem estariam os deixando à sorte da vagabundagem e entregues à pura ignorância, aos contatos dos vícios e crimes, forçados a uma alimentação ruim e a todas as epidemias, chamava atenção Mariano. Ali, afirmava o artigo, os meninos seriam entregues a homens a quem a Lei impõe serem pacientes, brandos, tolerantes e desvelados, e os meninos alistados ao serviço da Armada aprenderão a ler, escrever e aos 30 anos de idade, “na quadra da virilidade”, poderão criar uma família, cultivar um campo no solo natal, pois o governo lhes mandará o soldo que tinham na sua última praça. Mariano termina seu artigo apelando à imprensa para que “tome ela a prestar importante serviço ao Estado, esclarecendo o povo sobre os interesses, direitos e deveres que acabamos de esboçar”.<sup>364</sup> Veremos que os argumentos de Mariano estão longe da realidade da Companhia catarinense. Embora a lista de alimentos adquiridos pelo comandante incluísse uma variedade de gêneros, as doenças que acometiam os menores nos levam a crer que a dieta consumida não garantia uma boa saúde. Na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, a 1ª Divisão<sup>365</sup>, localizada na capital da Província, recebeu um total de 53 aprendizes entre o final de 1857 e meados de 1858.<sup>366</sup> No relatório ministerial de 1858, consta que frequentaram a enfermaria da instituição 36 aprendizes, tratando toda ordem de moléstias e doenças. A que mais acometia os meninos era a erisipela – foram dez casos, entre gastrites, indigestões, pleuropneumonias, sarnas, úlceras sífilíticas, cataporas, entre outras enfermidades.<sup>367</sup> Algumas delas eram relacionadas ao sistema digestório, já outras nos levam a desconfiar das condições higiênicas dos espaços onde eram abrigados os aprendizes, como os casos de erisipela. E boa parte das enfermidades verificadas nos leva a crer que as palavras de Mariano em relação às condições higiênicas dos alimentos e de sua preparação não condiziam com a realidade vivenciada pelos menores. Alguns casos asseguram nossa hipótese. Antônio Inácio de Jesus, branco, de 11 anos de idade, natural de Santa Catarina, foi apresentado à Capitania do Porto por sua mãe em 10 de fevereiro de 1858. Hospitalizado antes de completar um mês de matriculado na Companhia, Antônio ficou

---

<sup>364</sup> *O Argos da Província de Santa Catarina*. Ano II. Nº 130, de 7 de abril de 1857. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>365</sup> O Decreto de Criação da Companhia, nº 2.003 de 24 de outubro de 1857, em seu Art. 3º, previa a criação de duas Divisões, a primeira seria aquartelada na capital da província, e a segunda na cidade da Laguna.

<sup>366</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3599. Segundo o Livro de Socorros dessa Companhia, foram matriculados 53 meninos, porém, no relatório do Ministro da Marinha do ano de 1858, consta no Mapa em anexo que na Companhia havia um total de 54 meninos matriculados.

<sup>367</sup> Relatório do Ministério da Marinha. 1842. Pg. 13. Ver em <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acessado em 25/02/2016.

internado do dia 24 de fevereiro até o dia 6 de maio de 1858. Foram dois meses e meio na enfermaria, e, como no Livro de Socorros não há lançamentos sobre os motivos de os aprendizes serem hospitalizados, não sabemos o que levou Antônio a permanecer tanto tempo por lá. Havia outros casos semelhantes ao de Antônio: Manoel José Pereira, pardo, que chegou na Companhia em 24 de março daquele ano, passou mais de três meses na enfermaria em 1859, entre os dias 16 de março e 30 de junho. Como eles, acompanhando os lançamentos no Livro de Socorro, quase todos os meninos precisaram de cuidados médicos entre 1857 e 1859, período em que Francisco Rômulo da Costa, moreno, 12 anos de idade, também natural de Santa Catarina, foi apresentado por seu pai – em 26 de dezembro de 1857. Francisco passou pouco mais de um ano na Companhia: no Livro consta que ele faleceu em 23 de abril de 1859.

Para comprar gêneros alimentícios e qualquer outro tipo de material, a Companhia publicava editais<sup>368</sup> em jornal de grande circulação. Neles pediam-se fornecedores de açúcar branco, açúcar refinado, aguardente, azeite doce, azeite de luz, bacalhau, café em grão, arroz, carne-seca, carne verde, feijão, farinha, pão, toucinho, sal, vinagre, manteiga inglesa, mate e chá.<sup>369</sup> Os alimentos eram preparados muitas vezes pelos próprios marinheiros, e tudo indica que foi assim que a Companhia de Santa Catarina iniciou suas atividades. Pois só em 24 de dezembro de 1857, quando já havia alunos matriculados, foi que o comandante da Companhia, Thomaz, publicou edital para contratação de cozinheiro, convidando os interessados a se “dirigirem à Capitania do Porto para conhecerem as vantagens do contrato”<sup>370</sup>. A morte rondava as Companhias, como apontou Rozenilda de Castro. A autora levantou oito falecimentos entre os meninos em um intervalo de seis meses<sup>371</sup>, durante o ano de 1879, na Companhia do Piauí. O comandante da Companhia do Pará relatou que, durante os meses de novembro e dezembro de 1874, alguns casos de varíola apareceram ali entre os meninos e que faleceram, durante o ano, cinco aprendizes “por várias moléstias”, acrescentando que a enfermaria tinha sempre de

---

<sup>368</sup> O Art. 1º do Decreto nº 2.108, de 20 de fevereiro de 1858, determina que a compra do material necessário para o serviço e consumo da Armada, dos arsenais e dos demais estabelecimentos de Marinha se fará por meio de concorrência, a que serão convidados os fornecedores, e de conformidade com o disposto neste Regulamento. CLB.

<sup>369</sup> *O Argos da Província de Santa Catarina*. Ano V, nº 714. 20 de junho de 1861. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>370</sup> *O Argos da Província de Santa Catarina*. Ano II. Nº 227. 24 de dezembro de 1857.

<sup>371</sup> Rozenilda Maria de Castro encontrou oito registros de mortes na Companhia de Aprendizes do Piauí, entre 2 de janeiro e 6 de julho de 1879. Ver SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Piauí (1874 a 1915): história de uma instituição educativa*. Teresina: EDUFPI, 2008. Dissertação de Mestrado. Pg. 107.

três a cinco menores diariamente.<sup>372</sup> Talvez casos como esse servissem de motivos para que as autoridades navais reconhecessem que, em algumas unidades, as condições higiênicas eram precárias – com alguma frequência os ministros relatavam as más condições dos prédios e instalações das Companhias.<sup>373</sup> Entretanto, muitos dos discursos que eram encaminhados por meio dos relatórios ministeriais, e pronunciados durante a votação do orçamento para Marinha na Câmara, na Corte, indicavam bem mais o objetivo de atingir a sensibilidade dos deputados na tentativa de conseguir maiores recursos financeiros para a Armada do que a preocupação com as condições estruturais das Companhias e dos menores aprendizes. Os recursos provenientes do Governo, repassados à Administração Naval, eram administrados e geridos pelas autoridades navais nas províncias. A prestação de contas era encaminhada para a Contadoria-Geral, na Corte; caso houvesse indícios de irregularidades, o caso era denunciado pelo presidente da província à Administração Naval e apurado por meio de um processo administrativo por uma comissão nomeada para a tarefa. Foi o que aconteceu com o comandante da Companhia de Aprendizes catarinense, o Primeiro-Tenente Thomaz Pedro de Bittencourt Cotrim. Acusado de “apropriar-se do dinheiro oriundo dos descontos nos soldos dos aprendizes”, o comandante foi denunciado pelo presidente da província e o caso chegou às páginas dos jornais. As acusações contra o Tenente Thomaz eram de natureza administrativa – ele estava sendo responsabilizado por má administração dos recursos financeiros da Companhia. Em 4 de junho de 1860, o caso se tornou público. De forma reduzida, o processo que o arrolava em juízo foi publicado no dia 4 de agosto do mesmo ano.<sup>374</sup> O caso ilustra como a Administração Naval fiscalizava e tratava as denúncias e o desvio de seus recursos. Embora a denúncia fosse de natureza administrativa, tudo indica que havia um embate de natureza política entre o presidente da província e o comandante da Companhia de Aprendizes<sup>375</sup>, que resultou na exoneração do comandante por meio do Aviso Ministerial de 2 de junho de 1860.

---

<sup>372</sup> Relatório do Quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Pará. Bordo do brigue *Maranhão* em 31 de dezembro de 1874. A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados. Códice XVIII M 3.

<sup>373</sup> LIMA, Solyane Silveira. Op. Cit. 2013. Pg. 68.

<sup>374</sup> *O Argos da Província de Santa Catarina*. Ano V. Nº 606, 8 de agosto de 1860. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>375</sup> Thomaz Pedro de Bittencourt Cotrim era afilhado político do Chefe de Divisão Jesuíno Lamego Costa, deputado e depois senador pela província de Santa Catarina pelo Partido Conservador. Na época, a província de Santa Catarina era governada pelo jurista e liberal Francisco Carlos de Araújo Brusque, inimigo político declarado de Lamego. Todo o processo e as discussões sobre caso envolvendo todos esses personagens podem ser encontrados nas páginas do periódico *O Argos de Santa Catarina* do ano de 1860, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Analisando o Livro de Socorros da Companhia catarinense<sup>376</sup>, parece que todos esses percalços eram menores diante dos elogios que a Companhia recebia e que não evitaram que as famílias da capital da província e das vilas e cidades próximas entregassem seus filhos aos cuidados do Primeiro-Tenente Thomaz Pedro de Bittencourt Cotrim, que, vez por outra, via seu nome nos jornais catarinenses cercado de cumprimentos e elogios “pelo adiantamento que apresenta em sua instrução e disciplina”, e que “por isso, merece os encômios do público”.<sup>377</sup> Até na Corte a fama do comandante havia chegado. O comandante da Estação Naval do Rio de Janeiro, em visita a Santa Catarina, elogiou a Companhia recém-criada. A citação meritória publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro* dizia que a Companhia, em poucos meses de existência, tinha mais de 50 aprendizes e quase todos voluntários e engajados e que o Primeiro-Tenente Bittencourt Cotrim sabia *preencher as vistas do governo* quando criou tal estabelecimento: dar uma profissão a muitos órfãos desvalidos e criar marinheiros instruídos para a nossa Marinha de Guerra seria prestar um relevante serviço ao País.<sup>378</sup>

Os números da Companhia são surpreendentes se comparados aos da Companhia de Pernambuco no que diz respeito à forma de entrada dos menores, ao menos no primeiro ano de recrutamento. Na tabela a seguir podemos ver os números de menores matriculados na Companhia catarinense e quem os entregava.

Tabela VI Relação do número de menores e por quem eram entregues à Companhia de Aprendizes de Santa Catarina, entre dezembro de 1858 e janeiro de 1859<sup>379</sup>

Forma de apresentação	Nº menores
Mãe	25
Pai/avô/tia/ama/mãe de criação	15

<sup>376</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3599.

<sup>377</sup> *O Argos da Província de Santa Catarina*. Ano IV. Nº 476. 6 de agosto de 1859. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>378</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Ano XXXVIII, nº 203. De 29/07/1858. Pg.1.

<sup>379</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3599.

Voluntários	8
Cap. Porto e Presidente da Província	3
Tutores	1
Total	53

Fonte: Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3599.

A interpretação do Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855, sugere como voluntários todos os menores apresentados por pais, tutores ou ainda “quem suas vezes fizesse” ou contratado a prêmio, e recrutados aqueles considerados órfãos e desvalidos que deveriam ser remetidos pelas autoridades competentes, isto é, pela polícia, por juízes, pelo capitão do Porto e pela Presidência da província. Mas nos Livros de Socorros constam alguns registros de menores que se apresentaram como voluntários sem a presença de pais, tutores ou responsáveis.

Augusto dos Santos, pardo, 12 anos de idade, natural de Santa Catarina, segundo o escrevente, o Primeiro-Tenente Ricardo Greenhalgh, chegou sozinho declarando querer servir à Marinha, e logo em seguida sua mãe foi autorizada pelo presidente da província a receber o prêmio de 100 mil-réis. O caso sugere que a mãe foi quem o entregou, ou que, ao saber que o filho tinha caído na rede do recrutamento e que não havia a possibilidade de reavê-lo, recorreu à recompensa. O mesmo ocorreu com Ladislau Fidelis Sores, branco, 12 anos de idade, também natural de Santa Catarina, que se apresentou como voluntário, tendo sua mãe, Maria Antônia, recebido o prêmio. Já Miguel de Souza Tavarez, pardo, 14 anos de idade, natural de Santa Catarina, foi matriculado na Companhia, mas não apareceu ninguém competente para receber o prêmio, conforme registrou o escrevente.<sup>380</sup> Por outro lado, dois casos demonstram que menores que viviam aparentemente sozinhos procuravam as Companhias por conta própria. Benedito Ventura Baunilha, branco, 12 anos de idade, também catarinense, apresentou-se como voluntário à Capitania do Porto declarando ser de pai falecido e viver em companhia de sua avó; não há registro de solicitação nem de pagamento de prêmio pela matrícula de Benedito. João José Zacarias, branco, 10 anos de idade, catarinense, apresentou-se voluntariamente à

---

<sup>380</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3599.

Capitania do Porto declarando-se órfão e vivendo na companhia de José Araújo; da mesma forma, não há registros de que ele tenha recebido prêmio pela matrícula de João. E Isidro Bernardo, pardo claro, 13 anos de idade, catarinense, também apresentou-se voluntariamente, e ninguém apareceu para receber o prêmio.<sup>381</sup> Interpretando o decreto de 4 de janeiro de 1855, alguns aprendizes não podem ser considerados voluntários. Um deles é Antônio Gracinda, branco, 11 anos de idade, catarinense, que foi recrutado pela canhoneira *Alfa*, em 7 de junho de 1857. O vaso de guerra pertencia à Estação Naval do Rio de Janeiro, porém estava destacado em Santa Catarina. O caso de Antônio é interessante porque, embora tenha sido recrutado na infância e não existisse ainda a Companhia catarinense, ele não foi remetido para a Corte, contrariando as orientações de que todo menor recrutado no território do Império deveria ser levado para Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio de Janeiro. Tudo indica que ele permaneceu na canhoneira até a data em que desembarcou para a recém-criada Companhia de Aprendizes de Santa Catarina. O mesmo aconteceu com o baiano Custódio José Pereira, órfão de 11 anos de idade, recrutado pela Capitania do Porto de Santa Catarina e levado à canhoneira *Alfa*, onde ficou até ser remetido para a Companhia de Aprendizes catarinense. Os dois menores só foram encaminhados para a Companhia em 5 de janeiro de 1858.<sup>382</sup>

Assim como no recrutamento em Pernambuco, há apenas um caso em que a figura do tutor aparece entre os matriculados na Companhia catarinense: José Reginaldo de Mascarenhas, pardo, 12 anos de idade, catarinense, foi apresentado por Clemente Antônio Gonçalves no dia 13 de março de 1858. Clemente era seu legítimo tutor – garantia o escrevente, o Primeiro-Tenente Ricardo Greenhalgh – e levou em seu bolso os 100 mil-réis de prêmio. Além das mães, os pais também levavam seus filhos para os cuidados da Companhia: dos 53 matriculados que constam no Livro de Socorros, dez foram entregues por seus pais. José da Silva Guimarães foi até a Capitania do Porto com seus dois filhos, Antônio e Joaquim José da Silva Guimarães, brancos, catarinenses, com 12 e 8 anos de idade, respectivamente. Viu a possibilidade de garantir um futuro melhor a eles, economizar com menos duas bocas para alimentar e, ainda, levar para casa um prêmio de 200 mil-réis.<sup>383</sup> Talvez o fato de estar cansada e solitária, tendo que criar seu neto de 10 anos de idade sem condições financeiras e até mesmo físicas, tenha feito com que a avó de Jacinto Araújo da Cruz, órfão, o entregasse ao capitão do Porto para ser

---

<sup>381</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

<sup>382</sup> Idem.

<sup>383</sup> Idem.

encaminhado à Companhia, e o prêmio de 100 mil-réis poderia garantir a ela alguns dias de alívio financeiro. O mesmo pode ter acontecido com José Pereira, que levou seu neto, Manoel José Pereira, órfão, 12 anos de idade, ao capitão do Porto para ser matriculado na Companhia. Florência Eliomar de Jesus, ama de Manoel João Jaques, de 12 anos de idade, de pais incógnitas, talvez pelas mesmas circunstâncias da avó de Jacinto, cansada e sem condições para criar Manoel, o tenha entregue à Companhia de Aprendizes de Santa Catarina<sup>384</sup>. Camélia da Glória criou Quintino Antônio da Silva até seus 13 anos de idade; quatro meses depois do início das atividades da Companhia, o entregou como voluntário. Ela declarou serem incógnitas os pais de Manoel.<sup>385</sup> Não havia documentação que comprovasse a relação entre os menores e seus responsáveis e parentes, ou pelo menos aquela foi mencionada. Houve um único caso em que um tutor entregou um menor à Companhia e recebeu a declaração do escrevente Primeiro-Tenente Ricardo Greenhalgh como “legítimo tutor”, sugerindo que houve alguma comprovação oficial apresentada por parte do tutor. Nos casos em que avós, avôs e mães de criação apresentavam seus netos e protegidos, tudo indica que a declaração e a confirmação dos menores eram suficientes para satisfazer a autoridade naval, situação que a Marinha tentou resolver, como já mencionamos, exigindo documentação comprobatória sobre os menores a partir de 1878.

A imagem que conseguimos obter do recrutamento para a Companhia catarinense é bem diferente da que observamos em Pernambuco. O dado que se destaca é o número de menores entregues pelas mãos da polícia na província nordestina, enquanto em Santa Catarina a grande maioria dos menores chegou pelas mãos de suas mães, seus pais ou de membros da família. Outra característica que chamou atenção foi a massiva utilização dos periódicos. Em Pernambuco, a campanha para o recrutamento e voluntariado para a Companhia de Aprendizes estava recorrentemente nas páginas de um dos principais jornais da província. Já em Santa Catarina, encontramos poucos editais de recrutamento de menores; por outro lado, os editoriais e artigos que, vez por outra, estampavam as folhas dos jornais, traziam boas referências sobre a Companhia. Talvez esse aspecto tenha contribuído para um entendimento de que a Companhia de Aprendizes fosse realmente um lugar em que as famílias poderiam depositar sua confiança

---

<sup>384</sup> Ou pode ser que esse caso seja como Maria Luísa Marcilio apontou: a ama de leite que ficasse com crianças que os asilos recusassem por falta de vaga recebiam uma pequena quantia em dinheiro, e caso quisessem permanecer com elas até a idade de 12 anos, poderiam explorá-las com trabalho remunerado ou em troca de abrigo e comida. Ver em Maria Luísa Marcilio, *A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil*. Pg. 72.

<sup>385</sup> Idem.

em um futuro melhor para seus filhos. Alguns chegavam a entregar mais de um de seus filhos menores, como foi o caso de José da Silva Guimarães, que entregou seus dois filhos.

Vimos que a prática e a dinâmica do recrutamento de menores em Santa Catarina seguiram caminhos diferentes das de Pernambuco. Apesar das orientações provenientes da Corte, as realidades sociais que os mecanismos de recrutamento encontraram fizeram com que as redes de agentes públicos e particulares tomassem outro caminho para arregimentar menores e completar as fileiras das Companhias nas duas províncias. Embora a instituição oferecesse a oportunidade de melhorias das condições de vida dos indivíduos da comunidade em seu entorno, elas foram interpretadas de forma diferentes nas duas províncias. À medida que a Marinha buscava desconstruir sua imagem de espaço punitivo com a proposta das Companhias como espaço de educação, instrução e aprendizagem profissional, as comunidades fizeram suas próprias leituras. Se em Pernambuco os mecanismos de recrutamento se apropriaram das velhas práticas utilizadas para o recrutamento de menores antes da criação da Companhia, fazendo com o que as famílias não confiassem seus filhos a ela, em Santa Catarina a campanha promovida nos jornais parece ter surtido efeito, mudando o comportamento de pais, mães e familiares, como apontam os dados de entrada e matrículas na Companhia catarinense.

### **4.3. O cotidiano nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros: Quem eram esses aprendizes?**

#### **4.3.1 As fugas e os pedidos de desligamento nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros**

Apesar do quadro apresentado, as famílias catarinenses enxergavam na instituição garantias mínimas como atrativos para confiarem seus filhos ao modelo de aprendizagem oferecido pela Marinha. Nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, os menores se deparavam com uma pesada rotina militar, um cotidiano baseado não somente na hierarquização de postos, mas também no tempo em que as atividades eram desenvolvidas e sistematizadas no cotidiano da companhia, impondo ao indivíduo controle excessivo sobre seu corpo. Depois de completar 16 anos de idade e contar três anos pelo menos de instrução nas Companhias, o menor deveria ser encaminhado ao Quartel-General na Corte, uma determinação do Regulamento de 1855. Quando esse dia estava próximo, havia por parte de algumas famílias, pelo fato de seus filhos serem remetidos para tão longe, a tentativa de pedir a baixa do jovem

aprendiz do serviço militar, por meio de requerimento às autoridades locais ou por meio de fugas.

O relatório do Primeiro-Tenente José Marques, da Companhia de Aprendizes do Pará, encaminhado ao inspetor do Arsenal daquela província em 31 de dezembro de 1874, é um documento revelador da pesada rotina de uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros.<sup>386</sup> Logo no início, ele aponta a necessidade de um oficial da Armada para a Companhia, “pois sem este, o comandante vê-se sem ter quem em sua ausência sustente a disciplina e moralidade dos aprendizes e as dirija nos exercícios que constituem sua aprendizagem”, apelava José Marques ao inspetor, certamente diante da dificuldade que encontrava para impor a rotina e a disciplina. O efetivo da Companhia era composto, além do comandante, de dois oficiais, um cirurgião-mor, um oficial e um fiel de fazenda, um marinheiro de 1ª classe, dois guardiões, um cozinheiro, três imperiais marinheiros – sendo um de 1ª classe e dois de 2ª classe – e 52 aprendizes. Há no documento um levantamento detalhado do cotidiano da Companhia, fornecendo os números e o fluxo de aprendizes na instituição desde o início de suas atividades, em 1855, até 1874, período em que dos 52 menores que passaram pela instituição, 16 aprendizes foram encaminhados para o Quartel-General na Corte e 34 foram entregues à instituição pela Presidência da província. As fugas eram frequentes, e a Companhia chegou a registrar 23 ausências no ano de 1860, quando somente três menores foram capturados.

A rotina começava cedo, às 5 horas da manhã em ponto; a alvorada anunciava mais um longo dia de atividades na Companhia, e todos os aprendizes deveriam estar de pé prontos para iniciar a faxina, que se prolongava até a mostra de uniformes. Durante a semana, a rotina se repetia: as atividades de recolher, do silêncio e das refeições eram cumpridas regularmente todos os dias, respeitando-se rigorosamente os horários, que eram completamente diferentes do que se verifica hoje. Às 8 horas era servido o almoço – a primeira refeição do dia –, às 12 horas era servido o jantar e às 17 era servida a ceia, a última refeição. As demais atividades eram alternadas de acordo com o horário e o dia da semana. Uma forte hierarquização do tempo, a imposição dessas atividades tinha como objetivo a manutenção de uma ideia de organização e disciplina no ambiente da Companhia. A vida do menino, desde o momento em que pisava pela

---

<sup>386</sup> Relatório do Quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Pará. Bordo do brigue Maranhão em 31 de dezembro de 1874. A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados, Códice XVIII M 3.

primeira vez na instituição, era marcada por essa rotina. Abaixo, algumas das atividades que eram executadas na Companhia paraense.

Tabela VII – Rotina dos aprendizes na Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará<sup>387</sup>

	05:00	5:30 às 7:30	7:30 às 8:00	8:00 às 8:30	9:00 às 11:30	12:00	13:00 às 15:00
Domingo	Faxina	Baldeação Limpeza	Uniformes	Almoço	Missa e mostra	Jantar	Descanso
2ª Feira	Faxina	Baldeação Limpeza	Uniformes	Almoço	Escola	Jantar	Exercício passo e
3ª Feira	Faxina	Lavagem de Roupa	Uniformes	Almoço	Escola	Jantar	Exercício náutico
4ª Feira	Faxina	Baldeação limpeza	Uniformes	Almoço	Escola	Jantar	Exercício artilharia
5ª Feira	Faxina	Baldeação limpeza	Uniformes	Almoço	Divisão de mostra	Jantar	Bordejo
6ª Feira	Faxina	Baldeação limpeza	Uniformes	Almoço	Escola	Jantar	Exercício de passo e
Sábado	Faxina	Lavagem de Roupa	Uniformes	Almoço	Limpeza de Armário	Jantar	Limpeza do físico

Relatório do Quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Pará. A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados, código XVIII M 3.

<sup>387</sup> Embora não tenhamos uma referência que nos permita identificar com precisão alguns termos e palavras utilizados na tabela de distribuição do tempo das atividades na Companhia de Aprendizes da província do Pará, podemos arriscar, comparando com os termos utilizados hoje nas atividades e fainas nos navios da Armada, tendo em vista que muitos desses termos atravessaram séculos desde as antigas Marinhas do Continente Europeu até a formação da Armada brasileira. Por exemplo, baldeação nada mais é do que jogar água para limpeza de um espaço no navio; sobre mostra, tanto de uniformes quanto de armamento, até hoje estes passam por mostras. Os militares passam por mostra de uniformes, que consiste em uma formatura em que se colocam perfilados os militares para averiguação de seus uniformes e cujo objetivo é que se tenha atenção e apuro com o fardamento. Os navios passam por mostra de armamento e desarmamento, uma cerimônia que introduz e desliga o navio do serviço ativo na Armada. O termo bordejo é tomado emprestado de seu significado original – navegar em zigue-zague, a esmo – para definir o momento em que se pode, até certa medida, ficar livre de qualquer obrigação, ficar à toa, um momento de liberdade dentro do espaço controlado da Companhia.

	15:00 às 17:00	17:00 às 17:30	17:30 às 18:00	18:00 às 19:30	19:30 às 20:00	20:00 às 2 1:00
Domingo	Natação	Ceia	Faxina de Macas	Recreio	Recolher	Silêncio
2ª Feira	Natação	Ceia	Faxina de Macas	Recreio	Recolher	Silêncio
3ª Feira	Natação	Ceia	Faxina de Macas	Recreio	Recolher	Silêncio
4ª Feira	Natação	Ceia	Faxina de Macas	Ladainha	Recolher	Silêncio
5ª Feira	Natação	Ceia	Faxina de Macas	Recreio	Recolher	Silêncio
6ª Feira	Descanso	Ceia	Faxina de Macas	Recreio	Recolher	Silêncio
Sábado	Limpeza Uniforme	Ceia	Faxina de Macas	Ladainha	Recolher	Silêncio

Relatório do Quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Pará. A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados, código XVIII M 3.

Portanto, desde o momento em que o menino se submetia à inspeção do cirurgião e era matriculado na Companhia de Aprendizes, passava a ser exercido um controle efetivo sobre seu tempo, seu corpo e sua vida. Uma rotina que Solyane Silveira Lima descreve da seguinte forma:

Dentro da Companhia de Aprendizes Marinheiros, a primeira regra que se impunha aos menores era a disciplina do tempo, tirando deles a sua noção particular e obrigando-os a ter uma noção homogênea. Dessa forma, os sujeitos eram coletivizados a partir da introspecção da noção do tempo que se impunha na distribuição dos diversos afazeres diários.<sup>388</sup>

A exigência de um corpo saudável acompanhava os menores até assentarem praça no Corpo de Imperiais Marinheiros, por meio de inspeções de saúde. Por exemplo, ao ingressar na Companhia de Aprendizes os meninos se deparavam com a exigência de possuir um corpo com suficiente desenvolvimento físico para os exercícios do aprendizado, e o cirurgião da

<sup>388</sup> LIMA, Solyane Silveira. Op. Cit. 2013. Pg. 85.

Companhia era o responsável por essa tarefa de inspecioná-los.<sup>389</sup> Essa exigência nem sempre era cumprida, pois as dificuldades de arregimentar menores para completar as fileiras das Companhias faziam com o que as autoridades navais aceitassem menores, descumprindo as normas legais. Até a idade declarada do menor poderia não corresponder à verdadeira: embora os limites fossem entre 10 e 17 anos, poderiam ser matriculados meninos mais novos, como vimos nos casos de Pernambuco e Santa Catarina. Esse tipo de comportamento dos agentes do recrutamento por vezes causava confusão. Foi o que aconteceu na Companhia de Aprendizes da Bahia. O comandante relatou ao intendente da Marinha na Bahia que tinha muitos aprendizes que já haviam ultrapassado os três anos que determinava o Regulamento para permanecerem no quartel da Companhia, e que, pelo desenvolvimento físico dos meninos, estes já tinham mais de 16 anos idade. Diante disso, deveria o comandante obedecer ao Regulamento e encaminhar os meninos ao Quartel-General da Marinha na Corte, para assentarem praça no Corpo de Imperiais Marinheiros. Porém informou o comandante ao intendente que, considerando as idades atribuídas aos menores na época da matrícula, eles ainda não haviam completado nem a idade de 16 anos. Por sua vez, o intendente encaminhou ofício ao Ministério relatando o ocorrido e solicitando uma sugestão sobre o impasse. Por ofício, a Secretaria de Estado e Negócios da Marinha respondeu ao intendente e determinou que,

Sendo as idades dos menores arbitradas na ocasião de assentarem praça a juízo do cirurgião da Companhia, na falta de documentos legais, cumpre que V.S.<sup>a</sup> observe a prática adotada no Corpo de Imperiais Marinheiros de proceder-se a novo arbitramento pelo respectivo cirurgião nos casos idênticos ao que se trata, fazendo-se disso a competente nota no Livro dos Socorros, assinada pelo comandante e cirurgião. Nessa conformidade, ofereça suas ordens para que sejam remetidos para o Quartel respectivo [General da Marinha] todos os aprendizes que em virtude

---

<sup>389</sup> Decreto nº 1.591 e Decreto nº 1.517. Op. Cit.

do novo arbitramento, a que terá que proceder, forem declarados maiores de dezesseis anos.<sup>390</sup>

O caso revela que o controle exercido pela Marinha ia além da imposição de uma disciplina sobre o tempo, como apontou Solyane Silveira Lima, na medida em que a ausência de documentos comprobatórios, que a maioria dos indivíduos não possuía, fazendo a identificação da idade do menor recair sobre sua estatura física, abria um campo enorme de possibilidades de controle sobre o seu corpo. Contudo, tal exercício de controle parece não ser compartilhado pelo conjunto de agentes e agências da Administração Naval, uma vez que foi necessário submeter o problema ao centro daquela administração. Com isso, além da rotina que impunha uma homogeneização do tempo, retirando dos menores sua visão particular sobre ele, o controle sobre o corpo promovia uma leitura deturpada da fisiologia dos indivíduos, que, por sua vez, interferia na contagem do tempo de vida dos próprios meninos.

A rotina em uma Companhia de Aprendizes era intensa, e submeter-se a ela significava se inserir em um mundo completamente diverso, abrir mão da liberdade de quando se tem entre 8 e 16 anos, uma faixa de idade que não impõe tantas responsabilidades e compromissos. Somado a isso, viver em uma instituição com regime de internato sem estrutura e insalubre e com o risco de adquirir uma variedade de doenças, como já vimos, contribuía para que muitos pais recorressem às autoridades locais para reaver seus filhos. Para muitos, porém, só havia uma oportunidade de evasão: por meio de fugas. A tabela abaixo foi produzida a partir dos dados fornecidos pelo comandante da Companhia de Aprendizes do Pará, em seu relatório.

Nota-se também que o tempo reservado para “escola” (alfabetização e noções básicas de matemática) correspondia a uma parcela menor em relação às demais atividades durante a rotina de um aprendiz na Companhia. Embora a instituição fosse um espaço que combinava instrução militar e educação para formação militar, o escasso tempo dedicado à educação e formação nas primeiras letras, em certa medida, não corrobora o discurso parlamentar e das autoridades navais no processo que resultou na criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. As atividades se iniciavam às 5 horas e terminavam às 8 horas da noite com o toque de recolher; eram duas horas e meia diária de “escola” em quatro dias na semana

---

<sup>390</sup> Ofício ao Intendente da Marinha na província da Bahia, datado de 6 de janeiro de 1860, encaminhado pela Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. A.N. Série Marinha. Subsérie Intendência da Bahia. Códice IX M-84..

(segunda, terça, quarta e sexta-feira), totalizando 10 horas semanais. Levando-se em conta uma rotina diária de 15 horas, o tempo dedicado ao ensino nas Companhias de Aprendizes era desproporcional, tanto ao discurso das autoridades navais e políticos quanto para alcançar resultado eficaz para alfabetização dos meninos aprendizes.<sup>391</sup> Mesmo assim, o discurso das Companhias como espaço dedicado à educação nas primeiras letras, apesar de sua precariedade, irá acompanhar a instituição durante sua trajetória no século XIX.

Tabela VIII Formas de entradas, fugas e capturados na Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará<sup>392</sup>

Ano	Remetidos			Voluntários		Total	Fugas	Capturados
	Autoridades	Arsenal	Outros	Com prêmio	S/ prêmio			
1855	8	2	0	3	4	17	0	0
1856	21	7	0	13	2	43	6	0
1857	23	10	0	10	3	46	2	0
1858	46	1	0	15	1	63	10	2
1859	26	0	0	14	2	42	8	1
1860	21	0	2	2	3	28	23	3
1861	7	1	0	0	0	8	18	2
1862	15	0	1	0	1	17	3	3
1863	14	0	1	2	0	17	2	1
1864	4	0	2	1	1	8	3	2
1865	12	0	0	0	1	13	1	0
1866	7	2	0	0	0	9	2	0
1867	61	0	0	0	0	61	10	2
1868	14	0	0	0	0	14	0	1
1869	9	0	0	0	0	9	8	3
1870	13	0	1	0	0	14	15	5
1871	25	2	0	0	0	27	5	4
1872	13	0	0	0	1	14	4	1
1873	29	0	0	0	0	29	0	0
1874	34	0	0	0	0	34	3	3
Total	373	16	7	44	13	453	117	33

Fonte: Relatório do Quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Pará. A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados, código XVIII M 3.

<sup>391</sup> Relatório do Membro do Conselho Naval Manoel Carneiro da Rocha, sobre a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí aponta que, após aplicação de exame nos aprendizes, uma parcela mínima sabia escrever e ler, a maioria tinha dificuldades de leitura e escrita e que alguns apenas conheciam o alfabeto. Relatório do Membro do Conselho Naval. Arquivo Nacional. Série Marinha código XM-506.

<sup>392</sup> Relatório do Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Pará. Bordo do brigue Maranhão em 31 de dezembro de 1874. A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados código XVIII M 3.

Destaca-se o baixo desempenho da Companhia em arregimentar menores para matrícula nos anos levantados pelo Primeiro-Tenente José Marques – ela ficou longe de completar todas as 200 vagas de suas fileiras. Assim como em Pernambuco, a maioria dos menores matriculados chegou pelas mãos das autoridades locais. Um pequeno número de voluntários, nos quatro anos primeiros anos da Companhia, nos leva a crer que houve uma certa proximidade e confiança da população local em relação à instituição. Embora o pagamento de prêmio fosse um incentivo ao voluntariado, o baixo desempenho da arregimentação de menores por esse tipo de entrada nos anos posteriores pode significar que a confiança da população da cidade e das vilas da província do Pará em entregar seus filhos, tutelados e pupilos à Companhia de Aprendizes durou pouco tempo.

O histórico dos conflitos em relação às práticas utilizadas para o recrutamento no Pará remonta ao processo de Independência. Edna Fernandes Antunes aponta que as indefinições das Cortes quanto ao poder naquela província acabaram por incentivar o Comandante das Armas a dissolver a junta provisória em março de 1823 e a promover o recrutamento ignorando as isenções previstas nas Instruções de 1822, o que gerou forte insatisfação. Não era por menos. A autora nos diz que o recrutamento na província recaía “sobre tapuios, índios civilizados que, pela legislação de 1798, eram obrigados a prestarem serviços públicos que iam da atividade pesqueira ao serviço militar”<sup>393</sup>, sem as isenções; nem aqueles que se valiam de algum tipo de estratégia, como o casamento, conseguiram fugir da rede do recrutamento. Como nas demais províncias, a Companhia de Aprendizes do Pará deveria contribuir para a desconstrução da imagem que a prática do recrutamento fazia recair sobre a Marinha, porém o relatório do comandante sugere que, após os primeiros quatro anos de funcionamento da instituição na província, o resultado não foi o que se esperava. As formas de entrada para as Companhias nos revelam uma série de aspectos referentes às medidas empregadas na arregimentação de menores. Como vimos, o recrutamento e o voluntariado para as Companhias, embora tenham cumprido o expediente já empregado para o recrutamento desde as Instruções de 1822, sofreu modificações ao ponto de, em 1855, adquirir características próprias com medidas específicas para o recrutamento da infância. Se antes os menores eram embarcados nos vasos de guerra logo após o recrutamento, a partir de 1840 o destino dos mancebos passou a ser os quartéis das Companhias de Aprendizes, medida mais significativa para formação e organização das praças,

---

<sup>393</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit. Pg. 23.

como garantiam as autoridades navais e o governo. Porém outro elemento pode nos ajudar a compreender a dinâmica do recrutamento e voluntariado para as Companhias.

As fugas cumpriram uma função específica perante os mecanismos de recrutamento e se colocavam como ameaça diante dos objetivos propostos para as Companhias, uma vez que, além de um ambiente disciplinado e hierarquizado, havia a promessa de que o menino pobre, órfão, desvalido e abandonado encontraria um espaço acolhedor, teria no comandante a figura de um pai e na instituição a oportunidade de uma vida melhor e digna. A instituição prometia alimentação, cuidados com a saúde e higiene, educação nas primeiras letras e a instrução para a profissão do mar. Ao fugir, o menino renunciava a receber toda essa gama de benesses e promessas ofertadas pela Marinha e preferia viver no que as autoridades navais chamavam de marginalidade.

Por sua vez, assim como a prática violenta do recrutamento de menores exercida pelas autoridades nas ruas das cidades e vilas, as fugas contribuíam, na ordem do dia, para aguçar a desconfiança dos seus moradores em relação às Companhias, os quais relutavam a entregar seus filhos aos cuidados da Marinha. Por outro lado, as evasões também mostravam a insatisfação dos menores por serem recrutados ou entregues por seus pais e tutores à Marinha e submetidos a um regime fortemente hierarquizado e disciplinador, muito diferente do que estavam acostumados.<sup>394</sup> Como exemplo, conseguimos o registro de duas fugas em Santa Catarina, em 1858; tudo indica que eram alunos da primeira turma daquela Companhia. Como não foi possível analisar para além daqueles 53 aprendizes, pois só encontramos um único volume dos Livros de Socorros da Companhia catarinense, o caso que iremos relatar se coloca como exemplo para chamar atenção que, embora a maior parte dos menores matriculados na Companhia tenha sido de voluntários, como eram os dois, a fuga era um recurso utilizado por menores que desejavam escapar de serem encaminhados para longe da família ou das condições estruturais e insalubres e da rotina pesada da instituição, o que parece ser o caso dos dois meninos.

Júlia do Nascimento entregou seus dois filhos, os menores Eleutério e Manoel do Nascimento, de 11 e 10 anos de idade, respectivamente, ao capitão do Porto em 21 de janeiro de 1858 e por eles recebeu a quantia de 200\$000 mil-réis. No dia 24 de abril Manoel baixou

---

<sup>394</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit. Pg.113.

hospital e só obteve alta em 6 de maio. Este período em que esteve internado pode ter aumentado a vontade dos dois irmãos de escapar da Companhia. A oportunidade veio após o licenciamento para visitar a família: os dois saíram no dia 14 de novembro e não retornaram. A deserção foi lançada no livro no dia 17 de novembro, e daí por diante começou a caçada pelos desertores. Somente no dia 2 de janeiro de 1859 o delegado da freguesia de Tubarão conseguiu capturar Eleutério e Manoel, que foram entregues ao comandante da Companhia no dia 11 de janeiro. Embora no Livro de Socorros não mencione o destino dos dois aprendizes desertores, o Regulamento de 1855 definia, como punição ao delito praticado por eles, o envio para o Quartel-General da Corte, prática que poderia desencorajar pais e filhos a optarem pela deserção durante as licenças.

Muitos eram os Eleutérios e Manoéis. Na Companhia paraense, entre 1855 e 1874, dos 453 menores que foram matriculados, 117 fugiram; desses, somente 33 foram capturados. Segundo o relatório do comandante, em 1874, o serviço externo e interno na Companhia estava sendo feito por três militares, dois guardiões e um mestre de 1ª classe, e apesar da aparente fragilidade na segurança da Companhia, somente três menores fugiram e foram capturados. Olhando a tabela nº 5, podemos constatar que as fugas na Companhia eram frequentes, e em alguns anos seu número se acentuou consideravelmente e o número de capturados sempre foi muito abaixo do de fugitivos.

Além da ocorrência de fugas, havia também os pais que recorriam às autoridades locais, com certa frequência e por meio de requerimentos, solicitando seus filhos de volta. Muitas vezes, se baseavam até no próprio Regulamento das Companhias. Foi o que fez João Antônio Costa ao solicitar ao presidente da província que desligasse da Companhia de Aprendizes do Pará seu filho Raymundo Antônio Costa. O argumento utilizado pelo pai foi o de que Raymundo não saía da enfermaria da Companhia e que não tinha “constituição robusta e própria para vida do mar, como exige o Art. 8º inciso 3, do Regulamento da Companhia”.<sup>395</sup> O pedido de João Antônio foi atendido, e ele levou para casa seu filho. Antônio Candido da Silva pediu ao juiz municipal de Olinda que entregasse seu filho menor, Candido, que foi recrutado para Companhia de Aprendizes de Pernambuco; não conseguimos saber se seu pedido

---

<sup>395</sup> *Jornal do Pará*. Ano VIII. Nº 65. Terça-feira, 22/03/1870. Parte Oficial. Expediente do Governo. Pg. 01.

foi aceito ou negado.<sup>396</sup> Já Joaquim José Barbos da Silveira foi mais longe: solicitou a intervenção do Imperador depois que seu requerimento foi indeferido pelo presidente da província. Ele queria reaver seu filho, o “*pardinho*” Ignácio Barboza da Silveira, que se encontrava recrutado na Companhia de Aprendizes da Província de Santa Catarina.<sup>397</sup> Outro caso que não foi possível saber do desfecho. Assim como no caso do menino Raymundo, recrutado no Pará, alguns requerimentos eram atendidos, como o pedido de exclusão feito pelo inspetor do Arsenal de Marinha de Pernambuco ao comandante da Companhia de Aprendizes. O menor Antônio da Silva Valente foi entregue a sua mãe, Felícia Maria da Conceição, depois que o comandante da Companhia de Pernambuco aceitou seu pedido.<sup>398</sup> Entretanto, alguns não eram aceitos, como o de Maria Joaquina da Conceição, que pediu para excluir do recrutamento seu filho, o menor Francelino Lins. O inspetor do Arsenal de Marinha de Pernambuco informou que não havia razões para excluí-lo da Companhia.<sup>399</sup> Os motivos que levaram esses pais a requererem seus filhos eram diversos. Podemos supor que, à medida que se ampliava o recrutamento sobre a infância, surgiam novas estratégias utilizadas pelas famílias para reaverem seus filhos. Vimos que não foram poucas as razões que levaram pais, como Joaquim José Barbos da Silveira, a tentarem reaver seus filhos. Assim como as fugas, a própria prática do recrutamento, utilizado como mecanismo de recolhimento da infância desvalida das ruas, implicava o distanciamento das famílias e seus filhos em relação às Companhias de Aprendizes. A prática contribuía para construir e reforçar a imagem que recaía sobre as instituições militares – o recrutamento era visto com um mecanismo correcional e os quartéis como espaço punitivo. As estruturas físicas e de funcionamento das Companhias de Aprendizes também compunham o escopo para a repulsa social. Na Sessão da Câmara do dia 14 de agosto de 1861, durante as discussões para a votação do orçamento da Marinha, Lamego Costa, então deputado por Santa Catarina, faz o seguinte pronunciamento em tom de denúncia:

A Companhia de Aprendizes criada em minha  
província, dividida em duas seções de 100 praças, sendo

---

<sup>396</sup> *Diário de Pernambuco*. Ano XXXIV. Nº 25. 1º de fevereiro de 1858. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>397</sup> *Idem*. Ano V. Nº 866. Desterro 20 de abril de 1861, Pg. 1, grifo nosso, e *O Mercantil*, jornal da província de Santa Catarina. Ano II. Nº 138. 23 de maio de 1862. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>398</sup> *Diário de Pernambuco*. Ano XXXIV. Nº 148. 2 de julho de 1858. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>399</sup> *Diário de Pernambuco*. Ano XXXIV. Nº 55. 9 de março de 1858. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

uma aquartelada na capital e outra na Laguna; a primeira seção foi organizada, dando por quartel o forte de Sant'Anna [...] tenho feito ver ao nobre ministro da Marinha que esse quartel não tem capacidade para acomodar a primeira seção, além disto a má posição em que se acha colocado, torna-se um foco de enfermidade.<sup>400</sup>

Era recorrente esse tipo de argumento nas sessões da Câmara, e como já mencionamos, era muito mais com o objetivo para requisição de verbas mais volumosas à Secretaria de Estado e Negócios da Marinha do por que preocupação com a vida dos menores aquartelados em uma unidade insalubre das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Porém outras dificuldades para arregimentação de menores eram apontadas pelas autoridades, como mencionou Edna Fernandes, e a exigência de documentação comprobatória do menor e de seus pais ou tutores era uma delas. A grande maioria dos que procuravam as Companhias de Aprendizes com seus filhos e tutelados era de origem pobre; muitos não conseguiam reunir recursos para pagar a emissão de documentos. A autora aponta que tais dificuldades se refletiam no baixo número de alunos nas Companhias, porém a Marinha considerava que a instituição era indispensável para a organização do Corpo de Imperiais Marinheiros.<sup>401</sup> Velôr Pereira Carpes da Silva, ao analisar o relatório do comandante da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina encaminhado ao presidente da mesma província em 1885, afirma que “as dificuldades em conseguir menores era por não existirem garantias, para as crianças, de terem um futuro certo após serem dispensados pela Marinha”.<sup>402</sup> Isso faz crer que as coisas haviam mudado na província. No primeiro ano de funcionamento, tudo indicava que as famílias depositavam na Companhia na Aprendizes confiança para entregar seus filhos, mas, depois de duas décadas, o estudo de Velôr sugere que a confiança havia se perdido. Contudo, Edna Antunes aponta que as condições apresentadas pelas Companhias, tanto em suas estruturas físicas, de condições precárias de aquartelamento, quanto no trato dos aprendizes, com as rígidas regras e os castigos

---

<sup>400</sup> *O Argos, da Província de Santa Catarina*. Desterro. Ano V. nº 766. 26 de agosto de 1861. Pg. 2-3.

<sup>401</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit. Pg. 99-100.

<sup>402</sup> SILVA, Velôr Pereira Carpes da. *A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889*. Dissertação apresentada ao Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2002. Pg. 58.

corporais, eram as principais preocupações por parte dos pais em entregar seus filhos aos cuidados dos comandantes das Companhias de Aprendizes.<sup>403</sup>

#### **4.3.2 Brancos, pretos, pardos, caboclos, morenos e outros cabras: Cor, educação no recrutamento para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros da Armada Imperial**

Como vimos no capítulo anterior, o recrutamento de negros, pardos e caboclos engrossou as fileiras das forças militares desde o início das guerras de Independência, como apontou Hendrik Kraay, sustentando que, invariavelmente, o recrutamento recaía sobre os negros escravizados.<sup>404</sup> Por outro lado, Peter Beattie aponta que autoridades vetavam escravos e negros livres para as fileiras de praças até o início do século XIX, atitude que persistiu em algumas regiões.<sup>405</sup> Já Jorge Prata levantou considerável número de escravos recrutados pela Marinha. Segundo o autor, esses indivíduos engrossavam as fileiras da Armada Imperial ao lado de menores recrutados e encaminhados para a Ilha de Villegagnon no período da Guerra do Paraguai<sup>406</sup>. Silvana Cassab Jeha<sup>407</sup> nos conta um fato curioso em relação ao recrutamento para as Companhias de Aprendizes na província da Bahia. A autora encontrou um relato interessante feito bem no início do funcionamento da Companhias de Aprendizes baiana, envolvendo seu comandante e o Imperador. O comandante tinha resistência em recrutar meninos negros, e o caso chegou aos ouvidos do monarca, que, em sua visita à instituição, chamou atenção do comandante, repudiando sua atitude. Por outro lado, Edna Antunes nos revela que na Corte a situação era diferente: boa parte das crianças negras abandonadas no Rio de Janeiro, cuja a guarda passava ao Estado, era encaminhada para a Marinha. O comportamento do comandante da Companhia da Bahia sugere que houve mudanças na visão sobre o recrutamento na província. Sua atitude corrobora os apontamentos de Peter Beattie

---

<sup>403</sup> SILVA, Velôr Pereira Carpes da. Op. Cit. Pg. 118.

<sup>404</sup> KRAAY, Hendrik. Op. Cit. 2002.

<sup>405</sup> Beattie, Peter M. OP. Cit. 2009. Pg. 54.

<sup>406</sup> SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, Associação de Docentes da Universidade Estácio de Sá. 1996.

<sup>407</sup> JEHA, Silvana Cassab. A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil 1822-1854. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC – Rio. 2011.

sobre a permanência de veto em relação ao recrutamento de negros nas fileiras de praças em algumas regiões no decorrer da segunda metade do Oitocentos. Porém Hendrik Kraay observou em período anterior, durante as guerras de Independência, que o recrutamento recaiu em larga escala sobre brancos, pretos e pardos. Contudo o comandante parecia não estar alinhado às pretensões do Governo e da Marinha, por seu comportamento dar margens a indícios de que, embora as propostas das Companhias de educar e oferecer formação profissional aos pobres, estas oportunidades não deveriam ser oferecidas aos meninos negros da Bahia – a eles estava reservado outro futuro.

Neste tópico, tentaremos verificar como a cor da pele foi observada e em que medida ela influenciou no recrutamento de menores para a Companhia de Aprendizes de Pernambuco e Santa Catarina. Analisaremos como os menores matriculados nas duas Companhias foram identificados segundo a cor da sua pele e tentaremos estabelecer relações com a população da província onde foram recrutados. Para Solyane Silveira Lima, as Companhias de Aprendizes eram espaços reservados aos filhos de pobres das diversas etnias que compunham a sociedade imperial, ao contrário da Companhia de Guardas-Marinha, cujo objetivo era formar oficiais para a Armada Imperial, recrutados preferencialmente entre os filhos de oficiais da Marinha e do Exército. Para a autora,

Se por um lado as instituições encarregadas de formar a elite tinham essas características, por outro, a educação para os marujos comuns seguia caminhos e objetivos diferentes. No período de formação da Marinha, os recrutados provinham das mais diversas etnias e de origem social pobre.<sup>408</sup>

Em 1854, o Padre Antônio do Canto Lacerda Albuquerque, comissário da Ordem Terceira do Bom Jesus do Calvário, localizada na Rua do Sabão, Rio de Janeiro, recorreu ao Ministério da Justiça para reclamar a fuga de seu escravo Amâncio. Segundo o vigário, ele se achava na Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Corte com o nome de José Antônio da Silva. O Quartel-General da Marinha, por determinação daquele Ministério, encaminhou

---

<sup>408</sup> LIMA, Solyane Silveira. Op. Cit. 2013. Pg. 46.

Antônio para a delegacia, onde deveria ser verificada sua identidade, e Antônio do Canto conseguiu reaver seu escravo.<sup>409</sup> Sua cor, muito menos sua condição jurídica, não impediu que Amâncio ingressasse nas fileiras da Companhia. Embora a cor de sua pele pudesse fazer com que as autoridades navais desconfiassem que vivia sob o estatuto da escravidão, tudo indica que a ele não foi solicitada nenhum tipo de documentação comprobatória que provasse sua liberdade. O caso sugere que a autoridade naval também não fez questão de saber da origem e condição de Amâncio. A emergência em completar os quadros de aprendizes da Companhia parece ter sido mais urgente.

Diferente ocorreu com Manuel de Santa Ana, menor, preto, capturado na região de Rio D'Alho, em Pernambuco, pela polícia e entregue ao inspetor do Arsenal em 8 de fevereiro de 1859. Porém o inspetor, desconfiando de sua origem, foi verificar a situação do menino e, depois de mais de um mês, constatou que Manuel era um escravo. No dia 21 de março do ano seguinte, ele devolveu o menor ao delegado de polícia.<sup>410</sup> Assim como o Padre Antônio do Canto, outros proprietários recorriam às autoridades para reaver seus escravos fugidos. Os dois casos demonstram que a Companhia de Aprendizes foi destino e abrigo de meninos escravos em fuga. Esses casos apontam para questões que envolviam a cor da pele e apresentavam-se como um problema para Marinha durante o recrutamento de menores para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros. O único censo demográfico realizado no período do Império, em 1872, ocupou-se em produzir uma imagem a mais próxima possível da realidade da sociedade imperial, considerando dados gerais da população, como sua condição, sexo, cor, estado civil, religião, nacionalidade e grau de instrução. Para nossa análise, iremos nos apropriar das informações sobre a identificação das pessoas pela cor da pele e dos dados sobre escolaridade e nos aproximaremos dos indivíduos com idade entre 6 e 16 anos. O censo considera quatro formas de classificação a partir da identificação dos indivíduos: branco, pardos, pretos e caboclos. Veremos que, para a Marinha, ao menos para seus cirurgiões que realizavam as inspeções nos recrutados e voluntários, havia variações nessas classificações.

Os dados etários estão demonstrados no censo por cada ano de vida até a idade de 5 anos; depois dessa idade, eles estão divididos em grupos por quinquênios, isto é, estão

---

<sup>409</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Ano XXXIII, nº 116, de 29/04/1854, Pg. 2; e nº 156, de 07/06/1854, Pg. 1.

<sup>410</sup> Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

separados em grupos com intervalo de cinco anos de idade. Em nossa análise, agrupamos os quinquênios que incluem os indivíduos com idades de 6 a 10 anos e os indivíduos de 11 a 16 anos de idade. Embora o recrutamento de menores para as Companhias de Aprendizizes-Marinheiros recaísse sobre a faixa etária de 8 a 17 anos, como já mostramos neste trabalho, e considerando que a entrada dos aprendizes analisados aqui foi entre 1858 e 1859, os dados extraídos do censo de 1872 nos oferecem o universo de menores recrutáveis na província pernambucana, apesar do espaço de 14 anos entre a criação da Companhia e os resultados do censo.

A população de homens livres da província de Pernambuco era de 381.565 indivíduos. Mais da metade era de pardos, com 194.897; o número de brancos correspondia a 149.230; já os negros eram 30.795. Os caboclos faziam parte do menor grupo, apenas 5.943 indivíduos. Poucos tinham acesso à leitura: somente 92.664, um percentual de 24,29% da população livre de Pernambuco, sabia ler e escrever, e a grande maioria era de analfabetos, um total de 288.901 indivíduos, isto é, 75,71% da população da província de Pernambuco. A tabela abaixo nos oferece uma imagem daquela população em termos percentuais, em relação à cor da pele.

Tabela IX – População de homens livres da província de Pernambuco por cor da pele, em números e porcentagem<sup>411</sup>

População homens livres	Pardos	Branco	Pretos	Caboclos
381.565	194.897	149.230	30.795	5.943
100%	51,08%	39,11%	8,07%	1,56%

Recenseamento do Brasil em 1872. Dados da Província de Pernambuco. Typografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro.

Se considerarmos a faixa etária do censo entre 6 e 15 anos, faixa etária alvo dos agentes do recrutamento para as Companhias de Aprendizizes, o quadro era o seguinte: os pardos eram a maioria, com 48.423 indivíduos, seguidos pelos brancos, com 37.902; pretos, com 8.184 e, finalmente, os caboclos, com 1.577 indivíduos. Nessa faixa da população pernambucana, 14.069 meninos frequentavam a escola, isto é, somente 14,64%. A grande maioria, 82.133 menores, estava fora de qualquer programa educacional, equivalendo ao expressivo percentual

---

<sup>411</sup> Recenseamento do Brasil em 1872. Typografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em 29/02/2016.

de 75,75% fora da escola. No quadro abaixo, buscamos demonstrar como era a faixa da população de Pernambuco em relação à cor da pele, em número e porcentagem.

Tabela X - População de homens livres na faixa etária entre 6 anos e 15 anos de idade. Província de Pernambuco

População homens livres	Pardos	Branços	Pretos	Caboclos
96.086	48.423	37.902	8.184	1.577
100,00 %	50,4 %	39,44 %	8,52 %	1,64 %

Recenciamento do Brasil em 1872. Dados da Província de Pernambuco. Typografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro

Quem identificava e declarava a cor da pele dos menores quando estes chegavam nas Companhias era o cirurgião, responsável pela inspeção de saúde para ingresso e matrícula na instituição. Dos 44 menores que ingressaram na Companhia pernambucana naquele período, 21 foram declarados como pardos, 11 como pretos e oito como brancos. Contudo devemos considerar que estudos como o de Hebe Mattos apontam que termos como “preto” e “pardo” eram utilizados mais como representações sociais dentro de um contexto do que como tipologias raciais.<sup>412</sup> Os menores Camilo José dos Santos e João Batista passaram pelo cirurgião e foram identificados como “cabras”; eram mestiços de olhos pardos e cabelos “próprios”.<sup>413</sup> Luciano Dias e Manoel Marcelino foram identificados como pardos claros; o primeiro tinha cabelos corridos e castanhos e o segundo, crespos. Já Jerônimo José dos Santos foi identificado como pardo escuro, com cabelos “próprios”. O caso que nos chamou atenção foi o de Anaceto Elias do Livramento, que, ao passar pela inspeção, parece ter causado dúvidas ao cirurgião. Em uma primeira análise, ele o identificou como branco, mas, olhando melhor o menino, concluiu que sua cor era parda e seus cabelos, “próprios”. Tudo indica que, quando a cor da pele fugia à cor branca ou negra, cujas referências eram o imigrante europeu e o africano, respectivamente, o cirurgião era levado a confusões que resultavam na identificação de variações de cores de pele que não estavam previstas no próprio censo em 1872. Sílvia Capanema, ao analisar os marinheiros do final do século XIX e início do XX, aponta que havia uma certa mobilidade de termos para identificar a cor da pele dos marujos, sobretudo entre os termos negro e pardo,

<sup>412</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.

<sup>413</sup> Muitos menores receberam essa classificação para seus cabelos pelo cirurgião da Companhia. Não conseguimos identificar a razão, mas deduzimos que se tratava de uma forma de relacionar o tipo de cabelo com a cor da pele, isto é, “próprios” para a cor da pele, na maioria das vezes atribuídos aos negros e pardos escuros.

utilizados por alguns oficiais.<sup>414</sup> O caso de Anaceto certamente não foi o único e, considerando as análises de Sílvia Capanema, a prática parece ter perdurado na Marinha por longo tempo. Segundo o censo, a população de menores livres de Pernambuco entre os 6 e 15 anos de idade era majoritariamente de pardos; os brancos ocupavam a segunda posição, já a população negra e a de caboclos ocupavam a penúltima e a última posição, respectivamente. A tabela abaixo nos dá uma imagem dos recrutados e voluntários da Companhia de Pernambuco. Vejamos.

Tabela XI – Menores voluntários e recrutados por cor da pele na Província de Pernambuco em 1858/1859

<b>Cor da Pele</b>	<b>Número de Indivíduos</b>	<b>Porcentagem</b>
Branco	8	18,18 %
Pardos	22	50,00 %
Pretos	11	25,00 %
Cabras	2	4,55 %
s/ classificação	1	2,27 %
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

Tendo em vista as informações da tabela, o que nos chama primeiro a atenção é o número de meninos pardos e pretos em relação aos meninos de cor branca matriculados na Companhia pernambucana. Comparando com os números de indivíduos da população livre entre 6 e 15 anos de idade daquela província, onde os brancos correspondiam a 39,44 % e os negros a 8,52 %, apesar da superioridade numérica dos brancos, o recrutamento recaía mais sobre os meninos negros – e se considerarmos os estudos de Hebe Mattos, este número pode ser mais expressivo. Podemos concluir que a Companhia de Aprendizes de Pernambuco era formada basicamente por meninos pretos e pardos. Como a maioria dos menores foi recrutada pelas mãos da polícia, podemos imaginar que boa parte deles vivia nas ruas pernambucanas, não frequentava a escola e, recorrentemente, era recolhida pelas autoridades para compor as

---

<sup>414</sup> ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. “Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910”. Revista *Antíteses*, v. 3, n. esp. p. 90-114, dez. 2010. Pg. 93.

fileiras da Marinha. Portanto, o recrutamento de menores para a Armada Imperial encontrou em Pernambuco um terreno fértil.

Em 1872, a população da província de Santa Catarina era constituída por maioria de indivíduos brancos. Essa realidade foi construída por meio de políticas de imigração e povoamento da região promovidas pelo Estado. Um expressivo número de europeus, a maioria de origem alemã<sup>415</sup>, imigrou para a região em um processo que se observa contínuo a partir de 1851<sup>416</sup>. Do total de 73.086 habitantes da província, 63.502 eram brancos, 5.941 eram pardos, 2.119 eram pretos e 1.446 eram caboclos, e a região tinha pouco mais de 8 mil escravos, segundo o censo. O índice de analfabetismo entre os catarinenses era um pouco maior que o verificado entre a população da província Pernambuco: 80,75% dos catarinenses não sabiam ler nem escrever. Na tabela a seguir, temos o número e a porcentagem de homens livres da província segundo a cor da pele. Percebe-se que a cor branca é predominante, seguida pela cor parda, preta e de caboclos, com números bem menores se comparados aos da província de Pernambuco.

Tabela XII – População de homens livres da província de Santa Catarina, de indivíduos por cor da pele em números e porcentagem

População homens livres	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos
73.086	63.502	5.941	2.199	1.446
100%	86,89%	8,13%	3,00%	1,98%

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872. Dados da Província de Santa Catarina. Typografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro

Aproximando nossa lente sobre a população com idade entre 6 e 15 anos, continuamos com um quadro bem expressivo de indivíduos majoritariamente brancos no quadro geral em relação à cor da pele, o que irá refletir sobre a composição da fileira de Aprendizes na Companhia catarinense. Porém, assim como na Companhia de Pernambuco, o cirurgião ali enfrentou alguns problemas na identificação dos menores. Mesmo com a superioridade branca na composição étnica em Santa Catarina, o cirurgião da Companhia

<sup>415</sup> Recenseamento do Brasil em 1872. Província de Santa Catarina – mapa da população considerada em relação à nacionalidade estrangeira.

<sup>416</sup> Estudo sobre a imigração europeia para a província de Santa Catarina, com listas de imigrantes, navios e portos por onde passaram e desembarcaram, pode ser consultado por meio do *site* <http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/>. Acessado em 25/03/2016.

identificou quatro menores não-brancos, três menores pretos, três morenos, dez pardos, três pardos claros e dois caboclos. O quadro abaixo demonstra a composição da população de menores entre 6 e 15 anos de idade na província catarinense.

Tabela XIII – População de homens livres na faixa etária entre 6 e 15 anos. Província de Santa Catarina

População homens livres	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
18.776	16.595	1.431	371	379
100,00 %	88,38%	7,62%	1,98%	2,02%

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872. Dados da Província de Santa Catarina. Typografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro

Os menores Joaquim Rodrigues da Silva, Francisco Romulo da Costa, Martinho José da Silva e José Moreira foram identificados pelo cirurgião como morenos. Todos tinham cabelos pretos e a definição dos cabelos de José Moreira receberam, ainda, o complemento “corrido”, indicando que seus cabelos eram lisos. Já Martinho teve os cabelos identificados como crespos. Manoel Caetano Cardoso e José Francisco da Costa foram identificados como caboclos de cabelos pretos. Jacinto Araújo da Cruz, Isidoro Bernardo e João José da Silva foram identificados como pardos claros, com cabelos crespos e castanhos, e somente a cor dos cabelos de João José não foi identificada. Os únicos três menores identificados como pretos foram Manoel Felipe Santiago, José Domingues Vicente e Amâncio da Trindade, todos de cabelos carapinha. Curioso é que os trinta menores brancos e os dois caboclos tiveram seus cabelos identificados apenas pela cor, sem menção ao tipo; já todos os menores pretos tinham cabelos carapinha e os dos pardos variavam entre crespos e carapinhas. Nota-se que, além das variações de cores de pele identificadas pelo cirurgião, a relação entre a cor da pele e o tipo de cabelo sugere que havia confusão na hora da inspeção para matrícula na Companhia de Aprendizes-Marinheiros catarinense. O quadro abaixo estabelece uma relação entre a cor da pele e a cor e o tipo de cabelo dos meninos recrutados e voluntários. O objetivo é tentar identificar em que medida a cor atribuída aos menores tem alguma relação com o que apontou Hebe Mattos: mais como representação social do que uma tipologia racial.

Tabela XIV – Número de indivíduos em relação com a cor da pele e o tipo de cabelo

Nº indivíduos	Cor da pele	Tipo de cabelo		
		Crespos	Carapinha	Outros
3	Preta	0	3	0
4	Morena	1	0	3
13	Parda	5	3	5

Fonte: Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3599.

Segundo o cirurgião, essa era a imagem dos meninos identificados com as cores de pele preta, morena e parda. Aos três meninos negros, ele atribuiu o tipo carapinha para seus cabelos; dos morenos, somente um foi identificado com cabelos crespos; dos 13 meninos pardos, cinco foram identificados com cabelos crespos e três com carapinhas. No mínimo, a identificação feita pelo cirurgião sugere que, na inspeção dos três meninos pardos identificados com cabelos carapinha, pode ter ocorrido uma identificação mais pela representação social, de suas origens não brancas, do que pela cor de suas peles. Veremos na tabela abaixo como a composição das fileiras da Companhia de Aprendizes de Santa Catarina, até certa medida, reflete a composição da população da província em relação aos dados do censo.

Tabela XV – Menores voluntários e recrutados por cor da pele na Província de Santa Catarina em 1858/1859

Cor da Pele	Número de Indivíduos	Porcentagem
Branco	30	56,60%
Pardos	13	24,53%
Moreno	4	7,55%
Pretos	3	5,66%
Caboclos	2	3,77%
s/ classificação	1	1,89%
Total	53	100,00 %

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3599.

O cirurgião da Companhia de Santa Catarina utiliza uma classificação diferente da observada na Companhia de Pernambuco para identificar a cor da pele dos menores. Se lá existia a figura do cabra, em Santa Catarina a cor morena foi introduzida no escopo de identificação durante a inspeção de menores para ingresso e matrícula. O curioso é que

enquanto o cabra ocupava a última posição, o moreno catarinense ocupava a terceira posição entre os indivíduos recrutados.

Não encontramos outra razão para o grande número de meninos brancos matriculados na Companhia de Santa Catarina a não ser as características da população da região. Diferentemente de Pernambuco, onde o recrutamento de menores recaiu sobre os meninos negros apesar de uma maioria branca, o número de negros na companhia catarinense foi bem menor, só ficando acima do número de caboclos. Nem mesmo o fato de a maioria dos aprendizes catarinenses ter ingressado como voluntária explica a composição branca da Companhia, pois os três meninos negros matriculados foram entregues pelas mães. Talvez um levantamento da infância desvalida e abandonada na província, associado ao baixo rendimento das autoridades na promoção do recrutamento, possa contribuir para a compreensão da composição branca das fileiras da Companhia, estudo que não foi possível neste trabalho pela falta ou indisponibilidade de fontes.

Outros dois fatores devem ser considerados e associados ao sucesso do recrutamento de voluntários para a companhia: o grande número de meninos fora da escola e a pouca oferta de instituições de ensino. Eles nos dão uma margem maior para sugerir a hipótese de que as fileiras da Companhia eram, além da imagem da sociedade catarinense, a oportunidade de que necessitavam as famílias para garantir às suas crianças um futuro melhor.

Assim como em Pernambuco, o censo demonstra que o número de analfabetos e menores que não frequentavam escolas era alto na província de Santa Catarina. Quando a Companhia de Aprendizes catarinense recrutava seus primeiros aprendizes, na província existiam 33 escolas públicas e 13 particulares, que abrigavam 1.540 meninos matriculados.<sup>417</sup> O censo informa que em 1872 o número de matrículas havia aumentado: da população de meninos entre 6 e 15 anos, 3.100 meninos frequentavam algum tipo de escola de primeiras letras, isto é, um percentual de 16,51% fazia parte de algum tipo de processo de aprendizagem. Isso também significava que 83,49% da população daquela faixa etária, 15.676 meninos, não frequentava qualquer tipo de escola, ainda estava fora do processo de aprendizagem, o que reforça nossa hipótese. Certamente este panorama era encontrado em todas as províncias do

---

<sup>417</sup> CARMINATI, Fábila Liliã Luciano. "A gênese do magistério na província de Santa Catarina". *Revista de Ciências Humanas*. Criciúma: FUCRI/UNESC, v.5, n.1, 1999, p.63-71.

Império, o que colaborou significativamente para a implementação do projeto educacional das Companhias em Pernambuco e Santa Catarina. A experiência que nascera em 1840 na Corte havia alcançado seis províncias em 1857, e depois, durante toda a segunda metade do século XIX, expandiu-se como um projeto de envergadura nacional por 18 províncias do Império brasileiro. Como eram apenas 200 vagas, considerando o universo de meninos fora das Escola, haveria sempre uma grande demanda. Por outro lado, foi um espaço completamente diferente das demais escolas e internatos existentes na época. Era um novo modelo educacional que a Marinha e o Governo imperial, combinando educação e instrução militar, buscaram introduzir no universo educacional que passou a ser pensado e desenvolvido para o Brasil.

O estudo sobre as duas Companhias de Aprendizes, de Pernambuco e Santa Catarina, demonstrou que, para executar o recrutamento de menores nas duas províncias, embora a Marinha tenha encontrado terreno fértil, as autoridades navais precisaram compreender a dinâmica política e social em cada uma dessas províncias e, por vezes, se adaptar a ela. Enquanto nos gabinetes na Corte elaboravam-se leis para executar o recrutamento e aquartelamento de menores, nas províncias as autoridades locais buscavam atender às ordens do poder central, que as obrigava a fornecer determinados números de menores para o recrutamento e o voluntariado para a Marinha, objetivos muitas vezes não alcançados.

Nesse sentido, foram mobilizados todos os recursos necessários, tanto públicos quanto privados, para a promoção do recrutamento de menores. Os esforços recaíram sobre as agências do governo, como as capitâncias dos portos, os arsenais de Marinha, o presidente de província e os delegados de polícia e o setor privado, este representado pela imprensa; todos agiam para que o recrutamento da infância tivesse bons resultados. Contava-se ainda com a ação de particulares que buscavam no recrutamento de menores uma renda extra com o recebimento de prêmios por cada menino entregue às autoridades e aos agentes do recrutamento.

## Conclusão

Chegou à casa de um fabricante em Pelotas<sup>418</sup>, Rio Grande do Sul, um menino de aproximadamente 15 anos de idade, apresentou-se como filho de um homem “assaz de boa posição” e sobrinho de um grande amigo do fabricante. Contou uma convincente história de que seu tio gostaria de fazer-lhe uma visita, mas que seu pai havia emprestado seu cavalo; assim, pediu emprestado ao fabricante uma montaria. Imediatamente este mandou encilhar seu melhor cavalo e o entregou ao menino, que, não satisfeito, pediu ainda, em nome do tio, uma quantia em dinheiro, que lhe foi entregue. Ao sair da casa do fabricante, o jovem lhe disse que seu pai e seu tio fariam a visita no dia seguinte e que esperasse os dois para o almoço.

À noite, o “inteligente fabricante”, ao ler um artigo na *Revista Popular*<sup>419</sup> sobre corrupção, prática “que atualmente se nota na mocidade”, ligou o ato ao fato e achou que tinha sido enganado pelo jovem mancebo. Imediatamente pela manhã, enviou um de “seus negros” à cidade para entregar um recado ao delegado, que prontamente respondeu, confirmando a desconfiança do senhor fabricante: o menino havia lhe furtado um cavalo e uma quantia em dinheiro. Ficando responsável por capturar o “rapazinho que já havia feito outras habilidades no mesmo gosto”, a polícia não conseguiu alcançá-lo, pois, de posse de um excelente cavalo, ele havia ganhado tempo suficiente, resultando infrutíferas as tentativas em persegui-lo.

Dois dias depois, noticiava *O Argos da Província de Santa Catarina* que o “procedimento extravagante do rapaz” da cidade de Pelotas poderia ser observado em “toda a parte”<sup>420</sup>. Na capital, em Santa Catarina, três menores – Zeferino, crioulo, escravo; Ignácio, pardo forro; e João, filho do guarda da alfândega –, três “habilidosos” rapazes, foram presos sob acusação de “subtrair” uma carteira com 48\$ reis do Sr. Manuel Rocha de Oliveira, que ajudou a agarrar os três menores e levá-los ao delegado, que providenciou para que fossem “engaiolados no quartel da polícia”. Eram “esperançosos rapazinhos”, ironizava o *Argos*, e completava dizendo que “seria, talvez, uma verdadeira obra de caridade dar com os dois vadios

<sup>418</sup> Noticiado no *O Argos da província de Santa Catarina*. Ano V. nº 843. Em 23/9/1861. Pg. 1-2. O jornal não revela os nomes dos envolvidos, refere-se ao jovem como “menino” e ao senhor como “fabricante”. Pode ser acessado por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 11/05/2016.

<sup>419</sup> O Agrião e a Cicuta. Capítulo IX. Pg. 31-36 *In Revista Popular: Jornal Ilustrado*. Rio de Janeiro: B.L Garnier, Editor-Proprietário. Ver em, [http://memoria.bn.br/pdf/181773/per181773\\_1861\\_00009.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/181773/per181773_1861_00009.pdf), acessado em 11/05/2016.

<sup>420</sup> *O Argos da província de Santa Catarina*. Ano V. nº 844. Em 25/9/1861. Pg. 2. Pode ser acessado por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 11/05/2016.

livres na Companhia de Aprendizes-Marinheiros”; Zeferino, como um escravo, deveria ser entregue ao seu proprietário. Finaliza o jornal dizendo: “porque, tirando-se os da ociosidade, (mal de todos os vícios) em que vivem e fazendo-os adotar um meio de vida proveitoso, pois bem o Estado muito lucraria com isso, pois tem bastante precisão de marinheiros nacionais”. Era o discurso que, com ajuda da imprensa, circulava nas províncias onde existia uma Companhia de Aprendizes: difundia-se a política de Estado em relação à infância desvalida e abandonada associando-se à demanda da Marinha por marinheiros.

Esses dois casos ilustram bem o que tentamos demonstrar neste trabalho. Apesar de não conseguirmos encontrar indícios do paradeiro do menino que furtou o fabricante, podemos pensar se, caso ele fosse capturado pela polícia, seu provável destino teria sido o mesmo dos dois meninos livres da capital, as fileiras da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina. O discurso n’*O Argos* era a reprodução daqueles que analisamos nos Relatórios do Ministros da Marinha, que circulavam nos corredores e nas salas do Congresso. Por meio dos periódicos, eram reproduzidos e circulavam nas cidades, vilas e ruas do Império, com o objetivo de promover o recrutamento de menores. Havia uma certa vantagem em recrutá-los na infância, acreditavam os ministros e autoridades navais, pois teria a Marinha a chance de corrigi-los ainda cedo e integrá-los, depois de um período de instrução, ao Corpo de Praças da Armada. Por outro lado, como vimos em Pernambuco, as autoridades locais promoveram uma verdadeira “limpeza” nas ruas, “estabelecendo a paz e garantindo a ordem, retirando do convívio junto à boa sociedade” a escória social, como o menino que furtou o fabricante e os dois que furtaram a carteira do Sr. Manuel Rocha de Oliveira.

O projeto que resultou na criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros foi a combinação entre a demanda da Marinha por um modelo de recrutamento que expurgasse o “elemento sedicioso e indisciplinado dos vasos de guerra” e o projeto de educação forjado durante o processo de construção do Estado Nacional em meados do século XIX. Apoiado no discurso de que a educação e a instrução seriam o caminho para o Império alcançar o desenvolvimento e a civilização, o Governo Imperial, sob a liderança de uma fração de classe da classe senhorial, ao forjar seu projeto de reformulação burocrática e administrativa do Estado e, conseqüentemente, reformular a administração naval, criou um espaço para educação e instrução militar para menores. Após a sua criação e um período de 15 anos de experiência na Corte, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros tornou-se um projeto de envergadura nacional, abrangendo boa parte do território. A instituição, ao longo da metade do século XIX, ampliou

sua área de atuação, reformulou, promoveu e praticou, nas 18 províncias do Império em que esteve presente, o recrutamento da infância.

O esforço contou com uma ampla rede de agentes públicos que se formou em torno do recrutamento de menores, na qual somaram-se juízes, a Polícia, a Guarda Nacional, os inspetores dos Arsenais de Marinha e os capitães dos Portos, entre outros, que efetivamente praticaram o recrutamento de jovens entre 10 e 16 anos, e, eventualmente, com menor idade. Houve ainda uma ampla participação de setores da imprensa que contribuíram significativamente no sentido de apresentar as Companhias de Aprendizes como espaço de educação e instrução em que a infância pobre, desvalida, abandonada e órfã teria um futuro promissor. Nessa perspectiva, o objetivo era convencer pais e familiares a entregarem seus filhos e protegidos aos cuidados da Marinha. Fazia parte ainda do cabedal de atrativos o pagamento de um prêmio, ampliando assim a rede de recrutamento, em que indivíduos, passando-se por tutores, protetores e parentes, buscavam garantir uma renda extra recolhendo e entregando meninos aos agentes do recrutamento.

O projeto das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, como alternativa ao recrutamento de levas forçadas, tinha como objetivo suprir a Marinha Imperial de uma maruja instruída e organizada para a formação de um corpo fixo de praças. As discussões sobre o modelo de estruturação e organização das praças da Armada Imperial tinham como exemplos os dois países que sustentavam as principais Esquadras do século XIX, a França e a Inglaterra. Para as autoridades navais, o mecanismo de recrutamento herdado do antigo regime português era a porta de entrada de indivíduos sediciosos desafeitos à disciplina, e a Companhia de Aprendizes forneceria marinheiros que gradualmente substituíram as levas de insubordinados. Por outro lado, a Marinha não deixou de recrutar no laço. As levas forçadas eram a garantia para completar o corpo de praças, uma vez que o voluntariado fornecia um número pequeno de homens. Portanto, a regulamentação do recrutamento da infância e a criação de um espaço que permitisse seu treinamento conviveram com os antigos mecanismos de recrutamento vistos como uma forma de punição e com as instituições militares como espaços de correção.

Ao analisar o recrutamento de menores nas províncias de Pernambuco e Santa Catarina, percebemos que a prática se comportou de forma bastante distinta nas duas províncias, chamando nossa atenção a maneira como os meninos chegavam aos agentes recrutadores no

primeiro ano de funcionamento das duas Companhias<sup>421</sup>. Vimos que, em Pernambuco, quase todos os meninos que formaram a primeira turma foram entregues por agentes públicos aos recrutadores da Marinha. Em Santa Catarina ocorreu o contrário: poucos dos que ingressaram na primeira turma foram entregues pelas autoridades locais; a maioria dos meninos foi apresentada ou pelos pais ou por parentes. Alguns voluntários também apareceram nas listas de recrutas da Companhia.

As duas realidades sugerem que a percepção social sobre o recrutamento de menores se comportou também de forma diferente. Talvez em Pernambuco as autoridades entendessem e praticassem o recrutamento da infância como uma forma de “limpar as ruas”, contribuindo para que o recrutamento ainda permanecesse sendo visto como uma punição e as fileiras militares como espaço para correção. Nesse sentido, podemos pensar que a instalação de uma Companhia de Aprendizes naquela província, além de não ter conseguido mudar essa percepção, ajudou a reforçá-la.

Em Santa Catarina, ou o recrutamento não era visto como punição, o que é pouco provável, ou a imagem da Companhia de Aprendizes que foi construída pela imprensa local conseguiu mudar a percepção sobre as instituições militares e o recrutamento ao ponto de convencer pais e parentes a confiarem seus filhos à Marinha. Porém, ao que indica o relato ocorrido em 1861, que fizemos no início, essa percepção pode não ter durado por muito tempo. Um estudo sobre o recrutamento para a Companhia nos anos posteriores de sua criação poderia contribuir para termos mais precisão sobre essa suposta mudança no comportamento social em relação à instituição.

Ao investigarmos o processo que resultou na criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, propusemos algumas discussões que balizaram nosso objeto, porém não pudemos tratá-las aqui com mais profundidade, pelas limitações de nossos objetivos. Propusemos como ponto de partida o processo de construção do Estado Imperial por entendermos que deveríamos discutir a reformulação da administração naval, de onde originou o projeto das Companhias de Aprendizes, a partir da perspectiva do projeto de construção de Estado forjado em meados do século XIX.

---

<sup>421</sup> Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857, Coleção de Leis do Império. Ver em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>. Acessado em 14/05/2016.

A começar desse ponto de partida e abordando a questão militar no Império, verificamos que setores políticos e militares se aproximaram durante o processo de reformulação burocrática e administrativa do Estado Imperial. Na busca por algumas pistas que nos esclarecessem, por exemplo, em que medida essa aproximação viabilizou a reforma da Marinha Imperial, percebemos que a participação de um grupo de militares junto ao governo, embora em número reduzido, foi significativa para o processo de elaboração do projeto que resultou na reforma administrativa naval, assim como para a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros.

As discussões na Câmara dos Deputados foram fundamentais para a compreensão desse processo. Nelas verificamos que, durante os embates entre conservadores e liberais, os militares, por sua vez, compunham no jogo político um segmento importante durante as alianças políticas no processo de construção da hegemonia saquarema. Os militares estiveram envolvidos nas disputas e combinações de interesses entre os dois grandes grupos políticos no processo que viabilizou a hegemonia saquarema e a vitória do projeto conservador. Porém não foi possível, devido aos limites de nossa pesquisa, verificar em que medida e em que níveis esses militares se envolveram na política e se havia grupos contrários à reforma colocada em prática. Também não foi possível verificar se havia clubes e associações que reuniam militares para promover discussões sobre políticas militares e se essas discussões alcançavam o espaço do Governo.

Há uma carência de estudos sobre a Marinha Imperial. Sua trajetória e sua participação no processo de construção do Estado Nacional brasileiro ainda são pouco conhecidas na historiografia. Neste trabalho indicamos uma série de questões que apontam para futuras investigações: a própria reformulação e ampliação da administração naval pelo território do Império, a formação e organização das praças, a trajetória profissional e política de militares, os mecanismos de recrutamento e o recrutamento de menores nas províncias onde foram instaladas unidades das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Essas e outras possibilidades de pesquisa poderão enriquecer a história brasileira e sobre ela jogar luz.

Seriam de grande contribuição estudos que se debruçassem sobre as Companhias de Aprendizes nas diversas províncias onde funcionaram abordando a prática de recrutamento de menores, buscando saber quem eram esses meninos e como chegavam à instituição e qual eram a rotina na Companhia, suas limitações e problemas, sua relação com a cidade onde estava abrigada e vice-versa. Enfim, esses estudos poderiam nos oferecer uma visão mais ampla de

como foi praticado o recrutamento de menores para a Marinha durante os anos do Império como parte dos mecanismos de recrutamento e formação militar. De 1840 até 1874, foram criadas 18 unidades da Companhia de Aprendizes, que sofreram reformulações durante sua trajetória, sendo reduzidas e ampliadas até que, em 1885, rebatizadas de Escolas de Aprendizes-Marinheiros, adquiriram um formato muito parecido com o das quatro Escolas de Aprendizes que temos hoje, mas isso é para uma outra viagem por esse mar tão pouco navegado. Até breve!

### Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Francisco Alves de. A Historiografia Naval Brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica. Revista Brasileira de História Militar, Rio de Janeiro, ano 3, n. 8, p. 30-64, ago. 2012

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. Revista Antíteses, v. 3, n. esp. p. 90-114, dez. 2010.

ANTUNES, Edna Fernandes. Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território. 2011.

ARIAS NETO, J.M. Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001.

BEATTIE, M.Peter. Tributo de Sangue: Exército, honra e nação no Brasil: 1864-1945. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2009.

BOITEUX, Henrique. Os nossos almirantes. V. 2 Rio de Janeiro. Imprensa naval. 1917.

CAMINHA, Herick Marques. Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império. Serviço de Documentação da Marinha, 1986.

\_\_\_\_\_, “Organização do Pessoal na Marinha Imperial”. In: História Naval Brasileira, vol. 3, Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

CARDOSO, Maria Luiza. Educação de crianças e jovens pobres nas Academias Militares do conde de Resende (Rio de Janeiro: 1792-1801). 2009. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARMINATI, Fábila Liliã Luciano. A gênese do magistério na província de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas. Criciúma: FUCRI/UNESC, v.5, n.1, 1999

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das Sobras: a política imperial. 8ª Ed. . Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013.

\_\_\_\_\_, “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Bóris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira, vol. 9. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1986.

\_\_\_\_\_, (Org). Bernardo Pereira de Vasconcelos 1795-1850. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo. Ed. 34. 1999.

CASTRO, Celso. Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945), trabalho apresentado no XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

CASTRO, Jeane Berrance de. *A milícia cidadã: a guarda Nacional de 1831-1850*. São Paulo. Ed. Nacional. 1977.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro Record, 2000.

CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. *Diálogos apropriativos em tempos de “funestas paixões”*: uma leitura das relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot (1814-1840). Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2014.

COSTA, Emília V. da. *Da senzala à Colônia*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005

DONIM, Luana de Amorim. *Academia de Marinha: Normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo. Alameda, 2005.

EISEMBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os voluntários reais e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. Tese de doutoramento apresentada no programa de pós-graduação em História na Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2012.

FONSECA, Paloma Siqueira. Arquivos da Marinha e historiadores. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.

\_\_\_\_\_, *Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política*. Vol. 3. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.

GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (orgs). Et alii. O Brasil Imperial. Vol. II 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

GOUVÊA, Maria de Fátima. O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

GRYNSZPAN, Mário. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. In: Revista Estudos Históricos, nº 27. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_, O Cerne da Discórdia: A guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

\_\_\_\_\_, “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso (Org.) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

JEHA, Silvana Cassab. A Galera Heterogênea: Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c. 1822-c.1854. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2011.

KHUN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 5ª ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KOWARICK, Lucio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KRAAY, Hendrik. “Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial”. In: Diálogos, v.55, Julho, DHI/UEM, 1998.

\_\_\_\_\_, “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia. In: Revista Brasileira de História, v.22, nº43. São Paulo, 2002.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: Chagas, Fabíola Maria da Silva; Lourero, Marcello José Gomes; Paula, Luiz Carlos Carneiro de; Restier Junior, Renato Jorge Paranhos. A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

LIMA, Solyane Silveira. “Recrutá-los jovens”: a formação de aprendizes-marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de

Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social Belo Horizonte/MG. 2013.

MACHADO, Gisele Terezinha. “Escreveu não leu o pau comeu”: A Escola de Aprendizizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930). Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Educação. Florianópolis, 2007.

MARINHO, Pedro Eduardo. Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em História da UFF. Niterói-RJ. 2008.

MAESTRI FILHO, Mario. *1910: a revolta dos marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.

MARTINS, Helio Leoncio. *A Revolta dos Marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/ Ed. Nacional, 1988.

\_\_\_\_\_. A província Cisplatina do ponto de vista brasileiro. Estudos Históricos – CDHRP. Año II, nº 4, marzo 2010. Uruguay.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. “Crianças Trabalhadoras: Os Aprendizizes Marinheiros no Paraná Oitocentista.” In: *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. LX, nº 2, Julio-Diciembre, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC. 1987.

MENDES, Fabio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação do IUPERJ, em 1997.

\_\_\_\_\_, “Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº. 38, Outubro. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_, “*Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*”. In: CASTRO, Celso (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_,(org). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói. EdUFF. 2006.

MORAES, Alexandre José Mello. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typografia de Pinheiro, 1871.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979

MOREL, Marco. *Palavras além das letras: Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX*. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 1. p. 63-80.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_, “Entre o Convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso.(Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_, *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2008.

PEIXOTO, Antonio Carlos (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

POULANTZANS, Nicos *O Estado o poder, o socialismo*. Traduzido do Original *L' état, le pouvoir, le socialisme*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Ed. 1985.

POULANTZANS, Nicos. *Poder político e classe sociais*; tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “*Os Simples Comissários*”: negociantes e política no Brasil Império. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói - RJ. 2002.

RICHMOND, Herbert. *The Importance of the Study of Naval History*. Naval Review. Lindon: Naval Society. Nº 27, Pg. 21. MAR/1939. Tradução Francisco Alves de Almeida.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro/Dumará. 2013.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção Militar: 1850-1894*. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo. 1994.

SILVA, Carlos André Lopes da. *Real Companhia e Academia dos Guardas Marinhas: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ. 2012.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí (1874-1915): história de uma instituição educativa*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí em 2005.

\_\_\_\_\_. *A Escola de Aprendizizes Marinheiros de Parnaíba*. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG, 2009.

SILVA, Maria Beatriz N. da. (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

\_\_\_\_\_. *Um edifício gótico entre instituições modernas: o debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860)*. Revista Acervo, Rio de Janeiro, V. 25, Nº 2, P. 59-77, JUL./DEZ. 2012

WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 3 ed. v. 1. D.F.: Editora UNB, 1999.

### **Fontes Consultadas:**

#### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

Cartas Andradinas: correspondência particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos dirigidas a A. de M. Vasconcellos de Drummond. Rio de Janeiro. Typografia de G. Leuzinger e Filhos. 1890. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

#### **Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha – DPHDM - Arquivo da Marinha**

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco 1857/1858. Filme 597-007-3522.

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. 1857/1858. Filme 597-007-3599.

#### **Arquivo Nacional**

##### **Série Marinha**

##### **Subsérie Secretaria de Estado e Negócio da Marinha código XM-506**

Relatório do Membro do Conselho Naval. Arquivo Nacional.

##### **Subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda – Código XVII M 5314**

Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837.

**Subsérie Intendência da Bahia – Códices IX M – 84 e IX M – 70**

Ofícios recebidos e transmitidos.

**Subsérie Capitania dos Portos – Códice XIV M – 5**

Ofícios recebidos e transmitidos.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Resençamento do Brasil em 1872. Typografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/> .

Acessado em 29/02/2016.

**Relatório do Ministro da Marinha**

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral de 7 de maio de 1832, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1832 Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial> .

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa 8 de maio de 1833, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1833 Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1834. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Pereira Pinto. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1836. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1839. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na sessão ordinária de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1840. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1841. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na sessão ordinária de 1841, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa – Marquez de Paranaguá. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa – Marquez de Paranaguá. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 2ª sessão 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 3ª sessão 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jerônimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1844. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 1ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 2ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, (?). Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 3ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1846. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 4ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1847. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

### **Proposta de Fixação de Forças Navais**

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária de 1836, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1836. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária de 1837, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1837. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária de 1838, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária de 1840, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1840. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária de 1842, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária de 1843, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral em 9 de maio de 1845, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral em 5 de maio de 1846, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1847. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Manoel Vieira Tosta. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1847. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

### **Anais do Senado**

Anais do Senado do Império do Brasil. 2ª Sessão da 1ª Legislatura de 7 de abril a 21 de junho de 1831. Pg. 183-184. Disponível em [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio.asp](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp)

### **Anais da Câmara dos Deputados**

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1837 - 3º ano da 3ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1887. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1838 - 1º ano da 4ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1886. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1839 - 2º ano da 4ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1840 - 3º ano da 4ª legislatura. Vol. I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1840 - 3º ano da 4ª legislatura. Vol. II. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

### **Periódicos Impressos**

Diário Novo. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

Diário do Rio de Janeiro. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

Diário do Rio de Janeiro. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

Notícias do Norte. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

Correio Mercantil Rio de Janeiro. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

Diário de Pernambuco. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

O Argos da Província de Santa Catarina. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

O Mercantil, da Província de Santa Catarina. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>

A Aurora Fluminense. Disponível em <http://bndigital.bn.br/>